



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2011

RELATÓRIO FINAL



CPA — Comissão Própria de Avaliação

Rio de Janeiro, março de 2013

CEFET/RJ - COMPOSIÇÃO

DIREÇÃO

Composição antes da Solenidade de Transmissão de cargo, em 17/08/2011

Diretor Geral
Miguel Badenes Prades Filho

Vice-Diretor
Carlos Henrique Figueiredo Alves

Diretor de Ensino
Maurício Saldanha Motta

Diretor de Extensão
Nilton da Costa Silva

Diretor Administrativo-Financeiro
Fernando Neves Pereira

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Planejamento Estratégico
Carmen Perrotta

Diretor do Campus Nova Iguaçu
Luciano Santos Constantin Raptopoulos

Diretor do Campus Maria da Graça
Sérgio de Mello Teixeira

Diretor do Campus Nova Friburgo
Fernanda Rosa dos Santos

Diretor do Campus Petrópolis
Paulo César Bittencourt

Diretor do Campus Itaguaí
Luiz Diniz Corrêa

Diretor do Campus Angra dos Reis
Haroldo Pereira Gomes

Diretor do Campus Valença
Arnaldo Amândio de Lima Costa

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 131 de 13/03/2009

Corpo Docente
Aline da Rocha Gesualdi
André Barcelos Damasceno Daibert
Carmelita Seno Cardeira Alves
Eduardo Augusto Giglio Gatto
Gisele Maria Ribeiro Vieira (Presidente)
Marina Rodrigues Brochado
Paulo de Faria Borges
Silvana Bezerra

Corpo Técnico Administrativo
Cristóvão Braga
Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante
Maria Esther Provenzano

Corpo Discente
Jonathan da Rocha Silva
Pedro Henrique C. Soares de Mello
Rafael Carvalho Ribeiro
Ricardo Monteiro da Silva

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (ABENGE)

DIREÇÃO

Composição após a Solenidade de Transmissão de cargo, em 17/08/2011

Diretor Geral
Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Diretor
Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretora de Extensão
Maria Alice Caggiano de Lima

Diretor Administrativo-Financeiro
Diego Moreira de Araújo Carvalho

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Planejamento Estratégico
Álvaro Chrispino

Diretor do Campus Nova Iguaçu
Luciano Santos Constantin Raptopoulos

Diretor do Campus Maria da Graça
Sérgio de Mello Teixeira

Diretor do Campus Nova Friburgo
Fernanda Rosa dos Santos

Diretor do Campus Petrópolis
Paulo César Bittencourt

Diretor do Campus Itaguaí
Luiz Diniz Corrêa

Diretor do Campus Angra dos Reis
Haroldo Pereira Gomes

Diretor do Campus Valença
Arnaldo Amândio de Lima Costa

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 350 de 25/04/2012

Corpo Docente
Aline da Rocha Gesualdi
Eduardo Bezerra da Silva
Fernando Ribeiro da Silva
Francisco Carlos Nipo da Silva
Marcos Corrêa da Silva
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Rosana Miranda
Silvana Bezerra
Waltencir dos Santos Andrade

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida
Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante
Maria Esther Provenzano (Presidente)
Priscila Macedo Mengali

Corpo Discente
Afonso Ricardo Vaz
Diogo Castelo Branco
Rafael Reis de Assis
Mariana da Costa Folena
Wagner de Carvalho Aquino

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (ABENGE)

Equipe de Apoio

Danila Tavares Amato (Técnica Educacional)
Luís Carlos Fonseca (Chefe do DTINF)
Nathalia Gonçalves Gomes (Técnica Educacional)
Rômulo Figueiredo (DTINF)

(...) A avaliação é uma necessidade inadiável, simplesmente porque não podemos negar a dimensão qualitativa da realidade.

(Demo, P., Avaliação Qualitativa, 2008, p.30)

Apresentação

Este relatório tem como objetivo comunicar à Comunidade Universitária, à Comunidade Externa e aos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação superior no Brasil, os resultados da avaliação realizada pela CPA do CEFET/RJ, referente ao ano de 2011. O processo avaliativo passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. Trata-se de uma tarefa complexa, que considera a trajetória da Instituição, suas características específicas e seu relevante papel social. Tal processo fornece uma visão do desempenho da Instituição no cumprimento de suas funções enquanto Instituição Pública na oferta da Educação Superior.

As informações básicas da Instituição são fornecidas na parte inicial do relatório. Em seguida são apresentadas as questões referentes à constituição e trajetória da Comissão Própria de Avaliação. Neste ponto, são apresentadas as metas, as metodologias e instrumentos aplicados, as principais dificuldades encontradas e a população observada na análise. No item seguinte, se encontram as análises realizadas pela comissão nas dez dimensões indicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), seguidas pelas considerações finais.

O processo avaliativo contribui de forma significativa para a melhoria da Educação. Os resultados obtidos devem receber a merecida atenção dos administradores em todos os níveis, iluminando as tomadas de decisões.

Comissão Própria de Avaliação

CPA

1	Dados da Instituição.....	05
2	Considerações Iniciais.....	07
2.1	Processo de Trabalho Desenvolvido	16
2.2	Metodologia e Instrumentos	19
2.3	Principais Dificuldades	22
2.4	População	22
2.4.1	População: Corpo Discente	23
2.4.2	População: Corpo Docente	29
2.4.3	População: Corpo Técnico-Administrativo	32
3	Desenvolvimento.....	34
3.1	Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	34
3.2	Dimensão 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão	44
3.3	Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição	111
3.4	Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade	130
3.5	Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo	136
3.6	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	153
3.7	Dimensão 7: Infraestrutura Física	173
3.8	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	197
3.9	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes	209
3.10	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	220
4	Considerações Finais.....	223
5	Bibliografia Consultada.....	224
6	Anexos.....	227
A	Questionários	227

1. Dados da Instituição

Nome da IES: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

Código da IES: 0593

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Rio de Janeiro

Município das Unidades com Ensino Superior: Rio de Janeiro (Unidade Sede); Nova Iguaçu (campus Nova Iguaçu); Nova Friburgo (campus Nova Friburgo), Petrópolis (campus Petrópolis) e Itaguaí (campus Itaguaí).

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, foi criada pela Portaria nº 339 de 30 de julho de 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e o memorando interno nº 047/2004-DIRED, de 13 de julho de 2004. As duas últimas composições da comissão foram designadas pelas Portarias nº 131, de 13 de março de 2009, e nº 350, de 25 de abril de 2012, tendo atuado neste relatório na produção e análise dos dados, respectivamente. Há cinco membros que são comuns às duas comissões. A composição designada pela Portaria nº 131 compreendia membros de quatro Unidades ou campi, todas com curso superior. Havia um total de 17 membros efetivos: 8 docentes, 4 técnico-administrativos, 4 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1.1 - Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 131 de 13/03/2009

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Aline da Rocha Gesualdi	docente	Maracanã
-André Barcelos Damasceno Daibert	docente	Petrópolis
-Carmelita Seno Cardeira Alves	docente	Maracanã
-Eduardo Augusto Giglio Gatto	docente	Nova Iguaçu
-Gisele Maria Ribeiro Vieira (Presidente)	docente	Maracanã
-Marina Rodrigues Brochado	docente	Maracanã
-Paulo de Faria Borges	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Cristóvão Braga	técnico-administrativo	Nova Friburgo
-Jorge Pinheiro Apolinário	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante	técnico-administrativo	Petrópolis
-Maria Esther Provenzano	técnico-administrativo	Maracanã
-Jonathan da Rocha Silva	discente	Nova Friburgo
-Pedro Henrique C. Soares de Mello	discente	Maracanã
-Rafael Carvalho Ribeiro	discente	Nova Iguaçu
-Ricardo Monteiro da Silva	discente	Petrópolis
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Vice-Presidente da ABENGE

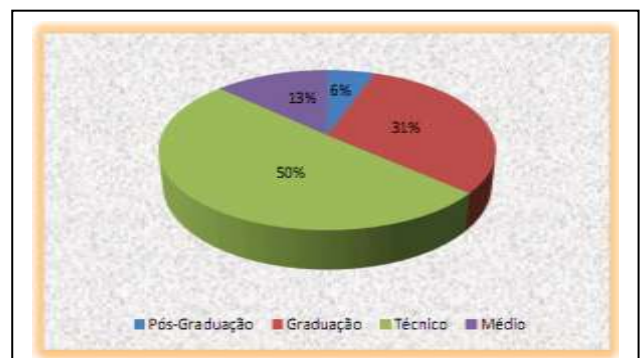
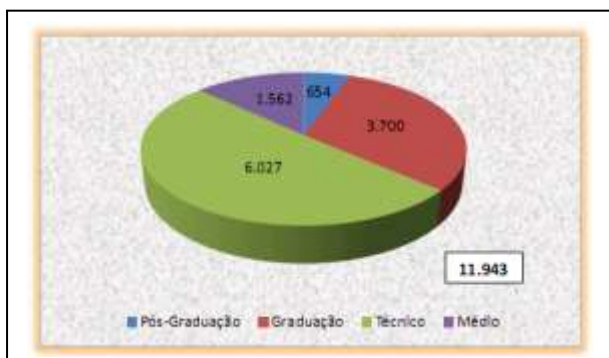
A composição atual, designada pela Portaria nº 350 de 25 de abril de 2012, compreende membros de cinco Unidades ou campi, todas com curso superior. Desta vez, foi incluída a Unidade de Itaguaí, com seu curso de engenharia mecânica. Há um total de 20 membros efetivos: 9 docentes, 5 técnico-administrativos, 5 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.2, a seguir.

Tabela 1.2 - Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 350 de 25/04/2012

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Aline da Rocha Gesualdi Mello	docente	Maracanã
-Eduardo Bezerra da Silva	docente	Maracanã
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Francisco Carlos Nipo da Silva	docente	Itaguaí
-Marcos Corrêa da Silva	docente	Petrópolis
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Miranda	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Waltencir dos Santos Andrade	docente	Nova Iguaçu
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida	técnico-administrativo	Itaguaí
-Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante	técnico-administrativo	Petrópolis
-Maria Esther Provenzano (Presidente)	técnico-administrativo	Maracanã
-Priscila Macedo Mengali	técnico-administrativo	Nova Friburgo
-Afonso Ricardo Vaz	discente	Petrópolis
-Diogo Castelo Branco	discente	Maracanã
-Mariana da Costa Folena	discente	Itaguaí
-Rafael Reis de Assis	discente	Nova Iguaçu
-Wagner de Carvalho Aquino	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Vice-Presidente da ABENGE

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, teve sua origem, em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Em 1942, a escola foi transformada em Escola Técnica Nacional - ETN, tendo como primeiro diretor o professor Celso Suckow da Fonseca. Em homenagem póstuma, por determinação do MEC, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei 6.545, aconteceu a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Toda essa trajetória retrata a evolução do Ensino Industrial Profissional do País, dedicado, cada vez mais, a atuar em resposta às crescentes exigências do setor produtivo. Assim, desde essa data o CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de Educação Superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

A Instituição possui cerca de doze mil alunos regulares distribuídos entre seus cursos de ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, ensino de graduação e pós-graduação. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta às demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral. As figuras a seguir representam as várias visões do quantitativo de matrículas do Sistema CEFET/RJ, segundo dados extraídos do SIE, 2011.2 e 2011 anual, e DIPPG, ago/2011 (Pós-Graduação *lato sensu*, presencial e à distância) e nov/2011 (Pós-Graduação *stricto sensu*), e processados pela DIGES/DEEDI, em 14 de dezembro de 2011.

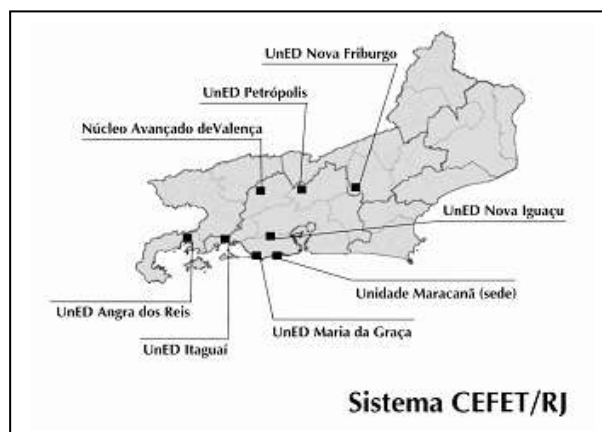


Atualmente, ao aderir ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Unidade Sede situada no Maracanã, com quase 1 século de existência, passou a contar com diversas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) e um Núcleo Avançado, ou seja, com diversos campi. A primeira UnED a ser inaugurada foi a de Nova Iguaçu, em agosto de 2003, em seguida a de Maria da Graça, em junho de 2006. Dois anos e três meses depois, foi inaugurada a UnED de Petrópolis, em setembro de 2008, em seguida, em dezembro do mesmo ano, a UnED de Nova Friburgo. Em 2010, foram inaugurados a UnED de Itaguaí e o Núcleo Avançado de Valença. Apesar da UnED de Itaguaí ter sido simbolicamente inaugurada em 2010, o início do seu primeiro curso já havia ocorrido em setembro de 2008.

A apresentação da UnED de Itaguaí e do Núcleo Avançado de Valença à sociedade como Unidades federais de educação aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada na capital da República, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, simultaneamente, 78 Unidades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A vinculação do Núcleo Avançado de Valença ao CEFET/RJ advém da federalização do Instituto Técnico e Profissionalizante do Vale do Rio Preto - ITERP, no município de Valença. O ITERP foi construído e equipado com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, por força de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

A inauguração de mais uma UnED, desta vez em Angra dos Reis, teve sua inauguração oficial em cerimônia no Palácio do Planalto, em novembro de 2010. Nesta ocasião, o Presidente da República inaugurou, ao lado do ministro da Educação, 30 escolas federais de educação profissional e 25 campi de 15 universidades federais. As figuras a seguir apresentam o Sistema CEFET/RJ, já com a inclusão da UnED Angra dos Reis.



Fonte: PDI 2010-1014.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CEFET-MG e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ, como consta no PDI 2010-2014, continua a reconhecer-se como Instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

Atualmente o CEFET/RJ aguarda o encaminhamento do MEC ao pleito apresentado oficialmente, relativo a transformação do Centro em Universidade Tecnológica, mediante exposição de motivos e projetos, notadamente em dezembro de 2005, setembro de 2007 e abril de 2009. O crescimento institucional atingido justifica o desejo do reconhecimento externo do Centro como Instituição de Ensino Superior, com ciência da importância da manutenção e crescimento dos cursos técnicos de nível médio.

Em 2012, foi constituído um grupo de trabalho para analisar a questão da transformação do CEFET/RJ e do CEFET-MG em Universidade Tecnológica, composto por um representante da SETEC, um representante da SESu, um representante da ANDIFES, um representante do CONIF, representantes do CEFET-MG e representantes do CEFET/RJ. Foram programadas quatro reuniões ordinárias: a inicial, em Brasília, a segunda, com foco na transformação do CEFET/RJ, no Rio de Janeiro, ocorrida em 24/07/2012, a terceira, com foco na transformação do CEFET-MG, em Minas Gerais, ocorrida em 22/08/2012, e a reunião final, em Brasília. A figura a seguir ilustra a reunião realizada no CEFET/RJ, onde, entre o Sr. Luciano Toledo, Coordenador da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC e a Sr. Adriana Weska, Diretora da Secretaria de Educação Superior - SESu, está o Prof. Carlos Henrique, Diretor Geral do CEFET/RJ, que conduziu a reunião. Além dos representantes da SETEC e da SESu, e do corpo diretor do CEFET/RJ e do CEFET-MG, estavam presentes o presidente da ANDIFES, o Secretário Executivo da ANDIFES, um representante do CONIF e o Reitor da UFRJ.



Posteriormente, foi marcada uma reunião extraordinária, ocorrida em 11/09/2012, em Brasília, e ilustrada na foto a seguir, para acertar como seria feito o encaminhamento final e de que forma se daria a última reunião, que ainda não possui data marcada.



Na foto anterior, do CEFET/RJ, estão o Prof. Carlos Henrique, Diretor Geral, o Prof. Maurício Motta, Vice-Diretor, a Prof^a. Gisele Vieira, Diretora de Ensino, e o Prof. Diego Carvalho, Diretor de Administração e Planejamento. Do CEFET-MG, estão o Prof. Marcio Basílio, Diretor Geral, o Prof. Irlen Gonçalves, Vice-Diretor, o Prof. Eduardo Henrique Coppoli, Diretor de Extensão e Desenvolvimento Comunitário e o Prof. Patterson de Souza, Diretor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação.

A função social do CEFET/RJ é promover o ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais, estendendo benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

Como Instituição integrante da rede de Educação Superior, o CEFET/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, sendo submetido a três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

A avaliação das instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa - realizada por comissões designadas pelo INEP. O presente relatório tem como objeto a avaliação da Instituição de Educação Superior CEFET/RJ em sua etapa de autoavaliação.

Segundo as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação das Instituições fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004, p.5)¹, a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da Instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões. Antes do próximo item, será dada uma visão geral da IFES no quesito Ensino Superior, para que suas especificidades sejam compreendidas e se conheça um pouco dos atores do processo.

A Tabela 1.3 apresenta a distribuição dos alunos do Ensino Superior por cursos e programas em 2011.2.

¹BRASIL. Ministério da Educação. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

Tabela 1.3 - Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2011.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2011.2						
Cursos e Programas		Unidade Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí
Graduação	Superiores de Tecnologia	373	-	182	103	-
	Bacharelado	2.289	485	-	-	105
	Licenciatura	-	-	93	70	-
Total de Alunos da Graduação		2662	485	275	173	105
Total Geral Graduação		3700				
Pós-Graduação (Mestrado)		170	-	-	-	-
Pós-Graduação Lato Sensu	Presenciais	116	-	-	25	-
	Educação a distância	163	-	-	-	-
Total de Alunos da Pós-Graduação		449	-	-	25	-
TOTAL (Graduação + Pós)		3.111	485	275	198	105
4.174						

Fonte: DIGES, SIE, 2011.2 e DIPPG, dez/2011.

Com relação ao corpo docente, segundo o DRH, no final do primeiro semestre de 2011, o sistema CEFET/RJ contava com um total de 618 docentes atuando no ensino médio, técnico e/ou superior, conforme ilustrado na Tabela 1.4.

Tabela 1.4 - Distribuição do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ em 2011.2

UNIDADES	QUANTITATIVO
Maracanã	431
Nova Iguaçu	79
Maria da Graça	26
Petrópolis	31
Nova Friburgo	24
Itaguaí	19
Valença	5
Angra	3
TOTAL	618

Fonte: DRH, dez/2011.

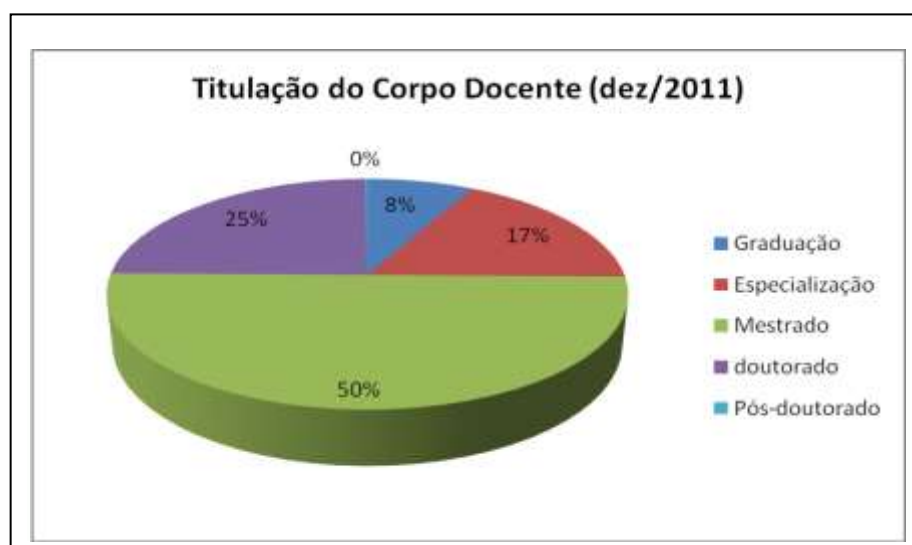
O corpo docente do CEFET/RJ em 2011 era composto de aproximadamente 25% de doutores, 50% de mestres, 17% de especialistas e 8% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 75% do corpo docente, conforme apresentado na Tabela 1.5 e no gráfico a seguir.

No final de 2010, segundo o DRH, no final do primeiro semestre de 2010, a Unidade Sede situada no Maracanã contava com 426 docentes atuando no ensino médio, técnico e/ou superior. O corpo docente do CEFET/RJ em 2010 era composto de aproximadamente 40% de doutores, 45% de mestres, 9% de especialistas e 6% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 85% do corpo docente.

Tabela 1.5 - Distribuição da Titulação do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ em 2011.2

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Graduação	48	8%
Especialização	108	17%
Mestrado	309	50%
doutorado	152	25%
Pós-doutorado	1	0%
TOTAL	618	100%

Fonte: DRH, dez/2011.



A Tabela 1.6 apresenta a distribuição do corpo técnico administrativo em 2011.2, relativa a todas as Unidades com Ensino Superior.

Tabela 1.6 - Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo em 2011.2

Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível Classificado em 2011 nas Unidades com Ensino Superior (Classificação com base na Lei no 11.091/2005)						
Nível de Classif.	Cargo	Unidade Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí
A	Auxiliar Operacional	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	-	-	-	-
TOTAL		1	-	-	-	-
C	Assistente de Laboratório	2	1	-	-	-
	Assistente de Alunos	4	4	1	2	-
	Auxiliar em Administração	55	4	1	-	2
	Auxiliar em Assuntos Educacionais	1	-	-	-	-
	Contínuo	3	-	-	-	-
	Contramestre/Ofício	2	-	-	-	-
	Motorista	4	-	-	-	-
	Operador de Máq. Copiadora	1	-	-	-	-
	Porteiro	9	-	-	-	1
	Telefonista	2	-	-	-	-
TOTAL		83	9	2	2	3
D	Assistente em Administração	129	17	7	7	6
	Desenho Técnico/Especialidade	2	-	-	-	-
	Mestre de Edificações e Infraestrutura	3	-	-	-	-
	Técnico de Tecnologia da Informação	15	-	1	-	1
	Técnico em Arquivo	1	-	-	-	-
	Técnico em Artes Gráficas	-	-	-	-	-
	Técnico em Contabilidade	4	-	-	-	-
	Técnico em Eletrotécnica	-	1	-	-	-
	Técnico em Secretariado	1	-	-	-	-
	Técnico de Laboratório/Área	1	-	-	-	-
	Vigilante	3	-	-	-	-
TOTAL		159	18	8	7	7
E	Administrador	5	-	-	2	1
	Analista de Tecnologia da Informação	3	-	-	-	-
	Arquiteto/Urbanista	2	-	-	-	-
	Arquivista	9	-	-	-	-
	Assistente Social	1	1	1	1	-
	Bibliotecário(a) – Documentalista	9	2	2	2	1
	Contador	8	-	1	1	-
	Economista	2	-	-	-	-
	Engenheiro/Área	3	-	-	-	-

Jornalista	1	-	-	-	-
Médico/Área	3	-	-	-	-
Odontólogo	3	-	-	-	-
Pedagogo/Área	4	2	2	2	-
Programador Visual	1	-	-	-	-
Psicólogo/Área	2	-	-	-	-
Relações Públicas	1	-	-	-	-
Sociólogo	1	-	-	-	-
Técnico em Assuntos Educacionais	16	1	2	2	3
TOTAL	74	6	8	10	5
TOTAL GERAL	317	33	18	19	15
402					

Fonte: DRH, dez/2011.

2.1-Processo de Trabalho Desenvolvido

Para promover o processo de autoavaliação institucional de 2011, a CPA seguiu um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da Instituição.

O roteiro de autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando este contexto foram previstas as seguintes atividades, conforme a Tabela 1.7:

Tabela 1.7 - Lista de Atividades Programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do Planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos Instrumentos de Pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do relatório Final ao Conselho Diretor e ao INEP
9	Divulgação dos resultados à comunidade

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as subcomissões de trabalho, baseadas na CPA designada pela Portaria nº 131 de 13/03/2009, estão apresentadas na Tabela 1.8. Apesar de cada dimensão possuir uma coordenação todos interagem no processo.

Tabela 1.8 - Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA (Portaria nº 131 de 2009)

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Carmelita Alves
		Membros:	Esther Provenzano Gisele Vieira Marina Brochado Rafael Ribeiro
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenadora:	Gisele Vieira
		Membros:	Aline Gesualdi Cristóvão Braga Eduardo Gatto Esther Provenzano Jonathan Silva
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Luiz José Cavalcante
		Membros:	André Daibert Cristóvão Braga Jorge Apolinário Silvana Bezerra Jonathan Silva
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
		Membros:	André Daibert Esther Provenzano Luiz José Cavalcante Pedro Mello
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Eduardo Gatto
		Membros:	Cristóvão Braga Gisele Vieira Jorge Apolinário Marina Brochado
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Marina Brochado
		Membros:	Carmelita Alves Esther Provenzano

			Silvana Bezerra Rafael Ribeiro
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	André Daibert
		Membros:	Aline Gesualdi Gisele Vieira Jorge Apolinário Pedro Mello
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Esther Provenzano
		Membros:	Aline Gesualdi Carmelita Alves Luiz José Cavalcante Silvana Bezerra Ricardo Silva
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenador:	Cristóvão Braga
		Membros:	Eduardo Gatto Luiz José Cavalcante Paulo Broges* Ricardo Silva
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Jorge Apolinário*
		Membros:	André Daibert Marina Brochado Paulo Borges Pedro Mello

*O técnico-administrativo Jorge Apolinário solicitou sua exclusão da comissão na ocasião, tendo o grupo assumido a coordenação da respectiva dimensão.

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as coordenações propostas por dimensão, baseadas na CPA designada pela Portaria nº 350 de 25/04/2012, são apresentadas na Tabela 1.9. Apesar de cada dimensão apresentar uma coordenação para uma melhor análise dos dados, todos podem opinar e interagir no processo.

Tabela 1.9 - Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA (Portaria nº 350 de 2012)

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Waltencir Andrade
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Marcos Corrêa
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Aline Gesualdi
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Eduardo Bezerra
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Esther Provenzano
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Francisco Silva

O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados quando coletados e processados constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematizou os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente **Relatório Final**, que será enviado ao INEP/CONAES e terá uma cópia impressa entregue ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. Os resultados serão, em seguida, apresentados aos Conselhos pertinentes e publicados no *site* da Instituição. Além disso, serão distribuídas diversas cópias eletrônicas, por meio de CD's, aos membros do Conselho de Ensino (CONEN) e do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas.

2.2-Metodologia e Instrumentos

Pode-se dizer que a aplicação da autoavaliação em 2010 e 2011, de forma geral, foi bem mais simples do que a que ocorreu em 2009, uma vez que quase todo o processo já estava dominado e a comunidade mais receptiva. Na avaliação referente ao ano de 2009, foram necessárias diversas reuniões até o produto final. Nas duas últimas, os instrumentos já estavam prontos, sendo necessário apenas atualizá-los ou aperfeiçoá-los. Com isto, conseguiu-se atingir um público total muito maior do que a avaliação realizada em 2009.

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do CEFET/RJ, o PDI, a identidade da Instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dez dimensões previstas pela Lei nº. 10.861/04 foi realizada utilizando-se vários procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados foram amplamente discutidos nas reuniões da CPA, durante o processo de elaboração, que teve início em 2009, e abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos se encontram no Anexo A e foram elaborados de forma diferenciada,

considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários foram disponibilizados de forma *on-line* com o auxílio do departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na avaliação de 2009, alunos da graduação e técnico-administrativos acessavam os questionários através de um *link* no *site* da Instituição. Os professores eram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas realizado no segundo semestre. Tal lançamento também é feito de forma *on-line*. Foi fornecido o endereço de e-mail cpa.cefetrj@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas.

Nas avaliações de 2010 e de 2011, os técnico-administrativos continuaram a acessar os questionários através de um *link* no *site* da Instituição. No entanto, com relação aos alunos da graduação, desde 2010, vem-se utilizando um procedimento diferente do utilizado em 2009, com o intuito de aumentar o número de avaliações. Os alunos são conduzidos ao questionário no momento da confirmação de matrícula. Em 2010 e 2011, os alunos da pós do Maracanã também participaram da avaliação. Porém, estes foram convidados a atuar no processo com o auxílio da própria secretaria da pós. Com relação aos professores, manteve-se o mesmo procedimento, ou seja, os professores foram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas. Manteve-se também o mesmo endereço de e-mail cpa.cefetrj@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas. Assim, o processo tem início após a P2, realizada no segundo semestre do ano letivo, momento em que os professores são conduzidos à avaliação, e termina após a confirmação de matrícula dos alunos, realizada no início do ano seguinte, momento em que os alunos são conduzidos à avaliação.

Para medir o índice de satisfação ou insatisfação da comunidade, as perguntas apresentadas nos respectivos questionários, em sua maioria, possuíam quatro escalas de respostas, apresentadas a seguir:

1- Insuficiente(s) ou Ruim(ns)	2- Suficiente(s) ou Regular(es)	3- Bom(ns) ou Boa(s)	4- Ótimo(s) ou Ótima(s)
-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------------

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando a produção de questionários longos. Os dados colhidos foram dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Este processamento incluiu a disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a Instituição como um todo (Sede e campi com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por campus ou por curso, por exemplo, deve ser feita a parte. Assim, a partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos também os dados por Unidade, por curso e por departamento para uma análise mais profunda da Instituição, embora a análise deste relatório esteja voltada para a Instituição como um todo.

A etapa referente à sensibilização ocorreu em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão e-mails eletrônicos, chamadas no *site* da Instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo, etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão agiu como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA contou com o apoio das Direções e Chefes de departamentos para a divulgação do questionário formulado e para a análise das dez dimensões indicadas pela CONAES, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas setoriais. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permitirá compor uma visão diagnóstica das dez dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, cada um foi solicitado a ser um multiplicador, passando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos de contato toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

Uma novidade proposta pela presidente atual da comissão, Esther Provenzano, que está sendo implementada na última comissão designada (Portaria nº 350 de 2012), é a utilização da plataforma Moodle para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados a avaliação. O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. A sigla corresponde a "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment" (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). O Moodle é também um sistema de gestão do ensino e

aprendizagem (conhecido por sua sigla em inglês, LMS - Learning Management System). Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite também, de forma simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso *on-line* à sua escolha.

2.3-Principais Dificuldades

A principal dificuldade encontrada pela comissão está relacionada ao fato de muitas informações importantes só estarem disponíveis após a data de envio solicitada pelo INEP, que corresponde a 30/03/2012. Como a avaliação tem início no segundo semestre de 2011, os dados referentes aos cursos, alunos, professores, técnico-administrativos e eventos realizados correspondem ao ano de 2011. No entanto, diversos desses dados ainda não estão disponíveis em março de 2012, o que inviabiliza a entrega do relatório completo na data solicitada.

Dessa forma, a comissão realiza todas as análises que são possíveis e aguarda o restante das informações para finalizar o relatório, que é enviado assim que ocorre a conclusão de todo o processo. A comissão sugere inclusive ao INEP que o ideal seria que a entrega do relatório fosse realizada sempre no final do ano seguinte à avaliação ou a partir daí e não no início do ano, no caso março. Isto facilitaria os trabalhos da comissão e evitaria as solicitações antecipadas de informações que ainda não se encontram consolidadas e colocadas no *site* da Instituição.

2.4-População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de Instituições de Educação Superior, decidiu-se focar a avaliação interna do CEFET/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro que apresenta, além do ensino superior, ensino médio e técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da Instituição. Não se pode

esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer, laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o CEFET uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo "comunidade acadêmica" será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os campi com curso superior, ou seja, a Unidade Sede situada no Maracanã e os campi de Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí. O campus de Itaguaí iniciou seu curso de Engenharia Mecânica no segundo semestre de 2010, não tendo participado do processo de avaliação nesta ocasião, porque como a avaliação ocorre a partir do segundo semestre de 2010, só haveria a turma do primeiro período para participar. Assim, em 2011, o campus Itaguaí teve sua estreia oficial no processo de autoavaliação da CPA.

2.4.1-População: Corpo Discente

O total de alunos de graduação da Instituição considerando a Sede e os campi com ensino superior, conforme apresentado na Tabela 1.3, é de 3700 alunos. Os habilitados à pesquisa são todos os alunos de graduação matriculados, ou seja 3700, menos os concluintes relativos ao final de 2011, que corresponde a 340, fornecendo um total de 3360. Isso ocorre porque o questionário é aplicado aos alunos no período de matrícula, após o término do segundo semestre letivo, ou seja os concluintes não entram na pesquisa. O sistema consegue capturar no momento da matrícula do ano n+1, a opinião dos alunos do ano n sobre o período encerrado e a Instituição de forma geral.

Tabela 1.10 - Total de Alunos de Graduação Habilitados a Participar do Processo de Avaliação

Alunos Habilitados a Responderem ao Questionário	
Total de Alunos de Graduação Matriculados na Instituição (todas as Unidades)	3700
Total de Alunos de Graduação Concluintes (todas as Unidades)	340
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados (todas as Unidades)	3360

A população de alunos de graduação considerada, em 2011.2, na análise realizada pela comissão, pode ser observada na tabela 1.11, a seguir. Na última coluna estão os alunos que de fato participaram da avaliação (RA - alunos respondentes). Na última linha da tabela, pode-se observar quanto em porcentagem esses alunos representam, considerando o universo de alunos do ensino superior da Instituição habilitados.

Tabela 1.11 - Alunos de Graduação

ALUNOS - GRADUAÇÃO		
Total de Alunos Matriculados (TA) ; N° de Alunos Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração Industrial	432	355
Engenharia Civil	262	253
Engenharia de Produção	399	341
Engenharia Elétrica - Eletrônica*	171	134
Engenharia Elétrica - Eletrotécnica*	199	174
Engenharia Elétrica - Telecomunicações*	162	147
Engenharia Industrial de Controle e Automação*	158	147
Engenharia Mecânica	506	450
Total de Alunos (Bacharelado)	2289	2001
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão Ambiental	195	140
Tecnólogo em Sistemas para Internet	178	131
Total de Alunos (Superior de Tecnologia)	373	271
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maracanã	2662	2272
Campus Nova Iguaçu		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Produção	240	220
Engenharia Industrial de Controle e Automação	245	218
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Iguaçu	485	438
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	70	38
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	103	73
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Friburgo	173	111
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	93	59
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	182	121
Total de Alunos da Graduação da Unidade Petrópolis	275	180
Campus Itaguaí		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Mecânica	105	90
Total de Alunos da Graduação da Unidade Itaguaí	105	90
Total de Alunos de Graduação da Instituição (todas as Unidades)	3700	3091
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados**** (todas as Unidades)	3360	
Porcentagem de Alunos de Graduação Respondentes (todas as Unidades)		92,0 %

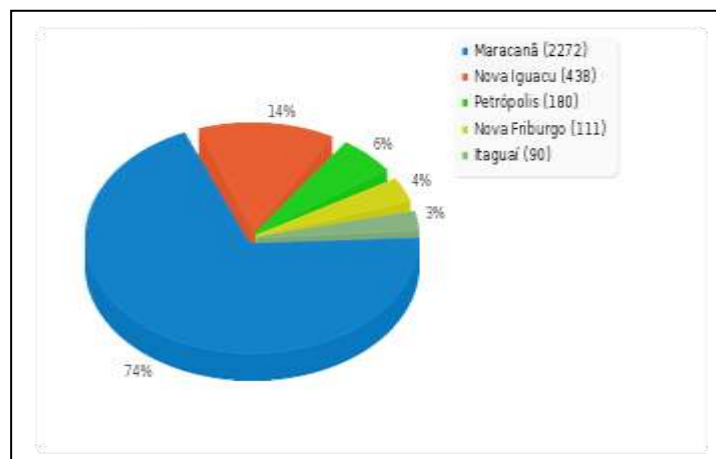
*Fonte: DRH, dez/2011.

** Os cursos de Engenharia Industrial de Controle e Automação, Engenharia Elétrica - Eletrônica, Eletrotécnica e de Telecomunicações da Unidade Sede pertencem ao Depto. de Engenharia Elétrica do Maracanã.

***Total de alunos habilitados: 3700 -340 (concluintes) = 3360

É importante lembrar que em 2009, a participação dos alunos de graduação foi de 9,2% e em 2010, de 97,7% dos alunos habilitados. Este aumento significativo foi muito enriquecedor para o processo, mas somente foi alcançado porque a partir dessa ocasião os alunos foram conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula. Em 2011, a participação dos alunos foi de cerca de 92%, também bastante significativa, como mostra a Tabela 1.10.

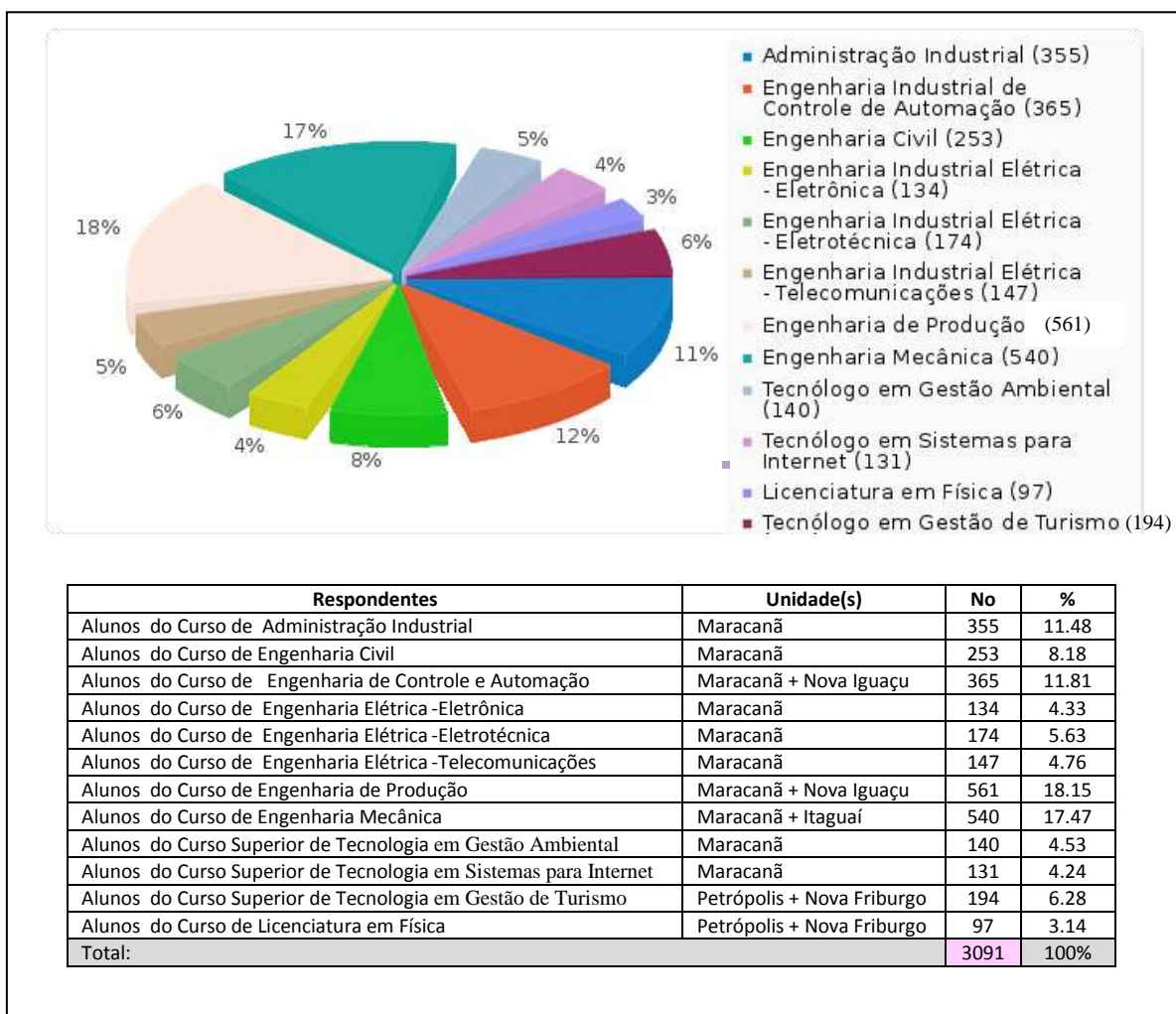
Para uma ideia da distribuição dos alunos de graduação respondentes por Unidade, pode-se observar o gráfico a seguir:



A Unidade Sede do Maracanã possui o maior número de alunos matriculados e de respondentes, dentre todas as Unidades. Em seguida, aparecem as UnEDs de Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí. O curso com o maior número de alunos matriculados e de respondentes, entre todos, é o curso de Engenharia Mecânica da Unidade Sede, com 506 alunos matriculados e 450 respondentes, conforme apresentado na Tabela 1.11, seguido do curso de Administração, com 432 alunos matriculados e 355 respondentes. Cabe informar que o curso de Engenharia Civil, em 2011, era o curso de graduação mais recente da Unidade do Maracanã, implantado em 2007.2, tendo encerrado o seu 9º período, no momento da aplicação do instrumento.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de alunos respondentes por curso. O número de alunos do curso de engenharia de produção ilustrado corresponde ao somatório dos alunos

do Maracanã com os de Nova Iguaçu, o mesmo ocorre para o curso de Engenharia de Controle e Automação. O número de alunos do curso de engenharia mecânica ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Itaguaí. Já o número de alunos do curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo ilustrado corresponde ao somatório dos alunos de Petrópolis com os de Nova Friburgo, o mesmo ocorre para o curso de Licenciatura em Física. O curso com o maior número de alunos respondentes corresponde ao curso de Engenharia de Produção, seguido do curso de Engenharia de Mecânica. Conforme apresentado na Tabela 1.11, observa-se que, em termos de departamento, o departamento de elétrica, com seus quatro cursos e o departamento de mecânica, com seu único curso, pertencentes a Unidade Maracanã compreendem o maior número de alunos matriculados (690 e 506, respectivamente), e de respondentes (602 e 450, respectivamente).



Avaliação semelhante foi realizada com os alunos da pós-graduação, conforme ilustrado

na tabela 1.12, a seguir. No entanto, neste caso, decidiu-se realizar a avaliação apenas com os alunos do Maracanã, com auxílio da própria secretaria da pós do Maracanã. Uma vez que neste caso, o DTINF não teria acesso para colocar o questionário *on-line* no momento de confirmação de matrícula, como foi feito com os alunos da graduação. Cabe lembrar também que as matrículas dos alunos da graduação e dos alunos da pós ocorrem em momentos diferentes.

Tabela 1.12 - Alunos de Pós-Graduação

ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		
Total de Alunos (TA) Matriculados; N^o de Alunos de Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Strictu Sensu)		
Mestrado em Tecnologia (PPTec)	36	10
Mestrado no Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	33	10
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PEMM)	38	6
Mestrado em Engenharia Elétrica (PEEL)	23	4
Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	22	-
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	18	-
Total de Alunos de Pós-Graduação -Strictu Sensu	170	30
Total de Alunos Matriculados Habilitados[*] de Pós-Graduação -Strictu Sensu	130	
Porcentagem de Alunos de Pós-Graduação -Strictu Sensu Respondentes	25,4%	
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil)**	163	-
Relações Étnico-Raciais e Educação: Uma Proposta de (RE) Construção do Imaginário Social	35	3
Trabalho Tecnologia e Educação	20	-
Letramento(s) e Práticas Educacionais	31	-
Ensino de Línguas Estrangeiras com Ênfase em Língua Inglesa e Espanhola	30	-
Total de Alunos de Pós-Graduação -Lato Sensu	279	3
Total de Alunos Matriculados Habilitados^{***} de Pós-Graduação - Lato Sensu	35	
Porcentagem de Alunos de Pós-Graduação - Lato Sensu Respondentes	8,6%	
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Educação e Contemporaneidade	25	-
Total de Alunos da Pós-Graduação	25	-
Total de Alunos de Pós-Graduação (Strictu Sensu + Lato Sensu) (todas as Unidades)	474	33
Total de Alunos Habilitados^{****} de Pós-Graduação (Strictu Sensu + Lato Sensu) (todas as Unidades)	165	
Porcentagem de Alunos de Pós-Graduação - Strictu Sensu e Lato Sensu Respondentes	20,0%	

* Total de alunos habilitados (Strictu Sensu): 170 – (18+22) (PPCTE+PPRER) = 130 (Os alunos do PPCTE e do PPRER não participaram da pesquisa)

** Compreende o polos: Campo Grande (54); Macaé (26); Nova Friburgo (48); Rio Bonito (35). Fonte: DIPED, dez/2011.

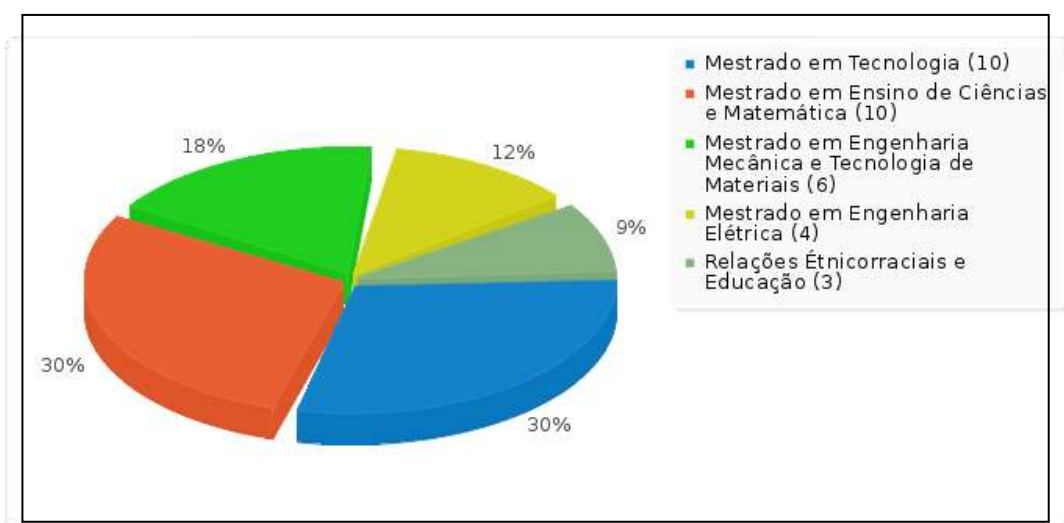
*** Total de alunos habilitados (Lato Sensu): 35 (Somente os alunos do curso “Relações Étnico-Raciais e Educação” participaram da pesquisa.)

**** Total de alunos habilitados (Strictu Sensu + Lato Sensu): 130 + 35 = 165 (Somente os alunos dos Mestrados e do curso “Relações Étnico-Raciais e Educação” participaram da pesquisa.)

O número de alunos respondentes da pós-graduação *Strictu Sensu*, conforme pode ser observado na tabela anterior, corresponde a 25,4% do total de matriculados habilitados. Os alunos dos Mestrados em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) e em Relações Étnico-Raciais (PPRER) não participaram do processo, considerando que os cursos eram

muito recentes. Com relação ao número de alunos respondentes da pós-graduação como um todo (*Strictu Sensu + Lato Sensu*), a porcentagem foi de 20,0% do total de habilitados. Não se pode esquecer que tais alunos eram convidados a participar e não conduzidos ao processo como os de graduação.

Para uma ideia da distribuição de alunos da pós-graduação respondentes por curso, pode-se observar o gráfico a seguir:



Os alunos de graduação e de pós-graduação avaliaram a Instituição, o curso a que pertenciam e os professores das disciplinas que estavam cursando. A última avaliação citada, alunos avaliando professores, foi feita de forma geral, onde os alunos avaliam o grupo de professores do período encerrado. No entanto, a ideia inicial era uma avaliação individual na qual, após finalizados os trabalhos, cada professor poderia ter acesso à sua avaliação. Porém, para isso, o aluno deveria acessar sua grade de disciplinas. Deveria, então, clicar em uma por uma e fazer as respectivas avaliações. Sabendo da quantidade de dados envolvidos e que não havia tempo hábil para tal implementação pelo DTINF e testes de prováveis erros, optou-se por uma análise mais geral. Uma vez realizados todos os testes necessários para a segurança deste tipo de avaliação, esta poderá ser utilizada em futuras análises. É importante lembrar que tal procedimento necessitará de um maior tempo disponível por parte dos alunos para o questionário, pois muitos cursam diversas disciplinas. Talvez a solução seja desmembrar o instrumento, aplicando este tipo de avaliação em um momento diferente, como fazem algumas outras IES.

2.4.2-População: Corpo Docente

Tabela 1.13 - Professores Participantes do Processo de Avaliação

DOCENTES	
Nº de Respondentes* (RP)	RP
Unidade Sede (Maracanã)	
Profs. do Depto. de Administração Industrial	22
Profs. do Depto. de Engenharia Civil	10
Profs. do Depto. de Engenharia Elétrica**	27
Profs. do Depto. de Engenharia de Produção	14
Profs. do Depto. de Engenharia Mecânica	23
Profs. do Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais	44
Profs. dos Cursos Superiores de Tecnologia	22
Total de Professores da Unidade Maracanã Respondentes	162
Total de Professores que atuam na Pós do Maracanã Respondentes	56
Total*** de Professores da Unidade Maracanã	212
Total**** de Professores que atuam na Pós do Maracanã	88
Porcentagem de Professores Respondentes da Unidade Maracanã	76,4%
Porcentagem de Professores da Pós Respondentes da Unidade Maracanã	63,6%
Campus Nova Iguaçu	
Profs. do Depto. de Engenharia de Produção	5
Profs. do Depto. de Engenharia Industrial de Controle e Automação	8
Profs. do Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais	12
Total de Professores da Unidade Nova Iguaçu Respondentes	25
Total***** de Professores da Unidade Nova Iguaçu (EP:7; ECA:12; Bas:10)	29
Porcentagem de Professores Respondentes da Unidade Nova Iguaçu	86,2%
Campus Petrópolis	
Profs. do Curso de Licenciatura em Física	12
Profs. do Curso Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	8
Total de Professores da Unidade Petrópolis Respondentes	20
Total***** de Professores da Unidade Petrópolis (Fís:13; Tur:11)	24
Porcentagem de Professores Respondentes da Unidade Petrópolis	83,3%
Campus Nova Friburgo	
Profs. do Curso de Licenciatura em Física	7
Profs. do Curso Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	9
Professores da Unidade Nova Friburgo Respondentes	16
Professores que atuam na Pós de Nova Friburgo Respondentes	4
Total***** de Professores da Unidade Nova Friburgo (Fís:11; Tur:11)	22
Total**** de Professores que atuam na Pós de Nova Friburgo	8
Porcentagem de Professores Respondentes da Unidade Nova Friburgo	72,7%
Porcentagem de Professores da Pós Respondentes da Unidade Nova Friburgo	50%
Campus Itaguaí	
Profs. do Depto. de Engenharia Mecânica	8
Total de Professores da Unidade Itaguaí Respondentes	8
Total***** de Professores da Unidade Itaguaí	11
Porcentagem de Professores Respondentes da Unidade Itaguaí	72,7%
Total de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	231
Total de Professores da Instituição que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	298
Porcentagem de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	77,5%

* O número de profs respondentes refere-se aos lotados nos respectivos depts, atuantes em seus cursos ou em algum outro. Além disso, estão incluídos os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos depts.

** O Depto. de Engenharia Elétrica envolve professores das seguintes ênfases: Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações e professores do curso de Engenharia Industrial de Controle e Automação da Unidade Sede.

*** O total de profs apresentado refere-se aos lotados nos respectivos depts e atuantes em seus cursos. Dados fornecidos pelas Unidades, DERAC, e processados pela CPA, referentes a dez/2010. Considerando que este número não sofreu grandes alterações em 2011, foi mantido constante.

**** Fonte: DIPPG, dez/2011 e DIPED, dez/2011.

***** O total de profs apresentado refere-se aos lotados nos respectivos depts e atuantes em seus cursos. Dados fornecidos pelas Unidades, referentes a dez/2011.

A população de docentes considerada na análise realizada pela comissão em 2011.2, voltada para a Educação Superior, está ilustrada na tabela anterior. Como todos os professores da pós são professores também da graduação ou do técnico, eles estão incluídos na tabela ilustrada. Não há professores que atuam somente na pós.

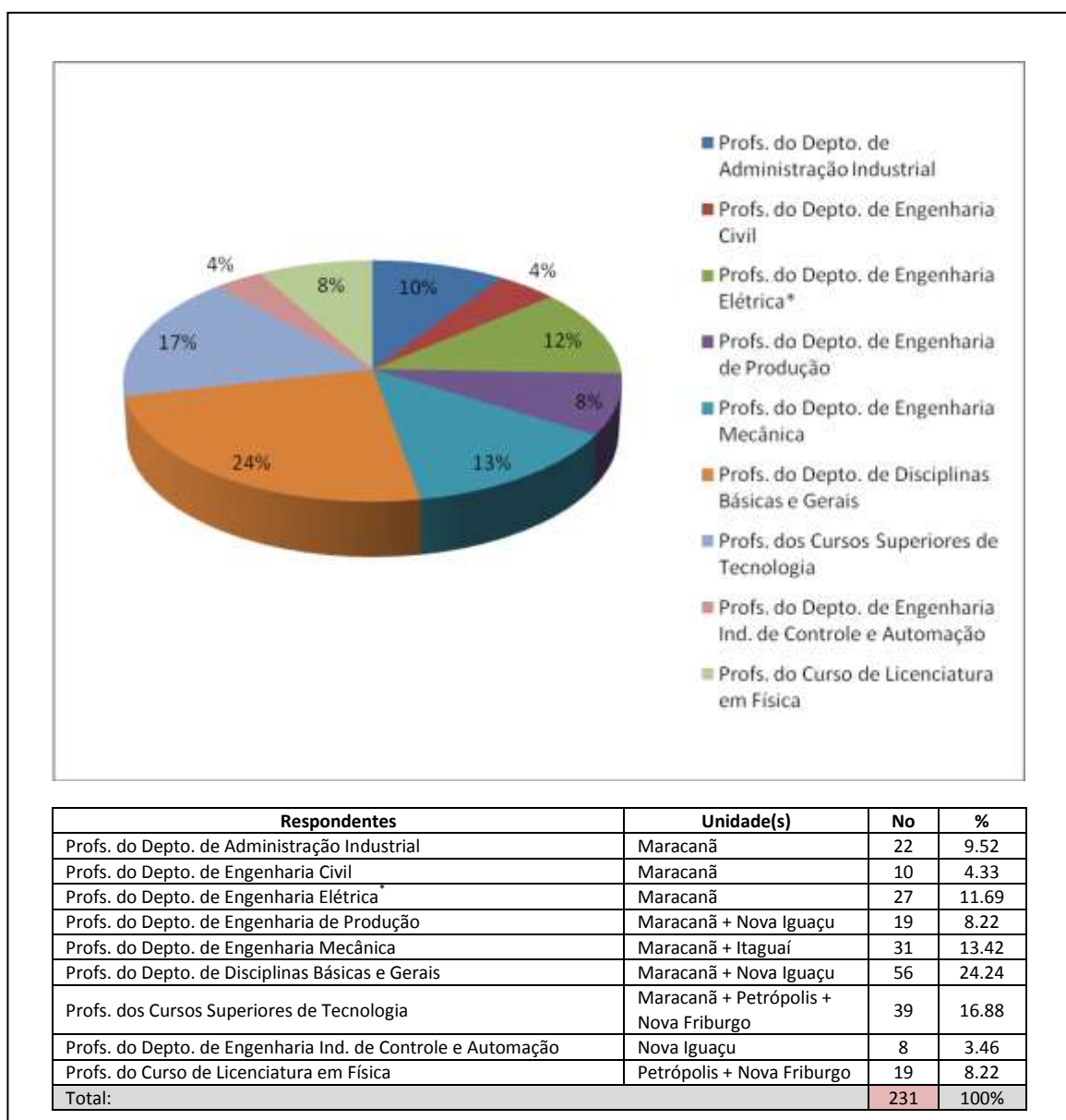
Os docentes avaliaram a Instituição e o curso relacionado ao departamento em que estão lotados a partir dos questionários aplicados. Como cada curso compreende docentes de diversas áreas, foi necessário optar por um critério de avaliação. Com o critério adotado, o professor lotado no Departamento de Engenharia Elétrica, por exemplo, que ministra Eletricidade para o curso de Engenharia Mecânica e outras disciplinas em seu departamento avaliará o curso de Engenharia Elétrica e assim por diante.

O número de professores fornecidos pelo DERAC e processados pela CPA, referentes a 2011.2, refere-se ao total de professores atuantes nos cursos dos respectivos departamentos em que estão lotados. Deve-se lembrar que alguns professores estão lotados em um determinado departamento, mas lecionam em outro. Este é o caso, por exemplo, dos professores lotados no Departamento de Engenharia Mecânica, mas que dão aula apenas na Engenharia de Produção. Tais professores avaliarão o curso de Engenharia Mecânica e aparecerão como respondentes de tal curso, mas não estão contados no total de professores atuantes do curso. Além disso, o total de professores respondentes inclui também os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos departamentos. Em virtude da complexidade que envolve cada programa de curso e respectivos docentes, que podem ministrar aulas em mais de um curso, fica difícil encontrar uma metodologia ótima de avaliação. No entanto, considerando-se uma série de fatores, decidiu-se optar pela avaliação do professor em relação à Instituição e, também, ao curso associado ao departamento de sua lotação.

Os professores do Departamento de Disciplinas Básicas e Gerais, ilustrado na tabela, ministram aulas nos períodos iniciais de diversos cursos como, por exemplo, aulas de Cálculo, Física, Desenho, entre outras. Para os professores que também atuam na pós-

graduação, foi solicitada uma avaliação neste nível. Convém mencionar que a maioria dos professores da pós está lotada nos Departamentos da Graduação.

Como pode-se verificar, mesmo os professores sendo conduzidos ao questionário no momento do lançamento de notas, o número de respondentes não foi de 100%, embora possa ser considerado bom. Isto ocorreu porque alguns professores realizam o lançamento de notas diretamente através de um *link*, não passando necessariamente pela entrada do portal do professor. O próximo gráfico mostra a distribuição dos docentes respondentes por Departamento de lotação.



* O Depto. de Engenharia Elétrica envolve profs das seguintes ênfases: Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações e profs do curso Engenharia Industrial de Controle e Automação da Unidade Maracanã.

2.4.3-População: Corpo Técnico-Administrativo

O total de técnico-administrativos da Instituição considerando a Sede e os campi com ensino superior, conforme apresentado na Tabela 1.6, é de 402 técnicos. A população de técnico-administrativos considerada na análise realizada pela comissão em 2011.2 que avaliou o CEFET/RJ está ilustrada na Tabela 1.14, a seguir:

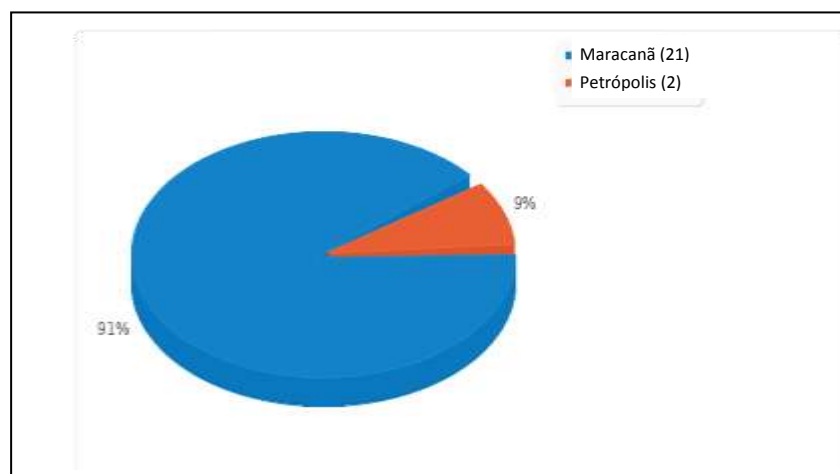
Tabela 1.14 - Técnico-Administrativos Participantes do Processo de Avaliação

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS			
Total de Técnicos (TT) ; N ^o de Respondentes (RT); % de Respondentes	TT*	RT	%
Total de técnicos da Unidade Maracanã	317	21	6,6
Total de técnicos da Unidade Nova Iguaçu	33	-	-
Total de técnicos da Unidade Petrópolis	18	2	11,1
Total de técnicos da Unidade Nova Friburgo	19	-	-
Total de técnicos da Unidade Itaguaí	15	-	-
Total de técnicos da Instituição (todas as Unidades)	402	23	5,7

*Fonte: DRH, dez./2011.

Em termos de porcentagem, convém observar que o campus de Petrópolis se destaca, como mostra a tabela anterior, pois seus respondentes representam 11,1% do total de técnicos do campus.

Para uma ideia da distribuição dos técnico-administrativos respondentes por Unidade, pode-se observar o gráfico a seguir:



O baixo índice participativo dos técnico-administrativos, comparado à participação dos

professores e alunos, se deve ao fato dos técnico-administrativos terem sido convidados a participar, não sendo obrigatoriamente conduzidos ao processo, tais como os professores e os alunos. Assim, os técnicos das Unidades Itaguaí, Nova Iguaçu e Nova Friburgo não responderam ao questionário disponibilizado no Portal.

Como era esperado e pode ser verificado pelo gráfico, a Unidade Sede do Maracanã, que envolve o maior número de cursos, de alunos e de técnico-administrativos, abrange o maior número de técnico-administrativos respondentes, correspondente a 91%, seguida pela UnED de Petrópolis.

A avaliação referente a 2011 envolveu 3378 respondentes, sendo 3091 alunos de graduação, 33 alunos de pós-graduação, 231 professores e 23 técnico-administrativos. A avaliação referente a 2010 envolveu 3614 respondentes, sendo 3348 alunos de graduação, 41 alunos de pós-graduação, 197 professores e 28 técnico-administrativos. A avaliação realizada em 2009 envolveu apenas 586 respondentes.

3.1 - Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.

Consideradas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ assume como missão institucional promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

A missão, os objetivos e os compromissos da Instituição estão registrados no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI, com vigência 2010-2014. O PDI está condizente com a estrutura determinada pelo art.16 do Decreto n.5773/2006.

Os objetivos que norteiam o planejamento da Instituição permanecem inalterados como mostram o PDI (2005-2009) e o PDI (2010-2014). São eles:

- Ministar educação profissional técnica, de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministar ensino superior de graduação e de pós graduação *lato sensu e stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- Ministar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, para atualizar, aperfeiçoar e especializar profissionais na área tecnológica;

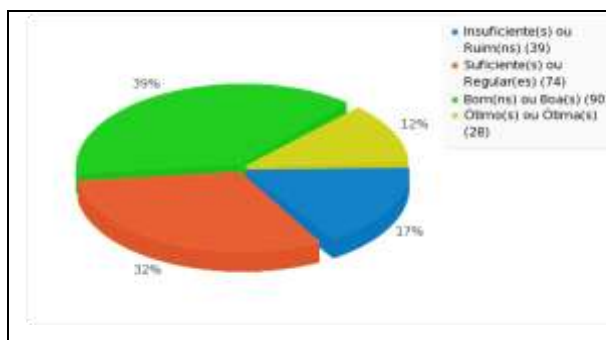
- Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional foram formuladas pela CPA três questões que fizeram parte do questionário aplicado no encerramento do semestre 2011/2.

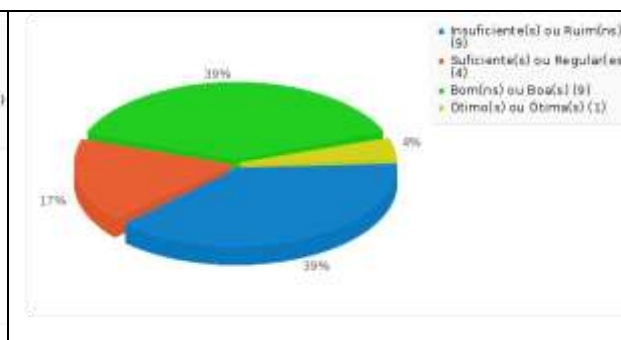
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia o seu conhecimento com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEFET/RJ?

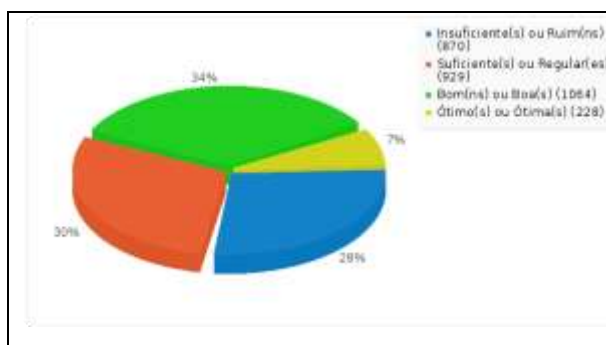
Docentes



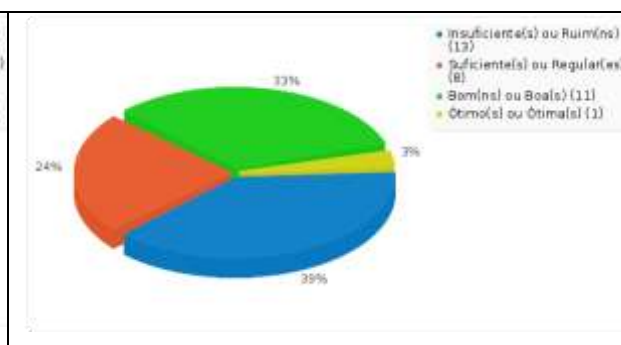
Técnicos



Alunos-Graduação



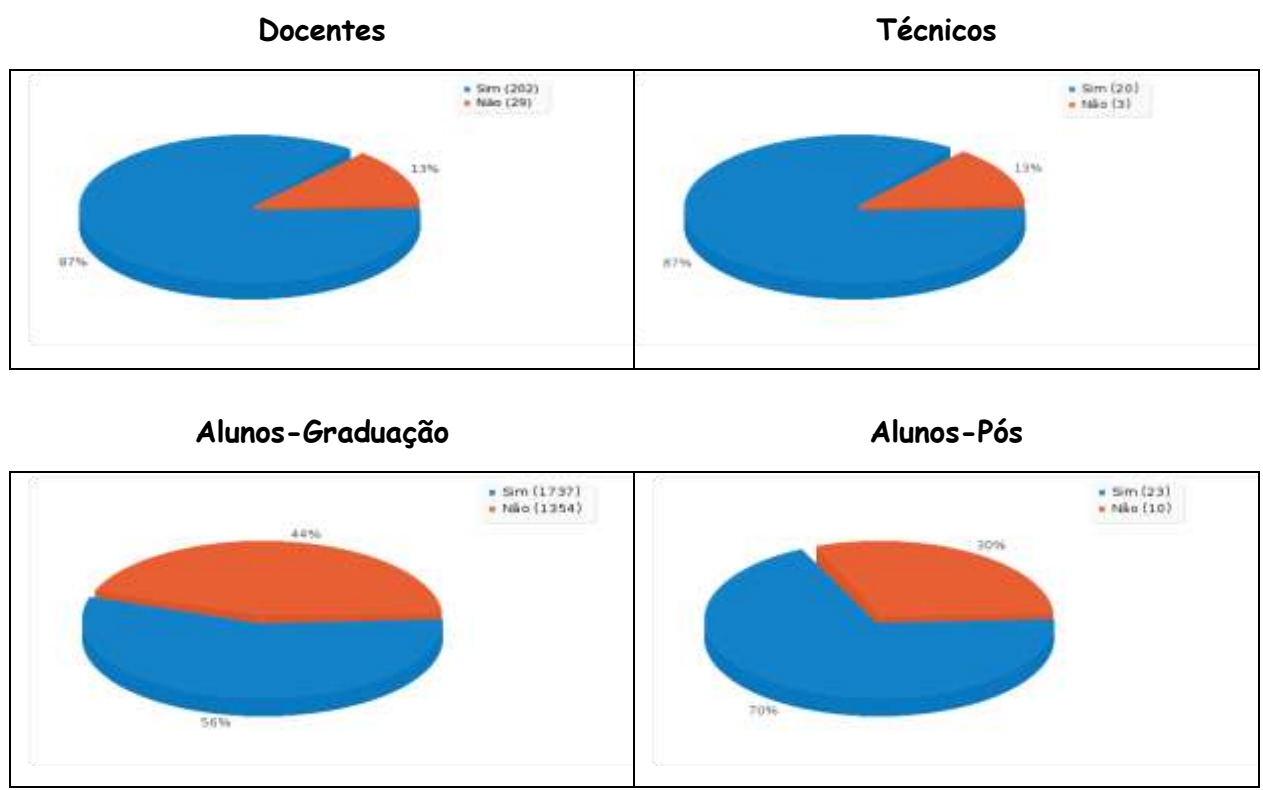
Alunos-Pós



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 17% dos professores admitem que o seu conhecimento do PDI é insuficiente, seguidos de 28% dos alunos de graduação, 39% dos técnicos e 39% dos alunos da pós. O restante dos respondentes afirma possuir conhecimento suficiente, bom ou ótimo. Sendo assim, ainda é necessário um trabalho de divulgação do documento, principalmente junto aos alunos e técnicos, para que esses índices diminuam.

Vale observar o comportamento da comunidade diante da mesma questão na avaliação de 2010. Naquela ocasião, 17% dos professores, 18% dos técnicos, 28% dos alunos de graduação e 36% dos discentes de pós-graduação responderam desconhecimento do PDI. Os novos dados sugerem que houve uma mudança na avaliação dos técnicos. Enquanto nos outros segmentos da comunidade o percentual que aponta para um conhecimento insuficiente com relação ao PDI não sofreu grande alteração, o índice dos técnicos teve um aumento: em 2010, o percentual foi de 18% e, em 2011, o percentual foi de 39%. No entanto, o baixo número de respondentes deste segmento não permite uma análise mais profunda.

☞ Você conhece a missão do CEFET/RJ?

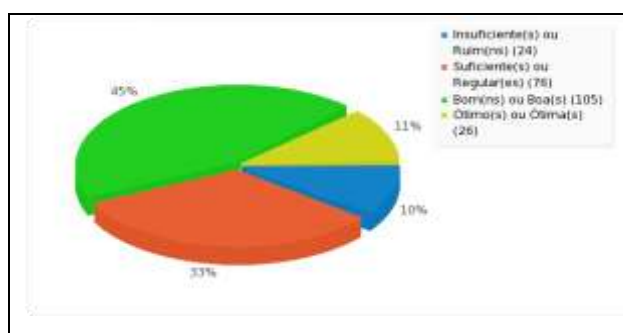


Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que o percentual de técnicos e professores que desconhecem a missão do CEFET/RJ é o mesmo: 13%. Assim, a grande maioria indica conhecimento desse item. Com relação aos alunos, os resultados mostram que 44% dos alunos de graduação e 30% dos alunos da pós respondentes não sabem a missão de sua Instituição. Esse índice alto relativo aos alunos, principalmente aos de graduação, é preocupante e deve ser analisado para que as razões deste desconhecimento sejam identificadas e tratadas.

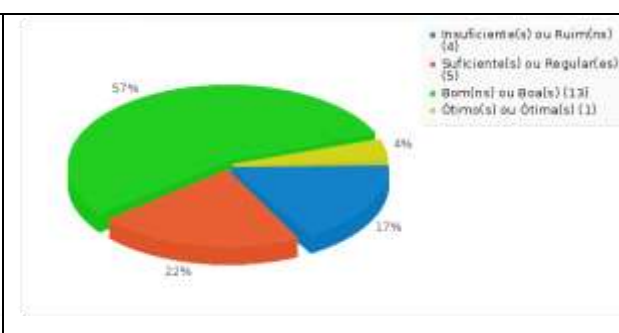
Na avaliação realizada em 2010, 4% dos técnicos, 12% dos professores, 27% dos alunos da pós e 49% dos discentes da graduação responderam desconhecimento da missão.

☞ A missão do CEFET/RJ é "Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a interação com a sociedade, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade." Isso ocorre de forma...

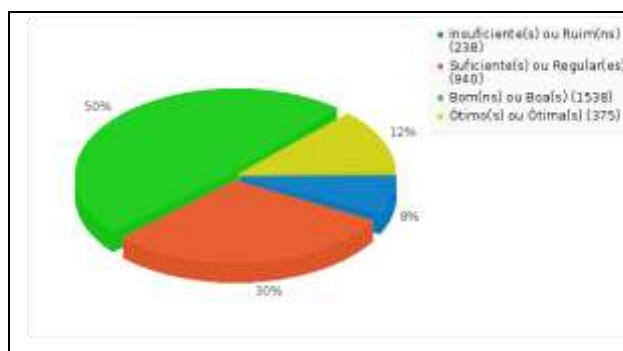
Docentes



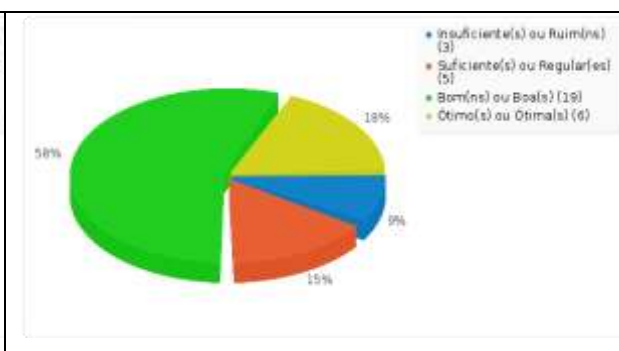
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que uma pequena parte da comunidade considera que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 8% dos alunos da graduação, 9% dos discentes da pós, 10% dos docentes e 17% dos técnicos. Assim, de uma forma geral, pode-se dizer que a maioria de todas as classes considera que a IES cumpre sua missão.

Na avaliação realizada em 2010, 10% dos alunos da graduação, 10% dos discentes da pós, 11% dos técnicos e 12% dos professores respondentes declararam desconhecimento da missão. Tais dados mostram que essa questão já havia sido também muito bem avaliada pela comunidade. Apesar disso, vale observar que houve um pequeno aumento do índice de insatisfação dos técnicos respondentes.

a.2) Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.

A Instituição demonstra em seu PDI a preocupação com aspectos relacionados ao corpo discente e, nesse sentido, assume o compromisso de democratização de acesso e redução de índice de evasão/repetências e vagas ociosas. O PDI define como diretrizes gerais que deverão nortear o desenvolvimento institucional:

- Sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica;
- Consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*;
- Ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- Implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;
- Investimento em melhoria de infraestrutura física;
- Desenvolvimento de atividades de TIC e comunicação social;
- Democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Essas diretrizes, como eixos estruturantes do PDI, organizam objetivos, estratégias e ações que, quando executadas, demonstram perfeita articulação com o PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI.

A Instituição conta com Projetos Pedagógicos para cada um dos cursos oferecidos, desenvolvidos em sintonia direta com o PDI, de forma à consecução dos objetivos por ele estabelecidos.

a.3) Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a Instituição está inserida.

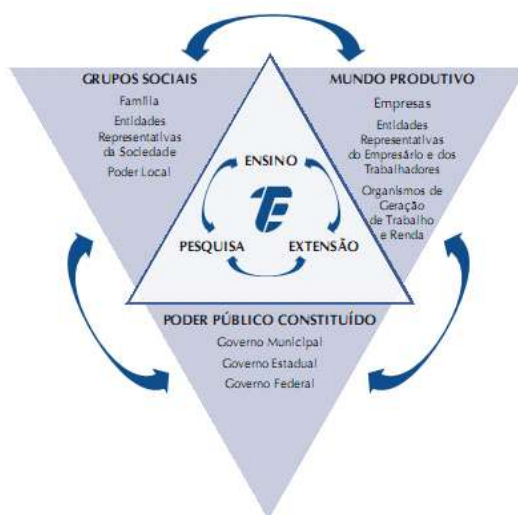
O PDI em vigor no CEFET/RJ destaca alguns aspectos da realidade brasileira, nas dimensões econômica, política e educacional, de forma a analisar o macrocenário em que se circunscreve, numa sociedade globalizada e desigual. Para uma idéia mais profunda desse item serão transcritos alguns trechos do PDI 2010-2014, logo a seguir, que mostram claramente as inter-relações do Centro na sociedade.

Ao atuar como instituição de ensino superior pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

Cumprida à Instituição fomentar o debate nesse sentido, de vez que, frente a mudanças que desenham uma nova realidade econômica e social depois de décadas de semiestagnação, já se torna lugar comum a consideração da falta de mão-de-obra qualificada como gargalo (comparável ao da infraestrutura) para o desenvolvimento do país. A formação de técnicos e engenheiros, entre outros profissionais, é anunciada como necessidade de retomada

de investimento. De outra parte, denuncia-se a perda de posição no ranking mundial da inovação, reconhecendo-se que, no Brasil, o número de registro de patentes ainda é pequeno e somente em poucas áreas a pesquisa é assumida como parte da estratégia empresarial.

Participando da política pública de Estado na área educacional, faz-se inerente à consecução dos objetivos viabilizadores da missão institucional o permanente (inter)agir reflexivo e crítico sobre projetos de desenvolvimento que se afiguram transformadores. Para tanto, são imprescindíveis à definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Centro, as relações mantidas com o conjunto da sociedade. A figura a seguir ilustra as relações do CEFET/RJ com a sociedade, no caso, representada por instâncias de Governo, organizações do mundo produtivo e diferentes grupos sociais.



Inter-Relações do CEFET na Sociedade

No início desta segunda década do milênio, já há estudos que sinalizam referenciais de um novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, a exemplo do empreendido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683/03 que elege democracia, liberdade, equidade, identidade nacional, sustentabilidade, respeito à diversidade sociocultural e soberania como valores que dão base à visão de futuro.

Considerados os desafios e eixos propositivos da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, o CDES aponta como estratégias: consolidar o processo de

expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovativos e se inserir de forma ativa na economia internacional; e fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo. A essas estratégias se articula um conjunto de desafios, de vez que os avanços desse novo ciclo de desenvolvimento dependem da educação (tomada como eixo prioritário e estruturante); da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade; da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais; de um Estado democrático e indutor do desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

É incontestável que, na área educacional, terá de se ter em conta e fazer progredir - com qualidade social e sustentabilidade de política pública de Estado - os esforços empreendidos pelo Governo da República com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que trouxe um grande número de ações e programas da educação infantil à pós-graduação, incluindo-se aí, citadas as orientações que mais de perto dizem respeito ao âmbito da atuação deste CEFET, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e a reestruturação e expansão das universidades federais.

Foi no viés dessa expansão que, desde a introdução do PDI 2005-2009, a Instituição cresceu potencialmente na perspectiva de interiorização das atividades acadêmicas que dão cumprimento à sua missão. Quando instituído aquele PDI, a diretriz "Implementação do Sistema Multicampi" assinalava a existência de apenas uma Unidade de Ensino Descentralizada (a UnED Nova Iguaçu) e o pleito de transformação do campus Maria da Graça em Unidade de Ensino. A adesão ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica levou à atual constituição do Sistema: a Unidade Sede (Maracanã) e sete campi (Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Valença, Itaguaí e Angra dos Reis). Desse modo, o CEFET/RJ vivencia a oportunidade de alargar sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Subsidiado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o CEFET/RJ reafirma a intenção de ter sua institucionalidade reconhecida como de Universidade Tecnológica, a fim de assim garantir condições de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação multicampi, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro. No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir em:

- Investir permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta o contexto de desenvolvimento e demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade interna;
- Integrar os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;
- Participar de ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando a projetos de interesse de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- Buscar apoio de agências de fomento e centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;
- Fortalecer a integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação;
- Interiorizar as atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e informação, e alcancem desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- Integrar atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Nesse contexto, as perspectivas da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal, a eficiência energética, a expansão da infraestrutura - aeroportos, portos, estradas e ferrovias, habitação e saneamento - tendo como um dos eixos as necessidades para a Copa 2014 e a Olimpíada 2016 são apenas alguns dos desafios nacionais concretos que demandam da Instituição a responsabilidade educacional, formadora de profissionais capazes de atuar, com competência técnico-científica e interesse social, na área tecnológica.

a.4) Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Ao longo de 2009, foram realizadas sistemáticas reuniões, encontros e eventos para a discussão do PPI, resultando na construção de um documento com a participação de todos os segmentos da comunidade interna e de membros da comunidade externa. Tal documento pode ser encontrado no *site* da Instituição, assim como o PDI. O CEFET/RJ busca a articulação entre o PDI e o PPI no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

Os documentos consultados apresentam uma descrição clara dos objetivos e finalidades da Instituição. A divulgação do PDI e do PPI tem auxiliado de forma significativa à comunidade.

b.2) Fragilidades

O desconhecimento da missão de sua própria IES por parte dos alunos respondentes evidencia-se como um ponto de fragilidade e demonstra a necessidade de um maior envolvimento do corpo discente com o PDI. Apesar disso, cabe observar que os resultados sugerem que de 2010 para 2011 houve uma melhora bastante significativa com relação a esse aspecto, no que tange os alunos da graduação.

b.3) Sugestões

A divulgação do PDI e do PPI, principalmente junto aos alunos, deve continuar e ser intensificada.

3.2 - Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

a) Principais Aspectos Avaliados

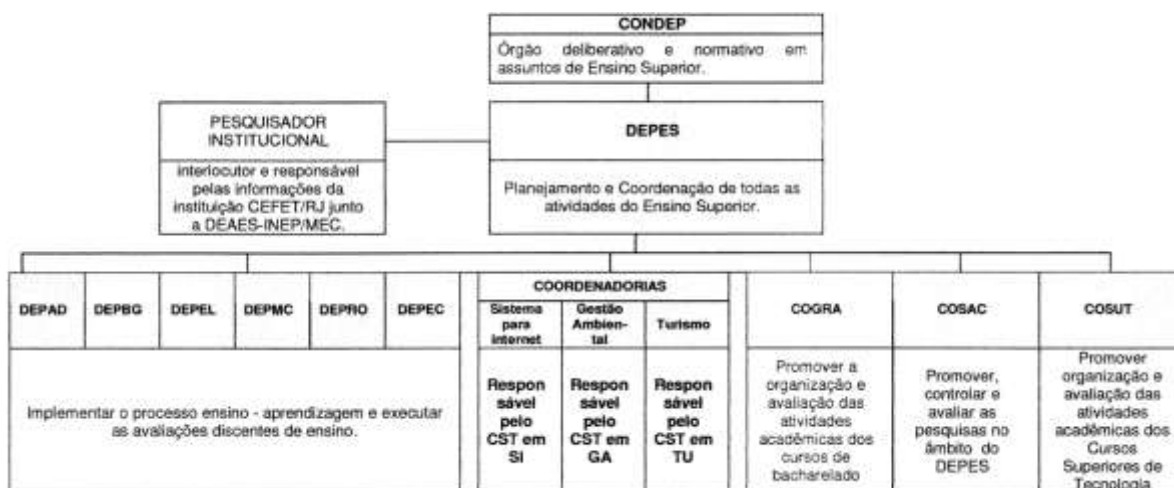
ENSINO - GRADUAÇÃO

a.1) Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

a.2) Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.

Embora o foco desta avaliação seja o ensino superior, não se pode esquecer que o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ é uma Instituição diferenciada que atua nos três níveis de ensino: educação profissional técnica e ensino médio, graduação e pós-graduação.

A DIREN (Diretoria de Ensino) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino no CEFET/RJ, devendo estar articulada com as atividades de pesquisa e extensão, conforme disposto no Estatuto da Instituição. Na estrutura de uma Universidade, a DIREN seria equivalente à Pró-Reitoria de Ensino. O DEPES é um órgão executivo da Diretoria de Ensino que, até o 1º sem/2011, contava com três coordenações: a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e a COSUT (Coordenadoria dos Cursos Superiores de Tecnologia), conforme ilustrado no organograma a seguir. As siglas dos departamentos ilustrados correspondem a: DEPAD (Departamento de Educação e Administração Industrial), DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais), DEPEL (Depto. de Engenharia Industrial Elétrica), DEPMC (Depto. de Engenharia Industrial Mecânica), DEPRO (Depto. de Engenharia de Produção) e DEPEC (Depto. de Engenharia Civil).



Organograma Funcional do Departamento de Educação Superior (1^o sem/2011)

Até o 1^o sem/2011 o DEPES era um órgão sistêmico, apoiando todas as Unidades com cursos de graduação, no caso Maracanã, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Itaguaí. As áreas em que todas as unidades atuam estão representadas no organograma, a não ser as licenciaturas, que não estão indicadas. Vale observar que em Nova Iguaçu, o DEPEL corresponde ao Departamento de Engenharia de Controle e Automação. A partir do 2^o sem/2011 o DEPES passou a atuar apenas no Maracanã. A DIREN manteve seu caráter sistêmico, continuando a atuar em todas as Unidades.

A política de ensino no CEFET/RJ é estabelecida de forma coletiva e democrática, através da discussão em seus colegiados de cursos e conselhos ligados à atividade acadêmica. Até o 1^o sem/2011, em nível sistêmico, compõem instâncias de decisão colegiada, a saber: Conselho de Extensão (CONEX), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), Conselho Departamental (CONDEP), Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET), Conselho de Ensino (CONEN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Diretor (CODIR). A estrutura dos Conselhos, até o 1^o sem/2011, pode ser consultada no item 3.6, Dimensão 6, "Estrutura de Órgãos Colegiados".

Articulando a educação profissional técnica de nível médio à graduação, a diretriz de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades de ensino compreende dois objetivos, como consta no PDI 2010-2014:

- Ampliar a oferta de educação profissional técnica e de educação superior;

- Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos oferecidos pela Instituição.

Como consta no PDI em vigor, quando do lançamento do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), compartilhando o desafio colocado à reestruturação e expansão das universidades federais, o CEFET/RJ entendeu ser oportuna a possibilidade de mobilizar-se no horizonte das diretrizes do Programa, agindo sobre o projeto pedagógico institucional e reafirmando o compromisso de ampliação de acesso e permanência na educação superior não apenas nas Unidades de Ensino em que já atuava, mas também naquelas em que projetava a expansão da educação profissional técnica de nível médio. No entanto, embora de direito e de fato instituição de ensino superior desde 1978, este CEFET foi impedido de participar do REUNI, ainda que com maior quantitativo de atendimento de graduação de algumas universidades. Para o exercício de 2010, foi excluído da matriz orçamentária da SESu, o que interrompe uma conduta de muitos anos, e teve negado o pedido de liberação de vagas da carreira de magistério superior, que integra o quadro docente desde sua criação. No que toca à regulação, supervisão e avaliação dos cursos de graduação, permanece a vinculação com a referida Secretaria.

Norteadas pelo princípio da verticalização do ensino, a Instituição desde sempre assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação às suas Unidades fora da Sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, onde implantou cursos de Engenharia a partir das primeiras iniciativas de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense, participando, com a UFF e a UFRRJ, do Consórcio de instituições federais de educação superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nas cidades-polo de Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguá e Angra dos Reis, com a inauguração das novas Unidades de Ensino Descentralizadas, também chegou/chegará com cursos dessa natureza, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita.

As orientações internas da proposta de adesão ao REUNI, apreciadas na comunidade e referendadas pelo Conselho Diretor, fortaleciam e atualizavam objetivos, estratégias e

ações constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional, levando em conta que as diretrizes gerais desse Programa estavam em consonância com o projeto de Universidade Tecnológica que articula níveis de ensino e integra atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2011, o CEFET/RJ oferecia na Educação Superior os seguintes cursos de graduação, com início nas datas indicadas:

Sede - Maracanã

Oito cursos de Graduação (Bacharelado): Engenharia Mecânica (1979.1), Engenharia Elétrica (1979.1) - ênfases: Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações, Engenharia de Produção (1998.1), Administração Industrial (1998.1), Engenharia Civil (2007.2), Engenharia de Controle e Automação (2005.2).

Dois cursos de Graduação (Superior de Tecnologia) (1998.1): Tecnólogo em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Sistemas para Internet.

Campus Nova Iguaçu

Dois cursos de Graduação (Bacharelado): Engenharia de Controle e Automação (2004.2) e Engenharia de Produção (2005.2).

Campus Nova Friburgo

Um curso de Graduação (Licenciatura): Licenciatura em Física (2008.2).

Um curso de Graduação (Superior de Tecnologia): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Campus Petrópolis

Um curso de Graduação (Licenciatura): Licenciatura em Física (2008.2).

Um curso de Graduação (Superior de Tecnologia): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Campus Itaquá

Um curso de Graduação (Bacharelado): Engenharia Mecânica (2010.1).

Os cursos de Engenharia são ministrados em 10 períodos letivos regulares, todos com um mínimo de 8 e um máximo de 18 períodos. Os cursos de Administração Industrial e de Licenciatura em Física são oferecidos em 8 períodos letivos regulares, com um máximo de 14 períodos, sendo o curso de Licenciatura ministrado no período noturno. Os Cursos Superiores de Tecnologia também são oferecidos no período noturno, com a duração média de dois anos e meio.

A Tabela a seguir apresenta os cursos avaliados pelo Enade. Tal conceito, que mede o desempenho dos estudantes, varia de 1 a 5. Em 2011, parte dos estudantes realizaram um boicote, que infelizmente teve consequências sobre os resultados. Pelo que pôde ser apurado, isso se deu em virtude da demora na instalação de alguns laboratórios que haviam sido comprados. O processo de compra e instalação de laboratórios é algo demorado, pois envolve licitação e instalação com pessoal especializado.

Conceito Enade										
Gestão Ambiental	Administração	Engenharia Mecânica	Engenharia Elétrica Ênfase: Eletrotécnica	Engenharia Elétrica Ênfase: Eletrônica	Engenharia Elétrica - Ênfase: Telecomunicações	Engenharia de Produção (Sede)	Engenharia de Produção (NI)	Engenharia de Controle e Automação (Sede)	Engenharia de Controle e Automação (NI)	Ano
----	----	2	2	2	3	3	4	2**	3	2011
5	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2010
----	4	----	----	----	----	----	----	----	----	2009
----	----	3	3	----	3	4	SC	4	5	2008
----	5	----	----	----	----	----	----	----	----	2006
----	----	4	2*	----	4	4	4	SC	----	2005

*Nota1: em relação aos cursos de Engenharia Elétrica com Ênfase em Eletrônica e Eletrotécnica, é preciso que se registre um fato que redundou em prejuízo dos resultados. No encaminhamento das provas, de responsabilidade do INEP, os alunos do curso com Ênfase em Eletrônica receberam os cartões de resposta com o código e o nome da Ênfase em Eletrotécnica. A consequência foi uma avaliação distorcida, de vez que, frente à identidade do seu curso, muitos responderam à prova de Eletrônica, não tendo sido consideradas as respostas do correspondente gabarito; e, aqueles que responderam às questões de Eletrotécnica não tiveram o melhor desempenho, já que os assuntos da prova eram diferentes dos da ênfase de formação do seu curso. Isso impactou na média de desempenho dos alunos dos dois cursos. À época da prova, o fato foi imediatamente comunicado ao INEP, com vistas a que o grupo prejudicado tivesse nova oportunidade de avaliação.

**Nota2: O curso de Engenharia de Controle e Automação da Sede recebeu uma comissão *in loco* em 24/10/12, tendo recebido o conceito 4.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e é divulgado anualmente. Tal conceito é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores fazem visitas *in loco* para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. Os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep. Os demais

casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente.

Os cursos com conceito 3 são aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Da mesma forma, cursos com conceito 5 são cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país.

O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o questionário socioeconômico, e do Cadastro de Docentes. A Tabela a seguir apresenta os conceitos preliminares dos cursos do CEFET/RJ:

Conceito Preliminar de Curso - CPC										
Gestão Ambiental	Administração	Engenharia Mecânica	Engenharia Elétrica Ênfase: Eletrotécnica	Engenharia Elétrica Ênfase: Eletrônica	Engenharia Elétrica - Ênfase: Telecomunicações	Engenharia de Produção (Sede)	Engenharia de Produção (NI)	Engenharia de Controle e Automação (Sede)	Engenharia de Controle e Automação (NI)	Ano
----	----	2	2	2	3	3	3	2*	SC*	2011
4	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2010
----	4	----	----	----	----	----	----	----	----	2009
----	----	3	3	----	3	4	SC	4	4	2008

*Nota: O curso de Engenharia de Controle e Automação da Sede recebeu uma comissão *in loco* em 24/10/12, tendo recebido o conceito 4. Como na ocasião da publicação dos resultados do Enade sua Portaria de Reconhecimento não havia saído, pelas regras, este curso deveria ter ficado com SC (Sem Conceito) –curso não reconhecido até 30/09/12, no entanto, por um erro, foi o curso de NI que ficou com SC. O CEFET/RJ entrou com recurso e aguarda o resultado.

Em 2011, o Cálculo do CPC sofreu algumas alterações, assim como os pesos envolvidos, como mostra a tabela a seguir. Estas alterações podem ser consultadas na Nota Técnica Nº 029 de 15 de outubro de 2012. Esta Nota Técnica apresenta os estudos realizados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do Inep para definir o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2011, uma vez que foi necessário promover uma adaptação ao modelo utilizado até 2010.

DESEMPENHOS		PESO até 2010	PESO em 2011
percepção dos alunos	(NC) -Nota dos concluintes no Enade	15%	20%
	(NI) - Nota dos ingressantes no Enade	15%	---
cadastro de docentes	(NIDD) - Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado	30%	35%
SUBTOTAL - DESEMPENHOS		60%	55%
INSUMOS e PROCESSOS		PESO até 2010	PESO em 2011
percepção dos alunos	(NF) -Nota Infraestrutura e equipamentos: aulas práticas: "Os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes?"	5%	7,5%
	(NO) - Nota Recursos didático-pedagógicos: "Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos:objetivos; metodologias de ensino e critérios de avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina?"	5%	7,5%
	(NPD) - Nota de professores doutores -> percentual de professores doutores no curso	20%	15%
cadastro de docentes	(NPM) - Nota de professores mestres ->percentual de professores mestres no curso	5%	7,5%
	(NPR) - Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial -> percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso	5%	7,5%
SUBTOTAL - INSUMOS e PROCESSOS		40%	45%
TOTAL		100%	100%

Segundo o Manual dos Indicadores de Qualidade 2011, publicado pelo MEC/INEP/SINAES/DAES, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às Instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados médios obtidos pelos concluintes das demais Instituições que possuem estudantes ingressantes de perfil semelhante ao seu. Para tanto, o IDD, como o próprio nome já diz, é resultante da diferença entre o desempenho médio obtido no Enade pelos estudantes concluintes de um curso e o desempenho médio que era esperado para esses mesmos estudantes, dadas as informações existentes sobre o perfil dos ingressantes desse curso.

Os fatores que determinam o desempenho médio dos estudantes concluintes de uma determinada Unidade i podem ser separados, por hipótese, em três parcelas: a primeira determinada pelas características de ingresso destes estudantes concluintes em termos de aprendizagem; outra determinada pela qualidade da formação oferecida pelo curso; e, por fim, um termo de erro que capta os outros elementos que afetam o desempenho do estudante, e .

O IDD pode ser descrito pela seguinte equação:

$$idd = \hat{q}' = c - \hat{c}'$$

onde \hat{c}' é o desempenho previsto dos estudantes concluintes no seu momento de ingresso.

A especificação que subsidia o cálculo do IDD, em 2011, está representada a seguir:

$$c = \beta.i + \gamma.w + \delta.Z + \varphi.pd + \lambda.pm + \eta.Pr + \rho.f + \nu.o + u$$

As letras minúsculas indicam que todas as variáveis estão expressas em termos de desvios da média, isto é, subtrai-se da variável original observada para cada Unidade i a média da respectiva variável observada para a área de avaliação em nível nacional J a qual a Unidade pertence. Na equação anterior, tem-se:

c : média ponderada das notas dos concluintes no componente específico (0,75) e na formação geral (0,25) da Unidade i no Enade;

i : média das notas dos ingressantes da Unidade i no Enem;

w : proporção de estudantes ingressantes da Unidade i cujo pai e/ou a mãe tem nível superior de escolaridade;

z : razão entre o número de concluintes e o número de ingressantes inscritos na Unidade i ;

pd : proporção de docentes na Unidade i com título mínimo de doutor;

pm : proporção de docentes na Unidade i com título mínimo de mestre;

pr : proporção de docentes na Unidade i com regime de trabalho parcial ou integral;

f : proporção de estudantes da Unidade i que avaliaram positivamente um aspecto da infraestrutura do curso;

o : proporção de estudantes da Unidade i que avaliaram positivamente um aspecto da organização didático-pedagógica do curso;

u : distúrbio aleatório;

$\beta, \gamma, \delta, \varphi, \lambda, \eta, \rho, \nu$: parâmetros a serem estimados.

Para a estimativa de \hat{c}' - desempenho dos concluintes de uma Unidade i no momento de ingresso - são utilizadas as seguintes variáveis: a nota dos ingressantes da Unidade i no Enem, o nível de escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes e a razão entre o número de concluintes e o de ingressantes inscritos. Esta última variável é incluída como forma de contornar possível viés de estimação devido à evasão dos estudantes ao longo do curso. Isto porque, para cursos com elevada taxa de evasão, considerando que a evasão seja um fenômeno não aleatório, o perfil médio dos ingressantes pode não representar bem o dos concluintes. As informações sobre a escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes são extraídas do questionário socioeconômico respondido pelos estudantes ingressantes no Enem.

A portaria normativa nº4 de 05 de agosto de 2008 regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Assim, os seguintes cursos do CEFET/RJ tiveram sua renovação de reconhecimento baseada no CPC:

CURSO	UNIDADE	DATA	INEP - CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO RESULTADO
ENGENHARIA MECÂNICA	MARACANÃ	2010	3
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	N. IGUAÇU	2008	4
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	MARACANÃ	2009	4
ENGENHARIA elétrica - Ênfase: TELECOMUNICAÇÕES	MARACANÃ	2010	3
ENGENHARIA elétrica - Ênfase: ELETROTÉCNICA	MARACANÃ	2010	3
ENGENHARIA elétrica - Ênfase: ELETRÔNICA	MARACANÃ	2010	3

As últimas avaliações externas que ocorreram estão apresentadas na tabela a seguir:

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CC)	Visita <i>in loco</i>
CEFET/RJ (Sede e Campi)	Renovação do Credenciamento Institucional	3	26 a 30/09/10
Curso de Engenharia de Produção (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	26 a 28/06/08
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	14 a 17/09/11
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	3	02 a 05/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	13 a 16/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/06/12
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	24 a 27/10/12
Curso de Engenharia Civil (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/11/12

Com relação ao IGC (Índice Geral de Cursos), o CEFET/RJ ficou na faixa correspondente a 3, tanto no triênio 2006-2008, quanto no triênio 2005-2007. Nos triênios 2007-2009 e 2008-2010 houve uma melhora significativa do IGC do CEFET/RJ, que subiu para 4. Com o resultado do Enade 2011 e, conseqüentemente, do CPC, o IGC do triênio 2009-2011 sofreu uma queda de 4 para 3. As faixas consideradas para o IGC também variam de 1 a 5. O IGC é um indicador de qualidade das instituições de Educação Superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso), no que se refere à pós-graduação, é utilizada a nota da CAPES.

Algumas análises sobre o Enade, o cálculo do CPC

e alguns resultados obtidos pelo CEFET/RJ

O fato do curso de Engenharia de Controle e Automação ter obtido o conceito 2 no Enade, em 2011, e o conceito 4 na avaliação *in loco*, realizada em 2012 mostra a fragilidade do processo. Duas avaliações próximas e com um conceito bastante diferente, sendo que a primeira gera um conceito preliminar (CPC) e a segunda gera o conceito de curso (CC), ocorrendo num nível bem mais profundo. Na realidade, como a Portaria de Reconhecimento do curso não havia saído até 30/09/2012, pelas regras, deveria ter sido atribuído o conceito SC ao curso. No entanto, ocorreu um erro e o SC foi atribuído ao curso de Engenharia de Controle e Automação da Unidade Nova Iguaçu. O CEFET/RJ entrou com

recurso e aguarda o resultado do mesmo. Esta correção pode influenciar no resultado do IGC, que atualmente é 3.

Para cada curso com $CPC = 2$ foi estabelecido um protocolo de compromisso e apresentado um plano de melhorias, discutido nos respectivos colegiados, com a presença do NDE (Núcleo docente estruturante). Entre os diversos itens abordados está um plano de sensibilização, que por meio de reuniões e palestras atingirá professores e alunos, para uma maior compressão da importância do processo e da necessidade do comprometimento docente e discente para obter resultados que retratem a realidade dos cursos.

Nas reuniões realizadas que abordaram o processo de cálculo do CPC atual e o Enade, como sugestão para encaminhamento ao MEC, foram levantados os seguintes pontos para que os resultados do Enade e CPC pudessem retratar de forma mais fiel a realidade dos cursos:

- estabelecimento de uma nota de corte mínima no Enade, correspondente por exemplo a 20% de acertos, para evitar que sejam consideradas as notas dos alunos que fizeram boicote ou que marcaram uma única opção na prova toda, etc. No entanto, cabe observar, que o sistema permite que um aluno que tire zero no exame, obtenha o seu diploma e atue na profissão escolhida, o que é um fato no mínimo preocupante.

- adequar ou eliminar o modelo do IDD adotado em 2011, parâmetro considerado para o cálculo do CPC. Tal modelo, que gera o NIDD, possui atualmente o maior peso entre todos os itens considerados (35%). No entanto, leva em conta fatores muito instáveis para calcular o desempenho médio esperado e comparar com o desempenho médio obtido no Enade pelos estudantes concluintes de um curso. São consideradas por exemplo as notas obtidas pelo aluno no Enem e no Enade, sendo que os exames são bastante diferentes, assim como o comprometimento do aluno, uma vez que este necessita da nota do Enem para ingressar na IES, o que não ocorre com o Enade. A escolaridade dos pais também é um parâmetro considerado para calcular o desempenho médio esperado, no entanto sabe-se que quantificar questões como essas pode ocasionar erros, que fatalmente implicarão num resultado não realístico. Para não eliminar este parâmetro, poder-se-ia então atribuir a ele (NIDD), o conceito do enade (NC), caso $NC > NIDD$. Este procedimento

já ocorre quando não é possível estimar os parâmetros de algumas áreas para o cálculo do desempenho esperado dos concluintes pelo fato de haver nenhuma ou poucas informações.

-disponibilizar os Relatórios de cursos antes da data do envio do protocolo de compromisso para que a IES tenha tempo de fazer as análises necessárias para o plano de melhorias.

-Adotar medidas cautelares somente depois da avaliação *in loco* e a confirmação do conceito 1 ou 2, obtido. O CPC é um conceito preliminar e o CC, obtido na avaliação *in loco*, que é o conceito de curso. As medidas cautelares devem ser aplicadas então a partir do CC e não do CPC.

-Repensar o fato do Enade ser realizado apenas de três em três anos, pois isto pode gerar distorção, com resultados que não retratam a realidade do curso, considerando as possíveis variações de desempenho dos estudantes.

A concepção de currículo e organização didático-pedagógica dos cursos do CEFET/RJ estão respaldadas nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PPC), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e se encontram em consonância com as finalidades da IFES e com os estudos recentes sobre cada área de conhecimento. Tais cursos observam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e o conjunto da legislação pertinente ao ensino superior. As diretrizes gerais para o ensino superior do Brasil estão estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001). A organização didático-pedagógica dos cursos no que se refere aos métodos adotados, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem encontra-se descrita nos respectivos PPCs, que, como dito anteriormente, estão em consonância com o PDI. Os currículos e programas de cada curso conduzem ao perfil do egresso proposto.

As atualizações curriculares são realizadas sempre que indicadas pelo MEC ou a partir de discussões e recomendações advindas de fóruns relacionados às respectivas áreas de formação, críticas e sugestões do corpo docente, expectativas do corpo discente, e demandas das empresas e da sociedade em geral. Com base nestas considerações, em

2004, por exemplo, teve início um processo de Reforma Curricular, onde todos os cursos tiveram seus projetos político-pedagógicos atualizados. O curso de Engenharia de Produção, por exemplo, na reforma curricular implantada em 2006¹ extinguiu a base em mecatrônica. Entre as diversas atualizações curriculares, cabe citar as que ocorreram em função do parecer CNE/CES 436/2001, da Resolução CNE/CES 2/2007, da Resolução CNE/CP 1/2004, do Decreto 5626/2005. O parecer CNE/CES 436/2001 define os Cursos Superiores de Tecnologia como cursos de graduação com características especiais, distintos dos tradicionais. Seus concluintes ficam aptos a prosseguir seus estudos em nível de pós-graduação, se assim o desejarem. A Resolução CNE/CES 2/2007 dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. A Resolução CNE/CP 1/2004 corresponde às diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O Decreto 5626/2005 trata da inserção da disciplina Libras na estrutura curricular dos cursos, como obrigatória ou optativa, dependendo das respectivas exigências.

Os cursos de graduação oferecidos do tipo bacharelado, de uma forma geral, têm sua grade curricular organizada por disciplinas de núcleos de conteúdo básico, de conteúdo profissionalizante específico, de conteúdo profissionalizante geral e de conteúdo optativo, além de estágio supervisionado e projeto final, conforme a Resolução CNE/CES 11/2002 para os cursos de Engenharia e a Resolução CNE/CES 4/2005 para os cursos de Administração.

Sabe-se que os cursos superiores de Tecnologia atendem a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento, em vez dos generalistas formados pelas outras modalidades do ensino superior. Seus principais atributos são o foco, a rapidez, a inserção no mercado de trabalho e a metodologia. Os cursos de tecnólogo oferecidos pela IFES estão de acordo com esta proposta. Deve-se ter atenção, pois tais cursos não são permanentes, devendo ser continuamente revistos, de acordo com as necessidades do mercado. Seus currículos devem ter flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente. O não oferecimento do Curso de Tecnólogo em Segurança do

Trabalho desde 2008.1 parece indicar que a IFES caminha neste sentido, apostando em cursos de maior demanda. A metodologia aplicada abrange técnicas, métodos e estratégias voltada para a aprendizagem, para o saber e o saber fazer, com propostas didático-pedagógicas voltadas para a prática. Em tais cursos os alunos também devem realizar um estágio supervisionado e apresentar um projeto final.

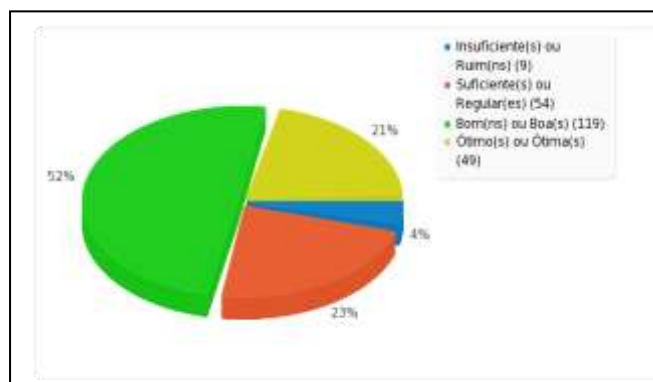
Os cursos de Licenciatura em Física oferecidos têm como objetivo a formação do físico - educador, conforme o perfil especificado no parecer CNE/CES 1.304/2001 (Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física) e obedecem também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, conforme parecer CNE/CP 009/2001. Possuem estrutura curricular flexível, que inclui estágio supervisionado e um projeto final de cunho científico-educacional. A carga horária mínima e o tempo de integralização obedecem aos exigidos na Resolução CNE/CP 2/2002.

Com relação a esta dimensão, no que se refere ao ensino, considerando os aspectos avaliados foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida. Dependendo da questão nesta Dimensão, ela pode ser aplicada tanto aos professores quanto aos alunos, especificamente aos professores ou especificamente aos alunos. Cabe lembrar que as questões propostas estão voltadas para o ensino da graduação.

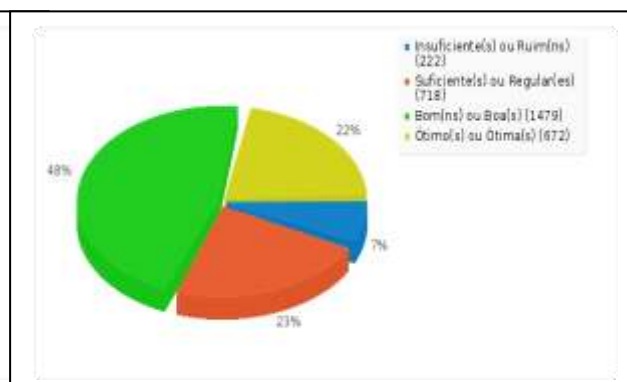
Questão comum aos docentes e alunos:

☞ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

Docentes



Alunos-Graduação



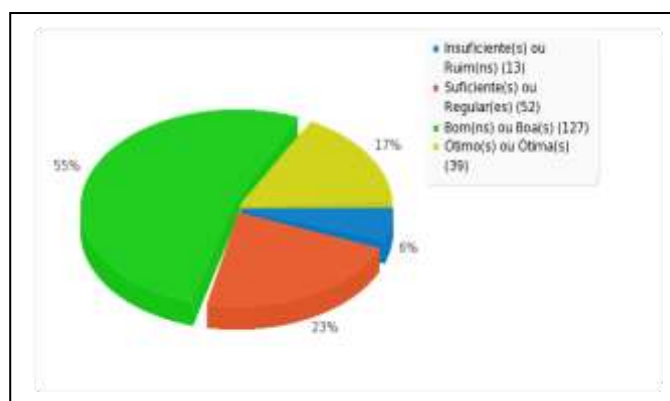
Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos. Dos 231 professores respondentes, 119 (52%) consideram boa a viabilização dos formandos no mercado de trabalho por parte da Instituição, 54 (23%) consideram suficiente, 49 (21%) consideram ótima e 9 (4%) consideram insuficiente.

Com relação aos alunos, dos 3091 respondentes, 1479 (48%) consideram que a viabilização dos formandos ocorre de forma boa, 718 (23%) consideram suficiente, 672 (22%) consideram ótima e 222 (7%) consideram insuficiente.

Na avaliação realizada em 2010, obteve-se um comportamento muito semelhante ao obtido em 2011, com 7% de insatisfação para os docentes e 10% para os alunos.

Questão específica aos docentes

☛ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



Com relação a este item, os docentes apresentaram um índice de satisfação ainda maior. Considerando o universo de 231 professores respondentes, verificou-se que 127 (55%) desses consideram que a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando pode ser avaliada como boa, seguidos de 52 (23%) que avaliam como suficiente, 39 (17%) que avaliam como ótima e 13 (6%) que avaliam como insuficiente.

Na avaliação realizada em 2010, também foi obtido um alto índice de satisfação neste quesito. Na ocasião, 56% dos docentes respondentes consideraram esse item bom, enquanto que apenas 4% dos professores julgaram tal item insuficiente. Os docentes restantes dividiram-se entre as seguintes escalas: ótimo (20%) e suficiente (20%).

a.3) Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

a.4) Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A IFES busca articular teoria e prática na formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade. Para isso, os alunos são estimulados a participar de atividades com objetivo de apropriação e construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes para o exercício profissional. Entre tais atividades estão os projetos Mini-baja, Aerodesign e CEFET Júnior. A preocupação com uma atuação profissional pautada em princípios éticos e de compromissos de cidadania, para o desenvolvimento local e regional, pode ser verificada, por exemplo, através do programa Turma Cidadã e Time SIFE CEFET/RJ.

As práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos como, por exemplo, os mencionados anteriormente, assim como a iniciação científica (PIBIC), o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e as disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. A IFES incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, este último com mais de 20 anos de vigência, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Cabe mencionar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos de construção do saber. Tais tecnologias, quando bem utilizadas, enriquecem e diversificam o

processo de ensino e aprendizagem. A importância deste processo foi muito bem descrita por Côrrea (2004)²:

A revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que possibilita a conexão mundial via rede de computadores, promove alterações significativas na base material da sociedade, ao estabelecer uma interdependência global entre os países e modificar as relações Estado-Nação e sociedade. O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de uma organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos constituídos pela identificação de interesses comuns.

O investimento na qualidade dos cursos é feito com recursos financeiros do orçamento da Instituição, alocados em centros de custos do DEPES e da DIREN. Foram verificados investimentos na implantação de novos ambientes, sejam salas de aula ou laboratórios. Convém relatar que os docentes enfrentam algumas dificuldades no preenchimento do formulário de compras, cometendo alguns erros que muitas vezes causam um atraso ou impedem a referida compra, uma vez que a sinalização destes erros não é imediata. Cabe citar também que a IFES apoia a participação de docentes em eventos nacionais e internacionais e projetos estudantis como os citados anteriormente.

No final de 2011 foi lançado o Edital 2011 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ. A monitoria não estava sendo implementada e alguns estagiários atuavam, de modo extraoficial, como monitores. O retorno da monitoria é extremamente enriquecedor para a Instituição. No Edital 2011, foram oferecidas 60 bolsas para o ensino superior e 100 bolsas para o ensino médio/técnico. Outra observação feita por alguns professores, em entrevistas, e que merece atenção, trata de um problema que ocorre no início do período. Normalmente, a pauta oficial com o nome dos alunos normalmente só é entregue após a primeira prova. Considerando o processo de matrículas, inclusão, trancamento, etc entende-se que não há como entregar uma pauta oficial no início do período, mas seria interessante pelo menos uma pauta provisória, para que o professor tenha uma ideia da ordem de grandeza da turma. No entanto, para que isso ocorra, os professores devem obedecer o período para o lançamento das notas finais. Pois um atraso nesse quesito gera problemas na

²CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet.** Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

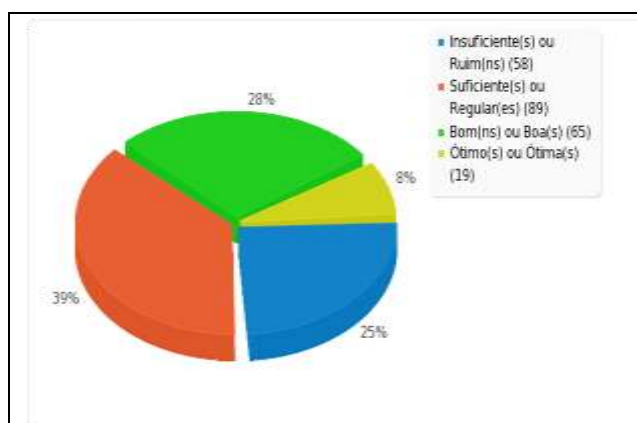
matrícula, o que ocasiona o atraso das pautas, uma vez que na confirmação de matrícula ocorrem muitas correções.

No que se refere ao ensino e aos aspectos avaliados, foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida, apresentadas a seguir.

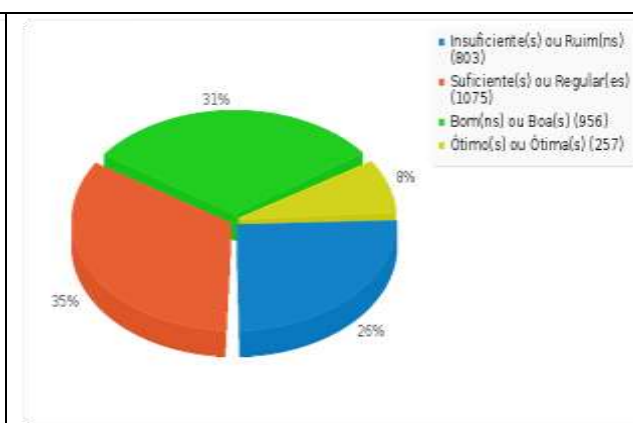
Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

Docentes



Alunos-Graduação

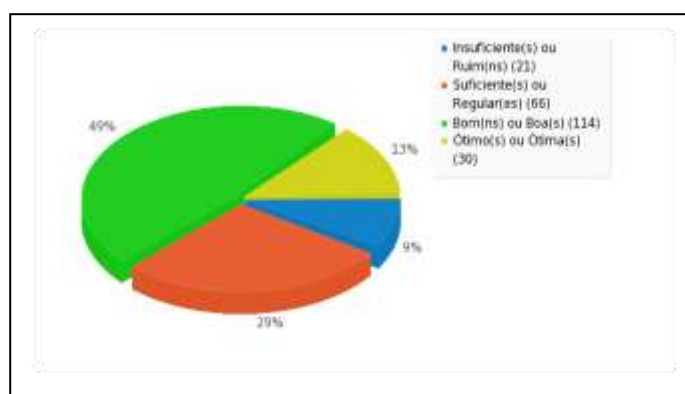


Com relação aos recursos disponibilizados pela IFES, observa-se que as fatias maiores nos dois gráficos correspondem a uma avaliação suficiente e boa de tal quesito, tanto para professores quanto para alunos. Apesar disso, deve-se observar também o índice de insatisfação nos dois segmentos, 25% e 26%, que sugere que tal quesito ainda merece atenção e tratamento. Dos 231 professores respondentes, 89 (39%) avaliam tal quesito como suficiente, 65 (28%) consideram bom, 58 (25%) consideram insuficiente e 19 (8%) consideram ótimo. Em se tratando dos alunos, num universo de 3091 estudantes, 1075 (35%) consideram suficiente, 956 (31%) avaliam tal quesito como bom, 803 (26%) consideram insuficiente, seguidos de 257 (8%) que consideram ótimo.

Na avaliação realizada em 2010, as fatias maiores nos dois segmentos, docentes e alunos, também corresponderam às escalas boa e suficiente. No entanto, o índice de insatisfação foi significativo: 24% para os professores e 30% para os discentes.

Questão específica aos docentes

☞ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...



A maioria dos professores se mostrou satisfeita com relação a este item. Considerando o universo de professores respondentes, 231, observou-se que 114 (49%) consideram que as práticas pedagógicas utilizadas promovem a interação interdisciplinar e a contextualização de forma boa, 66 (29%) consideram que tal processo ocorre de forma suficiente, 30 (13%) consideram que acontece de forma ótima e 21 (9%) consideram que o processo acontece de forma insuficiente.

A avaliação de 2010 apresentou um comportamento semelhante para esse quesito, com grande parte dos docentes (48%) avaliando-o de forma boa, sendo que a parcela de professores respondentes insatisfeitos correspondeu a 11%, ou seja, um pouco maior que a atual (9%).

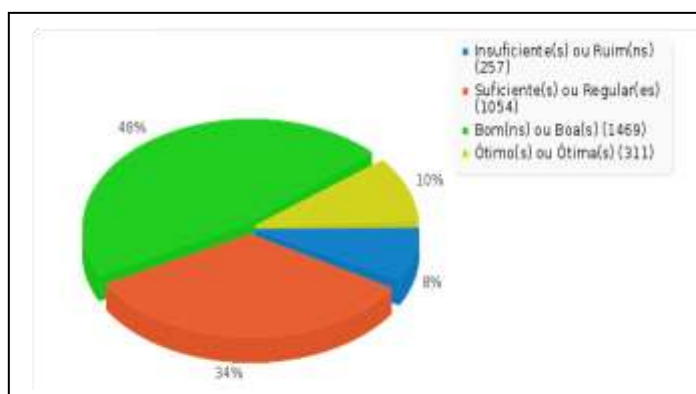
Alunos da Graduação avaliando seus Professores

Foram propostas seis questões aos alunos, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio

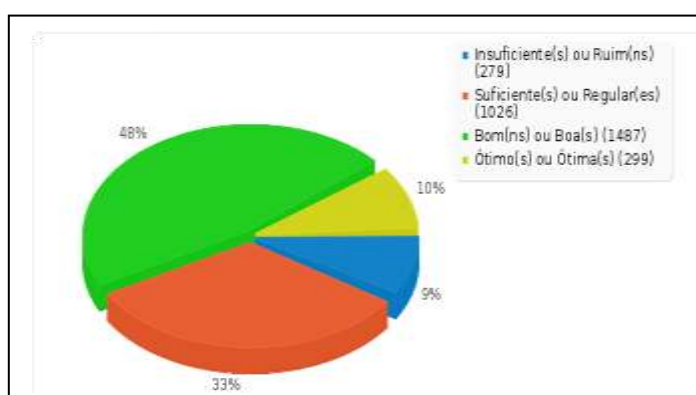
curso, sendo realizada de forma geral, considerando somente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

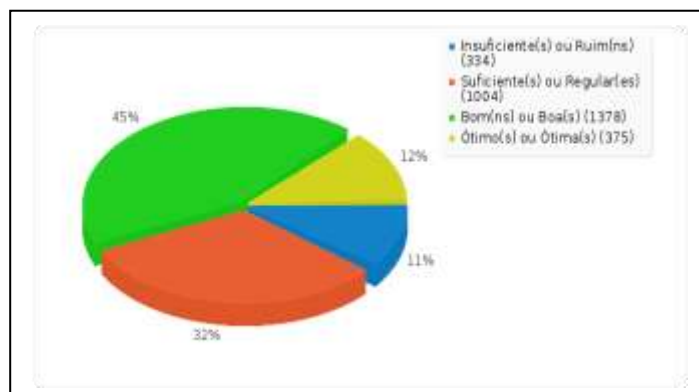
☞ 1- De forma geral, pode-se dizer que a apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



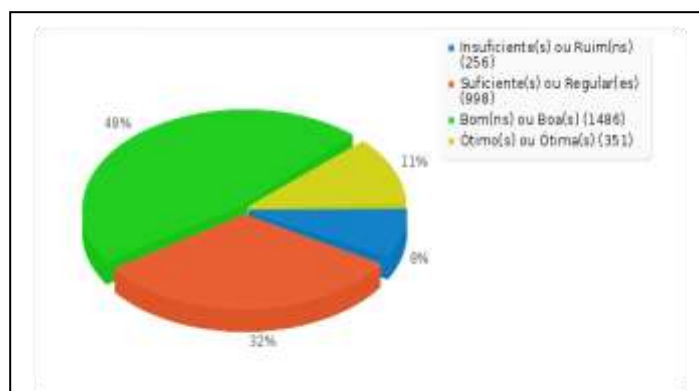
☞ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



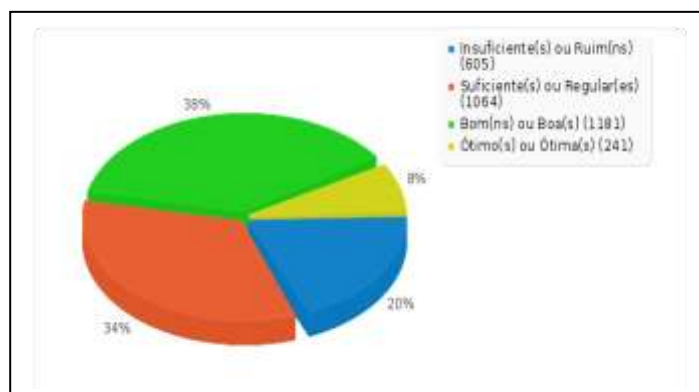
➡ 3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



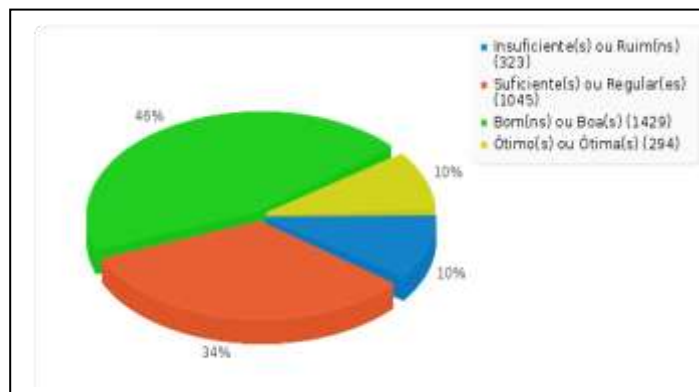
➡ 4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



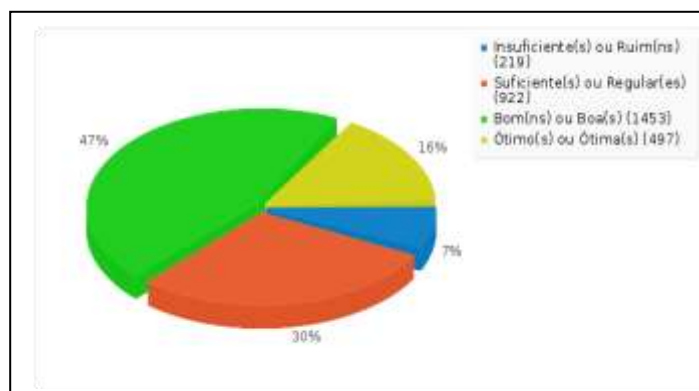
➡ 5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



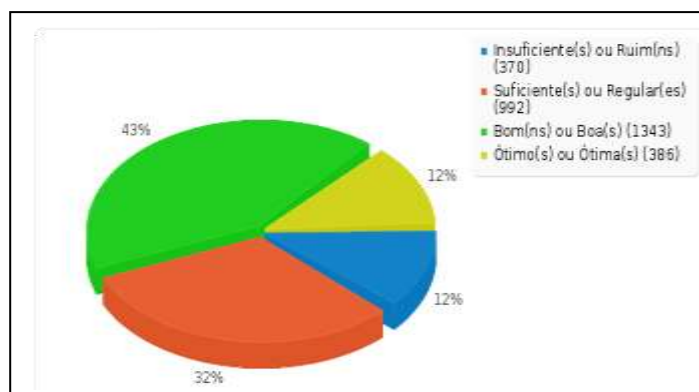
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Nas oito perguntas propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. As parcelas menores ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 20%, foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 7%, corresponde à assiduidade dos professores.

Em 2010, a avaliação realizada referente a tais questões também indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. De todas as perguntas propostas, a grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. As parcelas menores também ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que indicou o maior índice de insatisfação, no caso 23%, foi a que abordou a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas.

Considerando os objetivos do PDI em relação ao ensino de graduação descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de uma forma geral, a Instituição cumpre os objetivos traçados e empreende esforços para superar os obstáculos de percurso.

Dentre as ações que ainda merecem atenção, destacam-se a recomposição anual do quadro de docentes e o apoio à capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. O primeiro item é mais preocupante, considerando o grande o número de professores que vem se aposentando, a criação de novos cursos e o baixo número de vagas que vem sendo oferecidas para concurso.

PESQUISA

a.5) Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

a.6) Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

a.7) Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).

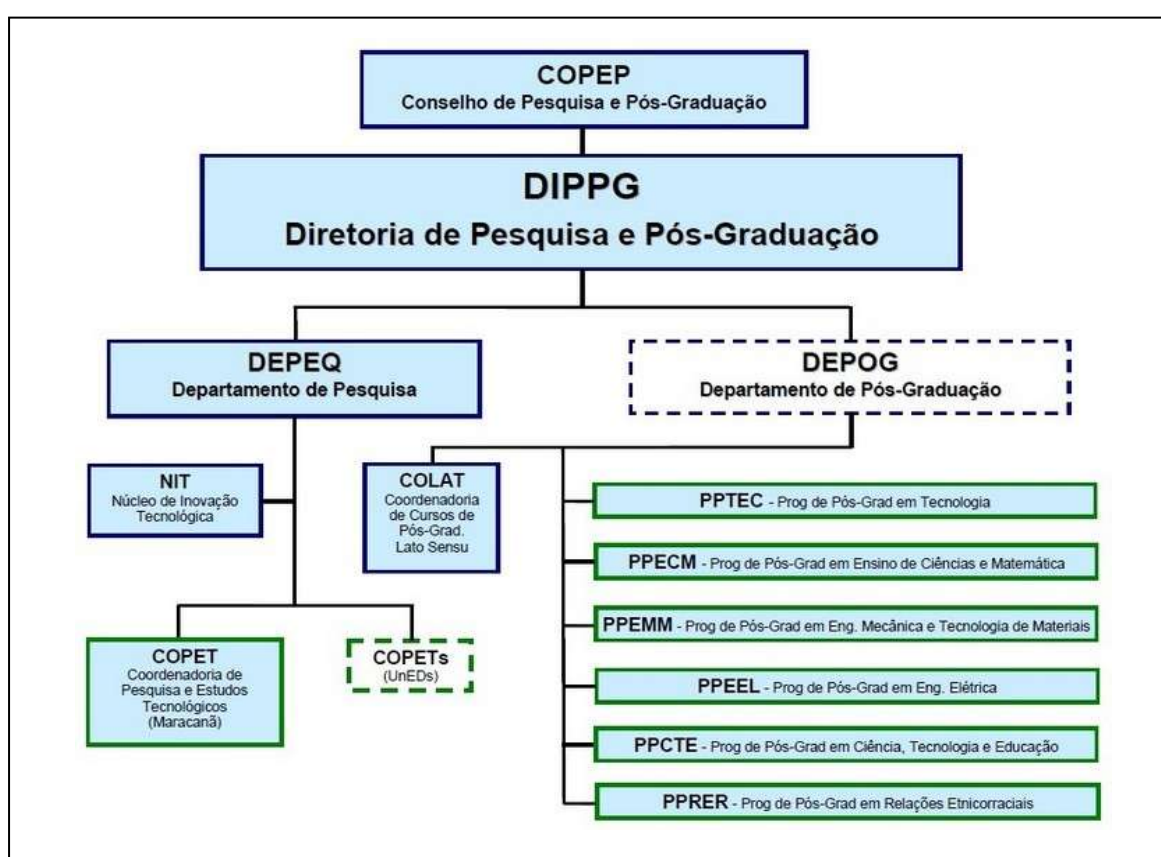
a.8) Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

a.9) Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

O órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é o DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). O Departamento de Pesquisa (DEPEQ) está subordinado à DIPPG, conforme ilustrado no organograma mais adiante. O DEPEQ é o responsável pela criação e manutenção de mecanismos facilitadores para o exercício da atividade de pesquisa, assegurando uma diretriz geral para as atividades de pesquisa na Instituição gerando resultados de acordo com as políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As ações do departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

É a Divisão de Cooperação Internacional (DCCIT) que coordena as atividades de Cooperação Internacional na gestão sistêmica da Instituição. A DCCIT está ligada à Direção-Geral. Seu principal objetivo é o de ampliar atividades, identificando as demandas e as ofertas existentes, nacional e internacionalmente, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas funções estão as de disponibilizar informações pertinentes aos processos de intercâmbio docente e discente, e de viabilizar condições operacionais para a realização de convênios e eventos geradores de parcerias acadêmicas que correspondam aos princípios e valores do Centro. Também faz parte de suas atividades o encaminhamento

de processos de afastamento do país de servidores do CEFET/RJ para missões, participação em congressos e similares, ou para cursos de pós-graduação. Por causa dessa última atribuição, foi elaborada uma cartilha, com o propósito de delimitar procedimentos para solicitação do afastamento, bem como disponibilizar a legislação em vigor para conhecimento geral. A Instituição possui convênios com muitos países para o intercâmbio de alunos, conforme citado nos aspectos avaliados na parte Ensino. Porém, com relação somente à pesquisa propriamente dita não há convênios assinados, os intercâmbios e cooperações são basicamente entre pesquisadores das instituições.



(*) os quadros pontilhados indicam estruturas a serem criadas.

Organograma relativo à Pesquisa

Os objetivos para a pesquisa traçados no PDI 2010-2014 são:

- Fortalecer a institucionalização da atividade de pesquisa como produção do conhecimento e componente acadêmico dinamizador da formação na área tecnológica;
- Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica das atividades de pesquisa na Instituição.

Apesar das atribuições legais para a realização de pesquisa datarem de 1978, o CEFET/RJ teve sua primeira atuação sistematizada nesse campo em 1986, com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica - NPT. Esse Núcleo acabou por determinar, em 1991, a criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação - DPPG. Em 2005, em consonância com o então recém-aprovado estatuto e com os objetivos, estratégia e ações do PDI 2005-2009, o DPPG foi transformado na Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), de caráter sistêmico, abrangendo todas as Unidades do sistema CEFET/RJ (Sede e Unidades descentralizadas ou campi).

Segundo consta no PDI, antes de 1986 não havia registro e acompanhamento institucional das várias iniciativas isoladas de produção de conhecimento por parte do corpo docente. Com o NPT, começa um esforço nesse sentido que, continuado com a criação do DPPG, sustenta a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o curso de mestrado em Tecnologia em 1992. Por algum tempo, a atividade de pesquisa manteve-se restrita ao corpo docente e escopo desse curso. A maior parte da produção, na época, confundia-se com a capacitação docente, correspondente a dissertações de mestrado e teses de doutorado. A atividade de Iniciação Científica continuava a existir por iniciativa de alguns professores, com bolsas, em geral, trazidas de outras instituições. Em 1996, várias ações são determinadas no sentido de fortalecer a pesquisa e, por consequência, a pós-graduação, visando à sua institucionalização no Centro. Com a criação da COPET, ainda nesse ano são aprovados a regulamentação da atividade de pesquisa e o Programa de Iniciação Científica do CEFET/RJ pelos Conselhos competentes. A partir daí, passa a se desenvolver um cadastramento de projetos, que começa a configurar o primeiro banco de projetos de pesquisa institucional.

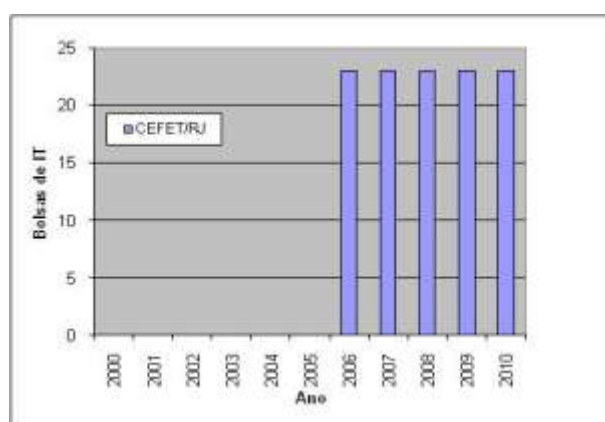
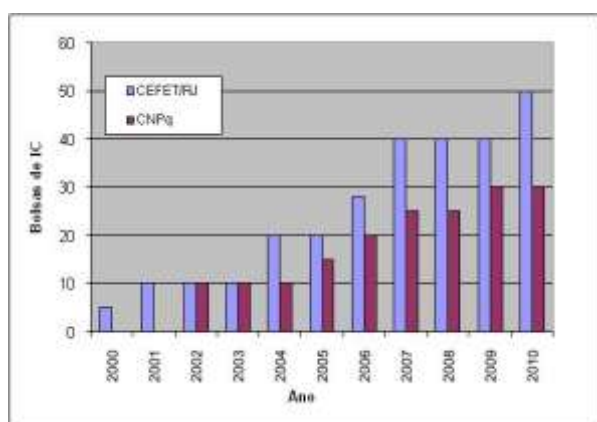
O primeiro grupo de pesquisa da Instituição foi cadastrado em 1997, no diretório de grupos do CNPq. Desde 2000, o orçamento do Centro disponibiliza bolsas de Iniciação Científica, tendo sido também instituído o Comitê Interno de Iniciação Científica. No início de 2003, a Instituição contava com vinte bolsas de Iniciação Científica em seu orçamento e foi contemplada, ainda, com outras dez bolsas do CNPq, passando, com isso, a constituir o Comitê Externo de Iniciação Científica, conforme as regras desse Conselho. Em 2011, o

CEFET/RJ possuía um total de 80 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e 23 bolsas para o PIBIT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica), conforme tabela a seguir. O ingresso nos programas PIBIC e PIBIT se dá mediante edital sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica e Tecnológica do CEFET/RJ, evento anual promovido pela Instituição. Os resumos dos trabalhos são publicados pela COPET em um livro de resumos.

Número de Bolsas por tipo e órgão financiador		
Órgão Financiador	Iniciação Científica	Iniciação Tecnológica
CNPq	30	----
CEFET/RJ	50	23
Total	80	23

Fonte: DIPPG, 2011.

Assim, através de tais programas, os alunos têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa. Os alunos do Médio/Técnico através do PIBIT e os alunos da graduação através do PIBIC. Na última avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 Instituições, indicando tratar-se de um programa de excelência. A figura a seguir apresenta a evolução do número de bolsas dos dois programas e a fonte dos recursos.



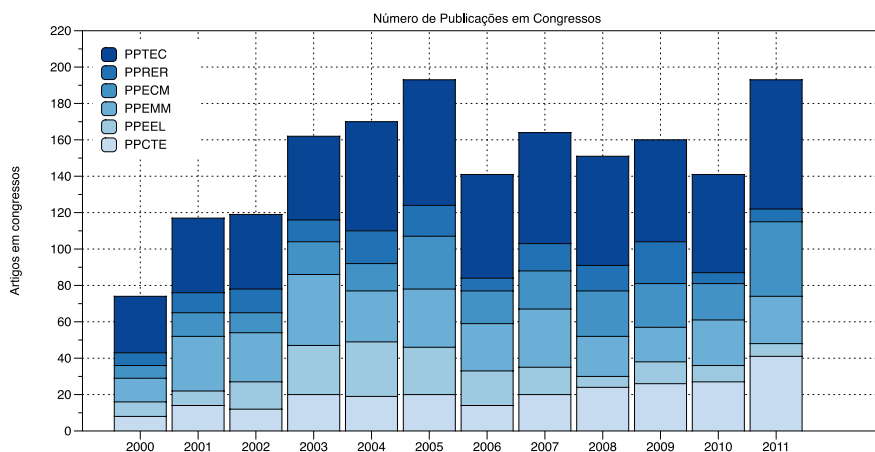
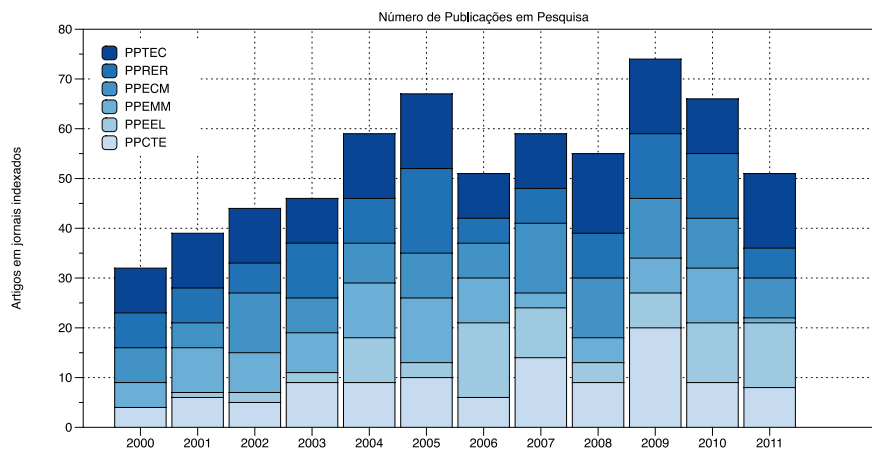
Fonte: DIPPG, 2010.

O DIPPQ que, desde 2003, passou a ter Conselho próprio, conta no final de 2010, mediante atuação da COPET, com 25 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq e um Banco de Projetos Institucionais registrados no banco de dados da COPET que abrange projetos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e projetos resultantes das demais atividades de pesquisa da Instituição. Na realidade, no período de 2007 a 2011 houve um crescimento significativo no número de grupos de pesquisa do CEFET/RJ, passando de 15 para 25. Os grupos de pesquisa contam com a participação de mais de 100 docentes. Atualmente o CEFET/RJ conta com seis bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em 5 áreas do conhecimento: Engenharias Mecânica, Elétrica e de Produção, Física e Educação. A presença de Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em uma Instituição é um fator bastante importante para demonstrar a competência da mesma na área de pesquisa.

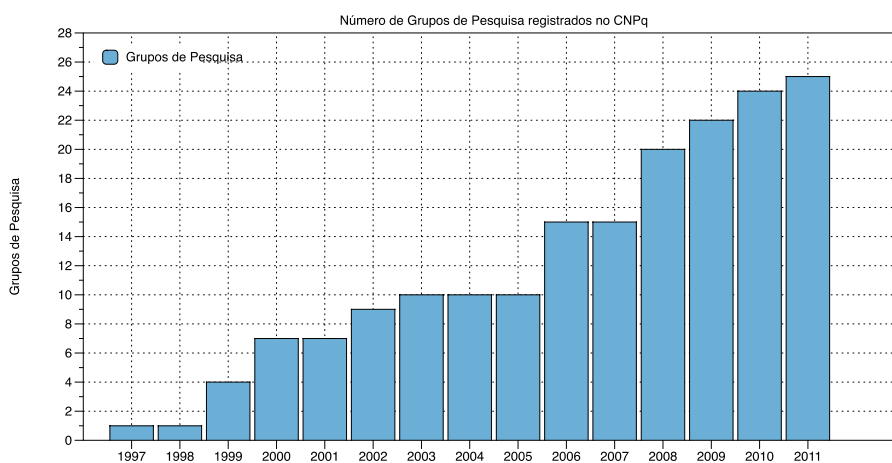
As bolsas de Iniciação Científica estão obrigatoriamente vinculadas aos projetos cadastrados. A pesquisa, desenvolvida nos diversos Laboratórios de Pesquisa da Instituição, é realizada tanto pelos grupos de pesquisa quanto por pesquisadores isolados. Os resultados das pesquisas são disseminados através da produção acadêmica publicada em diversos veículos, entre os quais, periódicos internacionais de alto impacto. De acordo com o Regulamento da Pesquisa da Instituição, toda atividade com esta natureza deve ser proposta pelo Departamento Acadêmico ou Coordenação de origem do pesquisador responsável ao DEPEQ. A célula básica das atividades de pesquisa é o projeto de pesquisa, que sempre tem um coordenador responsável, e deve ser formulado para atender aos requisitos estabelecidos no regulamento e rotinas.

O registro das publicações em periódicos e anais de eventos científicos era feito através do SIMEC, onde tais informações eram retiradas manualmente do *curriculum lattes* de cada pesquisador pelos coordenadores dos programas de pós-graduação. Em 2010 o portal da DIPPQ passou a apresentar dados da produção intelectual dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, extraídos diretamente dos currículos Lattes dos pesquisadores através do aplicativo scriptLattes desenvolvido pela USP. São registradas apenas as publicações dos pesquisadores incluídos nos programas de

pós-graduação. Na realidade, se fossem consideradas as publicações de todos os pesquisadores da Instituição, o número de publicações seria maior. Os indicadores a seguir apresentam a evolução da produção científica e do número de grupos de pesquisa. Pode-se perceber que vem ocorrendo um crescimento consistente.



(a) Fonte: DIPPG/DEPEQ, 2011



(b) Fonte: DIPPG/DEPEQ, 2011

Evolução da (a) produção científica e do (b) número de Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório do CNPq.

Os grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq até 2011 estão descritos a seguir:

	Grupo de pesquisa	Área	Início
1.	Integridade Estrutural	Engenharias; Engenharia Mecânica	1997
2.	Automação	Engenharias; Engenharia Elétrica	1999
3.	Gestão da Tecnologia	Engenharias; Engenharia de Produção	1999
4.	Meio Ambiente e Eficiência Energética	Engenharias; Engenharia de Produção	1999
5.	Laboratório de Aprendizagem	Engenharias; Engenharia de Produção	2000
6.	Ultra-som	Engenharias; Engenharia de Materiais e Metalúrgica	2000
7.	Desenvolvimento e Normalização da Produção	Engenharias; Engenharia de Produção	2002
8.	Gestão do Conhecimento e da Inovação	Engenharias; Engenharia de Produção	2002
9.	Novas tecnologias aplicadas ao ensino de Ciências e Matemática	Ciências Humanas; Educação	2003
10.	Física Experimental e Aplicada	Ciências Exatas e da Terra; Física	2006
11.	Interações Fundamentais	Ciências Exatas e da Terra; Física	2006
12.	História e Filosofia da Ciência no Ensino	Ciências Humanas; Educação	2006
13.	Matemática Aplicada à Física e à Engenharia	Ciências Exatas e da Terra; Matemática	2006
14.	Afro-brasileiros, Discurso, Estud. Literários e Culturais	Linguística, Letras e Artes; Letras	2007
15.	GEOS - Gestão e Eng. de Operações e Sistemas	Engenharias; Engenharia de Produção	2007
16.	Dispositivos e Sistemas Ópticos	Engenharias; Engenharia Elétrica	2008
17.	EMMA - Estudos em Modelagem Matemática	Ciências Exatas e da Terra; Matemática	2008
18.	Instrumentação Inteligente	Engenharias; Engenharia Elétrica	2008
19.	Usinagem e Conformação Termo-mecânica	Engenharias; Engenharia Mecânica	2008
20.	GAIC – Grupo de Automação Instrumentação e Controle	Engenharias; Engenharia Elétrica	2009
21.	Mecatrônica	Engenharias; Engenharia Elétrica	2009
22.	CTS e Educação	Ciências Sociais Aplicadas	2010
23.	Operação de Serviços sobre Infraestruturas Integradas e Interdependentes - OP3I	Engenharias; Engenharia de Produção	2010
24.	Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas	Engenharias; Engenharia Elétrica	2010
25.	Computação Aplicada	Ciências Exatas e da Terra; Ciência da Computação	2011

Fonte: DIPPG/DEPEQ, dez/2011.

	Ciências Exatas e da Terra
	Ciências Humanas
	Engenharias
	Linguística, Letras e Artes

Percebe-se que os grupos de pesquisa são formados nas mesmas linhas de pesquisa da pós-graduação, o que é natural. No entanto, os projetos de pesquisa apontam a presença de pesquisas sendo realizadas também em outras linhas. Seria interessante um maior incentivo nas linhas de pesquisa que ainda são incipientes, mas que também se mostram importantes para o desenvolvimento da Instituição e do país. No entanto, os auxílios referentes à participação em congressos e publicações oriundos do DEPEQ estão vinculados apenas aos pesquisadores dos grupos de pesquisa. Isto pode produzir um círculo vicioso, onde as áreas

mais incipientes de pesquisa da Instituição terão cada vez mais dificuldade de serem inseridas no processo. Vale observar que os pesquisadores isolados têm a alternativa de solicitar auxílio a seu departamento de atuação. Como essas pesquisas também vão ao encontro da missão e dos objetivos da Instituição, é importante refletir sobre essa questão. Sugere-se que essas linhas sejam identificadas e traçados mecanismos de fortalecimento das mesmas, uma vez comprovado que são importantes para o desenvolvimento da Instituição.

A DIPPG tem seus critérios sobre a alocação dos recursos do centro de custos aprovados no COPEP. No momento de elaboração do orçamento para o próximo ano, a DIPPG submete uma proposta ao COPEP, que aprova a divisão de recursos entre Pesquisa e Pós-Graduação e institui duas comissões (Pesquisa e Pós-Graduação) para elaborar os critérios. O financiamento da participação de docentes, pesquisadores e discentes em eventos científicos se dá através da alocação dos recursos para os programas de pós-graduação e para os grupos de pesquisa. Para os discentes só é possível utilizar os recursos da Capes (verba PROAP), que também podem ser utilizados para os docentes dos programas. Em 2011, o centro de custos da DIPPG representava 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento. Grande parte destes recursos (90%) foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura dos grupos de pesquisa através de editais internos baseados em indicadores de produtividade. Estes recursos vêm se somar àqueles captados pelos pesquisadores junto aos órgãos de fomento, como FINEP, CNPq, FAPERJ e Capes.

As tabelas a seguir ilustram o número de docentes e discentes envolvidos nos grupos de pesquisa e nos projetos de pesquisa até 2009.

Nº de docentes e discentes envolvidos nos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq	
Grupos Cadastrados	22
Docentes envolvidos	111
Discentes envolvidos	132

Fonte: DIPPG/COPET, dez/2009.

Nº de docentes e discentes envolvidos nos Projetos de Pesquisa	
Projetos de Pesquisa	120
Docentes envolvidos	133
Discentes envolvidos	147

Fonte: DIPPG/COPET, dez/2009.

O CEFET/RJ entende que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, incentiva a pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional. Assim, a Instituição assume que o foco de suas pesquisas e estudos científicos e tecnológicos seja voltado para a solução dos problemas internos do país, valorizando soluções, patentes, produtos e ações que resultem em respostas às necessidades locais, regionais e nacionais.

Com as bolsas de Iniciação Científica, a participação da graduação na atividade de pesquisa foi ampliada. A pesquisa é uma das ferramentas utilizadas nas práticas pedagógicas e atividades acadêmicas para o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica do aluno. A IFES busca integrar a participação de todos os níveis de ensino nessa atividade, não só com a capacitação de docentes em programas de mestrado e doutorado, mas também, a exemplo do Programa de Iniciação Científica, em Programas de Iniciação Tecnológica favorecendo, assim, a possibilidade de engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa.

Os critérios apresentados para a concessão de bolsas PIBIC são baseados na qualidade dos artigos publicados pelo orientador. Por exemplo, na tabela de pontuação utilizada para a concessão de bolsas, artigos A1 e A2, segundo a base QUALIS correspondem a 10 pontos, sem limite máximo, artigos em congresso 2,0, com limite de 12. Tal pontuação é extraída do RAD - Regulamento de Avaliação de Desempenho. Para linhas de pesquisa já consolidadas este parece ser um ótimo critério, mas para as linhas de pesquisa que ainda se encontram em desenvolvimento, este seria mais um obstáculo a ser superado. Sugere-se uma reflexão neste ponto e a proposta de alternativas que levem em consideração situações como esta.

As atividades de pesquisa estão regulamentadas através de resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação das atividades de pesquisa. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados os seguintes:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento da Pesquisa;

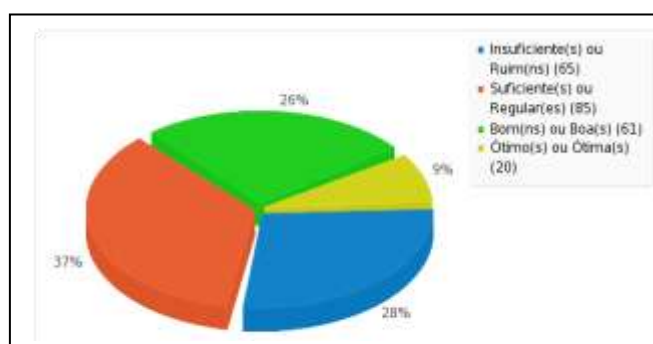
- Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica;
- Normas para a Criação de Grupos de Pesquisa.

Com relação à pesquisa, foram propostas algumas questões a alunos e professores. Os resultados colhidos são apresentados e analisados a seguir.

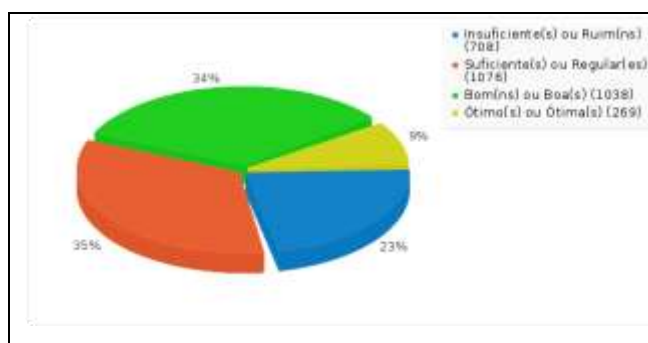
Questões comuns aos docentes e alunos:

➡ A política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como...

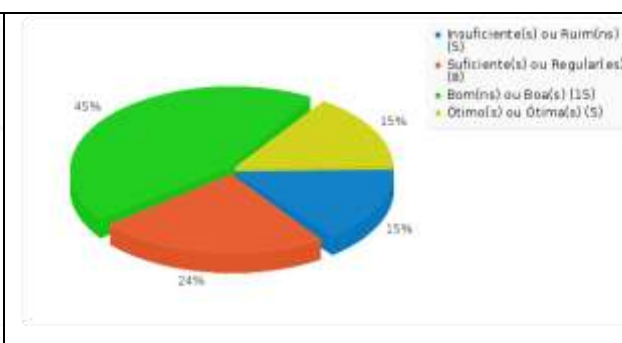
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



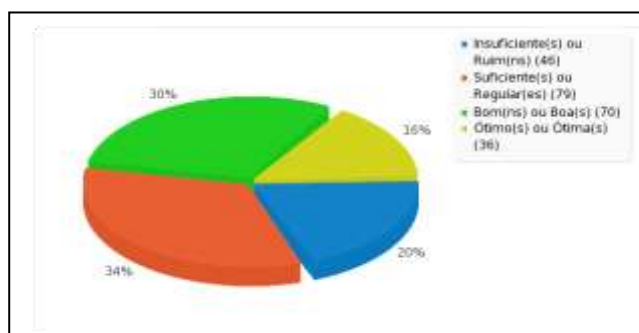
Dos 231 professores respondentes, 85 (37%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como suficiente. No entanto, 65 (28%) docentes julgam insuficiente. Talvez esses índices estejam relacionados a dois grupos de professores: os que possuem suas linhas de pesquisa ligadas à pós e aqueles que procuram fazer pesquisa, mas encontram dificuldades inerentes ao fato de que suas linhas de pesquisa não recebem o mesmo incentivo do que as outras, por não estarem inseridas em nenhum grupo de pesquisa. Há ainda 61 (26%) docentes que avaliam a política de incentivo à pesquisa como boa e 20 (9%) que a consideram ótima.

Com relação aos alunos de graduação, dos 3091 respondentes, 1076 (35%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como suficiente, 1038 (34%) como boa, 708 (23%) como insuficiente e 269 (9%) consideram ótima. Tendo como referência os alunos da pós, dos 33 alunos respondentes, 15 (45%) avaliaram tal política como boa, 8 (24%) como suficiente, 5 (15%) como insuficiente e 5 (15%) como ótima. Percebe-se que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, no entanto, o índice de insatisfação com relação aos alunos de graduação, no caso 23%, ainda merece atenção e pode ser reduzido.

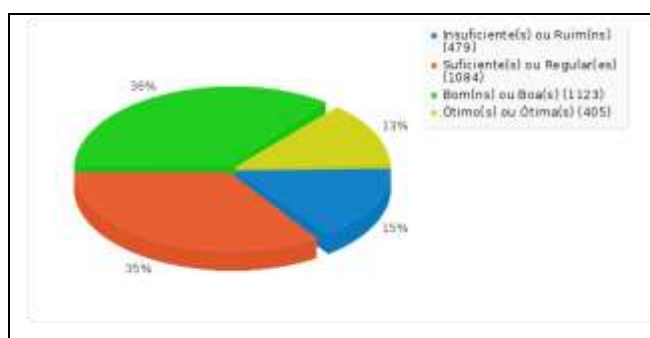
Na avaliação realizada em 2010, tal quesito foi julgado como bom e suficiente por grande parte dos docentes e alunos da graduação e como bom e ótimo por grande parcela dos estudantes da pós-graduação. Já os índices de insatisfação foram de: 28% para os docentes, 24% para os alunos da graduação e 18% para os discentes da pós.

➡ A Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas. Isso acontece de maneira...

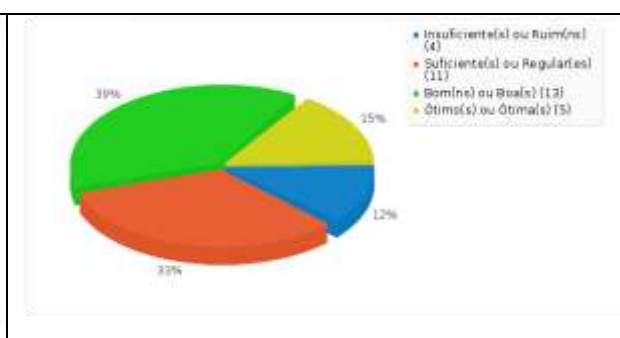
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Considerando o universo de professores respondentes, observa-se que grande parte, 79 (34%), considera que a Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas de forma suficiente. Outros 70 docentes (30%) julgam tal quesito como bom, seguidos de 46 (20%) que avaliam como insuficiente e 36 (16%) que consideram ótimo.

Com relação aos alunos de graduação, grande parcela, 36% (1123 alunos), considera que tal viabilização ocorre de forma boa e 35% (1084 estudantes) avaliam como suficiente. Tais índices de satisfação podem estar relacionados à participação dos alunos em projetos como o Mini-baja e o Aerodesign, por exemplo. Finalmente, 15% (479 alunos) consideram tal quesito como insuficiente e 13% (405 alunos) consideram ótima essa viabilização. Os alunos da pós apresentaram um comportamento semelhante para tal questão, 39% (13 estudantes) consideram boa, seguidos de 33% (11 discentes) que julgam suficiente, 15% (5 alunos) que avaliam como ótima e 12% (4 estudantes) que consideram insuficiente. Assim, pode-se dizer que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, tanto pelos docentes quanto pelos alunos.

Na avaliação de 2010, grande parte dos respondentes, tanto professores como alunos da graduação e da pós-graduação, avaliou tal quesito como bom. A parcela correspondente a insuficiente, na época, representava 22% dos professores (44 docentes), 19% dos alunos da graduação (650 discentes) e 18% dos estudantes da pós-graduação (7 alunos).

Considerando os objetivos do PDI em relação à pesquisa descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de um modo geral, a Instituição vem buscando cumprir os objetivos traçados.

EXTENSÃO

a.10) **Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.**

a.11) **Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.**

a.12) **Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.**

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta às demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida. O FORPREX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do qual a Instituição participa com direito a voz e voto) conceitua a Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão no CEFET/RJ tem suas políticas conduzidas pela Diretora de Extensão (DIREX). Segundo o PDI, desde a década de 90 a Instituição vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade. Vale observar que a Instituição entende que os programas de extensão não visam substituir funções de responsabilidade do estado, do setor produtivo e da sociedade civil, mas sim produzir e disseminar saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população.

Segundo o PDI 2010-2014, a Instituição apresenta os seguintes objetivos no campo dos programas e atividades de extensão:

- Fortalecer a institucionalização da extensão como atividade de produção e disseminação do conhecimento e potencializadora da dimensão social da formação na área tecnológica;

- Aperfeiçoar e garantir a qualidade das atividades de extensão na Instituição.

Assim, o CEFET/RJ busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa, uma vez que a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, como atividade complementar, a exemplo do Programa Turma Cidadã (PROTC), as atividades desenvolvidas pelo TIME SIFE CEFET/RJ, bem como as desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia Social (NTS). Além disso, de forma concomitante ou não às demandas do entorno social, para a integração do CEFET/RJ com a sociedade são estimuladas atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Em resumo, para o desenvolvimento de atividades que contemplem as áreas de atuação estratégica no que se refere à extensão, os seguintes programas fazem parte do âmbito de trabalho da extensão no CEFET/RJ:

- Turma Cidadã, programa voltado para os estudantes da graduação com foco nas questões sociais, pessoais e ambientais;

- TIME SIFE CEFET/RJ, programa de protagonismo estudantil, cujo escopo está voltado para as questões de empreendimento social;

- Empresa CEFET Jr, programa com base no empreendedorismo empresarial focado em ações de consultoria desenvolvido por estudantes da graduação com a assistência de professores orientadores;

- Núcleo de Tecnologia Social (NTS), programa voltado para as temáticas de meio ambiente, com foco nas populações socioeconomicamente mais vulneráveis, buscando promover suas emancipações social, cultural (através de encontros que revivem os grandes nomes da cultura popular brasileira) e econômica;

- Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade;

- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) que visa promover o estudo das relações étnico-raciais, contribuindo para a execução de políticas de ação afirmativa voltadas para a

população negra;

- Centro de Memória do CEFET/RJ, que disponibiliza todo seu acervo para pesquisa científica e tecnológica e visitas abertas aos públicos interno e externo, de modo a tornar evidente não só a história da Instituição bem como a cronologia e a dinâmica do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país;

- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Incubadoras Empresariais de Tecnologia e Inovação, respectivamente, ITCP e IETEC, metodologias que têm sido utilizadas para o desenvolvimento de novos empreendedores com foco na inovação tecnológica de característica popular e empresarial, para a promoção social em bases sustentáveis, com fins de geração de emprego e renda.

Entre outras ações de extensão, pode-se citar o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), em que o CEFET/RJ está envolvido com a requalificação de profissionais de nível técnico. O Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) busca, através desse programa, a atualização das pessoas que integram o mercado de trabalho dentro das áreas de gás e petróleo por meio da educação continuada. O PNQP é um grande projeto de qualificação profissional que visa capacitar, gratuitamente, mão-de-obra especializada em 163 categorias profissionais consideradas críticas para o setor de petróleo e gás, ou seja, categorias com disponibilidade de mão-de-obra bem inferior à demanda do setor.

Entre os grandes eventos anuais realizados pelo CEFET/RJ está a Feira de Estágio e Emprego (FE&E) e a Semana de Extensão. Esse último evento ocorre na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada sempre em outubro e criada pelo decreto presidencial s/n^o de 9 de junho de 2004. Nesta ocasião, acontecem na Instituição exposições científicas e tecnológicas compostas pelas EXPOTEC RIO, EXPOMED RIO e EXPOSUP, cujos enfoques vão ao encontro das diretrizes do PDI, visando a demonstração de criatividade para a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo a responsabilidade social, econômica, ambiental e o desenvolvimento sustentável objetivos a serem alcançados. A EXPOTEC é uma exposição da produção em tecnologia de alunos de cursos de educação profissional

técnica de nível médio do estado do Rio de Janeiro. A EXPOMED é uma exposição da produção em ciência de alunos do nível médio do sistema CEFET/RJ. A EXPOSUP é uma exposição da produção em ciência e tecnologia de alunos dos cursos superiores e de pós-graduação do sistema CEFET/RJ. Tal semana, que inclui também um ciclo multidisciplinar com palestras, seminários, debates e minicursos, como pode ser visto através dos folders ilustrados, é muito importante para a Instituição, pois promove a interação entre professores, alunos, técnico-administrativos e a sociedade de uma forma geral.



(a)



(b)

Folder da Semana de Extensão: (a) realizada em 2010 e (b) realizada em 2011.

Como foi visto, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada, etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços, produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça. Uma lista de atividades de Extensão realizadas em 2011 pode ser encontrada no item 3.3, Dimensão 3 (Responsabilidade Social).

Conforme consta no PDI 2010-2014, entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, o projeto pedagógico da Universidade Tecnológica pretendida, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

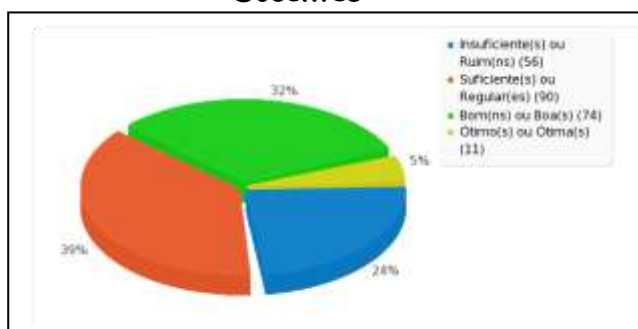
- A Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- A Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- O desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana;
- A superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

No que se refere à Extensão foi proposta uma questão para docentes e alunos no questionário aplicado à comunidade, apresentada a seguir.

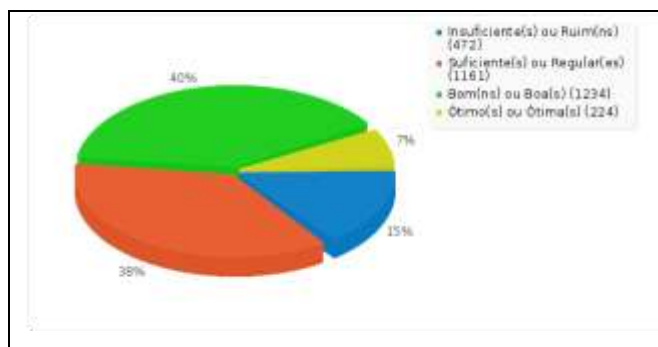
Questão comum aos docentes e alunos:

A política institucional de articulação entre ensino e extensão pode ser avaliada como...

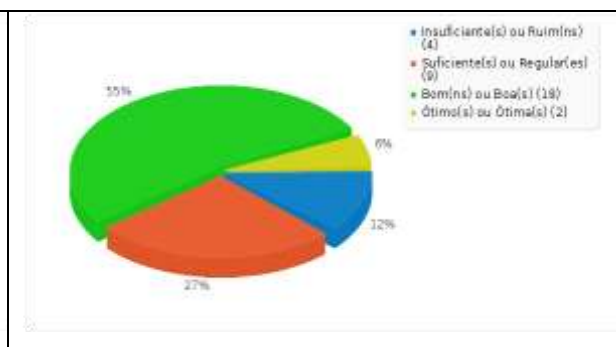
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



A partir dos resultados, verificou-se que grande parte dos professores respondentes considera que a política institucional de articulação entre ensino e extensão é suficiente, o que equivale a 90 (39%) docentes. Dentre o restante, 74 (32%) consideram boa, 56 (24%), ruim e 11 (5%), ótima.

Com relação aos alunos da graduação, 40% (1234 discentes) avaliaram-na como boa, 38% (1161 estudantes) como suficiente, 15% (472 alunos) como insuficiente e 7% (224 discentes) consideraram-na ótima. A maioria dos alunos da pós respondentes, 55% (18 estudantes), avaliou tal política como boa, 27% (9 alunos) como suficiente, 12% (4 discentes) como insuficiente e 6% (2 alunos) consideraram-na ótima.

Na avaliação de 2010, grande parte dos professores e alunos da graduação e da pós-graduação respondentes avaliou tal política como suficiente e boa. Os índices de insatisfação dos alunos apresentados na época foram maiores do que os atuais, sendo de 17% para os discentes da graduação e 18% para os estudantes da pós-graduação, enquanto que, atualmente, tais índices são de 15% e 12%, respectivamente. Já o índice de insatisfação dos docentes permaneceu o mesmo: 24% dos professores respondentes.

Quanto aos objetivos propostos no PDI, pode-se dizer que a Instituição busca o cumprimento dos mesmos. No entanto, há pontos que devem ser observados: Seria interessante constar no *site* da Instituição o catálogo de Extensão anual atualizado e a descrição dos indicadores internos de avaliação das atividades de extensão, ambos propostos no PDI.

PÓS-GRADUAÇÃO

a.13) Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato e stricto sensu*.

a.14) Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

a.15) Integração entre graduação e pós-graduação

a.16) Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Como já foi mencionado nos aspectos avaliados em Pesquisa, o órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é o DIPP (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). O DIPP é equivalente a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na estrutura de uma universidade. Ela foi criada em 2005 para cumprir o disposto no Estatuto do CEFET/RJ e vem atuando em consonância com a filosofia, princípios e valores institucionais, procurando cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP) da DIPP é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno da Instituição.

O PDI 2010-2014 apresenta os seguintes objetivos para a pós-graduação:

- Fortalecer a institucionalização da atividade de pesquisa como produção do conhecimento e componente acadêmico dinamizador da formação na área tecnológica;
- Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica das atividades de pesquisa.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Segundo o PDI, o primeiro programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado na Instituição aconteceu em 1992, com a criação do curso de Mestrado em Tecnologia. O segundo programa aprovado no CEFET/RJ ocorreu no âmbito do Ensino de Ciências Físicas e Matemáticas, tendo como objetivo capacitar professores de física e matemática do ensino fundamental e básico. O Programa de Ensino de Ciências é profissional e o Programa em Tecnologia é acadêmico.

Em dezembro de 2011, a Instituição possuía 6 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, oferecendo cinco cursos de mestrado acadêmico (3 na área das engenharias, 1 na

área de ensino de ciências e matemática e 1 na área sociais e humanidades) e um de mestrado profissional (na área de ensino de ciências e matemática), conforme descritos na tabela a seguir. Estes cursos, no final de 2011, possuíam 170 alunos matriculados em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Os mestrados acadêmicos têm duração mínima de 18 meses e máxima de 24. Existe pedido de prorrogação justificada, que pode levar o tempo máximo de 36 meses. No mestrado profissional, o prazo máximo é de 30 meses, prorrogável por mais 6 meses. A tabela a seguir apresenta os dados dos 6 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ.

Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CEFET/RJ
Tecnologia – PPTEC	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Área: Engenharia de Produção (CAPES: Eng III) - Início: 1992	- 17 docentes (3 docentes bolsistas de produtividade do CNPq) - 36 discentes - 314 dissertações defendidas
Ensino de Ciências e Matemática – PPECM	(conceito 4)
- Curso de Mestrado Profissional - Área: Ensino de Ciências e Matemática (CAPES: Ensino) - Início: 2003	- 13 docentes (1 docentes bolsistas de produtividade do CNPq) - 33 discentes - 53 dissertações defendidas
Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais – PPEMM	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Área: Engenharia Mecânica (CAPES: Eng III) - Início: 2008	- 11 docentes (1 docentes bolsistas de produtividade do CNPq) - 38 discentes - 13 dissertações defendidas
Engenharia Elétrica – PPEEL	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Área: Engenharia Elétrica (CAPES: Eng IV) - Início: 2009	- 8 docentes (1 docentes bolsistas de produtividade do CNPq) - 23 discentes - 3 dissertações defendidas
Ciência, Tecnologia e Educação – PPCTE	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Área: Ensino de Ciências e Matemática (CAPES: Ensino) - Início: 2010	- 8 docentes (1 docentes bolsistas de produtividade do CNPq) - 22 discentes
Relações Étnico-Raciais – PPRER	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Área: Sociais e Humanidades (CAPES: Interdisciplinar) - Início: 2011	- 16 docentes - 18 discentes

Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ. Fonte: DIPPG/DEPEQ, dez/2011.

A CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, em 2010, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM (1 = insuficiente; 2 = deficiente; 3 = regular; 4 = bom; 5 = excelente). Cabe ressaltar que dos 6 programas em funcionamento 4 são muito recentes e não foram avaliados pela CAPES, ficando com o conceito 3, usual para cursos novos. Atualmente os 6 programas contam com um total de 41 bolsas (32 da CAPES, 2 do CNPq e 7 do orçamento do CEFET/RJ). Em 2010 foi aprovado o sexto programa: o Programa em Relações Étnico-Raciais (PPRER) com início previsto para 2011.

Conforme apresentado no Relatório de Gestão 2007-2011 da DIPPG, foram submetidas à CAPES duas propostas de cursos de doutorado, em 2010. Uma das propostas tratava da criação do Programa de Relações Étnico-Raciais (PPRER) com cursos de mestrado e de doutorado. A criação do PPRER foi aprovada pela CAPES, porém, somente com o curso de mestrado acadêmico.

A segunda proposta submetida à CAPES envolvia a criação de um curso de doutorado no PPEMM, em associação temporária com o Programa de Engenharia Mecânica da COPPE/UFRJ (PEM-UFRJ), que é um dos 4 programas de pós-graduação em Engenharia Mecânica com conceito 7 na CAPES. A proposta foi elaborada por uma comissão mista formada por docentes do PPEMM e do PEM-UFRJ, tendo sido aprovada por unanimidade pelos colegiados e todos os conselhos pertinentes de ambas as instituições. Apesar da avaliação apresentar parecer positivo (sim) em 4 dos 5 itens avaliados na Ficha de Recomendação, sendo identificados diversos pontos bastante positivos para a implementação do curso proposto, a proposta não foi aprovada pela CAPES. Segundo o Relatório de Gestão 2007-2011 da DIPPG, as características especiais da modalidade de Associação Temporária, prevista pela CAPES, não foram plenamente consideradas na avaliação, prejudicando seriamente a avaliação da proposta. A finalidade principal da modalidade de Associação Temporária é justamente suprir a imaturidade do corpo docente de modo a permitir uma consolidação mais rápida através da associação com um corpo docente experiente. No seu parecer a comissão apontou que "... para um Programa com mestrado abrir um curso de doutorado, ele deve alcançar primeiro a maturidade suficiente

neste nível, para não comprometer a ascensão e estabilização do seu conceito e garantir qualidade inicial suficiente no doutorado.". Tal posicionamento mostra que a comissão utilizou indicadores para a avaliação de uma proposta tradicional de curso novo de doutorado em um programa existente, o que não é o caso da proposta apresentada. Como a modalidade de programas em associação ainda não tem uma regulamentação precisa, uma comissão da CAPES está trabalhando nesta questão desde o início de 2010.

Os Programas e os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* têm coordenadorias próprias, espaço físico próprio com salas para docentes, salas de aula, sala para discentes e auditórios localizados no 5º andar do Bloco E da Unidade Maracanã, além de diversos laboratórios de pesquisa. As atividades acadêmicas contam com o apoio de uma secretaria própria, com 9 técnico-administrativos para apoio aos docentes, atendimento ao público e registro das atividades de pós-graduação em sistema acadêmico próprio.

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Segundo o PDI, a primeira iniciativa institucional de pós-graduação *lato sensu* data de 1988, com a criação de um curso de especialização para engenheiros em Segurança do Trabalho. Os cursos de especialização se intensificaram a partir de 1996, no âmbito do Departamento de Educação Superior. Em julho de 2003, o DEPPG passa a responder pela organização didática e pedagógica desses cursos, sem qualquer responsabilidade, porém, pela gestão financeira dos mesmos. Nessa oportunidade, entendeu-se que a oferta de pós-graduação *lato sensu* deveria ser paralisada até que se dispusesse da nova regulamentação para a intermediação das Fundações no apoio a cursos dessa natureza. Tal paralisação durou de 2003 a 2007. Os procedimentos a serem considerados em relação a um conjunto de cursos reconhecidos institucionalmente foram encaminhados aos Conselhos competentes, que aprovaram uma proposição de conduta para a Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, integrante do DEPPG.

Em 2008, teve início o curso *Lato Sensu* em Educação Tecnológica da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de ensino à distância. Tal curso foi iniciado com cerca de 200 alunos e é ofertado atualmente em 4 polos: Campo Grande, Macaé, Nova Friburgo e Rio Bonito. O curso é financiado com recursos do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação - FNDE. Desde 2009, iniciou-se um processo de expansão para atender aos seguintes polos: Angra dos Reis, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Piraí, Rio Bonito e Volta Redonda. No final de 2011, o curso possuía cerca de 163 alunos. A Instituição utiliza os polos do consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), por meio de convênio com a Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), a qual atua como secretaria executiva do citado consórcio. Ressalta-se que no início de 2010, o CEFET/RJ foi avaliado para credenciamento em educação a distância com conceito 4 (quatro), numa escala de 1 a 5.

Em 2011, a Instituição possuía 4 Cursos novos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade presencial, conforme tabela a seguir. Estes cursos mais o curso de Relações Étnico-Raciais e Educação, também em funcionamento, no final de 2011, possuíam 116 alunos. Considerando que o curso oferecido na modalidade a distância (UAB) possuía nesta mesma ocasião 163 alunos, isso corresponde a um total de 279 alunos em Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Todos os cursos da Instituição são gratuitos.

Curso	Local	Início
Educação Tecnológica	Polos da UAB	2008
Relações Étnico-Raciais e Educação	Sede - Maracanã	2009
Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo de Biosistemas	UnED de Nova Friburgo	2009
Cultura(s) na América Latina: Por uma Educação do Olhar	UnED de Nova Friburgo	2009
Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo	UnED de Nova Friburgo	2009 (2º semestre)
Letramento(s) e Práticas Educacionais	Sede - Maracanã	2011
Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola)	Sede - Maracanã	2011
Educação e Contemporaneidade	UnED de Nova Friburgo	2011 (2º semestre)
Trabalho, Tecnologia e Educação	Sede - Maracanã	2011 (2º semestre)

Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do CEFET/RJ. Fonte: DIPPG/COLAT, jun/2011.

A tabela a seguir apresenta os principais marcos do desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação da Instituição, segundo o Relatório de Gestão 2007-2011 da DIPPG:

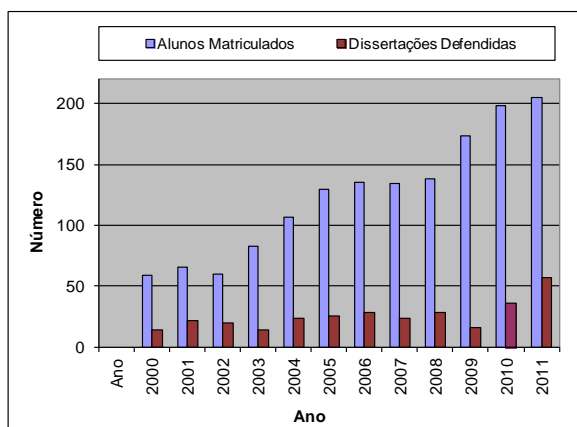
ANO	MARCO HISTÓRICO
1978	Transf. da Escola Técnica Federal em CEFET, com as atribuições de ensino, pesquisa e extensão
1986	Criação do Núcleo de Pesquisas Tecnológicas (NPT)
1991	Criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG)
1992	Criação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPTec) – curso de mestrado acadêmico
1996	Criação da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET)
1997	Cadastramento do primeiro grupo de Pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq
2000	Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
2003	Criação do Prog. de Pós-Grad. em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM) – mestrado profissional
	Criação do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)
	Criação da Coordenadoria de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (COLAT)
	Início do financiamento do PIBIC com cota institucional de bolsas do CNPq
2005	Aprovação do novo Estatuto do CEFET/RJ
	Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2005-2009)
	Criação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG)
	Criação do Departamento de Pesquisa (DEPEQ)
2006	Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT)
2008	Criação do Prog. de Pós-Grad. em Eng. Mec. e Tecnologia de Materiais (PPEMM) – mestrado acad.
	Criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)
	Criação do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Tecnológica (UAB)
	Estabelecimento de Processos de Alocação dos recursos do centro de custos da Pesquisa e Pós-Graduação baseados em indicadores de produção dos Grupos de Pesquisa e dos PPGSS
	Aprovação da Moção de Apoio do FOPROP à transformação do CEFET/RJ em Univ. Tecnológica
2009	Criação do Programa de Pós-Grad. em Engenharia Elétrica (PPEEL) – curso de mestrado acadêmico
	Criação dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> :
	- Relações Étnico-Raciais e Educação: uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social
	- Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo de Biosistemas - Cultura(s) na América Latina: por uma Educação do Olhar - Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo
2010	Criação do Programa de Pós-Grad. em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) – mestrado acadêmico
	Atribuição pela Capes de conceito 4 ao Prog. de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
	Edital APP-UnEDs – Apoio a Projetos de Pesquisa Institucionais a serem Desenvolvidos nas UnEDs
2011	Criação do Programa de Pós-Grad. em Relações Étnico-Raciais (PPRER) – mestrado acadêmico
	Criação dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> :
	- Letramento(s) e Práticas Educacionais - Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola) - Trabalho, Tecnologia e Educação - Educação e Contemporaneidade
	Lançamento do Edital AUX-IND – Auxílio Individual a Projetos de Pesquisa a Serem Desenvolvidos no Sistema CEFET/RJ

A tabela a seguir sintetiza os cursos de pós-graduação por Unidade oferecidos em 2011:

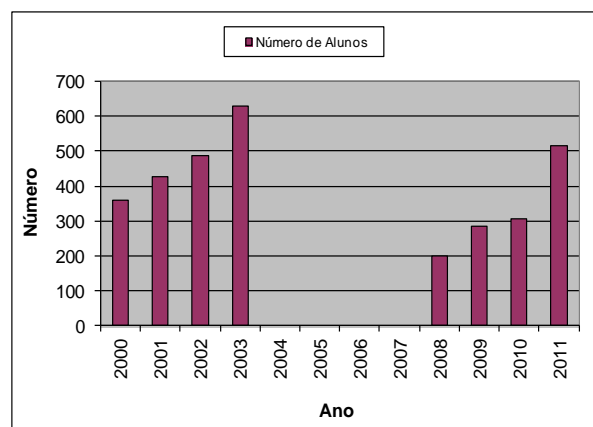
ALUNOS E PROFESSORES*		
Total de Alunos (TA); Total de Professores (TP)	TA	TP
Unidade Maracanã		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Strictu Sensu)		
Mestrado em Tecnologia (PPTEC)	36	17
Mestrado no Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	33	13
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	38	11
Mestrado em Engenharia Elétrica (PPEEL)	23	8
Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	22	22
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	18	16
Total* (sem repetição em <i>Strictu</i>)	170	57
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil)	163	21
Relações Étnico-Raciais e Educação: Uma Proposta de (RE) Construção do Imaginário Social	35	11
Letramento(s) e Práticas Educacionais	31	6
Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola)	30	10
Trabalho, Tecnologia e Educação	20	9
Total* (sem repetição em <i>Lato</i>) (10 (UAB)+30 (<i>Lato</i> presencial) = 40)	279	40
Alunos e Profissionais da Pós-Graduação da Unidade Maracanã (57+40-9 (comuns) = 88)	449	88
Unidade Nova Friburgo		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Educação e Contemporaneidade	25	8
Alunos e Profissionais da Pós-Graduação da Unidade Nova Friburgo	25	8
Total* de alunos e Profissionais de Pós-Grad (Strictu Sensu) (todas as Unidades)	170	57
Total* de alunos e Profissionais de Pós-Grad (Lato Sensu) (todas as Unidades)	304	48
Total* de alunos e Profissionais de Pós-Graduação da Instituição (todas as Unidades)	474	96

* Há professores que participam de mais de um programa de Pós. No entanto, o total referente a Pós *Strictu Sensu* não considera professores repetidos.
Fonte: DIPPG, 2011.

A evolução do número de discentes em programas de pós-graduação *stricto sensu* e em cursos de pós-graduação *lato sensu* nos últimos anos pode ser observada nos gráficos a seguir.



(a)



(b)

Evolução do número de (a) discentes em programas de pós-graduação *stricto sensu* e (b) discentes em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Fonte: DIPPG, Dez/2011

A infraestrutura de pesquisa e pós-graduação do CEFET/RJ foi bastante ampliada no período de 2007-2011. Os investimentos diretos permitiram a aquisição de diversos equipamentos de pesquisa (alguns de grande porte), a criação de novos laboratórios de pesquisa, a modernização dos laboratórios de pesquisa existentes e a modernização do espaço físico associado às atividades de ensino de pós-graduação.

Além do financiamento das atividades de pesquisa e pós-graduação que já vem sendo feito com os recursos financeiros do CEFET/RJ alocados nos centros de custos da Pesquisa e da Pós-Graduação, os pesquisadores da Instituição têm aumentado o montante de captação de recursos junto a órgãos de fomento como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES. Neste contexto, cabe informar que, em 2011, o centro de custos da DIPPG representa 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento.

As atividades de pós-graduação estão regulamentadas por resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação delas. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados:

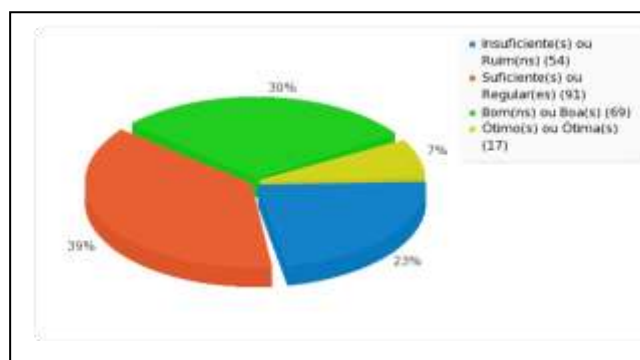
- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*,
- Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*,
- Normas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*,
- Resolução do CEPE sobre o Credenciamento e Recredenciamento de Docentes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*,

Com relação à pós-graduação, o questionário aplicado compreendia as seguintes perguntas, comuns a professores e alunos.

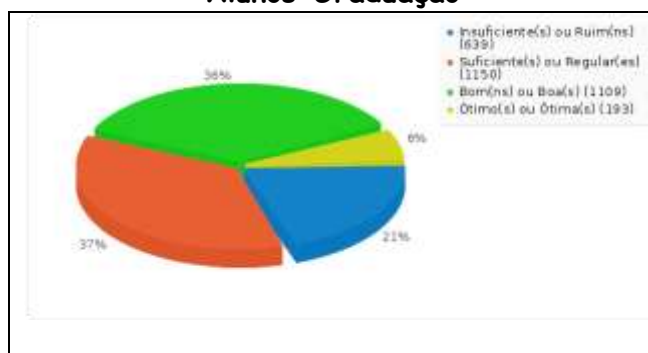
Questões comuns aos docentes e alunos:

Os cursos de pós-graduação são oferecidos de acordo com as necessidades da sociedade. Isso vem ocorrendo de forma...

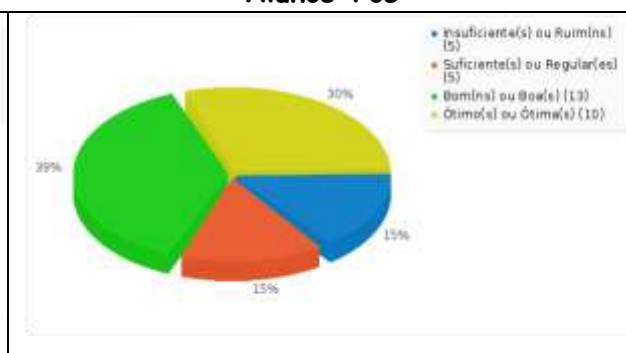
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Grande parte dos professores respondentes da Instituição, o equivalente a 91 (39%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma suficiente. Para 69 (30%), acontece de forma boa, seguidos de 54 (23%) que acham insuficiente e de 17 (7%) que julgam ótima. Apesar da boa avaliação do quesito, vale refletir sobre o índice de insatisfação de 23%, que se mostrou significativo.

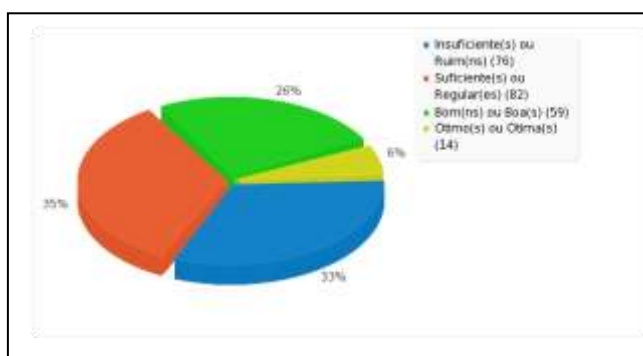
Com relação aos alunos de graduação respondentes, observou-se que grande parcela, equivalente a 1150 (37%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma suficiente. Mil cento e nove discentes (36%) consideram-no bom, seguidos de 639 (21%) que acham insuficiente e 193 (6%) que consideram ótimo. A melhor avaliação de tal quesito ocorreu por parte dos alunos da pós-graduação, em que a maior parcela dos respondentes, equivalente a 13 estudantes

(39%), escolheu a escala "boa" para o oferecimento, seguida de uma parcela que avaliou como ótimo, o correspondente a 10 alunos (30%). O restante ficou dividido em suficiente com 5 alunos (15%) e insuficiente também com 5 discentes (15%). Assim, considerando todos os segmentos apresentados, pode-se dizer que os resultados indicam que os respondentes, em grande parte, consideram que esse quesito vem ocorrendo de forma boa ou suficiente.

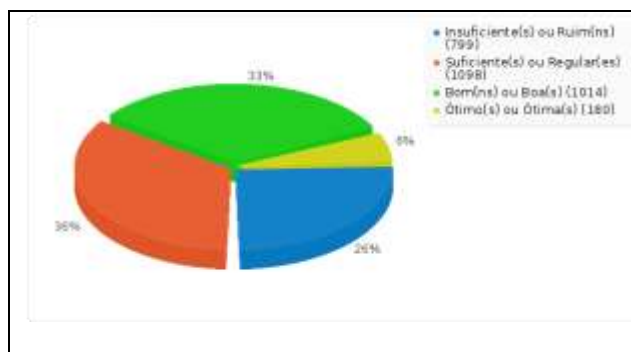
Na avaliação de 2010, grande parcela dos professores e dos alunos da pós-graduação indicou a escala "boa" para avaliar tal quesito, equivalente a 32% e 37%, respectivamente. Já a maior parte dos discentes da graduação escolheu a escala "suficiente", correspondendo a 37% dos respondentes.

☞ Os cursos de pós-graduação devem ser oferecidos articulados com os cursos de graduação. Isso vem ocorrendo de maneira...

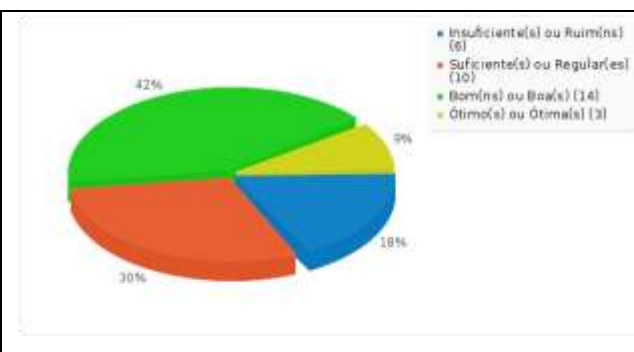
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Neste quesito, observou-se que a maior parte dos professores, no caso 82 (35%), considera que a articulação entre os cursos de pós-graduação e os de graduação ocorre de

forma suficiente. Setenta e seis (33%) consideram-na insuficiente, 59 (26%) consideram boa e 14 (6%), ótima. A porcentagem referente àqueles que consideram tal articulação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia. No entanto, entre os 10 cursos de Pós (*Stricto e Lato Sensu*) há apenas três na área das Engenharias: o Mestrado em Engenharia Elétrica, o Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais e o Mestrado em Tecnologia.

Quanto aos alunos de graduação, a maior parte, o equivalente a 1098 discentes (36%), considera que tal articulação é suficiente, seguidos de 1014 (33%) que a consideram boa, 799 (26%) insuficiente e 180 (6%) ótima. O índice de insatisfação apresentado, de 26%, pode estar relacionado aos motivos expostos acima. Já a avaliação referente aos alunos de pós-graduação indicou que a grande parcela dos respondentes, o equivalente a 14 estudantes (42%), considerou que tal articulação é boa, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente, o correspondente a 10 alunos (30%). O restante ficou dividido entre insuficiente com 6 alunos (18%) e ótimo com 3 discentes (9%).

Em 2010, a avaliação de tal quesito realizada pelos professores e alunos também sugeriu a presença de algum conflito neste aspecto. A maior parte dos docentes respondentes (38%) avaliou tal articulação como insuficiente, seguida de uma parcela próxima (30%) que avaliou como suficiente. Quanto aos alunos de graduação, na ocasião, a maior parcela (36%) avaliou tal questão como suficiente, seguida imediatamente por uma parcela que avaliou como boa (32%). Com relação aos discentes da pós-graduação, a maior parte (33%) considerou tal articulação boa, seguida por uma parcela (26%) que avaliou como ótima.

Docentes da Pós-Graduação avaliando seus Cursos

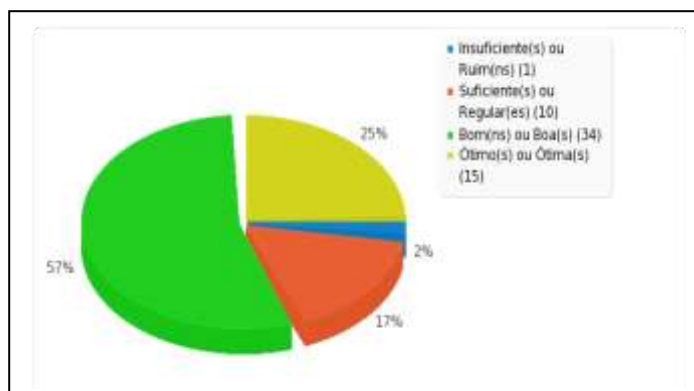
Foram propostas oito questões aos docentes da pós-graduação, para que pudessem avaliar seus cursos quanto a alguns quesitos. Para os docentes que atuam na EAD, em virtude das características do curso de ensino à distância, foram aplicadas apenas três das nove questões propostas para os professores da pós. Considerando que o total de professores da pós na ocasião correspondia a 96, conforme a tabela apresentada

anteriormente e que o número de respondentes foi de 60 professores, tal número corresponde a 62,5% do total de professores da pós. As perguntas aplicadas são apresentadas logo a seguir. Neste caso, preferiu-se fazer uma análise conjunta para uma melhor compreensão desta avaliação, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos docentes da Pós-Graduação

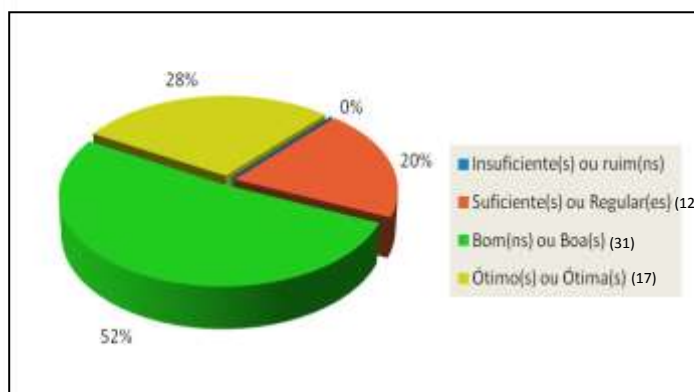
☞ 1- As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

(Aplicada também para EAD)

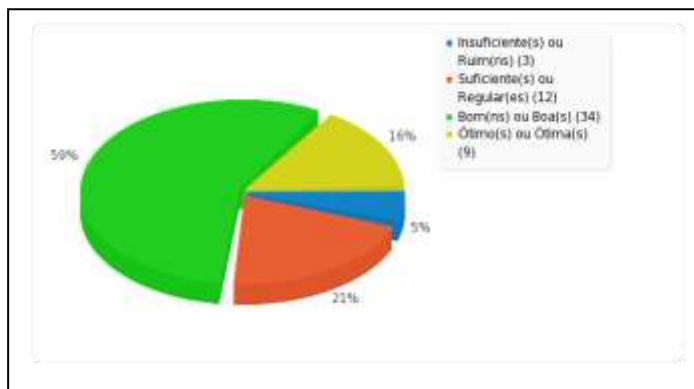


☞ 2- A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...

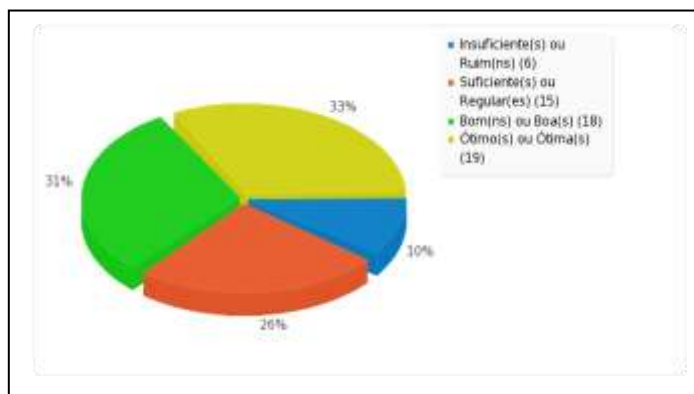
(Aplicada também para EAD)



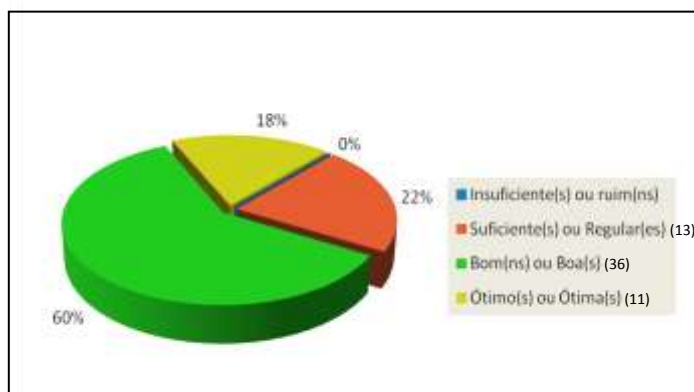
☛ 3- A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



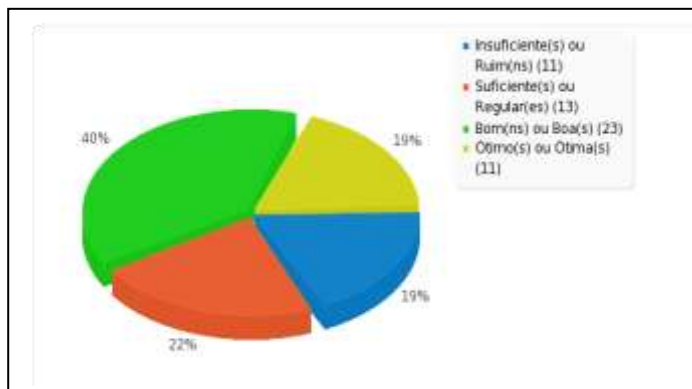
☛ 4- Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...



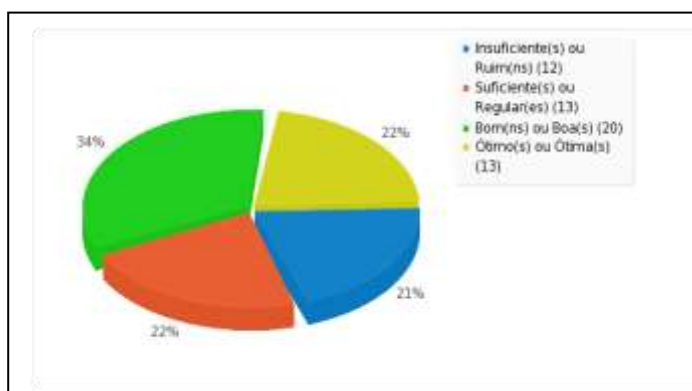
☛ 5- O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...



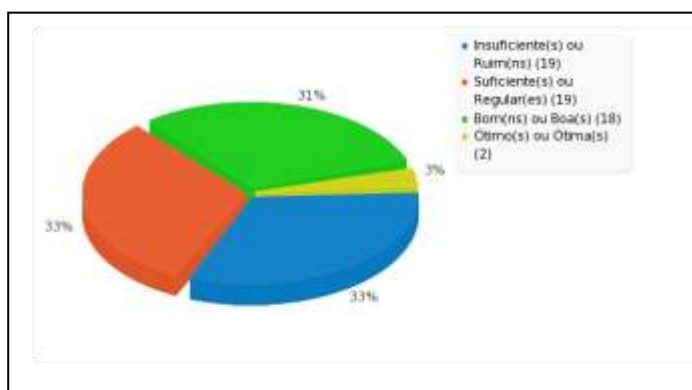
6- Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados aos estudantes e professores, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



7- O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...



8- Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...



Observou-se uma grande satisfação dos professores respondentes. Das oito perguntas propostas, em sete delas a grande parte dos docentes avaliou o respectivo quesito como bom. Tais questões correspondem a avaliações referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade e ao apoio de pessoal administrativo. A única questão que indicou uma avaliação insuficiente e suficiente por grande parcela dos respondentes, apresentando igualmente o percentual de 33%, foi a referente ao acervo bibliográfico disponibilizado. Inclusive, tal questão também apresentou o maior índice de insatisfação entre as oito perguntas propostas, correspondente a 33%. Apesar de todos os investimentos realizados pela DIPPG com relação ao acervo bibliográfico, deve-se dar atenção a esse índice.

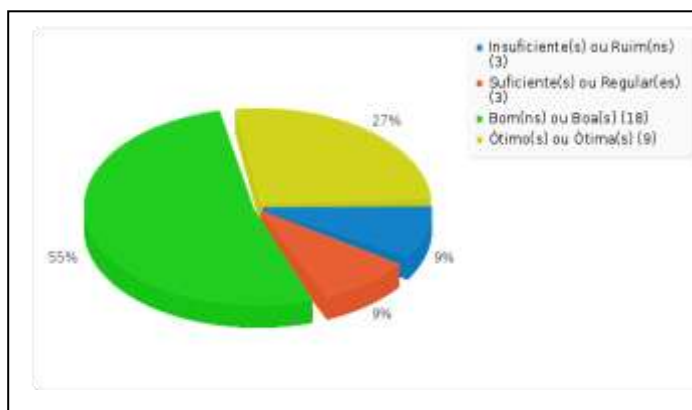
A avaliação realizada em 2010 também indicou uma grande satisfação por parte dos professores da pós-graduação, das oito perguntas propostas, em sete delas a maior parte dos respondentes avaliou o respectivo quesito como bom. Assim como nesta última avaliação, a única questão considerada como suficiente pela maior parcela dos respondentes (40%) foi a relacionada ao acervo bibliográfico disponibilizado. Inclusive, na ocasião, essa foi a questão que apresentou o maior índice de insatisfação: 21% dos respondentes.

Alunos da Pós-Graduação avaliando seus Professores

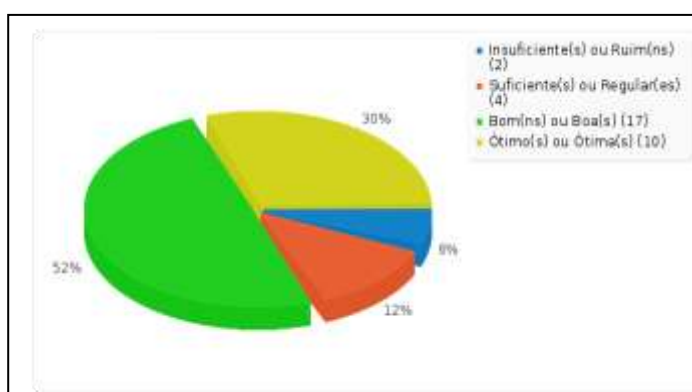
Da mesma forma que foi feito com os alunos de graduação, foram propostas oito questões aos alunos da pós, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando somente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse mais bem compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

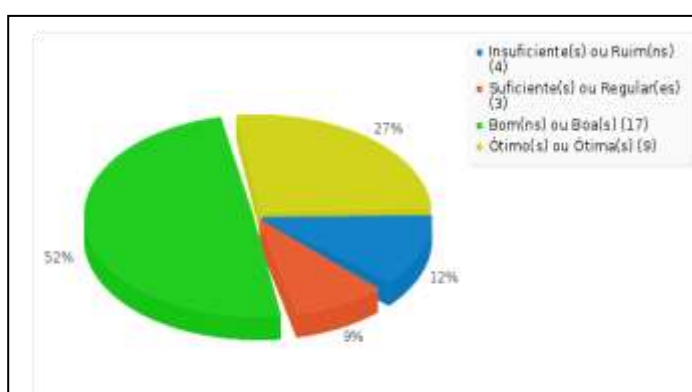
☛ 1- De forma geral, pode-se dizer que a apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



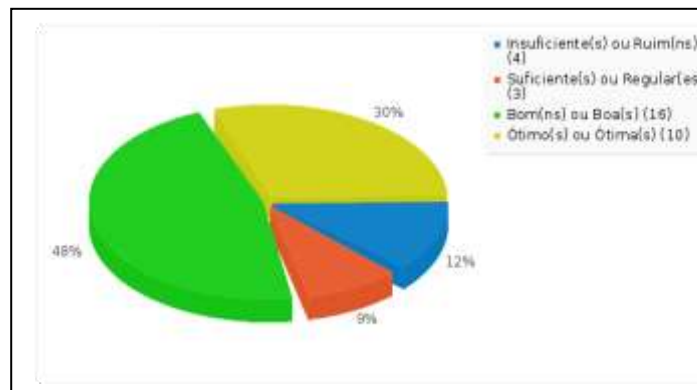
☛ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



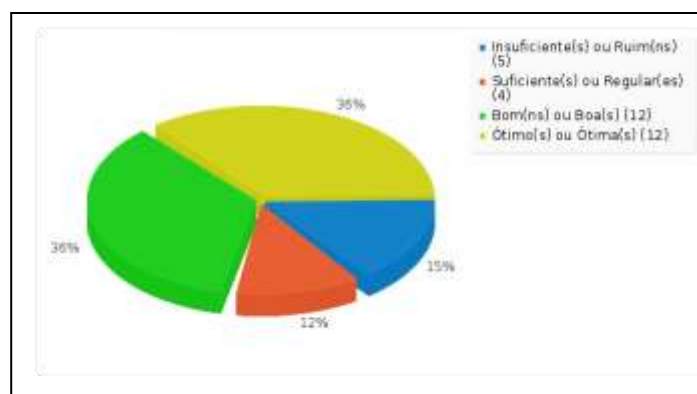
☛ 3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



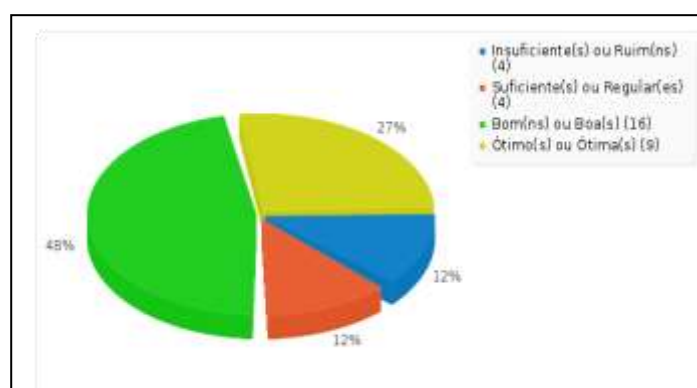
☞ 4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



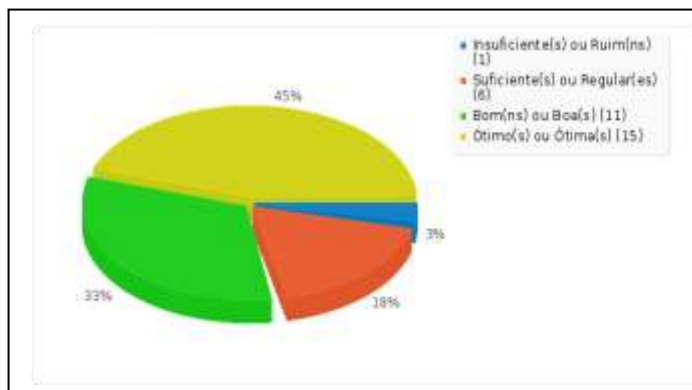
☞ 5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



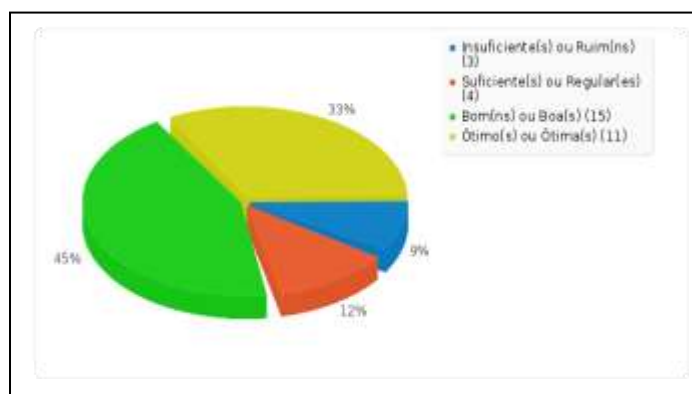
☞ 6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação dos alunos da pós-graduação respondentes. Em todas as perguntas, grande parte dos discentes considerou o respectivo quesito como bom e ótimo. As parcelas menores ficaram distribuídas em insuficiente e suficiente. O maior índice de insatisfação, no caso 15%, foi apresentado na questão que abordou a relação da teoria com a prática. Já o menor índice de insatisfação, no caso 3%, foi indicado na questão relacionada à assiduidade dos docentes.

Em 2010, a avaliação realizada referente a tais questões também apontou uma grande satisfação por parte dos alunos da pós-graduação respondentes. Nas oito perguntas propostas, a maioria dos estudantes avaliou o respectivo quesito como bom e ótimo. As questões que apresentaram o maior índice de insatisfação, no caso 17%, referem-se à

atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas e ao esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 10%, foi a que abordou a questão da apresentação do programa e objetivos das disciplinas ministradas pelos professores.

De um modo geral, os objetivos traçados no PDI para a pós-graduação vêm sendo atingidos. A criação de um curso de doutorado em programa já existente, porém, é uma das estratégias previstas ainda não realizada, em virtude dos problemas descritos anteriormente.

Embora a ação planejada visando a participação de docentes em programa de pós-graduação e de pós-doutoramento venha ocorrendo, os dados fornecidos pelo RH parecem não estar atualizados. Deve-se verificar o que está ocorrendo e realizar as atualizações necessárias para que os números representem a realidade da Instituição.

Apesar das dificuldades encontradas, percebem-se os esforços da Instituição e, especificamente, da DIPPG para o desenvolvimento da pós-graduação, seja no aumento do número de bolsas de pesquisa, na criação de novos cursos, no investimento em infraestrutura, entre outras ações.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

ENSINO - GRADUAÇÃO

Com relação ao ensino, observou-se que a Instituição apresenta uma boa estrutura curricular, capacitando o egresso para o exercício profissional, segundo o perfil proposto. Os conceitos obtidos no Enade são um bom indicativo da política executada: dentre os cursos avaliados com conceito, dois obtiveram o conceito 5, dois conceito 4 e quatro cursos o conceito 3. Tal conceito, que mede o desempenho dos estudantes, varia de 1 a 5. Além

disso, na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de graduação e as respectivas normas de operacionalização.

Os aspectos avaliados com a aplicação do questionário demonstraram altos índices de satisfação com relação aos quesitos:

-Adequação da matriz curricular do curso aos objetivos propostos, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando.

-Interação interdisciplinar e contextualização promovidas a partir das práticas pedagógicas utilizadas.

-Viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Nas oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 7%, foi referente à assiduidade dos professores. O índice de insatisfação mais significativo foi de 20% (relação da teoria com a prática). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

O lançamento do Programa de Monitoria, em 2011, também se destaca como uma das potencialidades referentes ao ensino.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Em consonância com o objetivo de transformar-se em Universidade Tecnológica, a Direção Geral do CEFET/RJ vem investindo fortemente na pesquisa e na pós-graduação, estando ciente do papel estratégico do exercício de tais atividades dentro de um modelo universitário. O apoio à pesquisa e pós-graduação pode ser observado através de ações como a criação, em 2005, da DIPP; atualização/elaboração de regulamentação para pesquisa e pós-graduação na Instituição; e o aumento significativo da alocação de recursos da Instituição destinados à criação de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação. Nos últimos anos, as atividades no CEFET/RJ associadas à pesquisa e à pós-graduação apresentaram um expressivo crescimento, que pode ser comprovado pelo aumento de diversos indicadores como produção científica qualificada, número de grupos de pesquisa, número de programas de pós-graduação, número de bolsas de iniciação científica e de mestrado. Esse crescimento foi suportado pelos investimentos que a Instituição efetuou nas duas áreas ao longo desses anos. Na última avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 instituições, comprovando tratar-se de um programa de excelência.

Na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as respectivas normas de operacionalização.

A avaliação da pós-graduação por seus professores foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em quase todos os quesitos avaliados. Tais quesitos são referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade e ao apoio de pessoal administrativo. O menor índice de insatisfação, no caso 0%, foi referente às questões que abordaram à adequação da matriz curricular e do perfil profissional e o conceito do curso

na comunidade. O índice de insatisfação mais significativo foi de 33% (acervo bibliográfico com relação à bibliografia básica). Todos os outros foram inferiores a esse valor.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos da pós-graduação, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Nas oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom ou ótimo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 3%, foi referente à questão que abordou a assiduidade dos professores. O maior índice de insatisfação apresentado foi de 15% (contextualização - relação da teoria com a prática). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

EXTENSÃO

A diversidade de programas que fazem parte do âmbito de trabalho da Extensão no CEFET/RJ e a Semana de Extensão podem ser considerados potencialidades da Instituição. Além disso, na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para a extensão e as respectivas normas de operacionalização.

b.2) Fragilidades

ENSINO - GRADUAÇÃO

Os recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares disponibilizados para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem ainda é um item que merece atenção. A resposta da comunidade aos recentes investimentos realizados pela Instituição é clara quando se compara a avaliação de 2009 com as de 2010 e 2011. Em 2009, a parcela

insatisfeita com este item correspondia a 27% para professores e 50% para alunos. Em 2010, a parcela insatisfeita corresponde a 24% para professores e 30% para alunos. Em 2011, a parcela insatisfeita corresponde a 25% para professores e 26% para alunos. Apesar da redução do índice de insatisfação com relação aos alunos, tal quesito necessita de investimentos contínuos e ainda pode ser melhorado, em virtude da sua importância.

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 20% (relação da teoria com a prática). Apesar desse índice não representar propriamente uma fragilidade, ele demonstra que é um item que ainda pode ser mais bem trabalhado.

Entre as ações que ainda merecem atenção, estão a recomposição anual do quadro de docentes necessários à realização dos cursos, o apoio à capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem e a orientação para o preenchimento correto do formulário de compras de forma a obter o produto desejado, seja ele um equipamento de laboratório ou um software. O primeiro item é muito preocupante considerando o grande número de professores que vem se aposentando, a criação dos novos cursos e o baixo número de vagas que vem sendo oferecidas para concurso.

PESQUISA

Há pesquisadores com projetos e orientações em linhas de pesquisa que ainda não estão presentes nos grupos de pesquisa, uma vez que estas linhas se encontram em desenvolvimento.

Os critérios apresentados para a concessão de bolsas PIBIC são baseados na qualidade dos artigos publicados pelo orientador. Por exemplo, na tabela de pontuação utilizada para a concessão de bolsas, artigos A1 e A2, segundo a base QUALIS correspondem a 10 pontos, artigos em congresso 2 pontos. Tal pontuação é extraída do RAD - Regulamento de Avaliação de Desempenho. Para linhas de pesquisa já consolidadas este parece ser um ótimo critério, mas para as linhas de pesquisa que ainda se encontram em desenvolvimento, este seria mais um obstáculo a ser superado.

EXTENSÃO

Ainda não consta no *site* da Instituição o Catálogo de Extensão, de publicação anual proposto no PDI.

PÓS-GRADUAÇÃO

O índice de insatisfação demonstrado pelos professores com relação ao acervo bibliográfico disponibilizado sofreu uma redução bastante significativa de 2009 para 2010, passando de 52% para 21%, em virtude dos investimentos realizados pela DIPPG, no entanto, ainda merece atenção. Em 2011, este índice foi de 33%.

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 15% (relação da teoria com a prática). Tal índice não representa uma fragilidade, mas pode ser melhorado por meio das sugestões apresentadas no item b.3, a seguir.

A questão que trata do oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade também merece atenção, uma vez que, apesar de ter sido uma questão bem avaliada de forma geral, apresentou um índice de insatisfação por parte dos professores de 23%, que merece, portanto, atenção.

Deve-se dar atenção também ao quesito referente a articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação. Tal quesito não foi muito bem avaliado pelos professores, que indicaram um índice de insatisfação de 33%, merecendo, portanto, ser discutido com maior profundidade em virtude da sua importância. Tal avaliação pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia. No entanto, entre os 15 cursos de Pós (*Stricto e Lato Sensu*), há apenas três na área das Engenharias, o Mestrado em Engenharia Elétrica, o Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais e o Mestrado em Tecnologia.

b.3) Sugestões

ENSINO - GRADUAÇÃO

Sabendo da importância da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, sugere-se um maior investimento neste campo com relação aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares. O quesito relação da teoria com a prática pode ser mais bem trabalhado junto aos alunos, deve-se buscar alternativas para que todas as disciplinas apresentem situações práticas que envolvam a teoria ministrada. Esse problema passa pela reciclagem dos professores, aos quais devem ser oferecidas oportunidades de interação com indústrias e empresas dos respectivos ramos. Algumas ações institucionais devem promover a integração dos professores às empresas dos setores industriais correspondentes às diversas especialidades.

Considerar a abertura de novos concursos para docentes do quadro fixo, levando em conta o grande número de professores que vem se aposentando, a criação dos novos cursos e o baixo número de vagas que vem sendo oferecidas para concurso.

Intensificar o apoio à capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. Orientar os docentes para atuar de forma correta no processo de compras. Desenvolver um manual com os principais erros e soluções.

Verificar a possibilidade de ser fornecida uma pauta provisória para os professores no início do período com o nome dos alunos inscritos até o momento nas disciplinas ministradas, considerando que, de forma geral, a pauta oficial só é entregue algum tempo após o início das aulas. No entanto, para que isso ocorra, os professores devem obedecer o período para o lançamento das notas finais. Pois um atraso nesse quesito gera problemas na matrícula, o que ocasiona o atraso das pautas, uma vez que na confirmação de matrícula ocorrem muitas correções.

PESQUISA

Estudar alternativas para que todos os pesquisadores que trabalhem com projetos de pesquisa em consonância com a missão e objetivos da Instituição possam constituir grupos

de pesquisa. Da mesma forma, deve-se refletir sobre a questão dos critérios de concessão de bolsas do PIBIC quando se trata das respectivas linhas de pesquisa que, pelo fato de não estarem associadas ainda a pós-graduação da Instituição, não apresentam a produção científica esperada, ficando presas a um círculo vicioso.

EXTENSÃO

Verificar a possibilidade de enriquecer as informações que constam no *site* da Instituição relativas à Extensão, como por exemplo, com a inserção do Catálogo atualizado de Extensão de publicação anual proposto no PDI.

PÓS-GRADUAÇÃO

Continuar os investimentos relativos ao acervo bibliográfico no que tange a bibliografia básica.

3.3 - Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

a.2) Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

a.3) Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

Para a análise da presente dimensão foi realizado um levantamento das ações realizadas pela Instituição em relação ao que foi proposto no PDI 2010-2014. Estes dados foram obtidos através dos relatórios de atividades emitidos pelo setor que concentra a maior parte das ações relacionadas a esta dimensão. Além disso, foram propostas algumas questões em questionários direcionados aos três principais segmentos que compõem a comunidade interna do CEFET/RJ, alunos, professores e técnico-administrativos. Tais respostas foram coletadas, processadas e analisadas. Esta análise conjunta permitiu uma visão geral sobre a dimensão conforme se segue.

De acordo com o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, na dimensão da responsabilidade social materializada por meio dos programas e atividades de extensão, o CEFET/RJ afirma que:

-a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;

-a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem a

superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;

-o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;

-a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

Assim, são apresentados como objetivos, estratégias e ações no campo dos programas e atividades de extensão:

Objetivo 1: Fortalecer a institucionalização da extensão como atividade de produção e disseminação do conhecimento e potencializadora da dimensão social da formação na área tecnológica	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
Consolidar e difundir, interna e externamente, a política institucional de extensão	<ul style="list-style-type: none">-Divulgar os documentos relacionados à política de extensão do CEFET/RJ-Reafirmar os pressupostos da política institucional de extensão na discussão e elaboração do projeto pedagógico-Atualizar normas e procedimentos de desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação, etc.)-Continuar a submeter as diretrizes da política de extensão aos Conselhos competentes-Dar visibilidade à atuação do Conselho de Extensão-Definir e adotar mecanismos de incentivo à participação da comunidade interna nas atividades de extensão-Estabelecer diretrizes de alocação das atividades de extensão no plano de trabalho dos docentes-Estabelecer as condições de participação dos técnico-administrativos em programas e atividades de extensão-Manter o Banco de Programas e Projetos desenvolvidos na Instituição-Publicar anualmente um Catálogo de Extensão-Implantar e atualizar permanentemente o sítio da extensão no Portal da Instituição-Realizar reuniões, seminários internos e outros eventos de divulgação das atividades de extensão-Manter representação institucional da extensão nos fóruns pertinentes, a exemplo do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)-Participar das ações do Fórum de Dirigentes de Extensão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (FORPROEXT)-Estabelecer convênios e acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão integrados ao ensino e à pesquisa-Estabelecer parcerias com Fundações de Apoio e de fomento, observada a legislação pertinente-Promover ações com recursos advindos do financiamento de programas governamentais ou convênios-Realizar eventos interinstitucionais
Investir nas ações de extensão já existentes e reconhecidas pela comunidade interna e externa	<ul style="list-style-type: none">-Realizar anualmente a Semana de Extensão-Realizar anualmente a Feira de Estágio e Emprego (FE&E)-Continuar a apoiar programas e projetos associados a atividades curriculares dos cursos: EXPOTEC, EXPOMED, EXPOSUP, Programa Turma Cidadã, Cefet

Jr. Consultoria, Time Sife CEFET

- Expandir os cursos de extensão oferecidos à comunidade interna
 - Expandir projetos e cursos desenvolvidos em parceria
 - Apoiar ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)
 - Apoiar ações do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
 - Apoiar ações do Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais (NETS)
 - Apoiar ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)
 - Apoiar ações do Núcleo de Inteligência Competitiva Setorial (NICS)
 - Apoiar ações do Núcleo de Tecnologia Automotiva (NTA)
 - Apoiar ações do Núcleo de Estudos Logísticos, Operações e Serviços (NELOS)
- Apoiar a realização de atividades de extensão nas novas Unidades de Ensino
- Interagir com as áreas de ensino e pesquisa na identificação de demandas locais e regionais de conhecimento tecnológico e de formação/qualificação profissional
 - Definir, em cada Unidade de Ensino, ações de extensão a serem implementadas
 - Estabelecer convênios e parcerias específicos ao desenvolvimento da extensão em cada Unidade
 - Apoiar as novas Unidades de Ensino no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento/avaliação de programas e projetos de extensão
- Expandir o programa de assistência estudantil
- Ampliar os benefícios oferecidos aos estudantes de baixa renda de todas as Unidades de Ensino
 - Fomentar o sistema institucional de bolsas de extensão com recursos próprios e oriundos de convênios específicos
 - Participar do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis)
- Ampliar e diversificar a integração institucional com o setor produtivo e outros atores sociais
- Expandir e desenvolver o Programa de Estágio e Emprego em todas as Unidades de Ensino, com núcleos descentralizados nas Unidades de Ensino
 - Firmar convênios com entidades de natureza pública para realização de ações de interesse mútuo
 - Implantar sistema de acompanhamento de egressos
 - Apoiar a atuação da Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC)
 - Apoiar a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)
 - Divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos à sociedade

Objetivo 2: Aperfeiçoar e garantir a qualidade das atividades de extensão na Instituição

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
Acompanhar e avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas em todas as Unidades de Ensino	-Implantar sistema de acompanhamento das atividades institucionais de extensão -Estabelecer indicadores internos de avaliação das atividades de extensão -Analisar, anualmente, os indicadores alcançados na avaliação da extensão, para intervir em melhorias, no que couber -Fortalecer os investimentos destinados a projetos que atendam, de modo adequado, aos indicadores de avaliação estabelecidos

Em relação às atividades propostas no PDI 2010-2014, temos as seguintes realizações no ano de 2011:

I- Estágio e Emprego

Serviços	2009	2010	2011
Ofertas para Estágio	1.641	2.782	3.549
Termos de Compromisso	1.404	1.750	1.933
Termos Aditivos	592	656	734
Palestra de orientação no mercado	27	35	25
Empresas em Convênio	3.365	3.560	3.812
Declaração Expedida Lei 11.788	986	412	502
Ofertas de Emprego	875	581	783

Fonte: COEMP/ DIEMP/DIREX

II- Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público
Cursos	4.700
Oficinas	240
Eventos de Extensão	36.700
Produção e Publicação	400
Projetos de Extensão	2.450
Programa de Intercâmbio	350
Programa de Educação Profissional	800
Programa de Educação Tecnológica	780
Programa de Assistência Estudantil	287

Fonte: NAE/IETEC/DEAC/DIREX

III- Ações de Empreendedorismo Inovador - Incubadora

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2009	2010	2011
Empresas Incubadas	03	04	02
Projetos Pré-Incubados	*	06	06
Atendimento ao público	320	380	170
Lançamento de Edital	0	1	1
Empresas Graduadas	13	15	15
Projetos descontinuados	14	15	17
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP	desativada	desativada	desativada

Fonte: IETEC/DIREX

Legenda: * - Não Existia

IV- Gestão de Convênios de Extensão Ativos

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP / IFF / CEFET/RJ	Programa Nacional de Qualificação Profissional	Promover a formação em nível de Qualificação Profissional
UNISUAM / CEFET/RJ	Projeto de Capacitação	Capacitar professores do CEFET/RJ através do curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local.
UERJ / UVA / CEFET/RJ	Projeto de Criação de Território Tecnológico em São Cristóvão	Desenvolver o modelo de território tecnológico a ser implementado no bairro de São Cristóvão.
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas – Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de : programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bem-vindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.

Fonte: DIVAD/DEAC/IETEC/DIREX

V- Eventos Realizados no Sistema CEFET/RJ

DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
14/02	Tutorial Básico De Programação em Matlab	Petrópolis
21/02 a 24/02	PAC- Programa de Acolhimento ao Calouro – CEFET Jr	Maracanã
24/02 a 30/06	Projeto Mutirão CEFET Solidário à Região Serrana (Turma Cidadã)	Maracanã
24/02	Palestra do PAC - Programa de Acolhimento ao Calouro (1º sem) - SIFE	Maracanã
25/02	Palestra: Ciências Tecnologia e Sociedade	Maracanã
14/03	Minicurso: Visualização e Geometria Analítica	Maracanã
14/03	Curso: Capacitação de Docentes de Física e Matemática do Ensino Médio	Nova Iguaçu
19/03	Evento Pais – CEFET Jr	Maracanã

25/03	Palestra: Energia Solar Fotovoltaica	Maracanã
14/04	Palestra Schlumberger – DIEMP/COEMP	Maracanã
15/04	Entrada dos Trainees (1º semestre) - SIFE	Maracanã
15/04 a 15/05	Ciclo de Capacitações SIFE CEFET/RJ (1º semestre) - SIFE	Maracanã
18/04 a 20/04	Curso: Investindo na Bolsa de Valores – CEFET Jr	Maracanã
20/04	Palestra: Bm&F – Bovespa – Mercado de Ações e Futuros	Maracanã
20/04	Palestra: Desafios do Novo Engenheiro Estrutural do Século XXI	Maracanã
26/04	Visita Cultural: CCBB	Angra dos Reis
26/04	Visita Técnica: Camp Maracanã	Angra dos Reis
27/04	Palestra: Treinamento em Marketing Pessoal	Maracanã
Maio e Junho	7 aulas do curso de informática para os associados da Aliança em parceria com o NAPNE - SIFE	Maracanã
05/05	Curso: Microcontroladores Aplicados em Sistemas	Maracanã
12/05	Minicurso: Ciências, Sangue e Cidadania	Maracanã
16/05 a 20/05	Semana de Telecomunicações 2011 - “TV Digital: desafios e oportunidades” – Palestras, mesas redondas, oficinas, exposição de trabalhos.	Petrópolis
18/05	Visita Cultural: Museu da Língua Portuguesa	Angra dos Reis
18/05	Minicurso: Aplicações De Microscopia Ótica no Ensino de Biologia	Maracanã
20/05	Minicurso: Informática Básica Adaptada para Deficientes Visuais – DOS VOX	Maracanã
20/05	Capacitações para voluntários do Articulação RS - SIFE	Friburgo
20/05	Minicurso: Sustentabilidade, Inclusive para Você: Uma Introdução a Construção da Agenda Local	Maracanã
27/05	Palestra: Mercado de Trabalho: O Ingresso dos Jovens	Maracanã
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
01/06	Palestra e processo seletivo JIRAU – DIEMP/COEMP	Maracanã
09/06	Palestra: Reaproveitamento do Óleo Vegetal - COOPBRILHO	Angra dos Reis
03/06	Palestra “Science and Fiction” – Prof. Dr. Kenneth Tobin – City University – New York – Núcleo de Atividades e Pesquisa em Ensino de Física	Petrópolis
09/06	Evento dos Pais (1º semestre) - SIFE	Maracanã
10/06	Palestra: Sustentabilidade Ambiental	Maracanã
15/06	Palestra e Processo Seletivo Ambev – DIEMP/COEMP	Maracanã
20/06	Visita Técnica: TRANSPETRO	Angra dos Reis
27/06	Palestra e Processo Seletivo Ambev – DIEMP/COEMP	Maracanã
29/06	Visita Técnica: Eletronuclear	Angra dos Reis
05/07	Palestra do PAC - Programa de Acolhimento ao Calouro (2º sem)	Maracanã

	- SIFE	
08/07	Desenvolvimento de Equipes – CEFET Jr	Maracanã
11/07	Curso: Capacitação de Docentes de Física e Matemática do Ensino Médio	Nova Iguaçu
Durante o semestre	Seminários de Licenciatura em Física 2011_1 – Palestras diversas.	Petrópolis
25/07	Cefet Summer Of Code 2011 – Desvendando o Universo Da Robótica com Arduino	Maracanã
27/07	Cefet Summer of Code 2011 – Linguagem e Programação Python	Maracanã
29/07	Cefet Summer of Code 2011 – Linguagem de Programação Java	Maracanã
30 e 31/07	Palestra Chemtech – DIEMP/COEMP	Maracanã
01/08	Curso: Capacitação de Docentes de Física e Matemática do Ensino Médio	Nova Iguaçu
01/08	Projeto: Orientação Profissional	Valença
01/08	Palestra: Diagnóstico da Agroindústria Familiar	Valença
01/08	Projeto: LHICT Laboratório de História da Ciências e da Tecnologia	Nova Iguaçu
01/08	Ciclo de Debates: Turismo Entre Diálogos	Petrópolis
02/08	Palestra: O Trabalho do CIEE	Valença
02/08	Palestra: O Trabalho da COEMP/DIREX/CEFET/RJ	Valença
03/08	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	UnED Valença
08/08	Curso: Boas Práticas na Fabricação – EMBRAPA	Valença
09/08 a 11/08	VI Feira de Estágio e Emprego 2011 – DIEMP/COEMP	Maracanã
09/08	Palestra: Formação de Consumidores Conscientes	Valença
10/08	Palestra: Cozinha Piloto	Valença
15/08	Projeto AdolescentTI	Maria da Graça
15/08	Curso: Formação continuada de Professores na Perspectiva da Ciência como Cultura	Petrópolis
16/08	Palestra Ambev – DIEMP/COEMP	Maracanã
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
16/08	Palestra Promom – DIEMP/COEMP	Maracanã
19/08	Olimpíada Brasileira de Química	Maracanã
22 a 24/08	Palestra CHEMTECH – DIEMP/COEMP	Maracanã
25/08	Palestra: Technip – Operadora do Porto de Angra dos Reis	Angra dos Reis
26/08	Palestra Marinha – DIEMP/COEMP	Maracanã
29/08	Curso: Introdução à Informática	Valença
31/08	1º Sarau de Leitura	Angra dos Reis
01/09	Visita Cultural Bienal do Livro - RJ	Angra dos Reis
01/09	Projeto de Divulgação do CEFET-Valença	Valença
01/09	Palestra Petrobras – DIEMP/COEMP	Maracanã

02/09	Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA)	Maracanã
06/09	Palestra OSX – DIEMP/COEMP	Maracanã
09/09	Palestra: Bullying – CEFET-Valença	Valença
10/09	Espaço Trainee - CEFET Jr	Maracanã
10/09	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	Maracanã
12/09	Olimpíada Brasileira De Robótica	Maracanã
12/09	Programa Trainee Globo – DIEMP/COEMP	Maracanã
13/09	Palestra Globo – DIEMP/COEMP	Maracanã
14/09	Palestra: Agenda 21 – Não jogue o óleo pelo ralo	Angra dos Reis
19/09	Palestra: Redes De Acesso Em Ônibus Universitários	Maracanã
19/09	Palestra: Internet Do Futuro - Um Novo Horizonte	Maracanã
23/09	Palestra: Bullying – Escola Estadual Padre Sebastião	Valença
26 e 27/09	I Congresso Nacional – Programa Turma Cidadã	Maracanã
28/09	Palestra: PRONAF Agroindústria	Valença
28/09	Visita Técnica: Eternit	Angra Dos Reis
28/09	Visita Técnica: CEFET-Maracanã	Angra Dos Reis
29/09	Palestra Vale – DIEMP/COEMP	Maracanã
29/09	Palestra sobre Empreendedorismo e Inovação para os alunos do 3º período do Curso Técnico de Administração - IETEC	Maracanã
29/09	Entrada dos Trainees (2º semestre) - SIFE	Maracanã
29/09 a 29/10	Ciclo de Capacitações SIFE CEFET/RJ (2º semestre) - SIFE	Maracanã
03/10	Palestra e processo seletivo Oceaneeing – DIEMP/COEMP	Maracanã
11/10	Visita à IETEC dos alunos do 2º período - Curso de Graduação em Administração Industrial - IETEC	Maracanã
17/10 a 21/10	Semana de Extensão -SIFE	Maracanã
20/10	Primeiro Encontro do Conselho Empresarial SIFE CEFET/RJ	Maracanã
DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
19/10	Responsabilidade Social em Foco – CEFET Jr	Maracanã
19/10	Semana de Extensão 2011: 71 Palestras, 23 Minicursos, 7 Seminários, 25 Pôsters, 7 Mesas-redondas, 81 Projetos EXPOTEC, 6 Projetos EXPOMED, 13 Projetos EXPOSUP, 14 Atividades Artístico-Culturais e 3 outros eventos	Maracanã – Maria da Graça – Nova Iguaçu – Petrópolis –Nova Friburgo – Itaguaí – Angra dos Reis - Valença
20/10	Palestra na Semana de Extensão, título: INCUBADORA: UM AMBIENTE COLABORATIVO PARA PROMOVER INOVAÇÃO - IETEC	Maracanã
20/10	Palestra Cameron – DIEMP/COEMP	Maracanã
20/10 e 21/10	Aprendendo em Parceria – CEFET Jr	Maracanã
21/10 a 23/10	Semana de Extensão 2012 – Semana de Arte/Ciência e Tecnologia - Palestras, mesas redondas, oficinas, exposição de	Petrópolis

	trabalhos.	
21/10	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	Maria da Graça
24/10	Ciclos de Debates	Maracanã
31/10	Palestra: Genética e Doenças Metabólicas	Maracanã
04/11	Palestra: HIV e AIDS	Maracanã
04/11	Palestra: Inteligência Computacional	Valença
05/11	Seminário: Php'n Rio2011	Maracanã
07/11	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	Maracanã
08/11	Curso: Avaliação da Conformidade – Fundamentos, Contextos e Práticas – INMETRO	Maracanã
09/11	Palestra: Legislação de Bebidas	Valença
10/11 e 11/11	ENFEPro-Encontro Fluminense de Engenharia de Produção – CEFET Jr	Maracanã
11/11	Palestra: Papilomavírus Humano e Câncer	Maracanã
17/11	Palestra na Semana Global de Empreendedorismo: Empreender e inovar: qual é o caminho? - em parceria com a Incubadora da UVA-TIJUCA - IETEC	Maracanã
21/11	Troca de Gestão – CEFET Jr	Maracanã
22/11	Semana Acadêmica do Curso de Engenharia	Nova Iguaçu
28/11	Evento dos Pais 2º semestre -SIFE	Maracanã
29/11	Palestra: Motivação e Poder da Comunicação	Nova Iguaçu
01/12	Projeto: CEFET/RJ No Dia Mundial de Prevenção à AIDS	Maracanã
14/12	Dia da Qualidade – CEFET Jr	Maracanã
Durante o semestre	Projeto “Turismo Entre Diálogos”.- Palestras, mesas redondas, oficinas, exposição de trabalhos.	Petrópolis
Durante o semestre	Projeto “Intercâmbio Telecom/TV Digital” – Palestras com especialistas da UFF e COPPE/UFRJ (visitas mútuas)	Petrópolis

Fonte: UnEDs/DEAC/DIEMP/IETEC/TURMA CIDADÃ/SIFE/CEFET JR/DIREX

Com relação a inclusão social, destaca-se a presença do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) do CEFET/RJ, criado sob portaria institucional nº 484 de 30 novembro de 2004. O Núcleo está vinculado à Diretoria de Ensino e tem como objetivos:

- Promover a inclusão escolar e a educação inclusiva no CEFET/RJ através de ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores.
- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.

- Trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais.
- Implantar medidas de acessibilidade no *campus* do CEFET/RJ, de forma a permitir acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos.
- Acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais.
- Incentivar o debate, a pesquisa, o ensino e a extensão no âmbito do CEFET/RJ em torno das questões relacionadas à educação inclusiva.
- Fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores público ou privado, para a discussão da temática educação inclusiva.

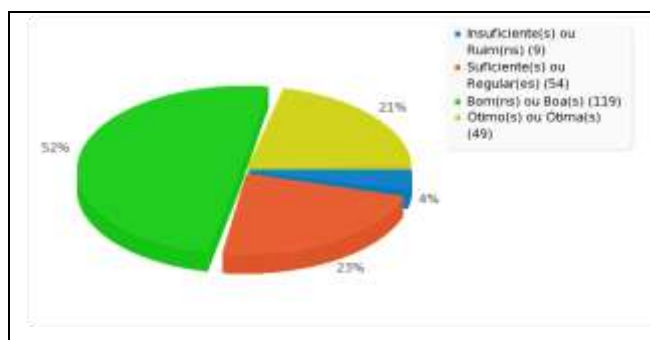
Sobre a questão da acessibilidade, é importante mencionar que o CEFET/RJ firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2011, para o cumprimento da questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004, e conseqüentemente da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Como resultado do TAC, o CEFET/RJ já concluiu e apresentou ao Ministério Público o diagnóstico de todas as suas dependências, quanto à questão da acessibilidade. Atualmente, está dentro do prazo para a elaboração do projeto de acessibilidade e mantém o Ministério Público informado do andamento das ações.

A seguir serão apresentadas as questões propostas à comunidade acadêmica relacionadas à respectiva dimensão.

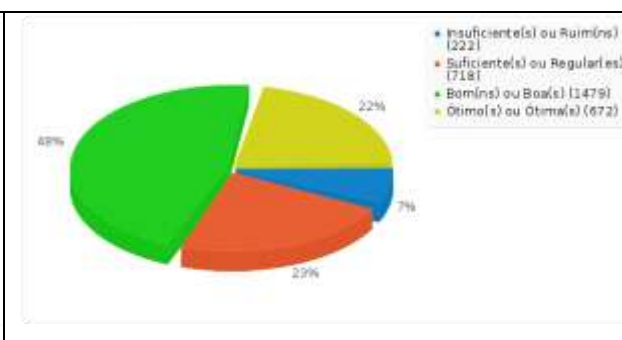
Questão comum aos docentes e alunos:

⇒ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

Docentes



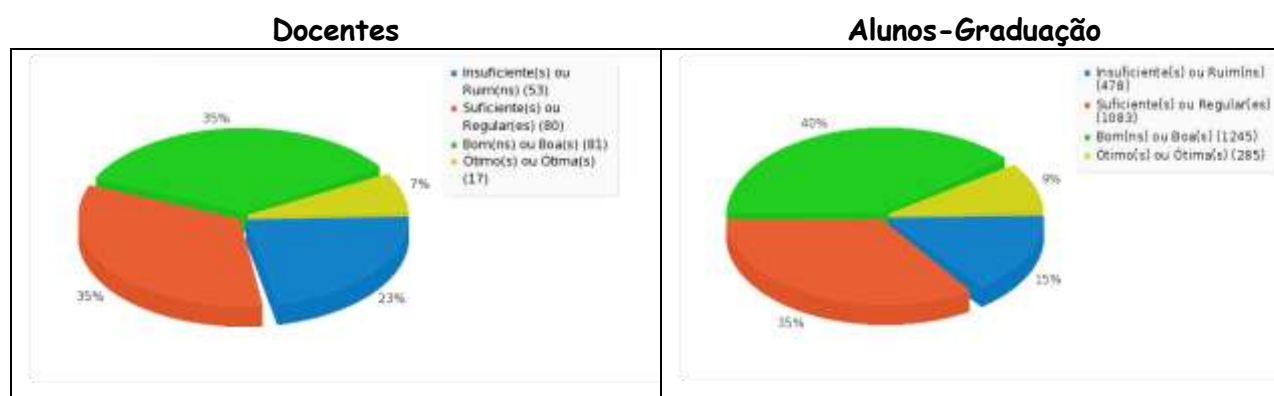
Alunos-Graduação



Considerando os alunos e seus familiares como os principais interessados neste indicador, pois revela a empregabilidade do formando do CEFET/RJ, percebemos que cerca de 70% dos alunos de graduação consideram boa ou ótima a forma como a Instituição conduz sua entrada no mercado de trabalho. Entre os professores, 73% consideram boa ou ótima a forma como a Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho.

Esses dados revelam que a Instituição causa relevante impacto do ponto de vista da empregabilidade de seus alunos que conseguem por meio do CEFET/RJ inserir-se no mercado de trabalho regional. A avaliação realizada em 2010 apresentou um comportamento semelhante para tal quesito, com 68% dos docentes e 66% dos alunos de graduação avaliando como boa ou ótima a viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

⇒ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Entre os alunos de graduação pesquisados, 15% consideram que a Instituição acompanha a inclusão dos alunos no mercado de trabalho de forma insuficiente e 35% consideram que isto ocorre de forma suficiente ou regular. O restante, o equivalente a 49%, considera que as ações da Instituição ocorrem de forma boa ou ótima.

Entre os professores pesquisados, 23% consideram insuficiente a forma como a Instituição acompanha a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho. Seria muito

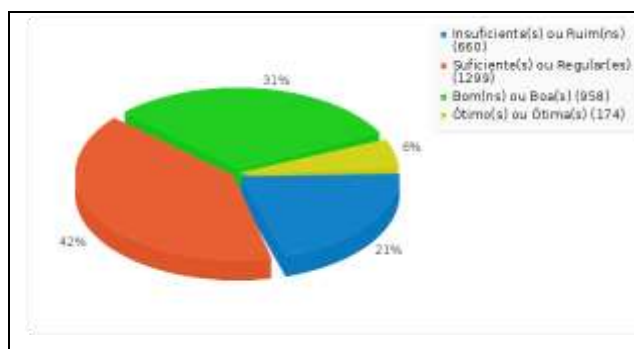
produtivo aprimorar a forma como este acompanhamento é feito, pois o dado em questão é muito favorável à imagem da Instituição, com base no que revela o item anteriormente pesquisado.

A avaliação de 2010 apresentou um comportamento semelhante a de 2011 para os alunos de graduação e professores, com um índice de insatisfação de 19% para os discentes e de 25% para os docentes, ou seja, na ocasião, o índice de insatisfação detectado foi maior do que o atual.

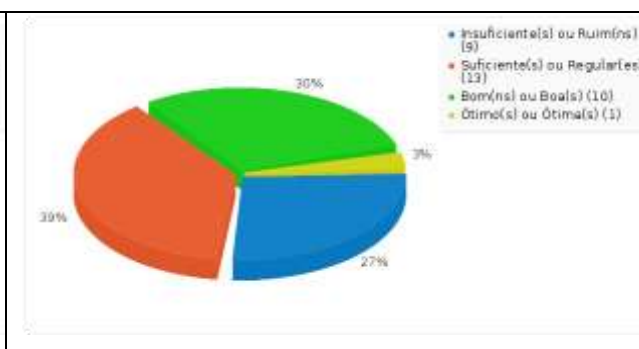
Questões específicas aos alunos:

⇒ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós

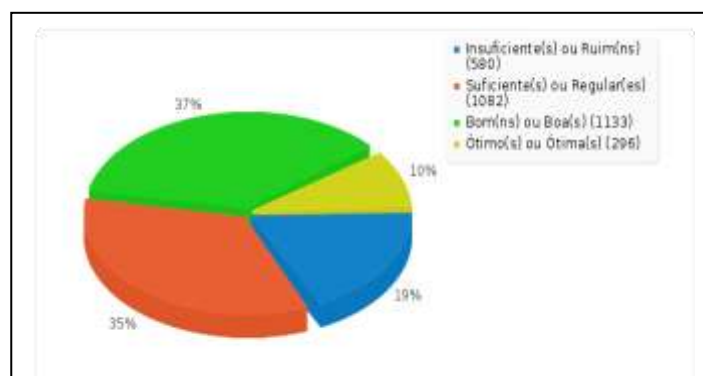


Apesar de grande parte dos discentes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, indicar a escala "suficiente" para avaliar o quesito, chama a atenção o índice de insatisfeitos com a política de assistência estudantil. Cerca de 21% dos alunos da graduação e 27% dos alunos da pós não estão satisfeitos. Sugerimos aprofundar a pesquisa sobre o que é relevante para os discentes em termos de assistência social visando melhorar esse índice em avaliações futuras.

Na avaliação realizada em 2010, apesar de grande parte dos alunos da graduação ter considerado o item "suficiente" e a maior parte dos discentes da pós ter avaliado o mesmo quesito como "bom", foi significativo o índice de insatisfação com relação à política de assistência estudantil dos alunos da graduação e da pós-graduação: 27% e 28%, respectivamente.

⇒ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

Alunos-Graduação

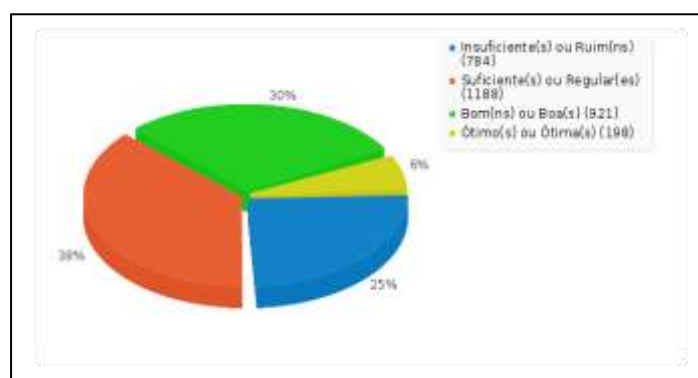


Neste item, a maior parte dos alunos respondentes da graduação, no caso 37%, escolheu a escala "boa" para avaliar tal questão e outra grande parcela, 35% dos respondentes, selecionou a escala "suficiente". Entretanto, 19% dos discentes da graduação não estão satisfeitos com a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica etc.

A avaliação realizada em 2010 detectou um índice maior de insatisfação, no caso 26% do alunado de graduação julgou tal quesito como insuficiente. Essa redução sugere que o trabalho que está sendo desenvolvido para melhorar esse índice está dando resultado, e que o início do Programa de Monitoria, mesmo tendo ocorrido no final do ano, pode ter influenciado nesta redução.

⇒ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação



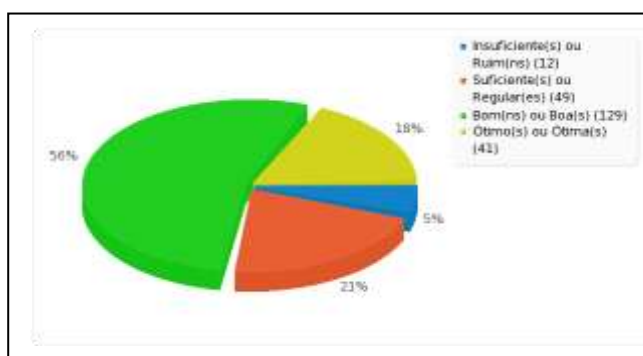
Grande parte dos alunos de graduação considera que o número de bolsas oferecido neste aspecto é suficiente, o correspondente a 38%. No entanto, temos um índice de insatisfação que merece atenção: 25% dos alunos da graduação respondentes.

Na avaliação de 2010, grande parte dos alunos da graduação, no caso 38%, também considerou esse item suficiente. Entretanto, o índice de insatisfação foi considerável, correspondendo a 28% dos discentes respondentes.

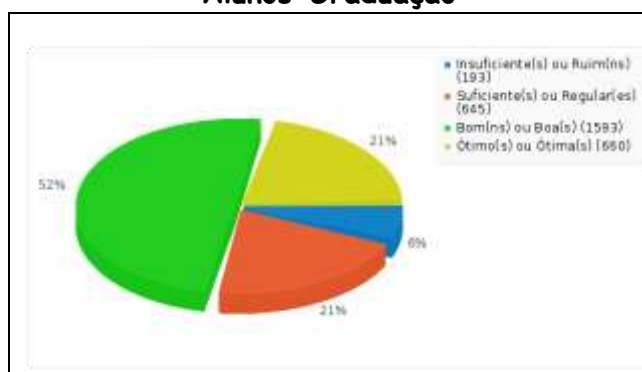
Questão comum aos docentes e alunos:

O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

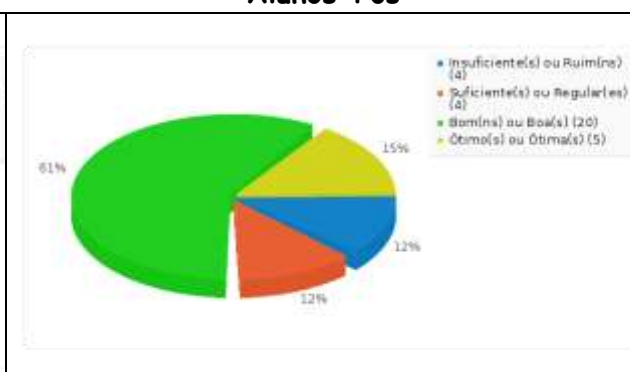
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Cerca de 73% dos estudantes de graduação e de 76% dos discentes de pós consideram bom ou ótimo o conceito do curso na comunidade interna e externa. Entre os docentes, 74% consideram o conceito do curso na comunidade interna e externa bom ou ótimo. Isto revela uma excelente autoestima dos alunos e professores em relação ao CEFET/RJ. Este aspecto

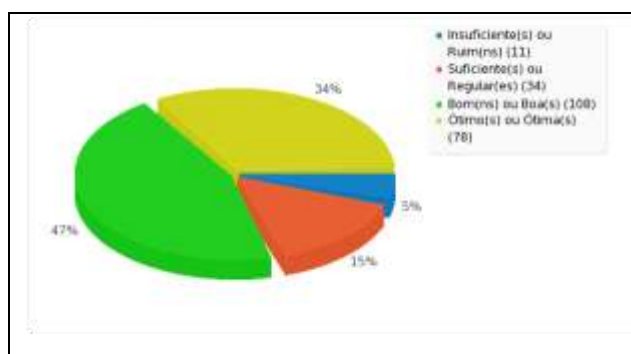
pode ser ainda mais desenvolvido, intensificando a divulgação interna e externa das oportunidades que a Instituição oferece.

A avaliação de 2010 também apresentou uma grande satisfação por parte da comunidade envolvida, com 68% dos alunos de graduação, 83% dos discentes da pós e 71% dos docentes avaliando tal quesito como bom ou ótimo.

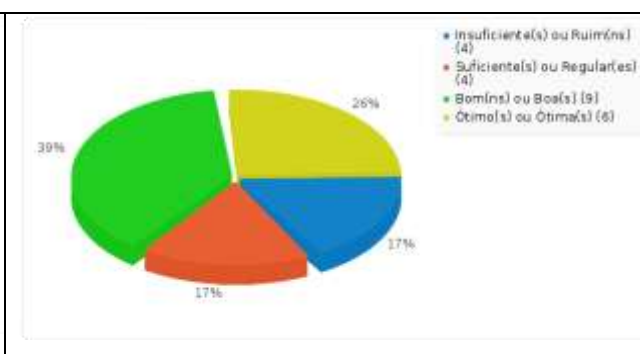
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

⇒ A Instituição respeita as diferenças. Sejam elas religiosas, de sexo e étnicas. Isso se dá de maneira...

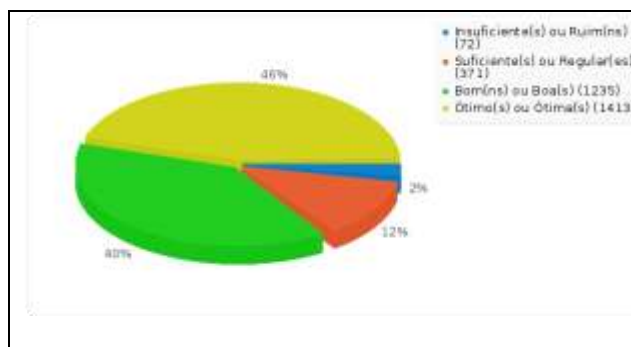
Docentes



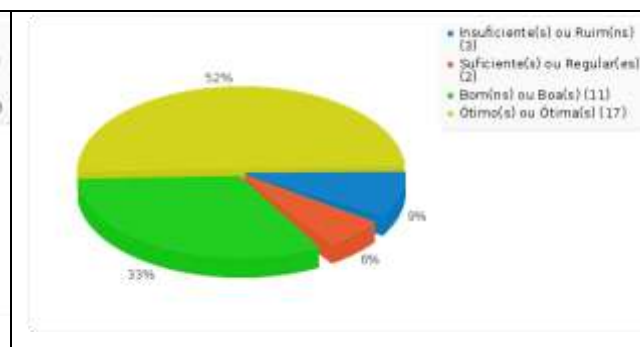
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

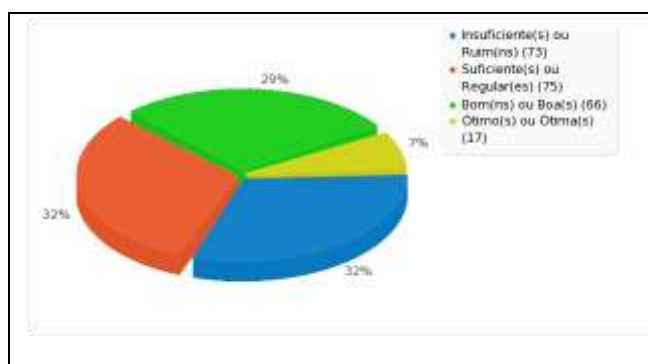


Cerca de 86% dos alunos da graduação, de 85% dos discentes da pós e 81% dos professores pesquisados consideram bom ou ótimo esse aspecto. Entre os técnicos, cerca de 65% consideram que isto ocorre de forma boa ou ótima.

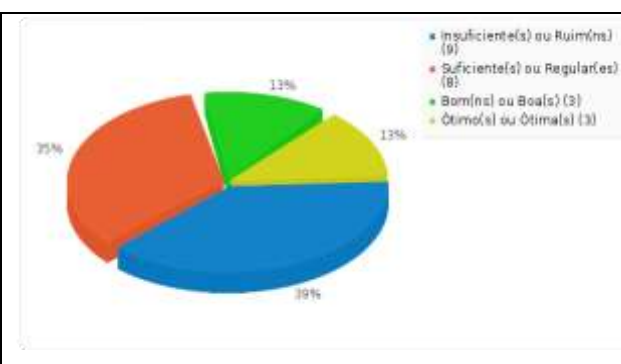
Com base nos dados mencionados, percebemos um ambiente de elevada tolerância às diferenças. Este é um aspecto muito positivo para uma Instituição de ensino. Na avaliação realizada em 2010, foi detectado um comportamento semelhante para os alunos, tanto da graduação quanto da pós, com 81% e 78% ,respectivamente, avaliando tal aspecto como bom ou ótimo. Na ocasião, 82% dos professores e 78% dos técnicos avaliaram tal aspecto como bom ou ótimo. Entretanto, vale observar que, em 2011, o segmento dos técnicos apresentou um aumento considerável no índice de insatisfação. Tal fato merece ser pesquisado e compreendido para que providências sejam tomadas.

⇒ A Instituição promove ações que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais em seus cursos. Isso ocorre de maneira...

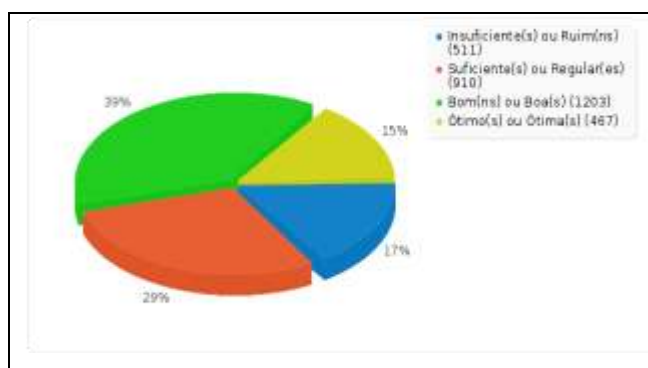
Docentes



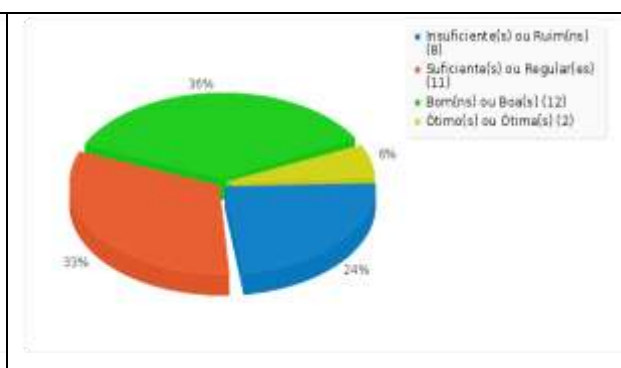
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



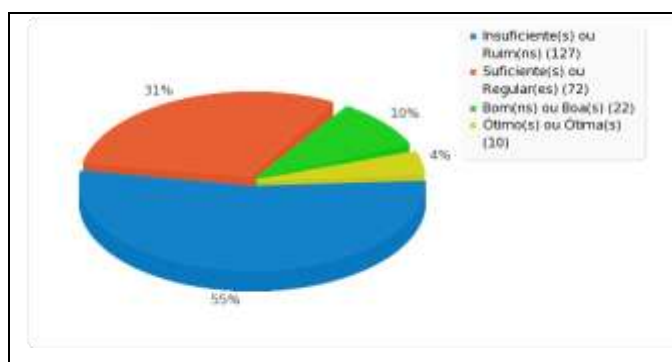
Cerca de 17% dos alunos de graduação e 24% dos estudantes de pós não estão satisfeitos com as ações da Instituição visando à inclusão dos portadores de necessidades especiais. Dos professores, 32% também consideram essas ações insatisfatórias. Para os

técnicos, 39% também concordam com este ponto de vista. Apesar da boa avaliação do alunado, percebe-se que esse aspecto precisa ser melhorado na Instituição.

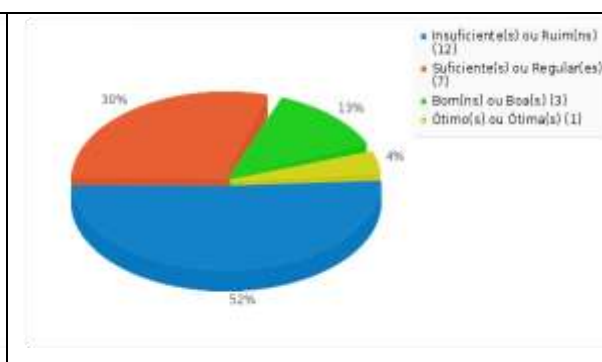
Na avaliação realizada em 2010, 20% dos alunos de graduação, 26% dos estudantes de pós, 34% dos professores e 32% dos técnico-administrativos avaliaram as ações da instituição que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais como insuficientes. Vale observar que o único segmento que aumentou o índice de insatisfação de 2010 para 2011 foi o segmento dos servidores técnico-administrativos.

⇒ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

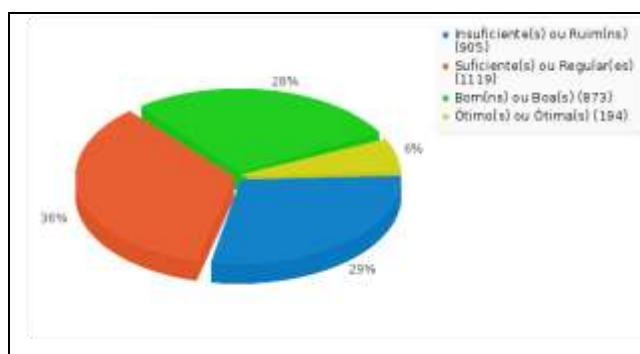
Docentes



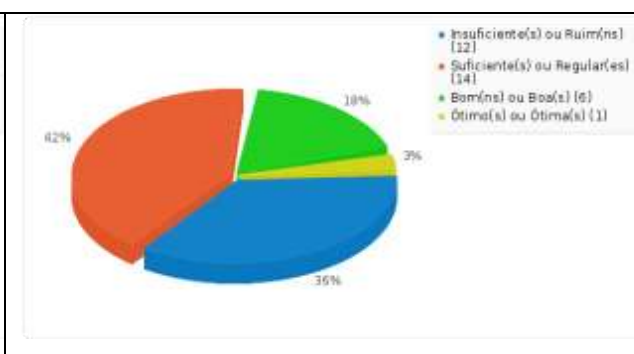
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Cerca de 29% dos alunos de graduação, 36% dos estudantes de pós, 52% dos técnicos e 55% dos professores consideram que as instalações não são adequadas aos portadores de necessidades especiais. Assim, parece haver um consenso sobre a necessidade de maiores investimentos com relação a esse item.

Na avaliação realizada em 2010, 31% dos alunos de graduação, 36% dos discentes de pós, 46% dos técnico-administrativos e 53% dos professores avaliaram as instalações como insuficientes. Vale observar que os segmentos dos docentes e dos técnicos apresentaram um pequeno aumento no índice de insatisfação de 2010 para 2011. Tal fato merece ser pesquisado e compreendido para que providências sejam tomadas.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

Na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Muitas atividades são desenvolvidas em relação à responsabilidade social, o que contribui para a imagem positiva da Instituição perante a comunidade interna e externa. Destacam-se nesse sentido o Time SIFE; a empresa CEFET Jr; o Centro de Memória do CEFET que objetiva tornar evidente a história da Instituição e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país; as Incubadoras de base social e empresarial, ITCP e IETEC; a Semana de Extensão, que integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), cujo principal objetivo é sociabilizar para a população em geral e a produção científico-acadêmica da IES.

Sobre inclusão social destaca-se o NAPNE, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade.

As ações da IES no sentido da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural são perceptíveis, estão contempladas nas diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, destacando-se o Programa Turma Cidadã (<http://turmacidada.cefet-rj.br/>), com o objetivo de implantar uma cultura de responsabilidade socioambiental na ambiência da IES, através de ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional; e o Núcleo de Tecnologia Social (NTS),

programa voltado para as temáticas de meio ambiente, com foco nas populações socioeconomicamente mais vulneráveis.

A Instituição possui uma imagem positiva na sociedade, amparada pelos resultados em termos da empregabilidade que proporciona aos seus alunos. A comunidade interna, em linhas gerais, possui autoestima elevada nesse aspecto. A Instituição convive bem com as diferenças, constituindo, assim, um ambiente de tolerância e boa convivência.

b.2) Fragilidades

A acessibilidade e as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais são questões que ainda merecem atenção.

Apesar da boa avaliação com relação ao acompanhamento dos egressos, sabe-se que a Instituição necessita de um método oficial que viabilize tal processo.

b.3) Sugestões

Aprimorar os meios de comunicação com a comunidade interna e externa, no que tange as realizações e oportunidades de emprego e estágio. Ampliar os programas de assistência social, pesquisando quais são as necessidades percebidas pelos alunos como fundamentais. Ampliar as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Implementar oficialmente um método de acompanhamento de egressos.

3.4 - Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.

a.2) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Como pode ser verificado no PDI, as inter-relações do CEFET/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade ultrapassa os serviços de comunicação e de TIC, exigindo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos/setores institucionais no exercício de suas competências e atribuições. O Centro, como Instituição pública de Educação Superior, obriga-se à visibilidade e legitimidade de sua atuação, submetida ao controle do estado e da sociedade em geral. A articulação com os órgãos de governo (em especial do MEC) e demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em conselhos e associações de interesse institucional (a exemplo da ANDIFES e do CONIF), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm alargando o reconhecimento social dessa atuação.

Com relação à Divisão de Comunicação, a visibilidade institucional tem sido fortalecida da seguinte forma:

- manutenção de articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais, viabilizando a edição de matérias em jornais e tvs com divulgação das atividades acadêmicas, entrevistas com participação de dirigentes, docentes e/ou alunos etc.

- produção de materiais de divulgação das ações institucionais com a utilização de diferentes mídias, a exemplo de folders, cartazes, o house organ RJcefet - informativo semestral, manuais de concurso;

- apoio à promoção de eventos internos e externos, como seminários, palestras, feiras e exposições, atividades culturais, etc.

Vale destacar, também, a presença de alguns outros instrumentos de auxílio utilizados para a comunicação interna, tais como painéis eletrônicos dispostos nas portarias e no pátio da Unidade Sede, e informes impressos para servidores e alunos.

O portal é, sem dúvida, a grande ferramenta de visibilidade da Instituição e merece a visita da comunidade interna e externa. Para acessá-lo, basta digitar portal.cefet-rj.br. Nele são publicadas diariamente notícias relativas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), assim como são alimentadas as informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. Estão incluídos, também, links de alcance governamental e de grupos específicos (de docentes, discentes e entidades). A média mensal de acessos ao portal ultrapassa 140.000 visitas. A rede interna de e-mails institucionais tem cadastrados cerca de 800 servidores, majoritariamente docentes. No entanto, foram detectados alguns problemas com relação ao email institucional, que nem sempre funciona. Convém informar também que o Portal necessita ser aprimorado e atualizado. Além disso, deve-se pensar numa interface mais agradável com a comunidade.

Há dois veículos de comunicação que também devem ser citados. Um deles é a revista semestral do CEFET/RJ, *Tecnologia & Cultura*, estratificada, em 2008, como B5 na classificação dos periódicos Qualis da CAPES, nas áreas Educação, Engenharias III, Ensino de Ciências e Matemática e Interdisciplinar. O outro veículo é a TV CEFET que, além de integrar o laboratório acadêmico de multimídias dos cursos técnicos e de graduação em Telecomunicações, atua na documentação e divulgação de eventos institucionais.

O Departamento de Tecnologia de Informação viabiliza a coleta e a disponibilização dos dados institucionais mediante dois sistemas de informação: O SIE, que reúne informações acadêmicas do ensino médio, técnico e de graduação, e o Coleta CAPES, sistema governamental que gerencia informações da pós-graduação *stricto sensu*. No que toca as informações administrativas necessárias, a coleta é feita a partir dos sistemas governamentais SIAPE e SIAFI. O SIE é um sistema abrangente que possui muitas funções, merecendo uma capacitação constante de todos os servidores que lidam com ele, no entanto, isso não é feito na proporção que deveria.

A Comissão de Ética do CEFET/RJ providenciou, no exercício de 2005, a divulgação da Norma de Conduta Ética e Profissional do CEFET/RJ no *site* da Instituição, através do link Ouvidoria. Nesse espaço virtual acha-se disponível o e-mail ouvidoria@cefet-rj.br e o Fale Conosco, quer diretamente por formulário eletrônico, quer pelo telefone (21)2566-3030. A comissão, assim, estabelece um canal direto com a comunidade interna do CEFET/RJ e a sociedade em geral.

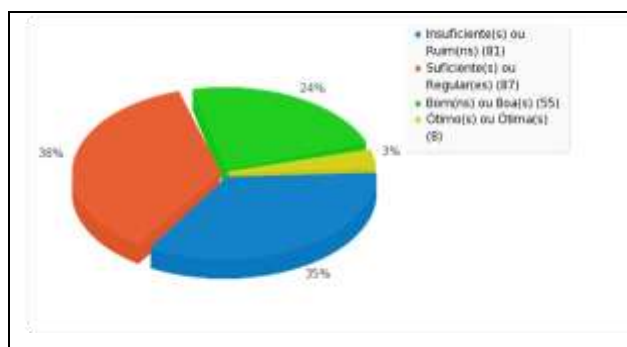
A Ouvidoria encontra-se ligada à Comissão de Ética do CEFET/RJ. As mensagens recebidas são depuradas pelo secretário-executivo da comissão e distribuídas às instâncias competentes do Centro, para atendimento e providências.

Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a comunicação da Instituição com a sociedade, foram formuladas pela CPA duas questões que fizeram parte do questionário aplicado.

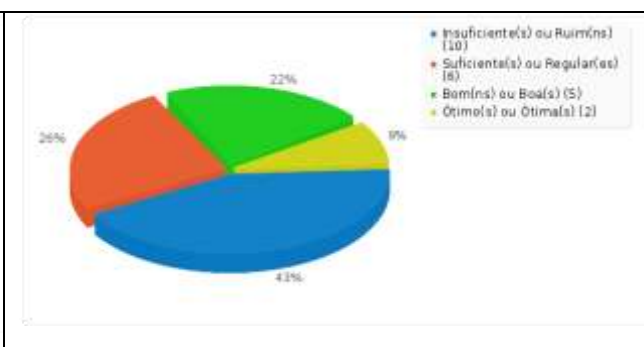
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☛ Como você avalia a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ?

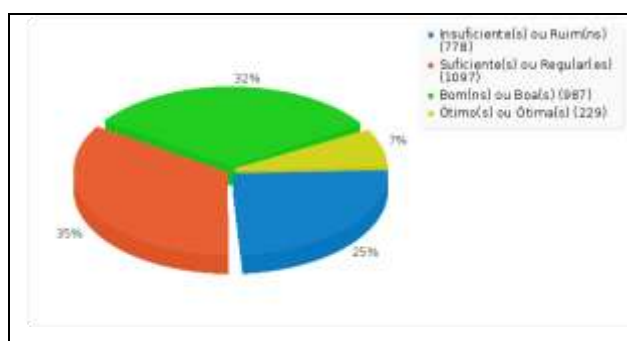
Docentes



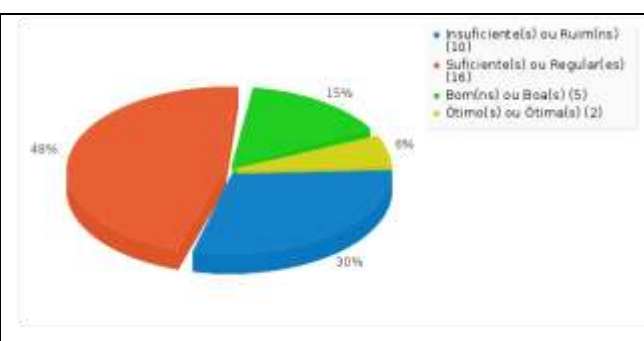
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

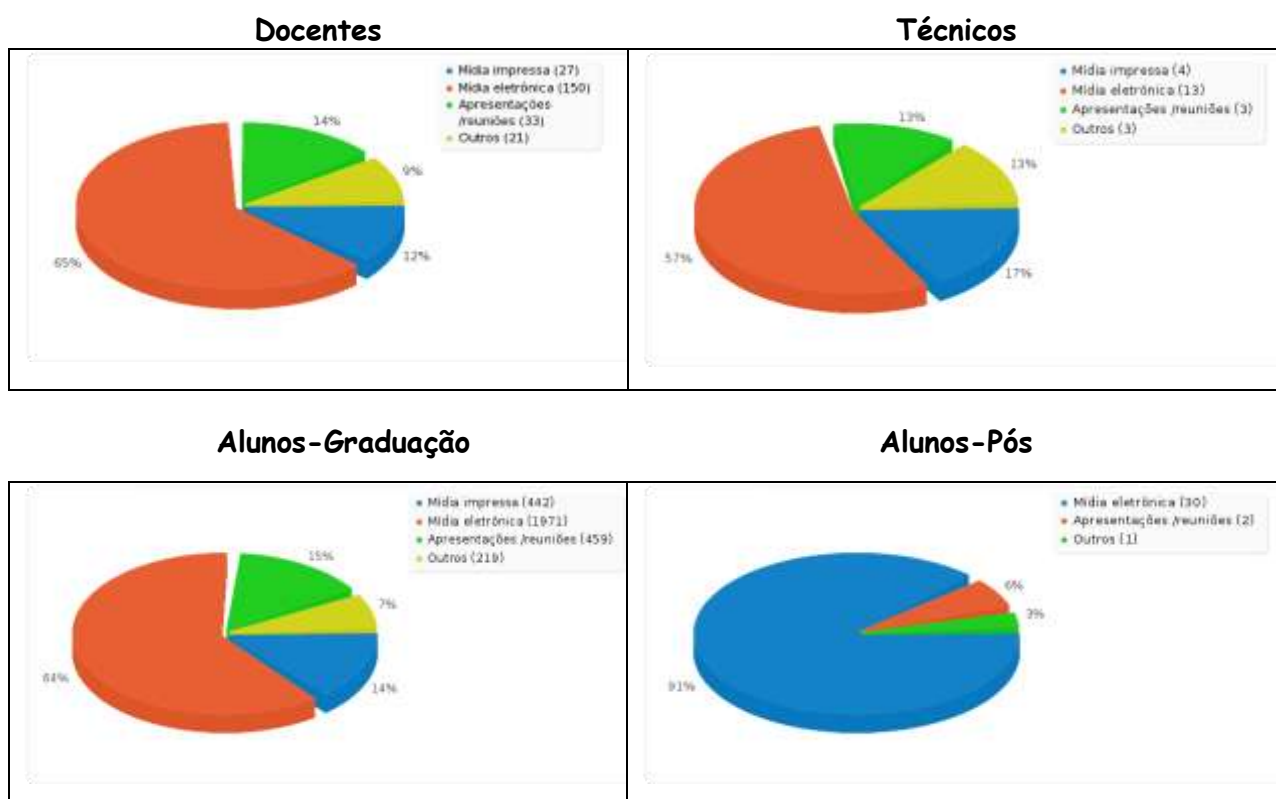


Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 35% dos professores, 43% dos técnicos, 25% dos alunos de graduação e 30% dos estudantes de pós-graduação consideram insuficiente ou ruim a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ. Avaliam como bom ou ótimo 27% dos professores, 31% dos técnicos, 39% dos alunos de graduação e 21% dos discentes de pós-graduação.

Percebemos a necessidade de aprofundarmos a investigação dos problemas relativos à comunicação dentro da Instituição, aprimorando os mecanismos já existentes e criando novas formas de facilitar a circulação das informações. Incluir os diferentes segmentos da comunidade na elaboração dos instrumentos de divulgação (mídia impressa e eletrônica), sejam alunos, técnicos ou professores pode ser um movimento que contribuirá na melhoria da qualidade da comunicação existente.

Em 2010, 37% dos professores, 36% dos técnicos, 29% dos alunos de graduação e 24% dos discentes de pós-graduação avaliaram a efetividade de comunicação e a circulação de informações como ruim ou insuficiente.

⇒ Em sua opinião, qual destes modos de divulgação funciona de forma mais efetiva?



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 65% dos professores, 57% dos técnicos, 64% dos alunos de graduação e 91% dos discentes de pós-graduação consideram a mídia eletrônica como o veículo de comunicação mais efetivo na Instituição. Esses dados mostram a contribuição do Portal da Instituição, que aparece como importante instrumento de acesso da comunidade a vida institucional. Em segundo lugar, aparecem as apresentações e reuniões para professores, alunos da graduação e da pós, com 14%, 15% e 6%, respectivamente. Já para os técnicos, em segundo lugar, com 17% dos respondentes, ficou a mídia impressa.

Em 2010, em primeiro lugar para todos os segmentos participantes também ficou a mídia eletrônica. Em segundo lugar, na opinião dos docentes e alunos da pós-graduação ficaram as apresentações e reuniões. Já para os técnicos e estudantes da graduação, em segundo lugar, apareceu a mídia impressa.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

O Portal e a TV CEFET vêm se destacando como potencialidades da Instituição.

b.2) Fragilidades

A pesquisa realizada mostra que a comunidade acadêmica ainda não se encontra satisfeita com a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais. O Portal, apesar de ser uma ferramenta poderosa, carece de atualização e de uma interface mais agradável com a comunidade.

b.3) Sugestões

Investigar alternativas para aprimorar a comunicação interna, tendo em vista que uma parcela significativa da comunidade acadêmica não se encontra satisfeita com tal quesito.

Atualizar e aprimorar o Portal. Reformular os conteúdos, evitando as informações repetidas.

Seria interessante que a Ouvidoria, após encaminhar as mensagens recebidas às instâncias competentes do Centro, registrasse as providências tomadas ao fim de cada processo.

3.5 - Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

Tanto para os docentes como para os técnico-administrativos os planos de carreira se encontram regulamentados. As novas leis, recentemente promulgadas, regulamentaram ambas as carreiras, que tiveram seus procedimentos e critérios públicos por meio de publicações disponibilizadas no sítio da Instituição.

No que se refere especificamente aos funcionários técnico-administrativos, a publicação em questão chama-se PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO. Nela, a respeito de seu objetivo central, está escrito:

Sua estrutura aborda o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação como um instrumento para a gestão de pessoas que atuam em cargos e atividades técnico-administrativas no CEFET/RJ. Focaliza a concepção, os princípios e as diretrizes que fundamentam o Plano de Carreira, bem como as propostas e linhas de ação para o Dimensionamento de Necessidades Institucionais de Pessoal, o Programa de Capacitação e o Programa de Avaliação de Desempenho.³

Nesse plano se encontram, de maneira clara e definida, todas as ações que a Instituição prioriza a fim de fazer com que a carreira dos funcionários técnico-administrativos se processe livre de quaisquer possibilidades de dúvidas ou pontos pouco esclarecidos. Tal

³CEFET/RJ. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO, p. 4. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/plano_pcctae.pdf. Acessado em 29/07/2010.

publicação se deu em cumprimento às exigências dos "Programas definidos pela Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e pelo Decreto nº. 5.825, de 29 de junho de 2006".⁴

Nessa medida, fica claro que a Instituição está afinada com as propostas do governo federal na medida em que prima pela implantação do plano de carreira livre de equívocos. O plano da Instituição ainda afirma que:

A implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº. 11.091, de 12 de Janeiro de 2005, ampliou as possibilidades de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do plano, e, por conseguinte, a sua inserção no desenvolvimento organizacional.⁵

Percebe-se que a Instituição manteve a preocupação de seguir as propostas e orientações promovidas pelo governo federal, cumprindo as exigências e metas estabelecidas para a regularização do plano de carreira para os funcionários técnico-administrativos.

Para a carreira de docentes, existem duas possibilidades de carreira: a carreira de Professor do Magistério Superior e a carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A carreira de Professor do Magistério Superior é composta pelas classes de auxiliar, assistente, adjunto e associado (recentemente incorporado). Todas com quatro níveis de progressão horizontal. Há ainda a classe de Professor Titular com nível único. A carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permite ao professor atuar em todos os níveis de ensino. Ela é dividida em cinco Classes (D1, D2, D3, D4 e D5). As três primeiras possuem quatro níveis, a quarta apenas um e a quinta classe, três níveis. No que se refere aos critérios de progressão, estes se encontravam no ano de 2009 em poder das respectivas chefias imediatas por mérito e cancelados pela CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente). No entanto, não havia critérios claros para tal possibilidade de progredir. Em 2010, uma comissão formada por diversos docentes se encarregou de estabelecer critérios por mérito, através de uma tabela de pontos que no final de 2010

⁴Idem, p. 4.

⁵Idem, p. 6.

entrou em vigor para a progressão de todos os docentes da Instituição, sanando a lacuna existente em virtude da falta de clareza de critérios para a progressão. Os critérios atuais são utilizados não apenas para a progressão funcional dos docentes, mas também para aprovação em estágio probatório. O "Regulamento da Avaliação de Desempenho para fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos docentes do Cefet/RJ", denominado RAD, foi aprovado no CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) em 18/03/2010 e no CODIR (Conselho Diretor) em 01/10/2010.

Para uma ideia da quantidade de docentes por Unidade de lotação e carreira, em dezembro de 2009 e em julho de 2012, são apresentadas as tabelas a seguir. Neste caso, Estão sendo considerados todos os professores que atuam no médio, técnico ou superior.

Docentes por Unidade de lotação e carreira						
Unidade de lotação	Carreira				Total	
	Mag. Superior		Mag. EBTT			
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Unidade Maracanã	117	82,4	320	71,0	437	73,7
UnED Nova Iguaçu	25	17,6	54	12,0	79	13,3
UnED Maria da Graça	---	---	23	5,1	23	3,9
UnED Petrópolis	---	---	25	5,5	25	4,2
UnED Nova Friburgo	---	---	22	4,9	22	3,7
UnED Itaguaí	---	---	07	1,5	07	1,2
Total	142	100	451	100	593	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2009

Docentes por Unidade de lotação e carreira						
Unidade de lotação	Carreira				Total	
	Mag. Superior		Mag. EBTT			
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Unidade Maracanã	105	83,3	310	63,0	415	67,1
UnED Nova Iguaçu	20	15,9	64	13,0	84	13,6
UnED Maria da Graça	1	0,8	25	5,1	26	4,2
UnED Petrópolis	---	---	30	6,1	30	4,9
UnED Nova Friburgo	---	---	26	5,3	26	4,2
UnED Itaguaí	---	---	21	4,3	21	3,4
UnED Angra dos Reis	---	---	09	1,8	09	1,5
UnED Valença	---	---	07	1,4	07	1,1
Total	126	100	492	100	618	100

Fonte: DRH/DIRAP, jul/2012

As tabelas a seguir apresentam o quantitativo global de docentes por titulação e carreira, em dezembro de 2009 e em julho de 2012, considerando a Instituição como um todo, com todas as suas Unidades.

Docentes por titulação e carreira						
Titulação	Carreira				Total	
	Mag. Superior		Mag. EBT			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutorado	63	44,4	64	14,2	127	21,4
Mestrado	62	43,7	198	43,9	260	43,9
Especialização/Aperfeiçoamento	09	6,3	130	28,8	139	23,4
Graduação	08	5,6	59	13,1	67	11,3
Total	142	100	451	100	593	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2009

Docentes por titulação e carreira						
Titulação	Carreira				Total	
	Mag. Superior		Mag. EBT			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutorado/Pós-doutorado	68	54,0	90	18,3	158	25,6
Mestrado	46	36,5	265	53,9	311	50,3
Especialização/Aperfeiçoamento	05	4,0	97	19,7	102	16,5
Graduação	07	5,6	40	8,1	47	7,6
Total	126	100	492	100	618	100

Fonte: DRH/DIRAP, jul/2012

a.2) Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

No que se refere a programas de qualificação, a Instituição, na figura do DRH (Departamento de Recursos Humanos), procurou ao longo do ano de 2009 estabelecer algumas ações que se mostram na busca de implementação e no oferecimento de alguns cursos. De acordo com o próprio setor em questão, o planejamento e a experiência (no que se refere a erros e acertos) de tais ações resultaram no plano de ação para o ano de 2010 como uma resposta aos objetivos alcançados em 2009. Entende-se que o setor encontra-se de posse do sentimento e da intenção da melhoria de suas ações a partir de um planejamento baseado em experiências anteriores. Os equívocos e dificuldades encontrados ao longo do ano de 2009 procuraram ser sanados em uma atitude de autorreflexão das próprias ações, no que se refere às políticas próprias na busca por oferecer ao corpo de funcionários cursos e oficinas. Tal plano de ação é especificamente direcionado aos

funcionários técnico-administrativos, assim como as duas ações promovidas pelo setor em 2009. A formulação do plano de ação do ano de 2010 demonstra a capacidade e o empenho da Instituição, respaldada diretamente na ação de seus funcionários, preocupados em se repensar e buscar melhorias para o desenvolvimento dos quadros permanentes de pessoal. Os seguintes dizeres constam na apresentação do referido plano:

O desenvolvimento radical e irreversível de novos paradigmas no mundo do trabalho pressionou o setor público a promover a qualificação e requalificação da sua força de trabalho, a aquisição de novas ferramentas de trabalho e também de novos princípios de gestão e planejamento.⁶

O plano de capacitação elaborado pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP/DRH/ DIRAP) para o ano de 2011 é composto de subprogramas que incluem palestras, cursos presenciais e/ou à distância, e foi planejado principalmente a partir dos dados coletados por meio do "levantamento de necessidades de treinamento e capacitação", no segundo semestre de 2010. Foram 23 formulários preenchidos e devolvidos (equivalendo a aproximadamente 13% do número total de servidores administrativos), cujas informações compuseram, junto com outras coletadas informalmente em reuniões, entrevistas, etc. um quadro geral de demandas e necessidades, às quais o plano de capacitação 2011 procurou atender.

Com relação a qualificação oferecida para os servidores técnico-administrativos, o Relatório de Qualificação 2011 indica:

Qualificação oferecida aos servidores em 2011
Capacitação Presencial
a)Cursos:
1.Assistência e Orientação Educacional ao Aluno Jovem
2.Processos e Práticas da Gestão do Ensino
3.Libras
4.Informática – Writer (BROFFICE)
5.Informática – Calc (BROFFICE)
6.Gerenciamento
7.Primeiros Socorros
b)Ciclo de Palestras:
1.Comunicação e Negociação

⁶Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2010, p. 5.

2.Criatividade e Gestão da Inovação
3.Organização e Gestão do Tempo
4.Cuidados Gerais com a Saúde
5.Antiestresse
6.Ergonomia
7.Nutrição
c)Diversos Cursos em Parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Capacitação a Distância (Parceria com a ENAP)
1.Ética e Serviço Público
2.BROFFICE.ORG –IMPRESS 2.1
3.Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira
4.Rumo à Aprendizagem Virtual
5.Fundamentos em Gerência de Projetos

Fonte: DICAP/DRH/DIRAP: Relatório de Qualificação 2011

No que se refere ao programa de qualificação docente, a Instituição disponibiliza publicação não própria (publicação oficial da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES), denominada: Orientações para a Elaboração do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes - PLANFOR. Tal plano se define, logo em seu início, como:

O Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes - Planfor - consiste em um documento no qual a Instituição solicitante estabelece os princípios, objetivos e metas relacionados ao plano de formação de quadros docentes definido no âmbito do Programa Prodoutoral. No Planfor, devem ser descritas também as estratégias e ações para atingir os propósitos estabelecidos, além das formas de avaliação e de acompanhamento das ações, considerando um período de abrangência de cinco anos.⁷

Na busca para a consolidação como Instituição que prioriza a base triádica de ensino, pesquisa e extensão, o CEFET/RJ procura o incentivo de transformação dos seus quadros docentes visando a qualificação dos mesmos. No entanto, carece de uma publicação própria e de que tal plano possa ser ampliado à comunidade de maneira mais clara. Informações objetivas e com uma linguagem de fácil entendimento poderiam ser colocadas no sítio da Instituição, além do documento da CAPES já disponível.

A comissão própria de avaliação aplicou um questionário abrangendo pontos orientados pelo SINAES, para uma melhor análise no que se refere ao conhecimento das ações da Instituição para a qualificação e melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários. O

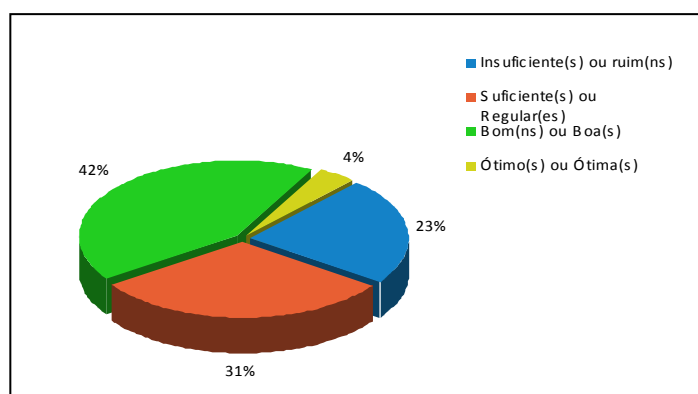
⁷CAPES, p.1. Disponível em <http://portal.cefetrj.br/files/rh/capacitacao/docentes/planfor.pdf>. Acessado em 31/07/2010.

baixo número de respondentes em se tratando dos técnico-administrativos clama por questões que passam pela desinformação, desinteresse, bem como apontam para a necessidade da Instituição repensar ações de maior conscientização do processo avaliativo, ou seja, planejar e organizar ações de sensibilização da comunidade como um todo. No entanto, este fato, baixo número de respondentes, no âmbito da pesquisa também deve ser considerado, uma vez que retrata a realidade da Instituição. Diante deste panorama, o material pesquisado revelará inevitavelmente, na dimensão a que se refere, uma visão parcial.

No que se relaciona aos aspectos de capacitação e incentivo à capacitação dos funcionários técnico-administrativos, foram aplicadas as seguintes perguntas, apresentadas abaixo juntamente com os resultados obtidos.

Questões específicas aos técnico-administrativos

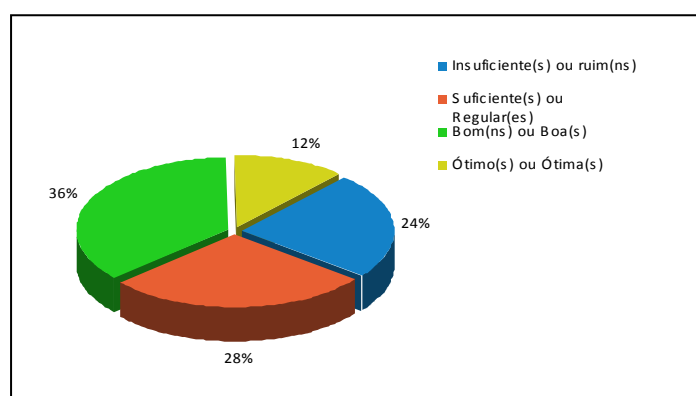
☛ A Instituição promove/incentiva a capacitação dos técnico-administrativos. Isso acontece de maneira...



A maior parte dos funcionários, o equivalente a 42%, considerou que tal quesito ocorre de forma boa; 31% avaliaram tal promoção como suficiente; 23% julgaram a atuação da Instituição nesta área como insuficiente e, finalmente, 4% avaliaram a atuação da Instituição nesta área como ótima.

Em 2010, os resultados indicaram que grande parte dos respondentes avaliou tal quesito como suficiente, correspondendo a 39%, logo em seguida, uma parcela equivalente a 29% indicou tal promoção como insuficiente. O restante ficou dividido entre as escalas ótima e boa, com 18% e 14%, respectivamente.

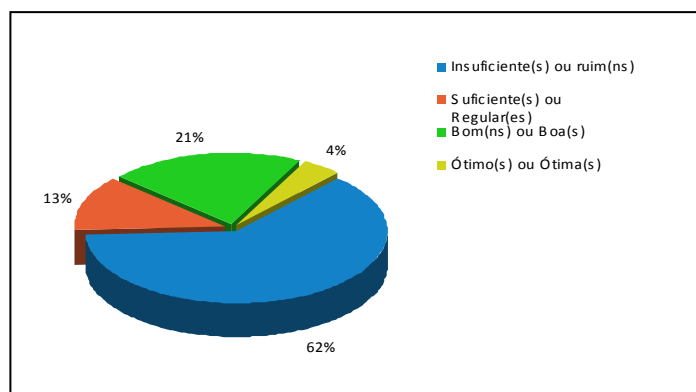
☛ Como você avalia a política de aperfeiçoamento para a carreira dos técnico-administrativos da Instituição?



Ao avaliarem de maneira específica a efetividade das políticas promovidas pela Instituição para o quadro de funcionários técnico-administrativos, 36% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento boa; 28% avaliaram como suficiente; 24% apontaram a atuação da Instituição como insuficiente; e, finalmente, 12% julgaram-na ótima.

Na avaliação realizada em 2010, 43% dos técnico-administrativos consideraram tal política suficiente; 32% avaliaram-na como boa ou ótima; e 25% julgaram-na insuficiente. Isso confirma a boa receptividade dos técnicos com relação às medidas tomadas pela Instituição, em 2011, no que tange a esse quesito, já que houve um aumento no índice de servidores que consideraram a política de aperfeiçoamento boa ou ótima, o equivalente a 48% dos respondentes.

➤ Como você avalia os cursos de extensão disponíveis para os servidores da Instituição nas áreas artísticas, esportivas e culturais?



No que se refere aos cursos de extensão oferecidos aos funcionários, a maioria dos técnicos mostrou-se insatisfeita: 62%, consideraram tais cursos insuficientes ou ruins; 21% julgaram bons; 13% avaliaram como suficiente tal oferecimento; e, finalizando, apenas 4% avaliaram como ótima esta atuação da Instituição.

Em 2010, os técnico-administrativos também demonstraram uma grande insatisfação quanto a esse quesito. Na época, a maioria que avaliou tal quesito como insuficiente correspondia a 68% dos respondentes.

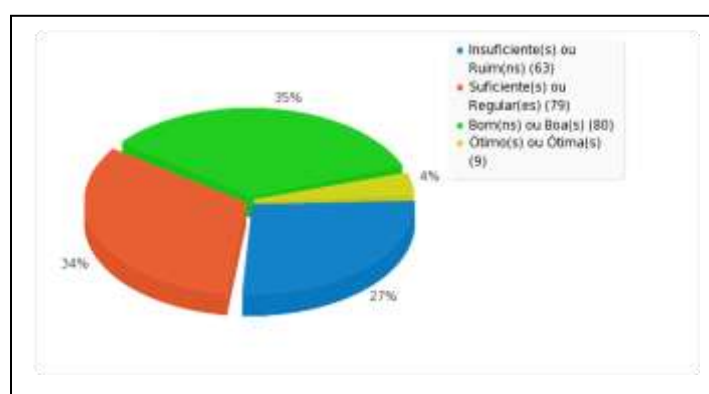
Quanto à questão específica do papel da Instituição nas práticas e políticas de aperfeiçoamento e/ou cursos de extensão, fica faltando à efetividade da pesquisa um ponto crucial: o questionamento a respeito do conhecimento ou não de tais políticas por parte daqueles que responderam as questões. O que, em si, poderia revelar a efetividade e a validade das respostas colhidas pela pesquisa. Outro ponto que poderia ficar evidenciado se encontra na possibilidade de identificar a efetividade da divulgação e comunicação de determinadas políticas de incentivo e aperfeiçoamento por parte da Instituição. A partir do panorama apresentado - seja na baixa quantidade de respondentes, seja na ineficiência da pesquisa no que se refere ao questionamento do conhecimento ou não dos referidos respondentes em relação aos processos e procedimentos da Instituição nas áreas determinadas - não seria correto levantar uma possibilidade conclusiva para determinar se a atuação da Instituição deve ser aprimorada e em quais pontos e condições. A objetividade

das questões apresentadas aos respondentes, bem como o baixo número de respostas, não permitem uma análise quantitativa e muito menos qualitativa a respeito das condições e políticas empreendidas pela Instituição nos quesitos em julgamento e apreciação.

No que tange aos docentes nesse prisma da dimensão abordada foi proposta a seguinte questão:

Questão específica aos docentes

☛ Como você avalia a política de capacitação continuada da Instituição, no âmbito didático pedagógico, para o aperfeiçoamento do seu trabalho?



A respeito da capacitação continuada no âmbito didático e pedagógico as respostas se deram da seguinte forma: 35% apontaram tal política como boa, perfazendo um total de 80 docentes; 34% avaliaram essa política como suficiente ou regular, perfazendo um total de 79 professores; 27% apontaram a atuação da Instituição nesta área como insuficiente, em um total de 63 docentes; 4% julgaram essa ação da Instituição como ótima, num total de 9 respondentes. Apesar de a maior parcela de respondentes avaliar o quesito como bom, percebemos um grande número de insatisfação, bem como de satisfação regular, o que aponta para a Instituição - pelo menos em um aspecto quantitativo - a necessidade de maior promoção de ações que busquem este tipo de aprimoramento por parte dos docentes constantes de seus quadros.

Na avaliação realizada em 2010, a maior parcela de professores respondentes, na época 34%, avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como

suficiente ou regular, o correspondente a 32%. Já o índice de insatisfação na época foi de 30%, o equivalente a 60 respondentes. Esse índice não foi muito diferente do apresentado na avaliação de 2011. Tal fato demonstra que esse item, apesar de a instituição possuir um plano anual de capacitação dos servidores técnico-administrativos, merece atenção.

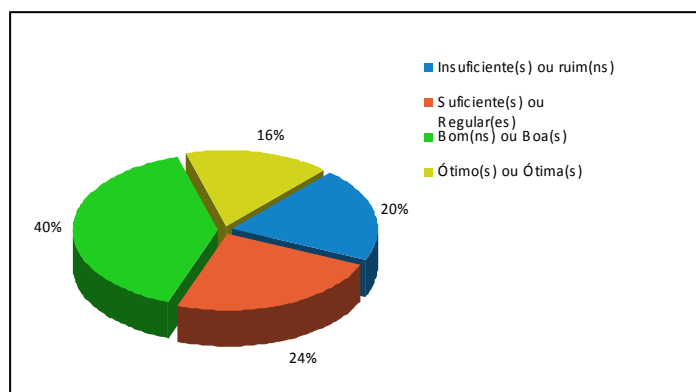
a.3) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Atualmente há uma tendência das instituições, de um modo geral, se empenharem na busca por um instrumento que meça, com relativo grau de precisão, o que é chamado de "clima institucional". Assim, existem no mercado diversas empresas que se especializaram em implementar ações específicas com tal finalidade, agindo de modo a medir os níveis de satisfação e as possibilidades de maior aproveitamento do potencial de trabalho de seus funcionários. As buscas por resultados ocorrem de modo mais evidente em organizações privadas que objetivam crescimento por relações comerciais. Como tais ações acontecem a nível mundial, esta passou a ser uma preocupação também das instituições educacionais públicas, que buscam, por determinações governamentais, otimizar suas ações visando o aumento considerável de seus rendimentos, entendendo-se estes como a realização final de sua missão institucional.

A partir de uma não especialização em pesquisas de clima, a comissão procurou estabelecer uma representação do panorama climático da Instituição no empreendimento de algumas questões aos funcionários. Assim, para avaliar a questão do ambiente e do potencial de trabalho aproveitado pela Instituição com relação ao seu efetivo de pessoal e suas possibilidades colaborativas foram propostas duas questões, cujos resultados se encontram explicitados nos gráficos a seguir.

Questões específicas aos técnico-administrativos

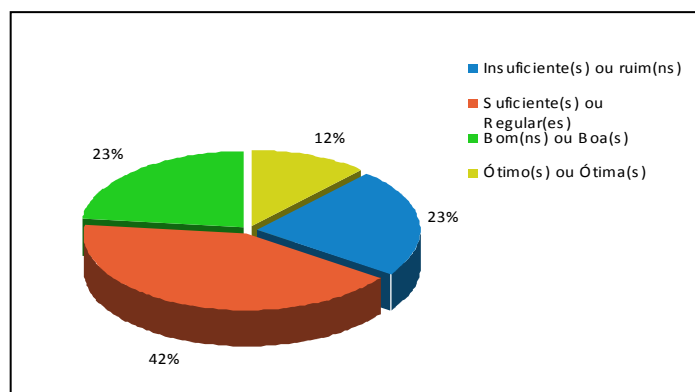
➡ O aproveitamento do seu potencial de trabalho no seu setor pode ser avaliado como...



Em relação a este questionamento, podemos perceber um maior comprometimento com a possibilidade de revelar um panorama condizente com a realidade, posto que partimos do pressuposto que a proximidade do julgamento das próprias capacidades de contribuição ao bom funcionamento da Instituição não carecem do questionamento do conhecimento ou não por parte dos respondentes. No entanto, permanece a dificuldade de maior precisão devido ao baixo número de respondentes. Nesse aspecto, revela-se que a fase de conscientização da Instituição como um todo carece de maiores iniciativas. Contudo, as respostas a esse questionamento se mostram a seguir: 40% dos respondentes consideraram bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho; 24% julgaram tal aproveitamento suficiente; 20% apontaram a insuficiência no aproveitamento do seu potencial de trabalho; e, finalizando, 16% avaliaram como ótimo o aproveitamento do seu potencial em sua colaboração trabalhista.

Em 2010, a avaliação apresentou um comportamento semelhante, embora com um índice de insatisfação ligeiramente menor, o correspondente a 14%. Na ocasião, a maioria dos técnicos respondentes, o equivalente a 54%, indicou como bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho.

➡ Os instrumentos de avaliação do seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição podem ser considerados...



A respeito dos instrumentos de avaliação do trabalho dos técnico-administrativos empreendidos pela Instituição de um modo geral - seja pela chefia imediata, seja pelos órgãos competentes da Instituição para essa finalidade - as respostas se deram do seguinte modo: 42% dos respondentes consideraram tal avaliação suficiente; 23% avaliaram-na como boa; 23% julgaram-na como insuficiente; e, finalmente, 12% consideraram ótima a avaliação do seu trabalho.

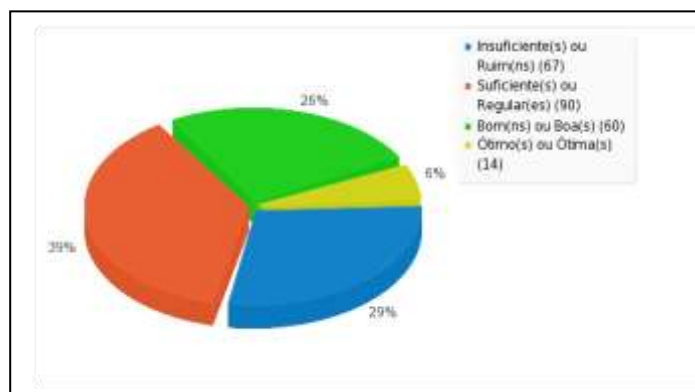
A avaliação realizada em 2010 apresentou um índice de insatisfação menor nesse aspecto, o correspondente a 11%. Além disso, na ocasião, grande parte dos técnicos respondentes, o equivalente a 36%, avaliou como bom tal quesito.

Talvez essas sejam as únicas respostas que promovam a possibilidade de gerar subsídios para a Instituição repensar suas atuações nas áreas pesquisadas, apesar do número reduzido de respondentes, considerando o quantitativo total de técnicos participantes da pesquisa.

A respeito da prática da pesquisa por parte dos docentes nas suas respectivas áreas de atuação, os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa podem ser observados no próximo gráfico.

Questões específicas aos docentes

☛ Na sua área de atuação, o CEFET/RJ estimula e oferece os recursos necessários para a prática de pesquisa de forma...



Nesse aspecto, os resultados obtidos foram: 39% avaliaram como suficiente os estímulos à pesquisa, perfazendo um total de 90 respondentes; 29% avaliaram como insuficiente a ação da Instituição neste aspecto, perfazendo um total de 67 respondentes; 26% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é boa, em um total de 60 docentes; e, por fim, 6% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 14 respondentes.

Na avaliação realizada em 2010, 35% dos professores, o equivalente a 69 respondentes, apontaram tal quesito como insuficiente, seguidos de 31%, o correspondente a 62 respondentes, que o consideraram suficiente, 28%, o equivalente a 55 docentes, que julgaram como bom e 6%, o correspondente a 11 professores, que consideraram ótimo.

Os docentes responderam de maneira bem equilibrada a questão referente às condições de pesquisa oferecidas pela Instituição. Embora uma parte considerável de respondentes, o equivalente a 29%, as tenha avaliado como insuficientes ou ruins essa parcela não se mostra como maioria esmagadora e pode-se observar também que o restante da comunidade que avaliou tais condições como suficientes, boas ou ótimas corresponde a um total de 71%. De qualquer forma, este instrumento pode ser um bom termômetro para medir o clima institucional, na medida em que 67 docentes se encontram insatisfeitos, o que em uma

Instituição do tamanho do CEFET/RJ mostra-se um dado revelador e indica a necessidade de futuras ações para dirimir as lacunas em tal questão.

O relatório desta dimensão carece de maior precisão, seja pela divulgação e sensibilização da comunidade do CEFET/RJ como um todo, seja pelo conjunto específico dos funcionários da Instituição. Tal carência necessita ser sanada e espera-se que venha a ser com as próximas ações da Comissão Própria de Avaliação.

b) Resultados Alcançados

Considerando o baixo número de respondentes, em se tratando dos técnico-administrativos, serão apresentadas apenas algumas indicações de potencialidades, fragilidades e oferecidas algumas sugestões.

b.1) Potencialidades

Existência de um novo plano de progressão funcional, formulado em 2010, a partir de uma comissão formada por diversos docentes, com critérios claros e bem definidos de progressão. Tal plano vem sanar a lacuna existente em virtude da falta de clareza de critérios do plano anterior. No entanto, vale observar, que a pontuação relativa à participação em comissões deste novo plano, ainda merece ser mais bem avaliada, uma vez que apresenta uma baixa pontuação. Este fato, muitas vezes, pode ser um fator desmotivante e levar a uma baixa participação dos membros diante de outras pontuações, como, por exemplo, as referentes ao desenvolvimento de artigos para congresso e revista, igualmente importantes.

Cabe mencionar que o maior índice de satisfação observado com a aplicação do questionário, nesta dimensão, se refere à satisfação dos técnico-administrativos com relação ao aproveitamento do seu potencial de trabalho. O fato de 40% considerarem tal quesito como bom, seguidos de cerca de 24% que consideram suficiente, é bastante significativo, apesar do baixo número de respondentes.

b.2) Fragilidades

O baixo número de respondentes relativo aos técnico-administrativos aponta para uma falta de interesse que deve ser melhor verificada para que se compreendam as verdadeiras razões que geraram tal fato.

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, a pontuação relativa aos membros que participam de comissões como a CPA (Comissão própria de Avaliação) é um ponto de desmotivação diante da pontuação referente às publicações científicas. Até o momento, havia sido estabelecido que tal participação correspondia a 1 ponto por ano, enquanto publicações em periódicos indexados e não indexados correspondiam, respectivamente a 10 pontos e 4 pontos. Considerando que a avaliação de uma universidade também auxilia no seu desenvolvimento e é um processo bastante amplo e complexo, que envolve diversas análises, reuniões e relatórios, deve-se refletir sobre esta questão.

O alto índice de insatisfação demonstrado pelos técnico-administrativos com relação aos cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais pode apontar para uma insuficiência ou desconhecimento nesta área, que precisa ser mais bem pesquisado.

b.3) Sugestões

Desenvolvimento de atividades junto aos técnico-administrativos que mostrem a importância da avaliação interna e da participação de toda a comunidade neste processo fundamental para a melhoria da qualidade. Esta sensibilização deve ser feita com o apoio da direção e sua importância deve ser mencionada em reuniões de colegiados, comissões, etc. Desta forma, a cultura da avaliação estará sendo difundida, com a participação de todos.

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, seria interessante reavaliar a pontuação apresentada na tabela de pontos relacionada à participação em

comissões, quando tais comissões necessitam gerar relatórios, analisar dados, participação em inúmeras reuniões e sensibilizar a comunidade através de diversas atividades e trabalhos pontuais.

3.6 - Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

a.2) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

a.3) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

a.4) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

a.5) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

a.6) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 continua a estabelecer como **Missão** Institucional:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

Orientados pela legislação vigente, constituem **objetivos** prioritários do CEFET/RJ:

Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas

científica e tecnológica; ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica; realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade; promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada; estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

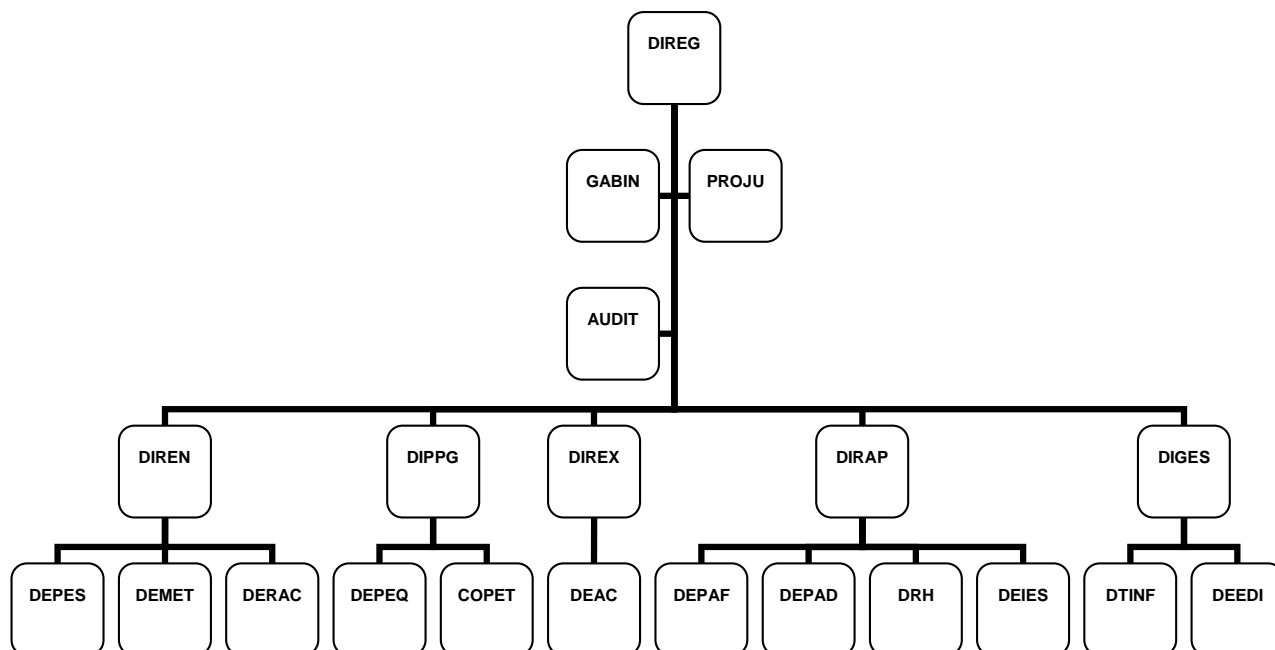
Cenários para Consecução dos Objetivos:

O Centro considerou o macro-cenário em que se circunscreve, em uma sociedade globalizada que orientou sete diretrizes gerais, a saber:

- Sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica;
- Consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*;
- Ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- Implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;
- Investimento em melhoria de infraestrutura física;
- Desenvolvimento de atividades de TIC e comunicação social;
- Democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Estrutura organizacional para Cenários para Consecução dos Objetivos:

A Direção Geral é o órgão que planeja e administra a Instituição. É formada pelo gabinete da Direção Geral e cinco diretorias sistêmicas que coordenam todas as Unidades de Ensino: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) e a Diretoria de Planejamento Estratégico (DIGES), conforme ilustrado. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor. A sua estrutura também conta com o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, apresentados mais adiante.



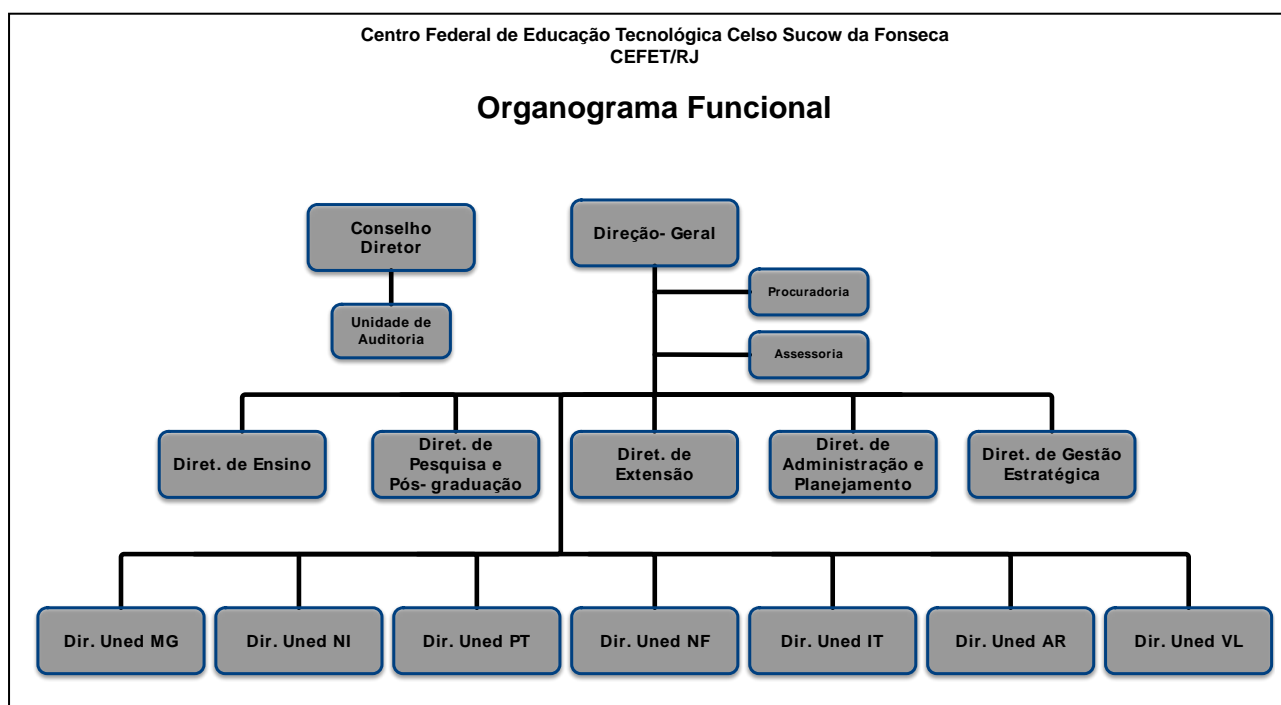
As abreviaturas utilizadas são apresentadas a seguir:

- DIREG** – Direção Geral
- GABIN** – Gabinete
- PROJU** – Procuradoria Jurídica
- AUDIT** – Auditoria Interna
- DIREN** – Diretoria de Ensino
- DEPES** – Departamento de Educação Superior
- DEMET** – Departamento de Ensino Médio e Técnico
- DERAC** – Departamento de Administração e Registros Acadêmicos
- DIPPG** – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- DEPEQ** – Departamento de Pesquisa
- COPET** – Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos
- DIREX** – Diretoria de Extensão
- DEAC** – Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários
- DIRAP** – Diretoria de Administração e Planejamento
- DEPAF** – Departamento de Planejamento e Finanças
- DEPAD** – Departamento de Administração
- DRH** – Departamento de Recursos Humanos
- DEIES** – Departamento de Infraestrutura
- DIGES** – Diretoria de Gestão Estratégica
- DTINF** – Departamento de Tecnologia da Informação
- DEEDI** – Departamento de Estudos de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria de Ensino (DIREN) é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, devendo estar em consonância com as diretrizes da DIPPG e da DIREX. A DIPPG é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação, devendo estar em consonância com as diretrizes da DIREN e da Diretoria de Extensão (DIREX). A DIREX é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão,

devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A DIRAP é encarregada de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ, incluindo sua execução financeira e contábil. A DIGES é responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

A figura a seguir ilustra o organograma funcional do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: DIRAP, dez/2011

Os cursos de graduação do CEFET/RJ são vinculados a Departamentos Acadêmicos. Estes por sua vez, até o final do primeiro semestre de 2011, estavam hierarquicamente submetidos ao DEPE (Departamento de Educação Superior), que tem como função coordenar não só os cursos de bacharelados, mas também os cursos superiores de tecnologia e possui como conselho consultivo e deliberativo o CONDEP. O DEPE está subordinado a DIREN, assim como o DEMET (Departamento de Ensino Médio e Técnico).

Com relação à oferta de cursos de nível superior são oferecidas, nos diferentes cursos, um total de 700 vagas na Unidade do Maracanã; 108 vagas na Unidade de Nova Iguaçu; 160 vagas na Unidade de Nova Friburgo, 160 vagas na Unidade de Petrópolis e 80 vagas na Unidade de Itaguaí, conforme apresentado no PDI 2010-2014.

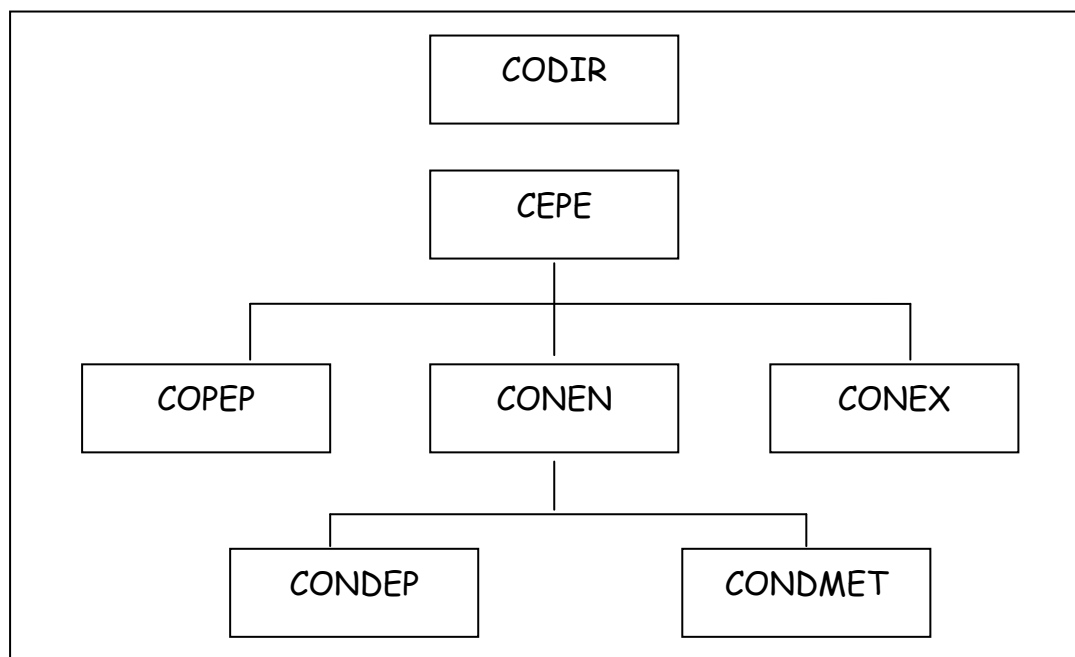
Foi criado o PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO, que vem estimulando aqueles que desejam investir em seu desenvolvimento pessoal e profissional através do Incentivo à Qualificação. Tal incentivo oferece um acréscimo salarial aos servidores que possuem escolaridade acima daquela exigida pelo exercício da função, cujo valor varia entre 10% e 75% sobre o vencimento básico.

ESTRUTURA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS (1^o sem/2011)

Como órgãos colegiados a Instituição possui os seguintes Conselhos detalhados mais adiante: Conselho Diretor (CODIR), Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Pesquisa e Pós Graduação (COPEP), Conselho de Ensino (CONEN), Conselho de Extensão (CONEX). Apresenta ainda a seguinte estrutura: Departamento de Educação Superior (DEPES), Conselho Departamental (CONDEP), Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET), Conselho de Ensino Médio e Técnico (CONDMET). A DIREN é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, devendo estar em consonância com as diretrizes da DIPPG e da DIREX.

As atribuições do Conselho Diretor estão claramente estabelecidas no estatuto do CEFET/RJ. O Conselho Diretor determina que a administração superior de cada centro tenha como órgão executivo a diretoria-geral, e como órgão deliberativo e consultivo o conselho diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro da Educação, sendo um representante do MEC, um representante de cada uma das Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, do respectivo Estado, cinco representantes da Instituição, incluindo um representante discente, e um representante dos ex-alunos. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor. A sua estrutura também conta com o

Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. A figura a seguir ilustra a organização dos colegiados do CEFET/RJ utilizada no primeiro semestre de 2011:



Organização dos Colegiados do CEFET/RJ (1º sem/2011)

1. CONSELHO DIRETOR

1.1. REGULAMENTO DO CONSELHO DIRETOR

Art. 1º O Conselho Diretor é o órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Art. 2º O Conselho Diretor é integrado por membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo:

I. O Diretor-Geral do CEFET/RJ, na qualidade de membro nato;

II. Um representante do Ministério da Educação;

III. Um representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro;

IV. Um representante da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro;

V. Um representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro;

VI. Um representante dos ex-alunos do CEFET/RJ;

VII. Um representante do corpo discente do CEFET/RJ;

VIII. Um representante dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ;

IX. Dezesesseis representantes do corpo docente do CEFET/RJ, conforme art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O representante do Ministério da Educação será indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 2º As Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro indicarão seus representantes e respectivos suplentes.

§ 3º A Associação dos Ex-Alunos indicará seu representante e respectivo suplente.

§ 4º Os representantes do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos como disposto no Regimento Geral.

§ 5º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Diretor-Geral, que terá o voto nominal e o de qualidade.

§ 6º É vedada a nomeação de servidores da Instituição como representantes das Federações e do Ministério da Educação.

§ 7º Caso necessário, deverão ser eleitos novos representantes docentes para suplementar o quantitativo previsto no inciso IX deste artigo, de forma a garantir o percentual de setenta por cento de membros docentes na composição do Conselho Diretor, de acordo com o estabelecido pelo art. 56 da Lei nº 9.394/96.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos.

§ 1º É permitida uma única recondução sucessiva de mandato.

§ 2º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Diretor, assumirá o respectivo suplente, para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

2. CONSELHO DE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO - CEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é o órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, da área de ensino, pesquisa e extensão, constituído por:

- I. Diretor Geral do CEFET/RJ (Presidente)
- II. Diretores
- III. Diretores de Unidades
- IV. 3 Representantes do Conselho de Pesquisa
- V. 3 Representantes do Conselho de Extensão
- VI. 3 Representantes do Conselho de Ensino
- VII. 1 Aluno do Conselho de Pesquisa (+ 1 suplente)
- VIII. 1 Aluno do Conselho de Extensão (+ 1 suplente)
- IX. Aluno do Conselho de Ensino (+ 1 suplente)

3. CONSELHO DE ENSINO - CONEN

O Conselho de Ensino - CONEN - é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino (DIREN) para a definição das diretrizes da política educacional do Centro. O CONEN tem em sua composição 17 (dezessete) membros, sendo:

- I. O Diretor de Ensino (presidente nato do CONEN).

- II. Um representante da Diretoria de Ensino;
- III. Sete representantes do Departamento de Educação Superior;
- IV. Sete representantes do Departamento de Ensino Médio e Técnico;
- V. Um discente da graduação integrante do Conselho Departamental;
- VI. Um discente do ensino médio integrante do Conselho de Professores;
- VII. Um discente do ensino técnico integrante do Conselho de Professores.

4. CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, daqui por diante denominado COPEP, é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno do CEFET/RJ, constituído pelos seguintes membros:

- a) Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- b) Chefes de Departamentos pertencentes à DIPPG (Presidente);
- c) Coordenadores dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- d) Coordenador da Coordenadoria dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* - COLAT;
- e) Coordenadores de Pesquisa e Estudos Tecnológicos - COPET;
- f) Um representante dos grupos de Pesquisa que não seja docente dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Instituição, escolhido entre os pares;
- g) Um representante discente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, escolhido entre os pares.

5. CONSELHO DE EXTENSÃO

O Conselho de Extensão, que passa a ser designado como CONEX, a quem cabe estabelecer políticas de desenvolvimento das atividades de extensão do sistema CEFET/RJ, é órgão sistêmico, normativo, deliberativo e consultivo dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e do Conselho Diretor - CODIR do sistema do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, que tem as finalidades de:

- I. Estabelecer normas, diretrizes e políticas que permitam às demais instâncias do sistema CEFET/RJ (Unidade Sede, Unidades descentralizadas ou campi) a consecução das ações de extensão, em consonância com as diretrizes do FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX e do FORUM DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA;
- II. Estimular e garantir a relação dialógica entre o CEFET/RJ e a sociedade civil, o mundo produtivo e os poderes públicos constituídos;
- III. Reafirmar a Extensão no CEFET/RJ como um processo educativo indispensável à formação dos estudantes, incentivando-os a desenvolverem ações extensionistas;
- IV. Identificar e Apoiar as ações de assistência estudantil;

V. Estimular e Promover ações no campo do empreendedorismo e inovação tecnológica, através de incubadoras empresariais e de cooperativas populares;

VI. Estimular a participação de servidores com vistas às ações de extensão;

VII. Apreciar e aprovar o relatório sistêmico anual das atividades de extensão relativas ao ano base anterior.

VIII. Zelar pela qualidade dos programas de extensão.

6. CONSELHO DEPARTAMENTAL DA GRADUAÇÃO (CONDEP)

O Conselho Departamental é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento de Educação Superior (DEPES), que trata das questões relativas à política de ensino da graduação, cuja composição é constituída pelo:

- a) Chefe do DEPES (Presidente)
- b) Chefes dos Departamentos Acadêmicos dos cursos de graduação de cada Unidade
- c) Coordenador dos Cursos de Graduação
- d) Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia
- e) Coordenador de Suporte Acadêmico
- f) 1 representante discente por Unidade indicado pelo Diretório Acadêmico Estudantil (DCE).

6.1 COLEGIADOS DOS DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS DA GRADUAÇÃO

O Colegiado é o órgão *consultivo* de cada Departamento Acadêmico para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição, cuja composição é formada pelo:

- I. Chefe do Departamento como presidente;
- II. Professores de 3º grau lotados no Departamento;
- III. Professores de 2º grau vinculados academicamente ao Departamento, sendo-lhes garantido o direito a voz nas reuniões;
- IV. Um discente do curso indicado pelo Diretório Acadêmico, com direito a voz e voto nas reuniões. O representante discente terá mandato de um ano, sendo permitida uma recondução.

7. O CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO (CONDMET)

O Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico - CONDMET, órgão sistêmico com atribuições normativas, consultivas e recursivas em assuntos didáticos e pedagógicos do Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET), é composto por membros docentes

e discentes do CEFET/RJ sistêmico: Unidade Maracanã e Unidades de Ensino Descentralizadas que integram ou venham a integrar o sistema CEFET/RJ.

I. A composição do Conselho, no que se refere aos membros docentes, terá 12 (doze) titulares com seus respectivos substitutos na Unidade Maracanã. Cada Unidade de Ensino Descentralizada deverá ter 5% (sempre arredondados para cima) do total de seus docentes como membros do Conselho, com seus respectivos substitutos.

II. Os Conselheiros docentes e seus respectivos substitutos devem ser pertencentes às Coordenadorias de Cursos, Disciplinas ou Atividades existentes nas Unidades.

III. Os Conselheiros docentes serão eleitos para mandato de 02 (dois) anos letivos completos, permitida uma única recondução.

IV. A composição do Conselho, no que se refere aos membros discentes, terá 02 (dois) titulares e seus respectivos substitutos para a Unidade Maracanã e mais 01(um) representante e seu respectivo substituto para cada Unidade de Ensino Descentralizada, indicados pela entidade representante.

V. Os conselheiros indicados pela entidade representante e seus respectivos substitutos devem ser pertencentes ao corpo discente de cada Unidade a qual estarão representando.

VI. Os conselheiros discentes serão indicados pela entidade representante para mandato de 01 (um) ano letivo completo, permitida apenas uma recondução consecutiva.

VII. O CONDMET será presidido pelo chefe do Departamento de Ensino Médio e Técnico, que será membro nato do Conselho.

VIII. À medida que novas Unidades de Ensino Descentralizadas forem sendo integradas ao sistema CEFET/RJ, a composição do CONDMET deverá ser revista e ajustada à nova situação.

7.1 COLEGIADOS DAS COORDENADORIAS DOS CURSOS TÉCNICOS

O colegiado é o órgão consultivo de cada curso técnico para assuntos de política de ensino, cuja composição é formada por:

- I. Coordenador de cada cursos técnicos como presidente do seu colegiado;
- II. Professores de 2º grau lotados no campo técnico correspondente;

7.2 COLEGIADOS DAS COORDENADORIAS DOS CURSO MÉDIO

O colegiado é o órgão consultivo das disciplinas que compõe o ensino médio, cuja composição é formada por:

- I. Coordenador das disciplinas do ensino médio como presidente;
- II. Professores de 2º grau vinculados às coordenadorias.

Uma vez descritos os colegiados, seu funcionamento, composição, atribuição e os modos

de participação dos atores na gestão, serão relacionadas algumas ações programadas e realizadas para a pós-graduação durante o período de 2008 a 2011. As ações tomadas em relação à graduação envolvendo a Sede e seus diversos campi foram descritas ao longo dos inúmeros capítulos apresentados. Maiores detalhes sobre a pós-graduação também podem ser encontrados ao longo do Capítulo 3, Dimensão 2 (Pós-Graduação).

ALGUMAS AÇÕES PROGRAMADAS E REALIZADAS NA PÓS-GRADUAÇÃO:

Desde 2008, com o objetivo de descentralizar o centro de custos da DIPPG, foi implementado um processo para a alocação dos recursos de pesquisa e de pós-graduação do centro de custos da DIPPG baseado em critérios estabelecidos por comissões compostas por pesquisadores e docentes dos programas de pós-graduação nomeadas pelo COPEP. As demandas são submetidas à DIPPG através de formulários próprios preenchidos pelos líderes dos grupos de pesquisa e coordenadores.

Com o objetivo de financiar as atividades de pesquisa e de pós-graduação na Instituição, os recursos do centro de custos da DIPPG para 2011 foram alocados de acordo com a tabela a seguir, após aprovação do COPEP. Considerando que a pesquisa é a atividade fundamental que viabiliza a criação e a consolidação de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, optou-se por destinar grande parte dos recursos às atividades de pesquisa (89%). Os recursos destinados às atividades de pós-graduação têm como função viabilizar a manutenção dos programas de pós-graduação através do financiamento de melhorias na sua infraestrutura, participação de docentes em eventos científicos para a apresentação de trabalhos e a aquisição de softwares e equipamentos de pesquisa de pequeno porte. Todos os docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já participam dos grupos de pesquisa do CEFET/RJ e, dessa forma têm acesso a recursos para desenvolver as suas atividades de pesquisa através dos recursos destinados aos grupos de pesquisa. Além disso, a CAPES disponibiliza recursos específicos para os programas através do convênio PROAP. Os recursos destinados à Pró-Reitoria são necessários para viabilizar a participação do diretor e do coordenadores em eventos e fóruns de cunho administrativo associados à pesquisa e à pós-graduação como: Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), reuniões de coordenadores de programas de pós-graduação na CAPES.

	Valor (R\$)	Valor (%)
Pesquisa	1.471.413,86	89
Pós-Graduação	165.327,40	10
Pró-Reitoria	16.532,74	1
TOTAL	1.653.274,00	100

Alocação dos recursos do centro de custos da DIPPG para 2011. (Fonte: DIPPG, dez/2011)

Em 2011, para financiar as atividades de pesquisa, parte dos recursos do centro de custos da DIPPG (R\$ 1.418.750,00) foi alocado através de 3 editais, sendo o restante aplicado em melhorias da infraestrutura de pesquisa, na aquisição de equipamentos comuns e no financiamento das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). O primeiro edital, destinado a todo o sistema CEFET/RJ, procurou financiar os grupos de pesquisa do CEFET/RJ. O segundo edital, destinado aos pesquisadores lotados nas UnEDs, tinha como objetivo contribuir para a formação e consolidação de grupos de pesquisa, bem como a implantação, o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura de pesquisa nas UnEDs, que apresentam uma realidade diferente da Unidade Sede.

No edital para os grupos de pesquisa do CEFET/RJ, os líderes dos grupos de pesquisa submetem formulários próprios com a demanda do grupo para o desenvolvimento das suas atividades de pesquisa. Os critérios de alocação são baseados na estratificação dos grupos de pesquisa do CNPq. Os critérios são estabelecidos de modo a manter os grupos já consolidados e em consolidação e ao mesmo tempo incentivar e apoiar os grupos novos. Em 2011, realizaram-se novas estratificações de modo a atualizar a classificação dos grupos, já que o CNPq ainda não havia divulgado a sua estratificação para 2010. A comissão incumbida de estabelecer os critérios de alocação para a verba da pesquisa de 2011 foi instituída pelo COPEP em 2010. A Figura a seguir apresenta os resultados dos processos de estratificação e alocação da verba de pesquisa para 2011.

Estratificação dos Grupos de Pesquisa no DGP para Alocação de Verba - 2011									
No	Grupo	Índice Q	nP	nA	D	Índice R	Status Q	Status R	Êxtrato
1	Afro-Brasileiros, Discurso, Estudos Literários e Culturais								NE
2	Automação								NE
3	CTS e Educação	44,05	17	53	5	6,05	eC	Co	eC
4	Desenvolvimento e Normalização da Produção	33,11	7	37	4	4,06	eC	Co	eC
5	Dispositivos e Sistemas Ópticos	57,88	8	25	3	4,75	Co	Co	Co
6	EMMA - Estudos em Modelagem Matemática	20,36	2	2	3	0,83	eF	eC	eF
7	Física Experimental e Aplicada	75,65	33	6	7	4,93	Co	Co	Co
8	GAIC-Automação Instrumentação e Controle								NE
9	GEOS - Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas								NE
10	Gestão da Tecnologia								NE
11	Gestão do Conhecimento e da Inovação	32,17	3	10	4	1,38	eC	Co	eC
12	Instrumentação Inteligente	23,63	2	1	2	1,13	eF	Co	eF
13	Integridade Estrutural	61,61	30	87	7	7,39	Co	Co	Co
14	Interações Fundamentais	42,83	31	0	9	3,44	eC	Co	eC
15	Laboratório de Aprendizagem	30,91	12	56	4	6,50	eC	Co	eC
16	História e Filosofia da Ciência no Ensino								NE
17	Matemática Aplicada à Física e à Engenharia								NE
18	Mecatrônica	17,23	1	10	3	1,17	eF	Co	eF
19	Meio Ambiente e Eficiência Energética	31,01	8	51	4	5,19	eC	Co	eC
20	Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Ciências e Matemática	53,92	17	26	6	3,92	eC	Co	eC
21	Operação de Serviços Sobre Inf. Int. e Inter.- OP3I								NE
22	Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas	14,40	0	1	3	0,08	eF	eF	eF
23	Ultra-Som								NE
24	Usinagem e Conformação Termo-mecânica	26,67	9	20	4	3,50	eC	Co	eC

Data da Coleta de Dados: 21/02/2011

nP- número de periódicos

nA- número de análises em congressos

D- número de doutores

Período Apurado: 2008-2011

Co - consolidado = 3

eC - em consolidação = 8

eF - em formação = 4

NE - não estratificado = 9

(a)

ALOCAÇÃO DE VERBAS DOS GRUPOS DE PESQUISA 2011															
No	Grupo	Índice	Recursos												
			Consumo	Permanente	Serviço	Total (CPIS)	Taxa de Inscricao (R\$)	Diárias	Passagens	Total Aproximado	Disponível (R\$)	Alocado (R\$)			
1	Afro-Brasileiros, Discurso, Estudos Literários e Culturais	NE				0,00					0,00				
2	Automação	NE				0,00					0,00				
3	CTS e Educação	eC				0,00		2.063,75	1.200,00	3.263,75	72.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
4	Desenvolvimento e Normalização da Produção	eC		7.800,00	19.000,00	26.800,00		2.063,75	1.200,00	36.063,75	72.500,00	36.063,75	72.500,00	31.896,00	
5	Dispositivos e Sistemas Ópticos	Co	3.000,00	55.271,00	1.000,00	59.271,00	1.000,00	563,49	600,00	61.834,49	125.000,00	62.389,00	62.389,00	62.389,00	
6	EMMA - Estudos em Modelagem Matemática	eF	200,00	8.900,00	20.000,00	29.100,00				29.100,00	36.500,00	36.500,00	36.500,00	36.500,00	
7	Física Experimental e Aplicada	Co	10.000,00	93.289,00	7.800,00	111.089,00			3.334,00	1.200,00	115.523,00	125.000,00	119.000,00	119.000,00	
8	GAIC-Automação Instrumentação e Controle	NE				0,00					0,00				
9	GEOS - Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas	NE				0,00					0,00				
10	Gestão da Tecnologia	NE				0,00					0,00				
11	Gestão do Conhecimento e da Inovação	eC		41.200,00	4.000,00	45.200,00	2.750,00	938,15	1.200,00	50.038,15	72.500,00	51.200,00	51.200,00	51.200,00	
12	Instrumentação Inteligente	eF		10.200,00		10.200,00				10.200,00	36.500,00	36.500,00	36.500,00	36.500,00	
13	Integridade Estrutural	Co	7.800,00	915.495,00		923.295,00	750,00	839,15	600,00	925.584,15	125.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	
14	Interações Fundamentais	eC				0,00		896,65	600,00	1.496,65	72.500,00	1.496,65	1.496,65	1.496,65	
15	Laboratório de Aprendizagem	eC				0,00		2.063,75	1.200,00	3.263,75	72.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
16	História e Filosofia da Ciência no Ensino	NE				0,00					0,00				
17	Matemática Aplicada à Física e à Engenharia	NE				0,00					0,00				
18	Mecatrônica	eF		108.175,00		108.175,00				108.175,00	36.500,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	
19	Meio Ambiente e Eficiência Energética	eC		13.508,00	7.900,00	20.398,00		2.917,25	1.200,00	24.715,25	72.500,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00	
20	Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Ciências e Matemática	eC	57,00	31.076,48		31.133,48		1.667,00	1.200,00	34.000,48	72.500,00	26.999,00	26.999,00	26.999,00	
21	Operação de Serviços Sobre Inf. Int. e Inter.- OP3I	NE				0,00					0,00				
22	Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas	eF	2.000,00	2.000,00		4.000,00				4.000,00	36.500,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
23	Ultra-Som	NE				0,00					0,00				
24	Usinagem e Conformação Termo-mecânica	eC		37.343,28	3.900,00	40.343,28		2.063,75	1.200,00	43.607,03	72.500,00	44.990,00	44.990,00	44.990,00	
Totais			23.117,00	1.313.250,38	61.800,00	1.398.207,38	4.458,00	10.439,84	13.468,00	1.433.648,52	1.897.000,00	672.806,00	672.806,00	672.806,00	

Total NP = 06.637,84

Diária Nacional (CPIS)- R\$ 187,83

Diária Internacional (CPIS)- US\$ 150 a US\$ 200 (R\$ 416,75)

Passagem aérea nacional (estimado) - R\$ 600,00

Passagem aérea internacional (estimado)- R\$ 1.200,00

Para os docentes de programas, encaminhar os pedidos aos respectivos programas

Aprovação de f. isagem internacional por grupo

Total NP- Total de Não Permanente

(consumo+serviço+diárias+diárias+passagens)

(b)

Resultados dos processos de estratificação (a) alocação da verba de pesquisa (b) para os grupos de pesquisa do CEFET/RJ. Recursos do CEFET/RJ. (Fonte: DIPPG/DEPEQ, dez/2011)

Em maio de 2010, a DIPPG lançou a primeira edição do Edital de Apoio a Projetos de Pesquisa Institucionais a serem Desenvolvidos nas UnEDs (APP-UnEDs). O edital tem como objetivo promover e incentivar a execução de projetos de pesquisa que visassem contribuir para a formação e consolidação de grupos de pesquisa, bem como a implantação, o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura de pesquisa nas UnEDs. Para o edital de 2011 foi disponibilizado um total de recursos financeiros de R\$ 220.000,00 do centro de custos da DIPPG, alocados nas duas faixas mostradas na Tabela a seguir.

Faixa	Número de Pesquisadores por Projeto	Valor Máximo Disponibilizado
A	2 pesquisadores	R\$ 25.000,00
B	3 ou mais pesquisadores	R\$ 50.000,00

Faixas de solicitação para o Edital APP-UnEDs 2010. (Fonte: DIPPG/DEPEQ, dez/2011)

Em 2011, a DIPPG lançou passou a incorporar um terceiro edital para alocação da verba de pesquisa: o Auxílio Individual a Projetos de Pesquisa a Serem Desenvolvidos no Sistema CEFET/RJ (AUX-IND). O edital tem como objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a compra de material ou equipamento aos pesquisadores em fase inicial de trabalho de pesquisa nas unidades do sistema CEFET/RJ. Esta modalidade destina-se aos docentes do CEFET/RJ em fase de doutoramento (com créditos concluídos e/ou exame de qualificação aprovado conforme a área de formação) e com até 3 (três) anos de conclusão do doutoramento. Cada proposta aprovada poderá receber no máximo o valor de R\$ 10.000,00. Para o edital de 2011 foi disponibilizado um total de recursos financeiros de R\$ 100.000,00 do centro de custos da DIPPG.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) foi criado em outubro de 2008. Encontra-se vinculado ao Departamento de Pesquisa (DEPEQ). O referido núcleo nasceu a partir do trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa *Gestão da Tecnologia* cujos integrantes são os responsáveis pelas atividades desenvolvidas no âmbito do núcleo. Tais atividades demandam uma articulação direta com a pesquisa realizada na Instituição.

A criação do NIT é um marco importante para a nossa Instituição, que apresenta uma vocação para o desenvolvimento de tecnologia aplicada, em um momento que o governo sinaliza sobre a importância da Inovação Tecnológica para o crescimento do nosso País.

Em 2008 foi adquirido o sistema de informação SIGMA. O sistema é um ambiente virtual de representação integrada das atividades-fim de instituições de ensino superior e pesquisa. No SIGMA são registrados, consolidados e divulgados informações e dados concernentes às atividades-fim de natureza científica, técnica, artística e cultural como a produção científica da Instituição.

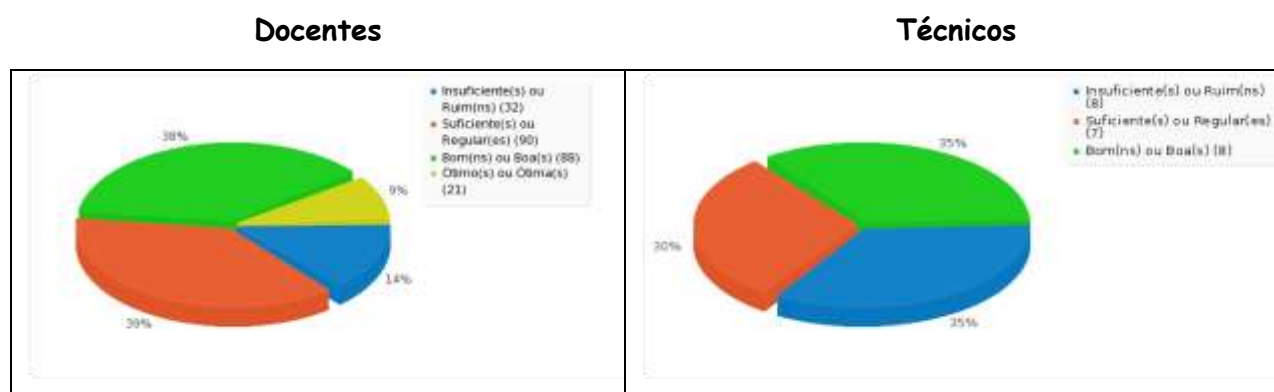
Foram propostas diversas questões diretamente relacionadas a essa dimensão a toda comunidade acadêmica. Existem ainda outras questões analisadas em outras dimensões, conforme pode ser verificado nos questionários apresentados no Anexo A, que também são pertinentes a essa dimensão. No que toca o investimento na comunicação e circulação da informação, por exemplo, deve-se reportar ao Capítulo 3, Dimensão 4 (A comunicação com a sociedade), para maiores detalhes.

Os segmentos docente, aluno e técnico-administrativo opinaram de forma geral em questões referentes basicamente ao planejamento institucional em relação às finalidades educativas; a gestão estratégica e da informação da Instituição e a participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

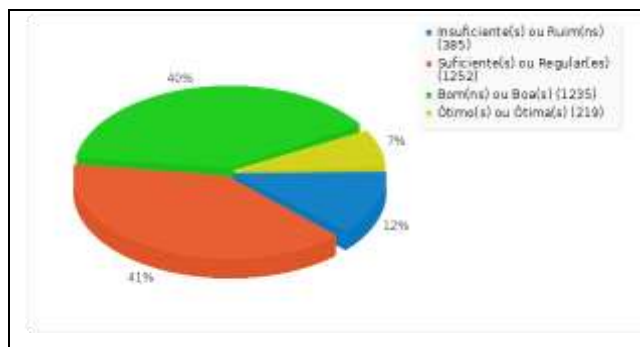
Com relação aos colegiados e a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ foram feitas três perguntas. A primeira avalia de que forma os órgãos colegiados atendem as necessidades da comunidade e contribuem para a melhoria do desempenho da Instituição. A segunda verifica se as ações realizadas pela Instituição para garantir a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ vem ocorrendo de forma satisfatória e a terceira avalia os mecanismos que garantem tal participação na gestão. A quarta pergunta proposta avalia de que forma o planejamento da Instituição vem ocorrendo com relação às necessidades da comunidade.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

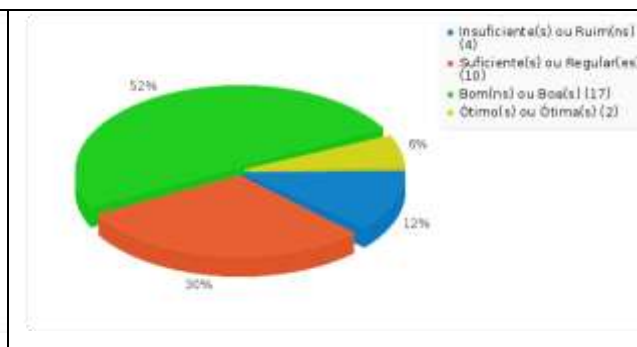
⇒ Os órgãos colegiados contribuem para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição. Isso acontece de forma...



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

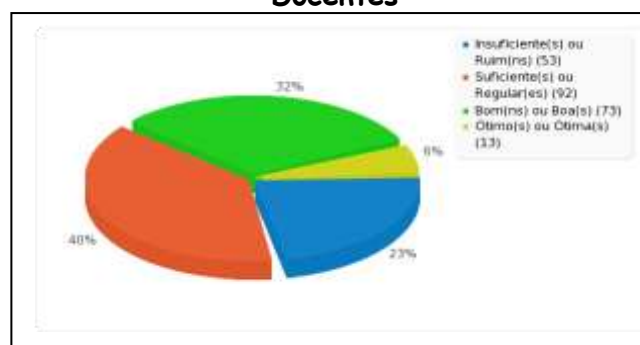


A avaliação referente ao desempenho dos órgãos colegiados indicou que grande parte dos professores e alunos da graduação respondentes considera tal desempenho suficiente, o correspondente a 39% dos docentes e 41% dos estudantes da graduação. Já grande parcela dos técnicos e alunos da pós-graduação respondentes avaliou tal quesito como bom, o equivalente a 35% dos técnicos e 52% dos discentes da pós. Vale observar o índice de insatisfação apresentado pelos servidores técnico-administrativos, o correspondente a 35%, sendo inclusive o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. Apesar do baixo número de respondentes nesse segmento, vale procurar entender os motivos da insatisfação dessa parcela, que talvez sinta que suas necessidades não estão sendo atendidas.

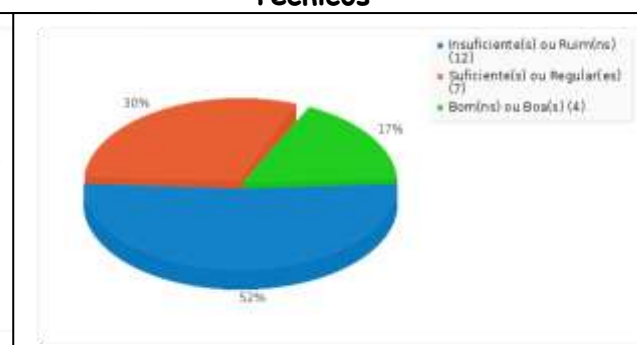
Em 2010, grande parte dos docentes e alunos da pós avaliou tal quesito como bom, o equivalente a 40% e 44%, respectivamente. Já grande parte dos técnicos e alunos da graduação considerou tal desempenho suficiente, o correspondente a 36% e 39%, respectivamente. Na ocasião, o maior índice de insatisfação apresentado foi novamente da categoria dos técnicos, o correspondente a 25%. Dessa forma, os resultados mostram que se trata de um quesito que ainda pode ser mais bem trabalhado junto aos técnicos.

⇒ As ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ. Isso acontece de forma...

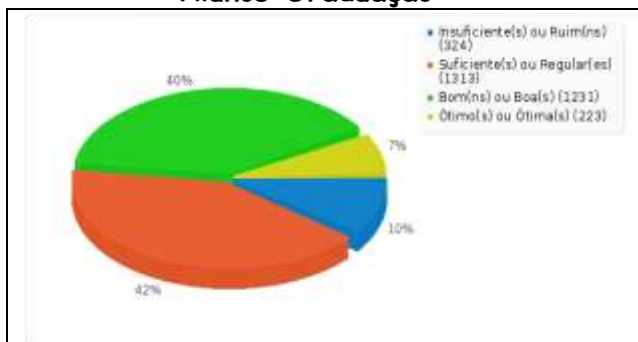
Docentes



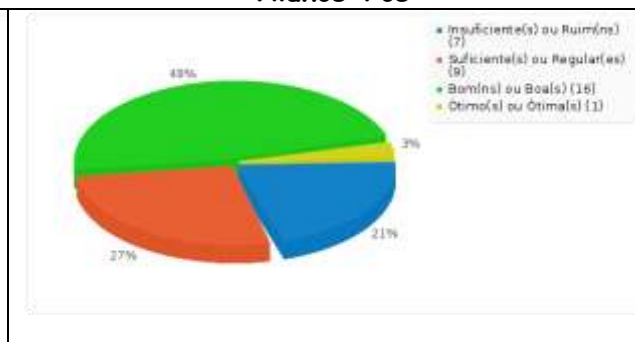
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



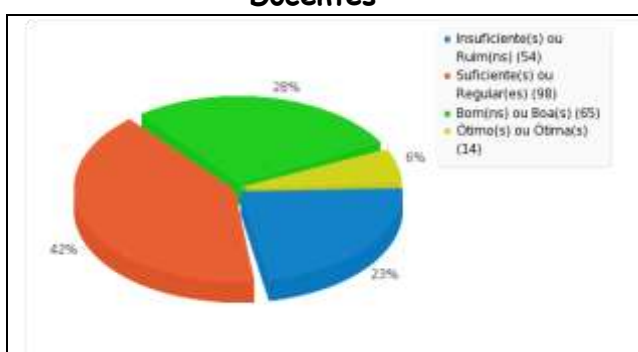
A avaliação referente à participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ indicou que grande parte dos professores e alunos da graduação respondentes considera tal quesito suficiente, o correspondente a 40% dos docentes e 42% dos estudantes da graduação, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 32% dos professores e 40% dos alunos da graduação. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. A maior parte dos alunos de pós respondentes avaliou tal quesito como bom, o correspondente a 48%, seguida de uma parcela que o considerou suficiente, o equivalente a 27%. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. Já a maioria dos técnicos, o correspondente a 52%, avaliou tal quesito como insuficiente, sendo esse inclusive o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. Apesar do baixo número de respondentes nesse segmento, vale procurar entender por que essa parcela de técnicos se sente excluída quando se trata do assunto "participação na gestão do CEFET/RJ".

Em 2010, grande parte dos docentes e alunos da graduação considerou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o equivalente a 38% e 41%, respectivamente. Grande parcela dos discentes da pós avaliou esse item como bom, o correspondente a 41%. Já a maior parte dos técnicos, o equivalente a 43% dos respondentes, novamente, avaliou tal quesito como insuficiente.

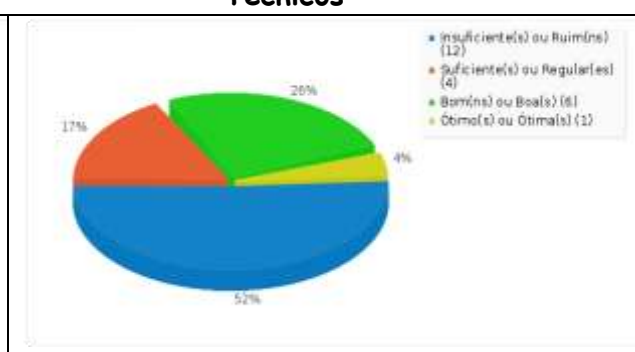
Questões comuns aos docentes e técnicos:

☞ Os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ podem ser avaliados como...

Docentes



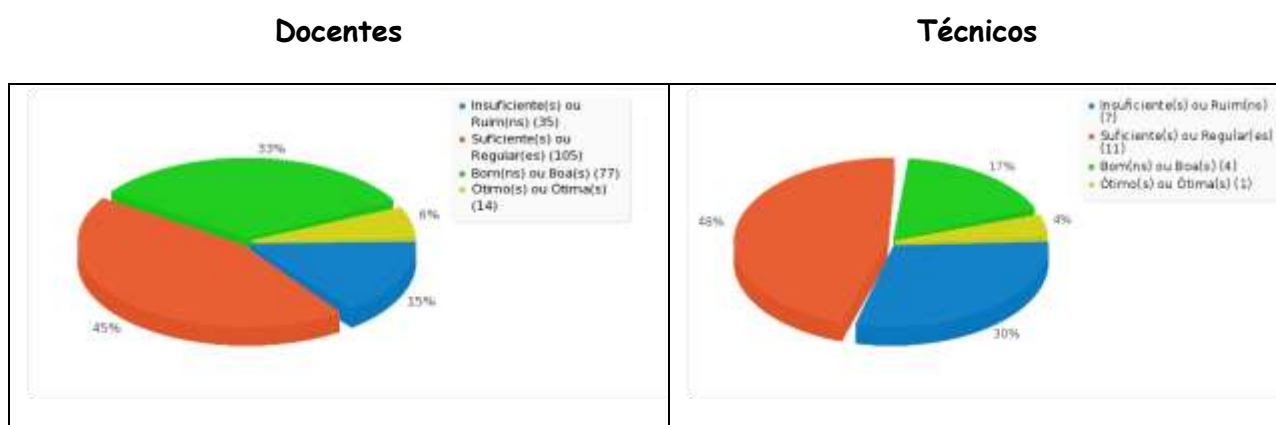
Técnicos



Esta questão está relacionada à anterior, porém avalia apenas os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão da Instituição. Tal questão foi proposta apenas para os docentes e técnicos, pois esses possuem um maior conhecimento de tais mecanismos. Essa avaliação indicou que a maior parte dos professores respondentes considera tal quesito suficiente, o correspondente a 42%, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 28%. Já a maioria dos técnicos respondentes avalia tal quesito como insuficiente, o correspondente a 52%, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 26%. O índice de insatisfação observado nos técnicos respondentes vem complementar o que já havia sido observado anteriormente e sugere que parte dos técnicos não está de acordo com tais mecanismos.

Em 2010, mais uma vez, grande parte dos docentes considerou tal quesito suficiente, o correspondente a 40% dos respondentes. Já a maior parcela dos servidores técnico-administrativos, novamente, avaliou esse item como insuficiente, o equivalente a 36%, sendo inclusive esse o maior índice de insatisfação na ocasião.

➡ O planejamento da Instituição está atendendo às necessidades da comunidade de maneira...



Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores e técnicos indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma suficiente, o correspondente a 45% dos docentes e 48% dos técnicos. No entanto, quanto ao índice de insatisfação dos respondentes nos dois segmentos houve uma

divergência: enquanto na categoria docente o índice de insatisfeitos com o planejamento da instituição foi de 15%, no segmento dos técnicos esse índice foi de 30% dos respondentes.

Em 2010, a avaliação de professores e técnicos apresentou um comportamento semelhante. Grande parte dos respondentes das duas categorias avaliou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o correspondente a 40% dos professores e 43% dos técnicos, seguida de uma parcela que avaliou como boa, o equivalente a 38% dos docentes e 32% dos técnicos. A parcela de insatisfação detectada na época foi igual nos dois segmentos, o correspondente a 18% dos respondentes.

Verificando-se a porcentagem mais significativa daqueles que não se encontram satisfeitos, observa-se que os maiores índices de insatisfação, tanto dos docentes quanto dos técnicos, estão associados às mesmas questões: à segunda questão (avaliação das ações realizadas para garantir a participação na gestão), o correspondente a 23% dos docentes e 52% dos técnicos e à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão), o equivalente a 23% dos professores e 52% dos técnicos. Assim, no que tange à participação de professores e técnicos na gestão da Instituição, um trabalho de análise deve ser feito, objetivando diminuir os índices de insatisfação.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

Os órgãos colegiados funcionam de forma adequada, contribuindo para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição.

b.2) Fragilidades

O baixo número de respondentes relativo aos técnico-administrativos não permite uma conclusão neste aspecto, porém, o índice de insatisfação apresentado nesse segmento

sugere que há um descontentamento significativo com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação dos técnicos na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

Outra fator que merece atenção consiste na falta de vagas para professores no 3º grau, fragilizando a gestão da Instituição. Desde 2008 a instituição não recebe vagas para docentes do Ensino Superior e não são repostas as vagas daqueles que se aposentam. Esta fragilidade se reflete nos números observados nas pesquisas onde observamos um aumento nas porcentagens Suficiente ou Regular com relação as pesquisas da avaliação anterior.

b.2) Sugestões

Pesquisar junto aos técnico-administrativos os motivos da insatisfação com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação destes na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

3.7 - Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

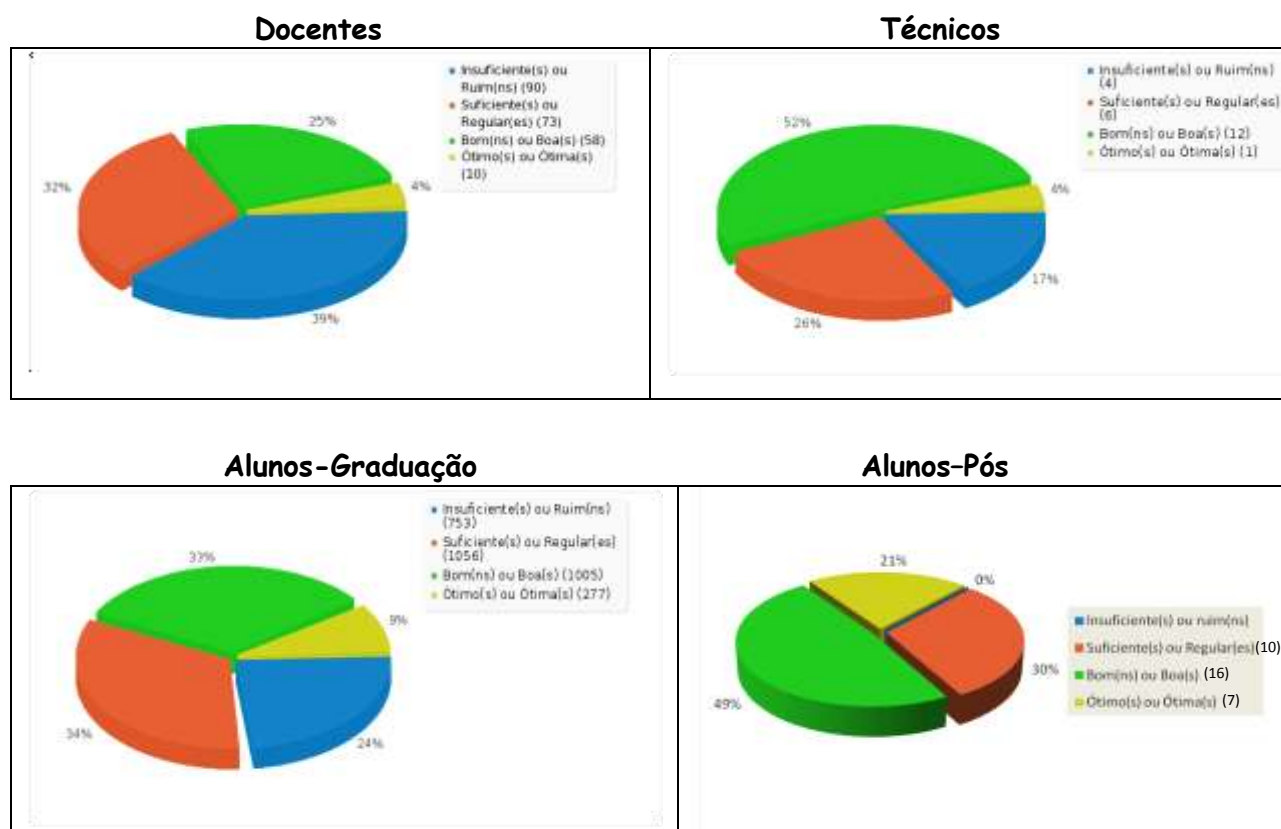
a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A infraestrutura física da Instituição é uma variável essencial e diretamente ligada a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), em discussão coletiva, definiu uma série de questões que foram aplicadas a toda a comunidade interna (docentes, discentes e técnico-administrativos), objetivando identificar a percepção da comunidade com relação à infraestrutura disponível.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...



Considerando o universo de respondentes, verifica-se que os alunos e os técnico-administrativos têm uma opinião positiva quanto a esse quesito. No entanto, parte significativa dos professores respondentes indicou a escala insuficiente ou ruim para avaliar as salas quanto à iluminação e conforto térmico e acústico, correspondente a 39%. O restante dos professores ficou distribuído entre uma avaliação suficiente (32%), boa (25%) e ótima (4%). Dos técnicos respondentes, 26% avaliaram as salas como regulares ou suficientes, 52% como boas, 17% como insuficientes e 4% como ótimas. Os alunos da graduação, em sua maioria, avaliaram as salas como suficientes, correspondente a 34%. O restante ficou distribuído entre uma avaliação boa (33%), insuficiente (24%) e ótima (9%). A grande maioria dos alunos da pós-graduação avaliaram como boas, correspondente a 49%. O restante ficou distribuído entre uma avaliação suficiente (30%) e ótima (21%).

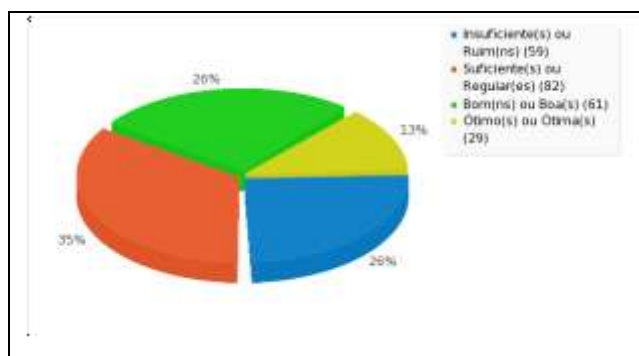
Percebe-se que no caso dos técnicos e dos alunos da pós, a avaliação foi extremamente positiva. No entanto, deve-se lembrar que os alunos da pós frequentam salas diferenciadas. A avaliação mais negativa ficou por conta dos professores, sendo este um indicativo preocupante. Como a maioria dos professores respondentes pertence ao Maracanã, Unidade Sede, esta resposta parece refletir a opinião destes professores, uma vez que nos outros campi, as salas são novas. É fato que a Sede possui quase um século, considerando a sua origem em 1917 como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, necessitando portando de manutenção e obras constantes para que fique em condições adequadas para atender a expansão dos cursos da Sede. A avaliação dos professores continua sendo um indicativo de que este é um item que ainda merece maior atenção e investimentos para que toda a comunidade acadêmica fique satisfeita com as condições das salas, no que tange à iluminação e ao conforto térmico e acústico, para o ensino de qualidade que a Instituição oferece. Atualmente, a maioria das salas possui ar-condicionado e ótima iluminação, no entanto, nem todas as salas são protegidas da luz do sol, o que pode dificultar a leitura do que está no quadro em virtude dos reflexos que ocorrem em algumas salas, principalmente no turno da manhã.

Em 2010, a avaliação ocorreu de forma semelhante, quando grande parte dos professores, na época 38%, também se mostrou insatisfeita com as condições das salas nos

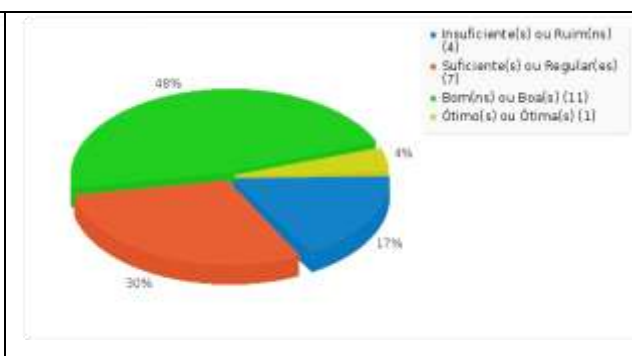
quesitos iluminação e conforto térmico e acústico. A maior parte dos técnicos e alunos de graduação respondentes, equivalente a 43% e 34%, avaliaram as condições das salas como suficientes. Os alunos da pós, em sua maioria (46%), avaliaram o quesito como bom.

⇒ As condições das salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Instituição, no que se referem à limpeza, podem ser avaliadas como...

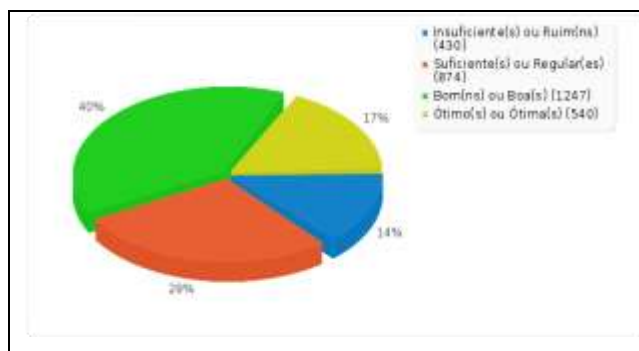
Docentes



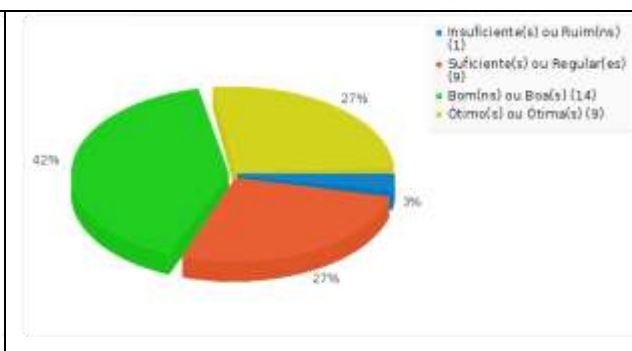
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



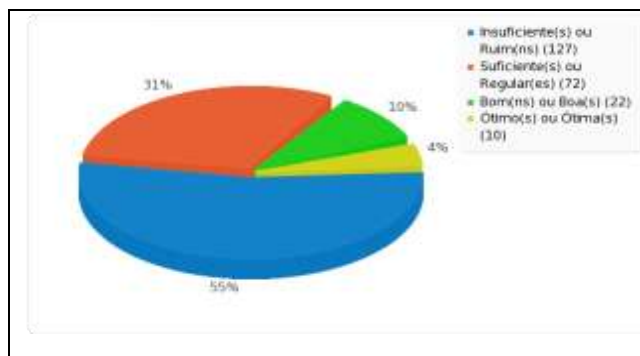
Sobre o aspecto da limpeza, pode-se observar uma percepção relativamente positiva, com a maior parte dos alunos da graduação avaliando tal quesito como bom, equivalente a 40% e os da pós equivalente a 42%. Os professores (35%) avaliaram, em sua maioria, este aspecto como "suficiente" e os técnicos o consideraram bom (48%). No caso dos docentes, observa-se um equilíbrio maior entre as diferentes respostas. Entre o universo de respondentes, os docentes foram os que avaliaram a categoria "limpeza" de forma menos positiva.

Na avaliação realizada em 2010, os alunos de graduação (38%) avaliaram este aspecto como "bom". Quanto aos técnicos administrativos, esses o avaliaram como "suficiente"

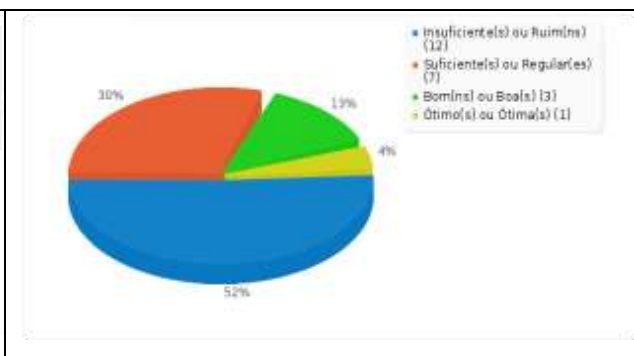
(39%). Entre o universo de respondentes, na época, os docentes foram os que avaliaram a categoria "limpeza" de forma menos positiva, com 31% avaliando tal quesito como suficiente, 28% como ruim ou insuficiente, 27% como bom e 13% como ótimo.

⇒ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

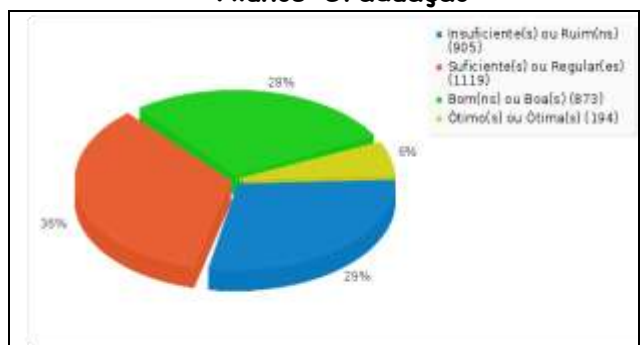
Docentes



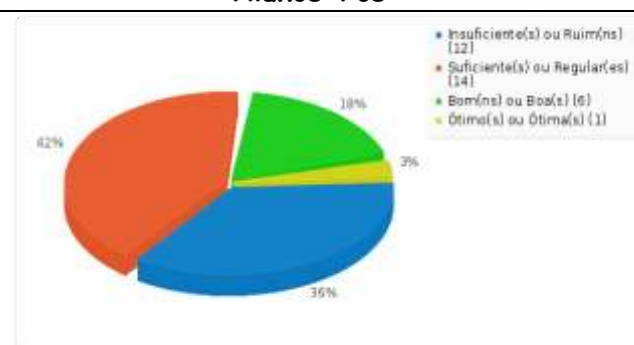
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



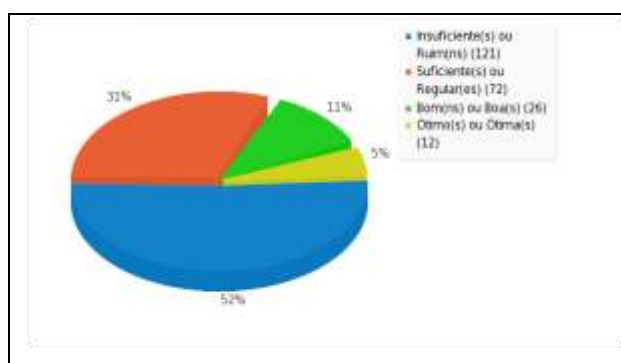
Considerando o universo de respondentes, pode-se afirmar que os professores e os técnico-administrativos, em sua maioria, consideram as instalações da Instituição como insuficientes para os portadores de necessidades especiais. Vale destacar a opinião dos alunos de graduação e pós-graduação que, em sua maioria, 36% e 42%, respectivamente, responderam que a Instituição é "suficiente" quanto à acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Os índices de insatisfação apresentados são muito preocupantes e merecem atenção. Acredita-se que parte deles pode estar associada à condição dos elevadores da Unidade Sede, que nem sempre estão funcionando. No entanto, sabe-se da necessidade de outras adaptações que se fazem necessárias nesse sentido, principalmente quanto à Unidade Sede. Convém lembrar que o CEFET/RJ firmou um TAC (Termo de

Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2011, para o cumprimento da questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004, e conseqüentemente da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

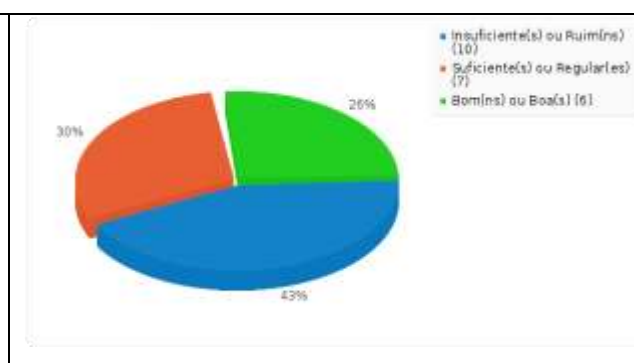
Em 2010, professores e técnicos também indicaram em sua maioria sua insatisfação com tal quesito, na época, correspondente a 53% e 46%, respectivamente. Já os alunos de graduação e pós demonstraram uma percepção diferente na ocasião, com percentuais de 35% e 36%, respectivamente, avaliando a Instituição como "suficiente" neste critério.

➔ As opções de alimentação disponíveis atendem as suas necessidades de forma...

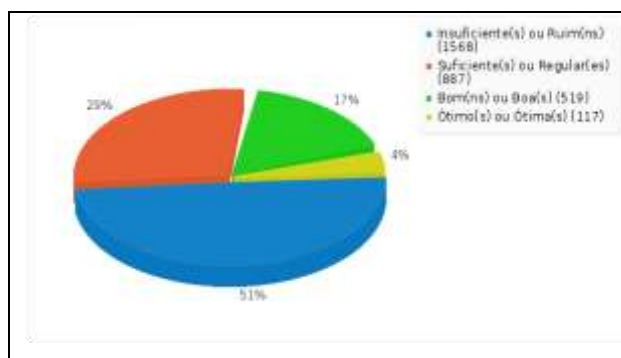
Docentes



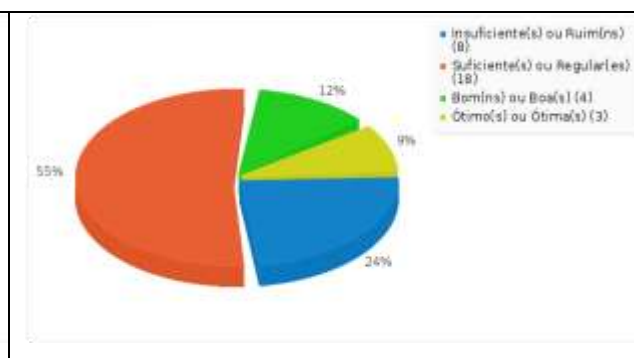
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

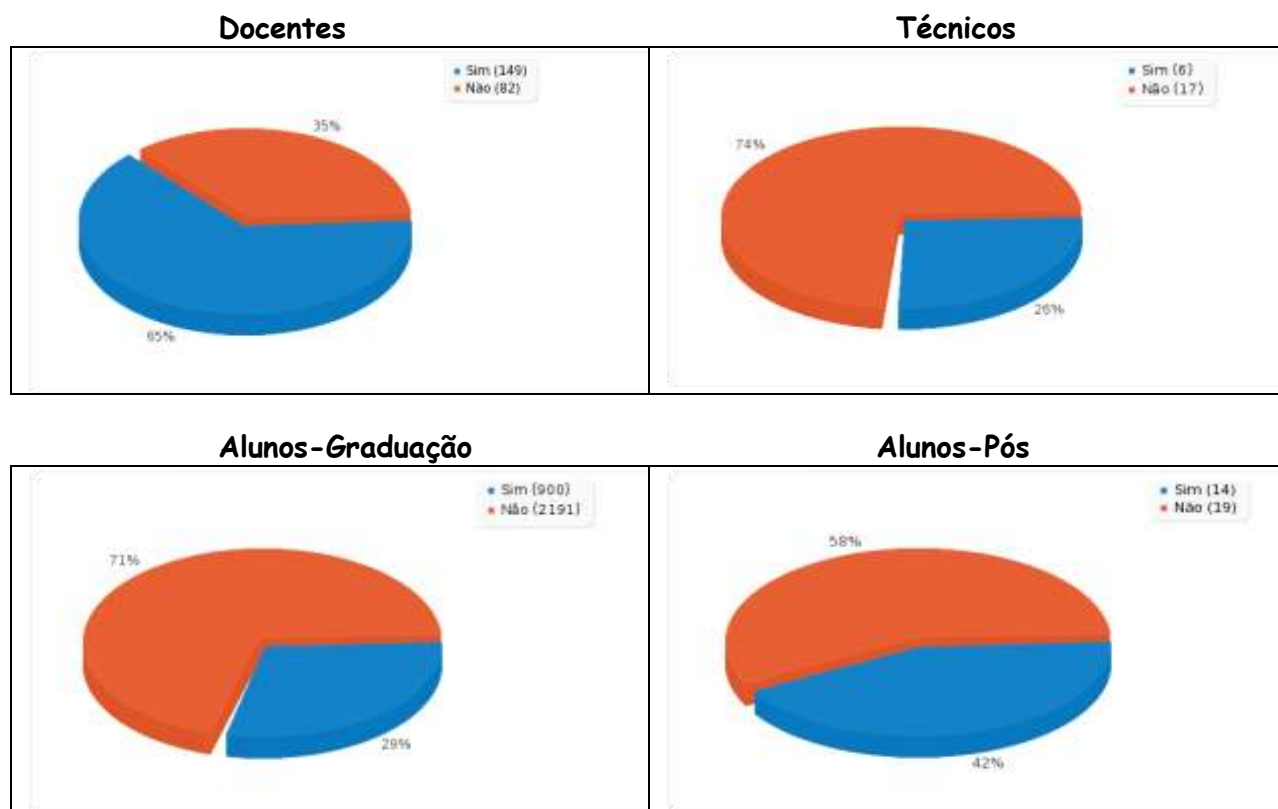


Considerando o universo de respondentes, pode-se afirmar que a maioria considerou as opções de alimentação como "insuficientes": docentes (52%), técnico-administrativos (43%), alunos de graduação (51%). Os alunos de pós (55%) consideraram suficientes as opções de alimentação na Instituição. Parte da insatisfação apontada pode ser ainda

reflexo do fato do restaurante da Unidade Sede haver ficado inoperante durante algum tempo em 2010, o que gerou grande insatisfação na comunidade acadêmica, que precisou buscar alternativas nas redondezas. Tal problema atualmente já foi resolvido, uma vez que o restaurante localizado na Unidade Sede se encontra em funcionamento. Além disso, atualmente há outros restaurantes próximos à Sede, também no modelo "self-service". Com relação aos outros campi, deve-se dar uma atenção especial a esse quesito, considerando que nem todos os campi possuem alternativas de alimentação que agradem à comunidade.

Imaginou-se que a resposta da comunidade a essas mudanças viria nessa avaliação, referente ao ano de 2011, no entanto, apesar da redução significativa dos índices de insatisfação, comparando-se com a avaliação de 2010, ainda não foi possível inverter o quadro e obter uma avaliação positiva. Na avaliação de 2010, a maioria da comunidade também considerou as opções de alimentação como "insuficientes". Na época, docentes (80%), alunos de graduação (58%), técnico-administrativos (82%) e os alunos da pós (62%) foram enfáticos quanto à insuficiência de tal quesito.

⇒ Utiliza veículo de transporte próprio ou familiar para ir ao CEFET/RJ? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

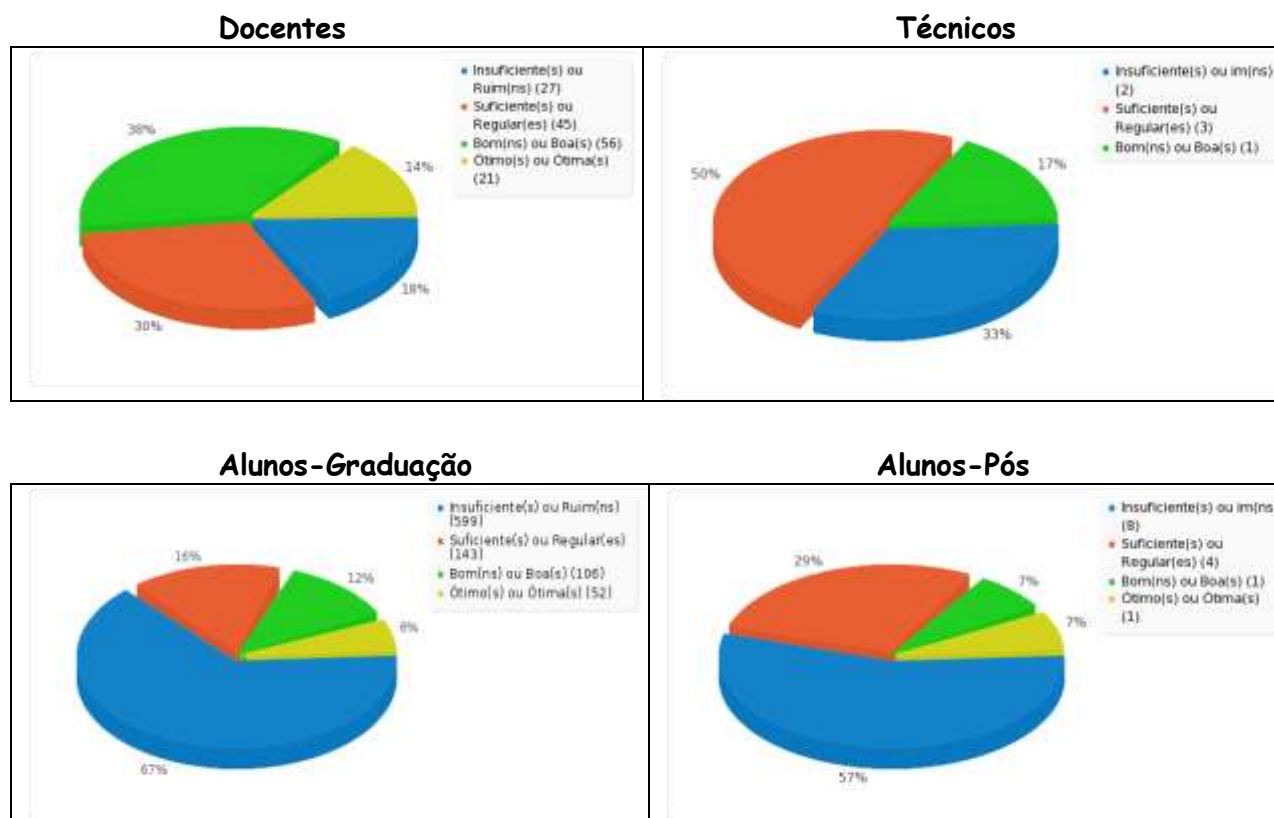


Sobre este aspecto, pode-se observar que grande parte da comunidade interna não utiliza transporte próprio ou familiar. Ou seja, utilizam transporte público ou então residem nas redondezas das Unidades de ensino da Instituição. Pode-se considerar que a Instituição, na maioria de suas Unidades, possui uma privilegiada oferta de transportes públicos. Em sua Sede (Unidade Maracanã), pode-se destacar a disponibilidade de linhas de trem, metrô e uma diversificada oferta de transportes rodoviários que ligam a Instituição a diferentes pontos da região metropolitana. Algumas das Unidades descentralizadas também possuem diversificada oferta de transportes públicos.

Apesar de toda essa disponibilidade, ainda é grande o número de pessoas que utilizam transporte particular. Vale lembrar que os docentes são os que mais utilizam transporte individual ou familiar (65%).

Na avaliação de 2010, os segmentos respondentes indicaram números muito próximos dos obtidos em 2011.

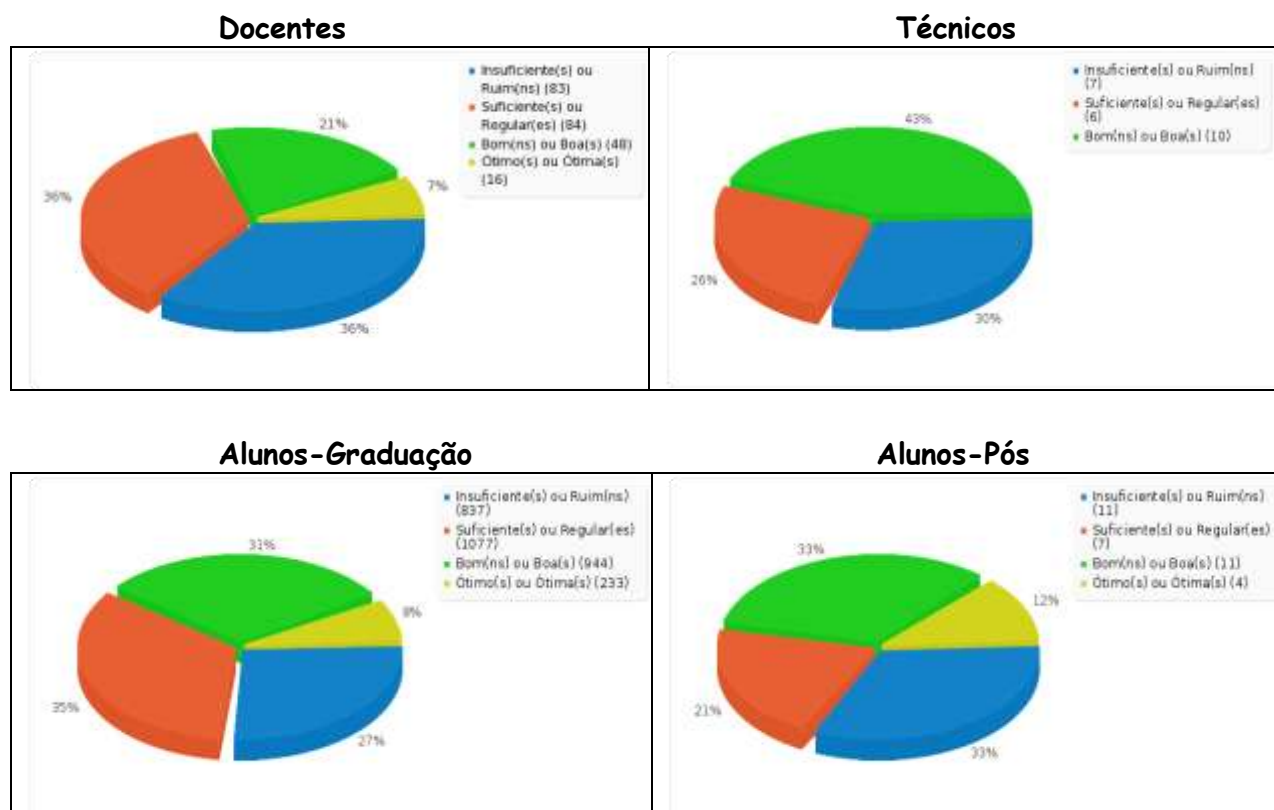
⇒ As opções de estacionamento disponíveis atendem as suas necessidades de forma...
(Caso tenha apontado que possui veículo próprio ou familiar):



Dos respondentes que utilizam veículo próprio ou familiar, percebe-se que existe uma percepção bem diferente entre eles quanto às opções de estacionamento, principalmente se compararmos a opinião dos servidores (tanto docentes quanto técnicos) em relação à opinião dos alunos. No caso dos servidores, existe um equilíbrio maior nas diferentes respostas. Já no caso dos alunos é evidente a insatisfação quanto a esse aspecto. Vale lembrar que as diferentes Unidades da Instituição sofrem com o problema de carência de vagas para estacionamento. Com isso, a Instituição prioriza as vagas de estacionamento para os seus servidores.

A avaliação de 2010 apresentou um resultado semelhante a de 2011, com a mesma insatisfação extremamente significativa para os alunos.

⇒ Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



Considerando o universo de respondentes, observa-se que a maior parte dos técnicos, equivalente a 43% dos respondentes, avaliou os recursos de informática de forma bem

positiva, indicando "bom" na escala oferecida. No caso dos docentes, a maioria se dividiu entre as escalas "suficiente" e "insuficiente" para julgar tais quesitos, ambas com 36%. Com relação aos alunos de graduação, a maioria (35%) avaliou os recursos de informática como suficientes. Com relação aos alunos de pós-graduação, houve uma divisão contrastante entre os conceitos bom e insuficiente, ambos com (33%). A maior parcela indicando insatisfação, correspondente a 36%, pertence ao segmento dos docentes e a menor, no caso 27%, pertence ao segmento discente de graduação.

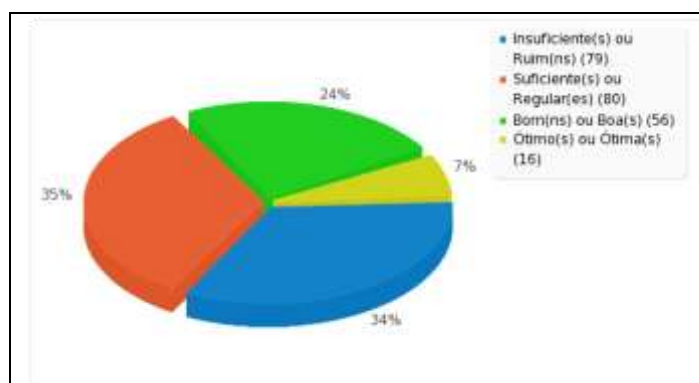
Tal avaliação sugere que os técnicos e os alunos de graduação, de forma geral, são os mais satisfeitos com os recursos de informática disponibilizados, enquanto que os professores, em sua maioria, indicam que o seu segmento necessita de um maior investimento nesse sentido.

Em 2010, professores, técnico-administrativos e alunos de graduação avaliaram tal quesito de forma semelhante a 2011. Já os alunos da pós-graduação avaliaram de forma mais negativa em 2011, considerando que a parcela que indica insatisfação passou de 18% em 2010 para 33% em 2011. Apesar do pequeno número de respondentes com relação aos alunos da pós, este fato deve ser melhor investigado.

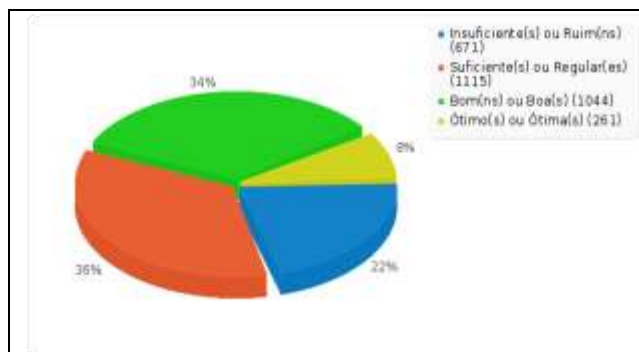
Questões comuns aos docentes e alunos:

☞ A mobília e os recursos didáticos disponíveis nas salas de aula podem ser avaliados como...

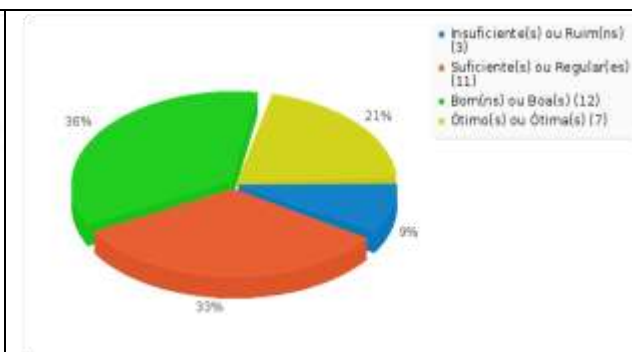
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

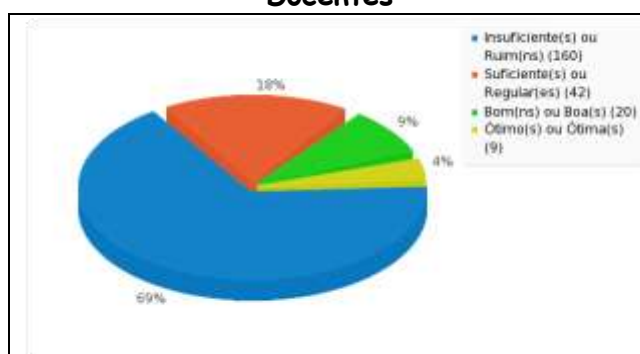


De uma maneira geral, a maioria pesquisada entende que a mobília e os recursos didáticos são suficientes a bons. Apesar disso, cabe observar que o índice de insatisfação de 34% apresentado pelos professores é bastante significativo e deve ser analisado. Já os alunos da pós se mostraram muito satisfeitos, com 36% avaliando tal quesito como bom.

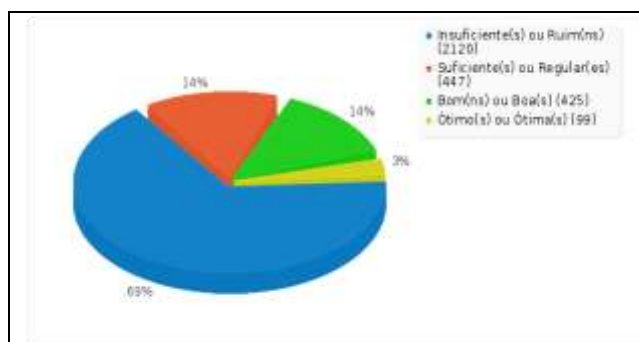
Na avaliação de 2010, de uma maneira geral, a maioria pesquisada, no caso professores e alunos de graduação, também indicou que a mobília e os recursos didáticos eram suficientes. Os alunos da pós-graduação respondentes, em sua maioria, também avaliaram tal quesito como bom na ocasião.

⇒ Os serviços de reprografia (xerox) disponibilizados podem ser avaliados como...

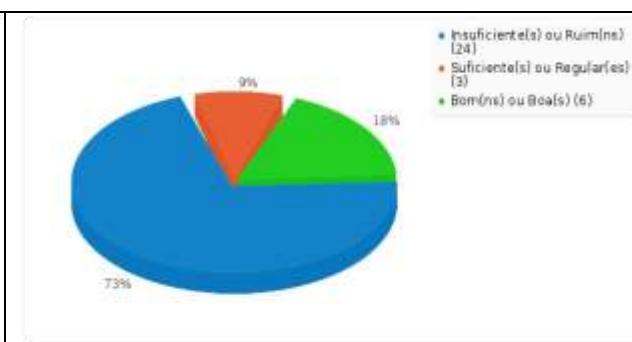
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

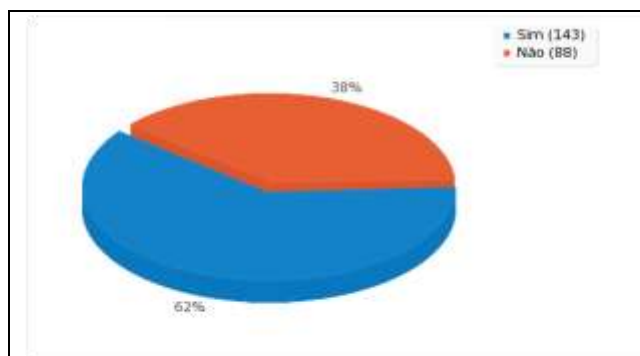


Sobre o aspecto reprografia, pode-se afirmar que existe um grau de insatisfação relevante, onde a maioria pesquisada considera os serviços como insuficientes, equivalente a 69% dos professores, 69% dos alunos de graduação e 73% dos alunos de pós. Tal índice de insatisfação deve estar relacionado ao intervalo que normalmente ocorre entre a saída de uma empresa que presta esse serviço e a entrada da nova empresa que irá prestá-lo, quando é o caso. Neste intervalo, os alunos ficam impossibilitados de tirar Xerox na Instituição, necessitando, portanto, da utilização de serviços externos, o que gera grande insatisfação. Isso ocorre muito na Unidade Sede, indicando que estratégias devem ser traçadas para evitar futuras descontinuidades na troca das empresas utilizadas.

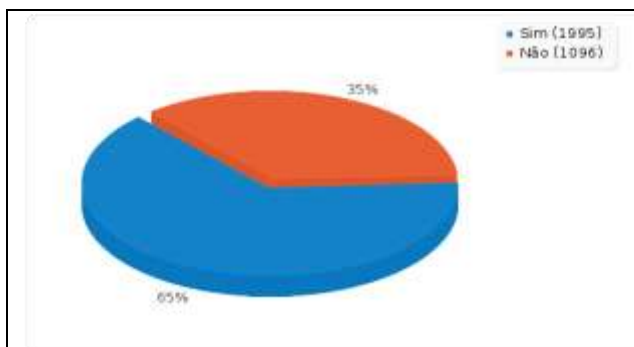
Desde a avaliação feita em 2010 a insatisfação já vinha sendo apontada por professores (47%), graduandos (46%) e pós-graduandos (46%).

⇒ O seu curso possui outros laboratórios além dos laboratórios de informática? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

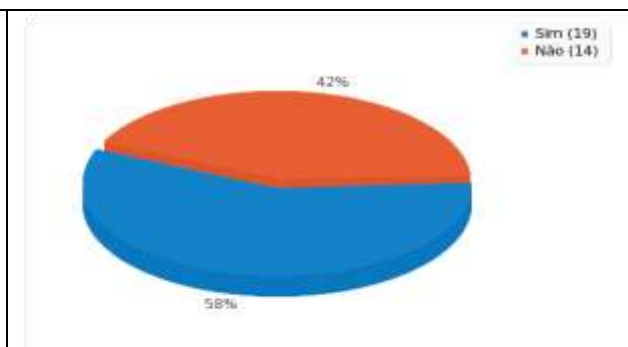
Docentes



Alunos-Graduação

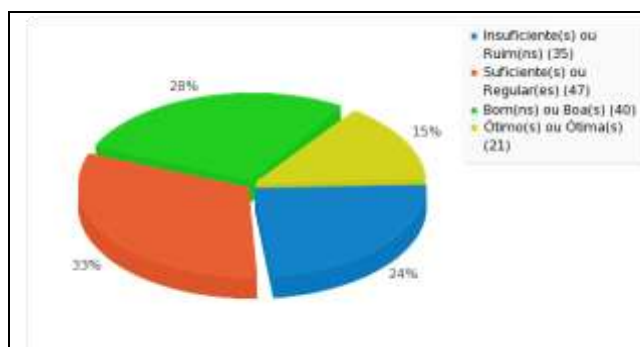


Alunos-Pós

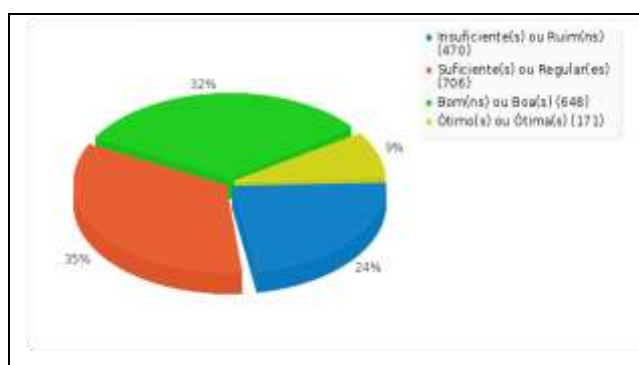


⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem à qualidade e às condições de equipamentos, podem ser avaliados como...

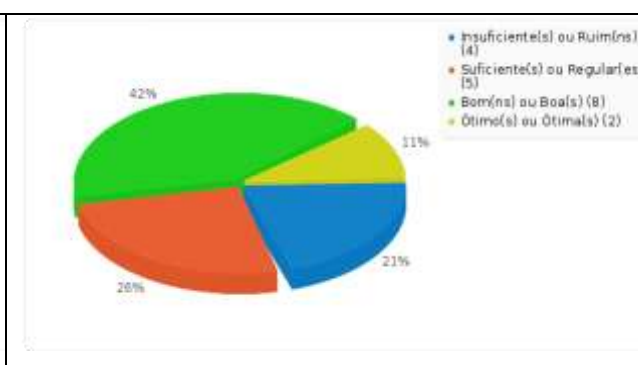
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

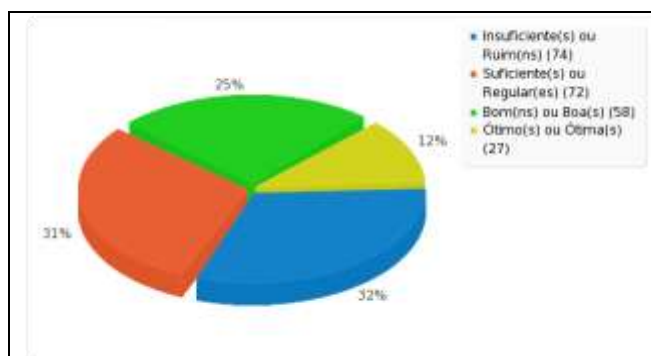


Considerando o universo de respondentes, observa-se uma aproximação muito grande nas respostas dos docentes e dos alunos de graduação. De uma forma geral, tanto os docentes quanto os alunos de graduação avaliam de forma razoável os laboratórios e os seus equipamentos. Já os alunos de pós demonstram que estão muito satisfeitos, indicando em sua maioria que os laboratórios e equipamentos que estão diretamente envolvidos podem ser considerados bons.

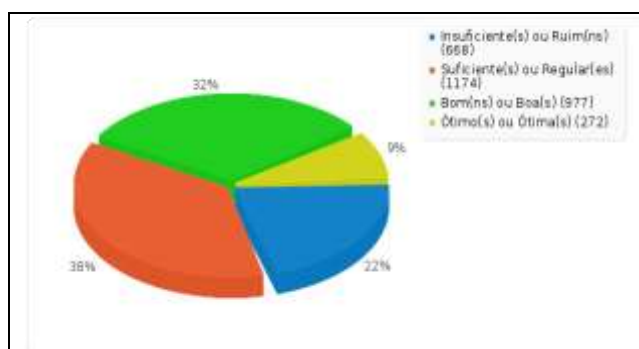
Em 2010, a avaliação dos professores e alunos de graduação pesquisados também apontou uma avaliação suficiente quanto aos laboratórios e equipamentos que estavam envolvidos. Na ocasião, a maioria dos alunos de pós respondentes também apontou "bom(ns)" na escala oferecida para avaliar o quesito.

⇒ O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...

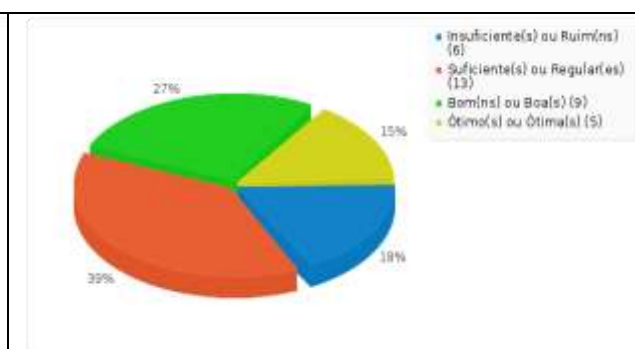
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

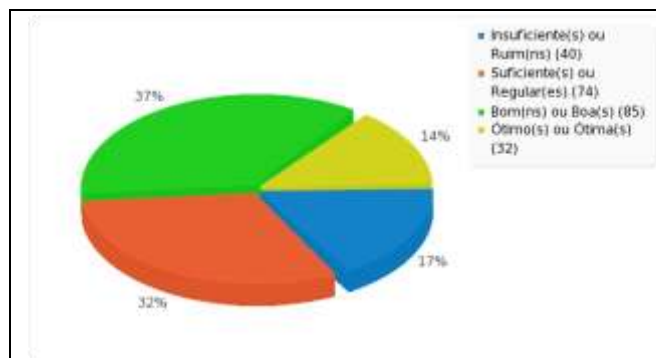


Considerando o universo de respondentes, o gráfico mostra que a maioria dos alunos considera que o apoio de pessoal administrativo é suficiente, o que corresponde a 38% dos alunos de graduação e 39% dos alunos da pós. Com relação aos docentes respondentes, a maior parcela (32%) considerou o apoio administrativo como insuficiente, seguida da parcela que avaliou como suficiente (31%).

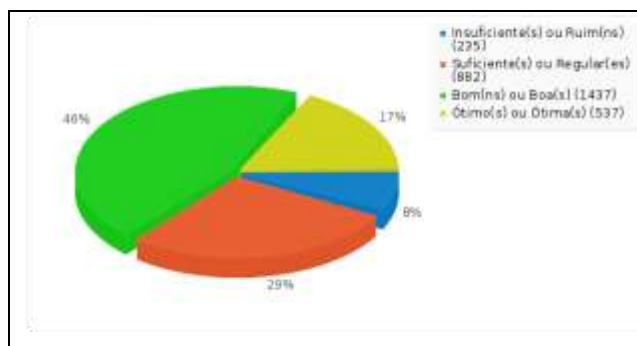
Na avaliação realizada em 2010, a maior parte dos professores também avaliou tal quesito como insuficiente (36%), e a maioria dos alunos de graduação também avaliou como suficiente (36%). Com relação aos alunos da pós, na ocasião, os resultados foram diferentes, indicando que 46% consideravam o apoio de pessoal administrativo bom. Tais avaliações indicam que o apoio de pessoal administrativo dos cursos, principalmente do ponto de vista dos professores, merece ser repensado. Convém lembrar que a autorização para a abertura de concursos para este segmento está sendo aguardada.

⇒ O horário e calendário de funcionamento da Biblioteca atendem as suas necessidades de forma...

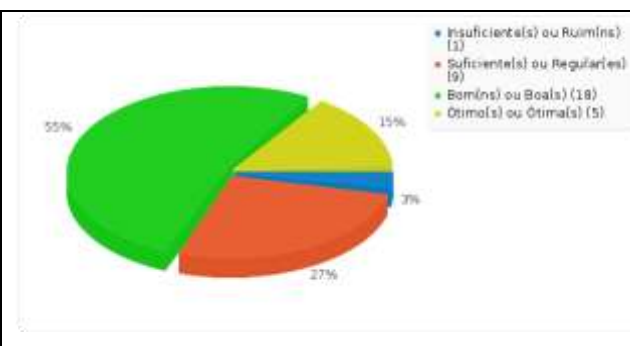
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

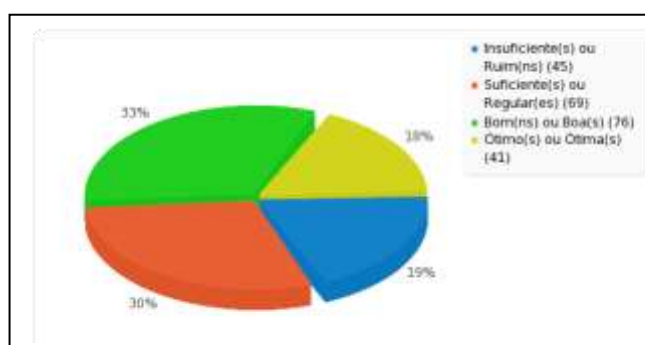


Considerando o universo de respondentes, o gráfico mostra que 37% dos professores, 46% dos alunos de graduação e 55% dos alunos da pós entenderam que o horário e calendário de funcionamento das Bibliotecas atendem as suas necessidades de forma boa.

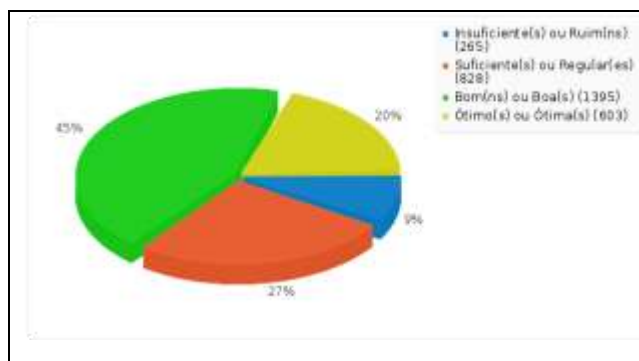
A avaliação realizada em 2010 indicou um comportamento semelhante entre docentes e alunos, porém com uma avaliação menos positiva do que em 2011 por parte dos alunos. A escala "boa" foi indicada por 39% dos docentes, 45% dos alunos de graduação e 46% dos alunos de pós, na ocasião. A porcentagem que indicava insatisfação correspondia, na época, a 19% dos docentes, 11% dos alunos de graduação e 18% dos alunos de pós.

⇒ O atendimento na Biblioteca pode ser avaliado como...

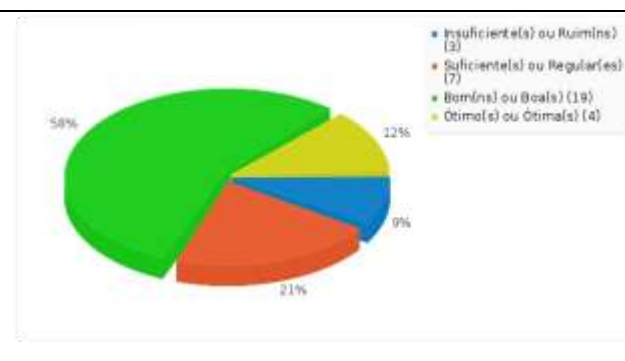
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

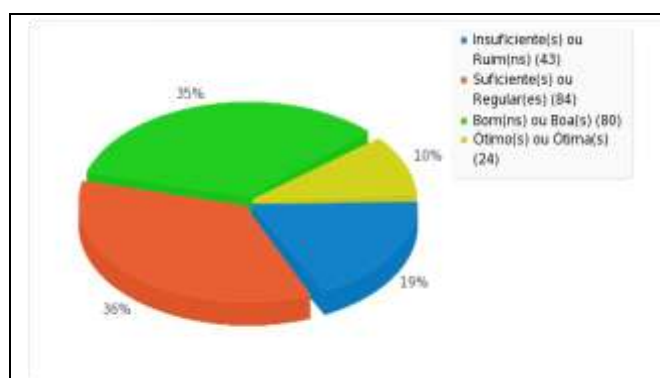


Quanto ao atendimento da biblioteca, o gráfico mostra que a maior parte da comunidade pesquisada avaliou tal quesito como bom, equivalente a 33% dos professores, 45% dos alunos de graduação e 58% dos alunos de pós. A segunda maior parcela de cada segmento avaliou o atendimento como suficiente, correspondente a 30% dos professores, 27% dos alunos de graduação e 21% dos alunos de pós.

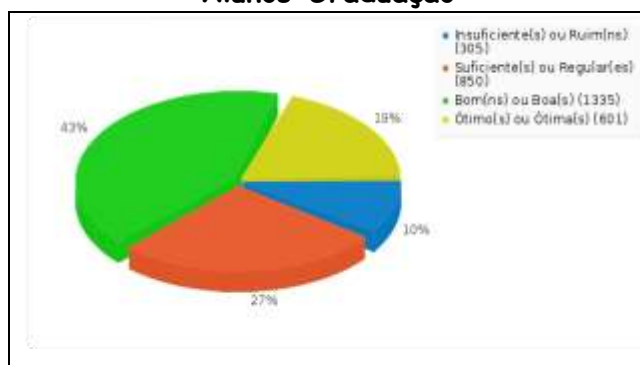
A avaliação realizada em 2010 indicou um comportamento semelhante para os alunos de graduação, com a maioria, na época, avaliando tal quesito como bom, equivalente a 46%, bem como os docentes que, em sua maioria (38%), também responderam que o atendimento na Biblioteca é bom. O destaque fica por conta dos alunos da pós que, no período de 2010, apresentaram um índice de 33% de respondentes avaliando o quesito como "bom", tendo ocorrido, portanto, um aumento de 25% nesse índice em 2011.

⇒ Os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma...

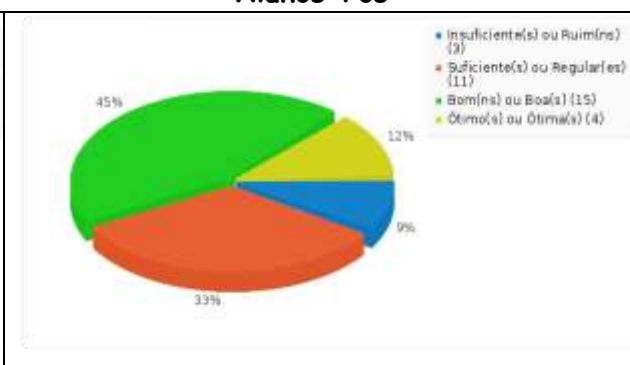
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

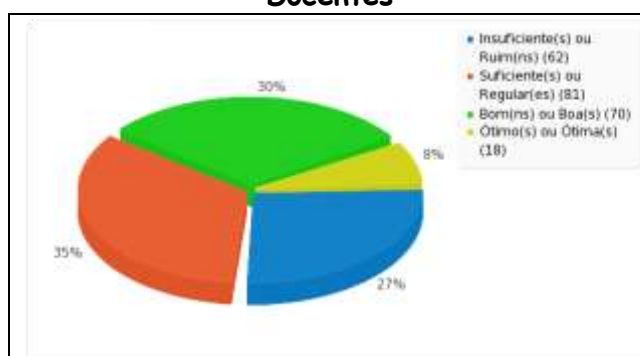


Considerando o universo de respondentes, o gráfico mostra que 43% dos alunos de graduação e 45% dos alunos de pós entenderam que os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de maneira boa. Já os docentes avaliam o quesito como suficiente (36%).

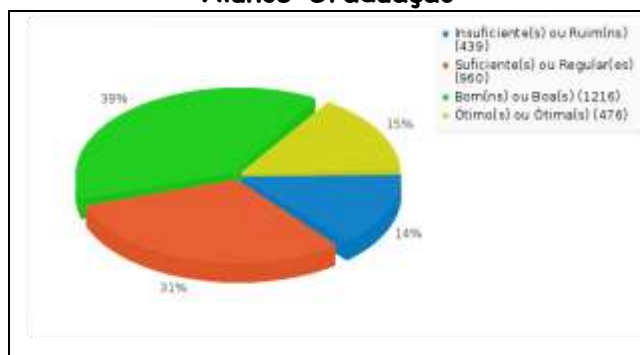
Em 2010, todos os segmentos pesquisados indicaram que os ambientes da biblioteca atendiam suas necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma boa, correspondente a 39% dos professores, 43% dos alunos de graduação e 38% dos alunos de pós.

⇒ A informatização para consulta do acervo da Biblioteca pode ser avaliada como....

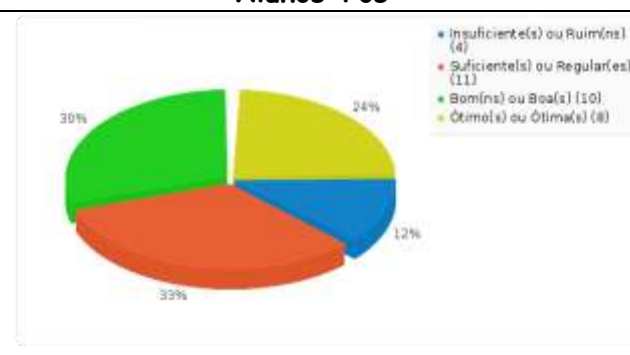
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

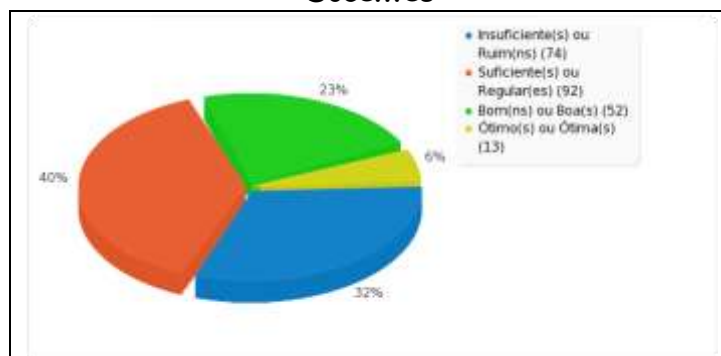


A maioria dos docentes e dos alunos de pós escolheu a escala suficiente para avaliar a informatização para consulta do acervo da Biblioteca, correspondente a 35% e 33%, respectivamente. Por outro lado, 39% dos alunos de graduação responderam avaliaram tal quesito como bom.

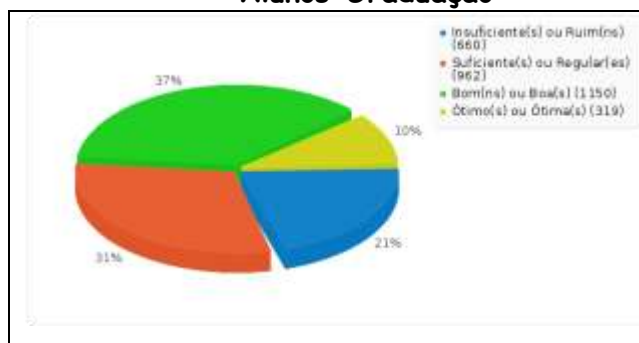
Em 2010, a maior parte dos alunos de pós pesquisados entendia que a informatização dos acervos das bibliotecas era insuficiente, correspondente a 36% dos alunos. Na ocasião, a maior parcela de professores avaliou a informatização como suficiente e a maior parcela de alunos de graduação avaliou a informatização como boa. O índice de insatisfação dos docentes, na época, correspondia a 32% e dos alunos de graduação, a 20%. Isso indica que houve uma melhora significativa quanto à informatização para consulta do acervo da Biblioteca de 2010 para 2011.

⇒ Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...

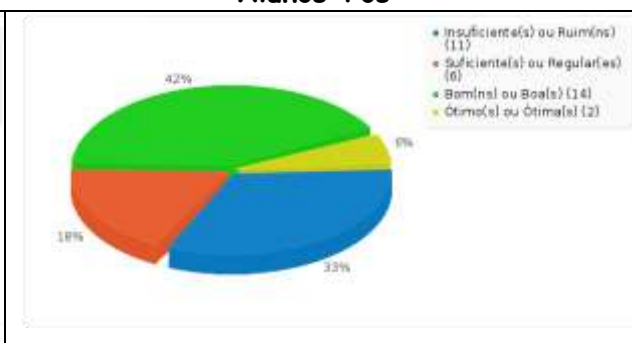
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós

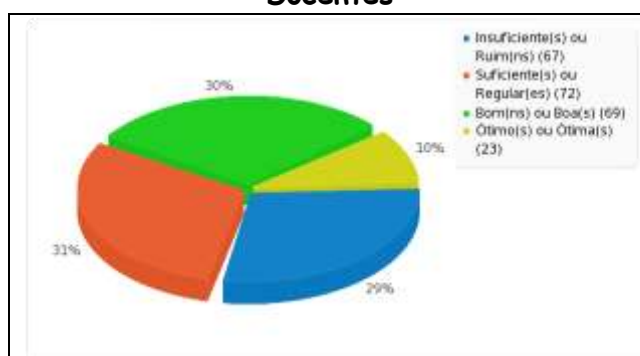


Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 40% dos professores consideram que o acervo disponibilizado na biblioteca relativo à bibliografia básica indicada nas disciplinas é suficiente e 37% dos alunos de graduação e 42% dos alunos da pós consideram tal quesito como bom.

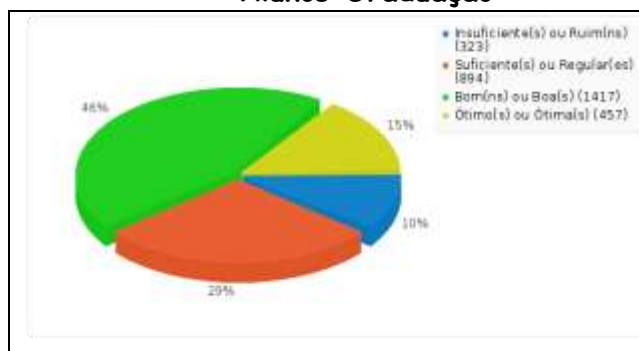
Na avaliação realizada em 2010, os alunos de graduação e os docentes apresentaram comportamento semelhante. Com destaque para o aumento entre 2010 e 2011 do índice de aprovação dos pós-graduandos de 36% para 42% entre os que consideram bom o aspecto avaliado.

⇒ O tempo de empréstimo do acervo da Biblioteca pode ser considerado....

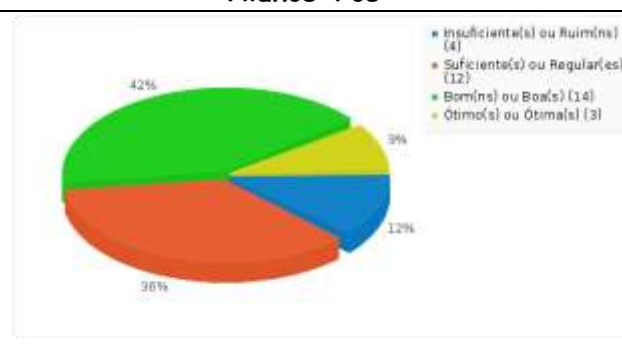
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 46% dos alunos da graduação e 42% dos alunos da pós entenderam que o tempo de empréstimo do acervo da biblioteca pode ser considerado bom. Já os professores (31%) consideram o tempo de empréstimo como suficiente, embora uma parcela de 30% dos docentes também considere

que o tempo de empréstimo é bom. Assim, de forma geral, pode-se dizer que a maior parte da amostra considera que o tempo de empréstimo é adequado.

Na avaliação realizada em 2010, 44% dos alunos de graduação e 41% dos alunos de pós consideraram o tempo de empréstimo do acervo da biblioteca como bom, enquanto 32% dos docentes consideraram que o tempo era insuficiente. Tais porcentagens correspondiam as maiores parcelas de cada segmento.

Ao analisar os gráficos referentes à biblioteca e estabelecer uma comparação com as questões anteriores, pode-se afirmar que esta, no que tange sua estrutura física e seus serviços, foi de forma geral bem avaliada pelos seus usuários. Um quesito que merece atenção corresponde à disponibilização das bibliografias básicas do ponto de vista dos professores.

a.2) Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins e utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

No item relativo à informação e comunicação, a Instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e melhoria da infraestrutura de TIC, com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade EAD.

Além do grande aumento do parque de equipamentos e de serviços de TIC, de modo geral, na Instituição, com ampliação do link de acesso à RedeRio e contratação de novos serviços junto à operadora, é preciso que se assinale a conquista de reconhecimento da Instituição pela RNP e seus pares, a ponto de sua inclusão no anel principal (*backbone*) da Redecomep. Tal rede é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP. O modelo adotado baseia-se na implantação de uma infraestrutura de fibras óptica própria voltada para as instituições de pesquisa e Educação Superior e na formação de consórcios entre as instituições participantes de forma a assegurar sua auto-sustentação.

Incluem-se entre as metas discutidas para o PDI 2010-2014 a realização da reforma do CPD da Unidade Sede (Maracanã), conforme prioridade estabelecida em nível da Direção Superior, na perspectiva de um "Data Center" de rede integrada de comunicação de dados, voz e imagem.

Frente a atual realidade do Sistema Multicampi e as metas de atendimento estabelecidas, a diretriz de melhoria da infraestrutura física se coloca com os seguintes objetivos no PDI 2010-2014:

- Dotar todas as Unidades de Ensino do Sistema Multicampi de infraestrutura adequada à realização de suas atividades acadêmicas e administrativas;
- Disponibilizar, com crescente abrangência e qualidade, os serviços de tecnologia da informação e comunicação para a comunidade acadêmica do Sistema Multicampi;
- Expandir a utilização de recursos multimídia em benefício das atividades acadêmicas, inclusive como suporte à Educação a Distância;
- Aprimorar a gestão de serviços de apoio e logística, de modo a atender as novas demandas trazidas pela multiplicação de campi.

O CEFET/RJ vem passando por uma série de reformas em suas instalações. A maioria das salas de aulas foi reformada e climatizada, tendo suas carteiras e quadros substituídos. Os auditórios foram reformados e climatizados, tendo seus assentos substituídos e a instalação de novos recursos didáticos. Com relação aos laboratórios, tanto os didáticos quanto os de pesquisa passaram por um processo de reforma e modernização, através de obras e aquisição de novos equipamentos, permitindo assim, bom atendimento aos discentes em relação à quantidade e qualidade dos laboratórios. Além disso, foram criados novos laboratórios de pesquisa.

Para atender as atividades esportivas existem, em boas condições, quadras (coberta e descobertas) e piscinas, além de uma academia de ginástica recém-construída. Além disso, existem espaços de convivência que permitem a integração de todo o público da Instituição.

Através de convênio firmado com a Fundação CECIERJ/CEDERJ, Fundação Centro de

Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, os estudantes dos cursos de EAD do CEFET/RJ dispõe de diversos polos regionais que apresentam as seguintes facilidades:

- salas de estudo;
- microcomputadores conectados à internet com multimeios e videoconferência;
- supervisão acadêmica de especialistas;
- laboratórios didáticos;
- biblioteca;
- recursos audiovisuais (exibição de vídeos, por exemplo);
- seminários para complementação ou suplementação curricular;
- serviço de distribuição de material didático.

Todas as dependências dos polos são refrigeradas. Os laboratórios de Informática funcionam em rede e encontram-se conectados à internet.

Com relação às bibliotecas, tanto na Unidade Sede quanto nas descentralizadas o espaço é adequado para atendimento de seus públicos, além de possuírem salas de estudo e de vídeo. A Instituição investe neste aspecto, com constantes atualizações e ampliações feitas através de novas aquisições. Com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, investimento no treinamento de pessoal e implantação de dispositivos eletrônicos, o CEFET/RJ vem modernizando a gestão e controle do acervo, bem como melhorando os serviços de atendimento e controle de suas bibliotecas.

Todos os polos conveniados (CEFET - CECIERJ/CEDERJ) possuem suas próprias bibliotecas com amplo acervo bibliográfico. Apesar disso, o CEFET/RJ, utilizando recursos da UAB, vem continuamente atualizando e ampliando estes acervos com aquisição de diversos livros para melhor atender aos alunos da Instituição.

As tabelas a seguir dão uma visão geral da Instituição com relação ao Ensino Superior presencial.

Área física total e por Unidade de Ensino Superior do Sistema <i>Multicampi</i> do CEFET/RJ (m ²)						
Unidade de Ensino	Área do Terreno		Área Construída		Área Ocupada	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Unidade Maracanã*	34.352	34.352	48.736	58.350	20.671	23.354
UnED Nova Iguaçu	68.700	68.700	7.367	15.913	4.620	4.713
UnED Petrópolis	---	2.239	---	4.973	---	2.215
UnED Nova Friburgo	---	25.314	---	9.938	---	1.933
UnED Itaguaí **	---	8.114	---	3.759	---	2.216
Total	103.052	130.605	56.103	89.174	25.291	32.215

* Inclusive Campus 3 (General Canabarro)

**Unidade em construção ou em obra para funcionamento.

Fonte: DIRAF/DEIEE. dez/2004; dez/2009

Nº de ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas das Unidades com Ensino Superior					
Ambientes	Unidade Maracanã*	UnED Nova Iguaçu	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	UnED Itaguaí
Salas de aula	72	20	07	13	13
Laboratórios de ensino e oficinas	145	27	03	03	17
Laboratórios de pesquisa	21	-	-	-	01
Salas de Prof./Coord./ Depto.	91	04	03	03	04
Bibliotecas	01	01	01	01	01
Videotecas	01	01	-	-	-
Auditórios	08	01	01	01	01
Quiosques informatizados	01	01	-	-	-
Salas da Direção	07	01	01	01	01
Secretaria	11	01	01	01	01
Infraestrutura de TIC	15	01	01	01	01
Áreas de ativ. administrativas	159	05	03	01	05
Cantinas	01	01	-	01	01
Refeitórios	01	-	-	-	-
Assistência Médico-Ondotológica	04	02	-	-	-
Piscinas	01	-	-	-	-
Quadras cobertas	01	-	-	-	-
Quadras descobertas	03	02	-	-	-
Ginásios poliesportivos	01	-	-	-	-
Campos de futebol	-	01	-	-	-
Pistas de atletismo	01	-	-	-	-
Posto bancário	02	-	-	-	-
Livraria e papelaria	01	-	-	-	-

* Inclusive Campus 3 (General Canabarro)

**Os dados correspondem ao projeto em construção.

Fonte: DEIES e Unidades de Ensino, dez/2009.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

A Instituição vem investindo em uma série obras nos campi novos e de reformas nas instalações da Unidade Sede, que é mais antiga. Boa parte das salas de aulas já foi

reformada e climatizada, tendo suas carteiras e quadros substituídos. Os auditórios também foram reformados e climatizados, tendo seus assentos substituídos e a instalação de novos recursos didáticos. Com relação aos laboratórios, tanto didáticos quanto de pesquisa, uma parte passou por um processo de reforma e modernização, através de obras e aquisição de novos equipamentos. No entanto, sabe-se que boa parte desses laboratórios ainda necessita de maiores investimentos.

Na avaliação obtida através dos questionários, a biblioteca, tanto na sua estrutura física quanto nos seus serviços, foi de forma geral bem avaliada pelos seus usuários.

b.2) Fragilidades

A pesquisa realizada por meio dos questionários e entrevistas apontou alguns pontos significativos de insatisfação que merecem ser cuidadosamente levados em conta nas tomadas de decisões. Tais itens são referentes à(s)/ao(s):

- opções de alimentação disponíveis;
- opções de estacionamento disponíveis para alunos. Neste quesito, os alunos apresentaram os maiores índices de insatisfação;
- serviço de reprografia (xerox) disponibilizado;
- recursos de informática disponibilizados aos professores (microcomputadores e internet).
- tempo levado para a catalogação dos livros comprados para a biblioteca;
- acervo bibliográfico da bibliografia básica indicada

b.3) Sugestões

Considerando todo o contexto mencionado, é importante:

- A continuação da reforma nas instalações, de maneira a atingir a totalidade das salas de aulas e a adequação aos portadores de necessidades especiais.
- A continuação dos investimentos em laboratórios, softwares educacionais e computadores.

-A continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca.

-Traçar estratégia para agilizar o processo de catalogação dos livros comprados para a biblioteca e a informatização para a consulta.

-Analisar alternativas para atender à comunidade acadêmica com relação aos quesitos serviços de alimentação e de reprografia, de forma que tais serviços não sejam interrompidos entre a saída de uma empresa prestadora de serviços e a entrada de outra.

-Verificar opções de estacionamento nas redondezas e a possibilidades de convênios para atender à comunidade acadêmica neste quesito.

3.8 - Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

a.2) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

A Instituição busca relacionar e adequar efetivamente O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI, ao PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI e aos PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS - PPC. Assim sendo, o planejamento e a avaliação são dimensões institucionais importantes e intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento das ações pedagógicas que se deseja implementar. Luckesi (1995, p. 118)⁸, colabora com esta percepção:

Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto.

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação.

A avaliação está presente no ato de planejar e acompanha o desenvolvimento da ação. O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI revela a intenção da Instituição. Dá

⁸ LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1995.

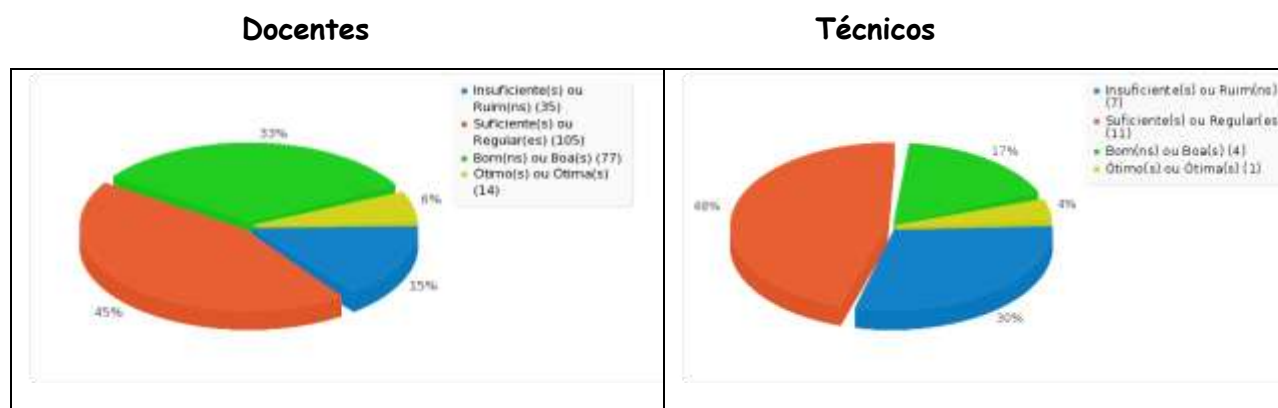
rumo às ações pedagógicas e imprime o sentido que deve orientar as ações desenvolvidas pela comunidade.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) discutiu, coletivamente, os procedimentos a serem adotados na coleta de dados, tendo como objetivo levantar a percepção da comunidade do CEFET/RJ no que se refere à avaliação institucional. Dentre os procedimentos adotados, decidiu-se pela elaboração de um questionário *on-line*, que foi disponibilizado no *site* da Instituição.

No que diz respeito à relação existente entre planejamento e avaliação, foram formuladas tanto questões comuns aos sujeitos do processo (professores, técnicos e alunos), quanto questões específicas, apresentadas a seguir:

Questão comum aos docentes e técnico-administrativos:

⇒ O planejamento da Instituição está atendendo às necessidades da comunidade de maneira...

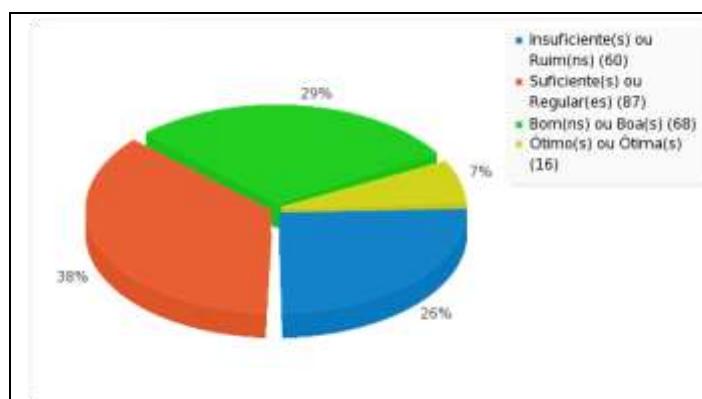


Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores e técnicos indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma suficiente, o correspondente a 45% dos docentes e 48% dos técnicos. No entanto, quanto ao índice de insatisfação dos respondentes nos dois segmentos houve uma divergência: enquanto na categoria docente o índice de insatisfeitos com o planejamento da instituição foi de 15%, no segmento dos técnicos esse índice foi de 30% dos respondentes.

Em 2010, a avaliação de professores e técnicos apresentou um comportamento semelhante. Grande parte dos respondentes das duas categorias avaliou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o correspondente a 40% dos professores e 43% dos técnicos, seguida de uma parcela que avaliou como boa, o equivalente a 38% dos docentes e 32% dos técnicos. A parcela de insatisfação detectada na época foi igual nos dois segmentos, o correspondente a 18% dos respondentes.

Questões específicas aos docentes:

⇒ Há incentivo institucional à sua participação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Isso ocorre de maneira...



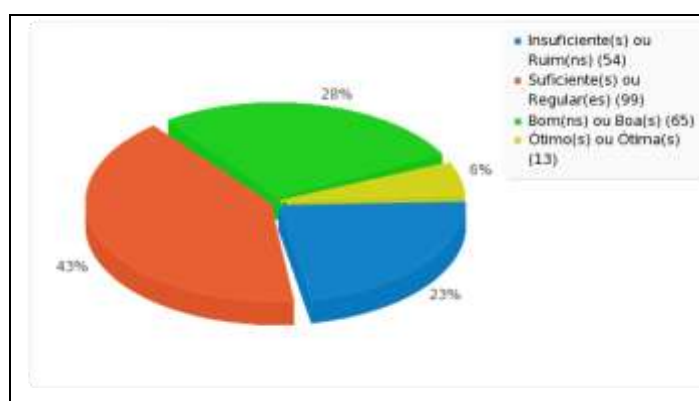
Considerando o universo de respondentes, 26% dos docentes avaliam como insuficiente o incentivo institucional à sua participação na elaboração do PDI.

Em 2010, ano de publicação do PDI 2010-2014, a avaliação apresentou um índice menor de insatisfação (22%).

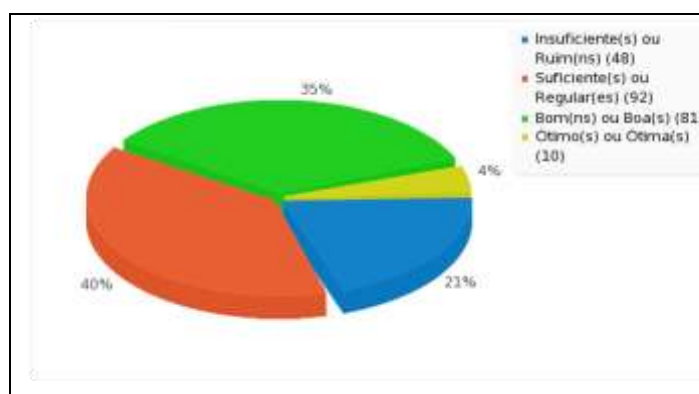
Quanto ao **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)**, vale observar que este foi discutido coletivamente pela comunidade acadêmica, tendo sido concluído e publicado em 2010. A concepção que norteou a elaboração do PPI foi a seguinte: "não deve ser uma lei rigorosa a que se submetem os atores que compõem os cenários das instituições educacionais, tampouco, deve ser uma construção não-participativa, em que regras são impostas". Projetar é, antes, refletir, discutir aquilo que se deseja implementar. É, pois, um

movimento participativo e coletivo, que deve estar em constante transformação, já que deve expressar a identidade e os propósitos institucionais. No caso específico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, o Projeto Pedagógico foi o resultado de uma construção democrática, consultiva, para que reflita, de fato, o que é o CEFET/RJ e o que esse deseja ser.”⁹

➡ A elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) conta com a participação dos docentes. Isso ocorre de maneira...



➡ Há condições técnicas e operacionais para que a avaliação institucional ocorra. Isso se dá de forma ...



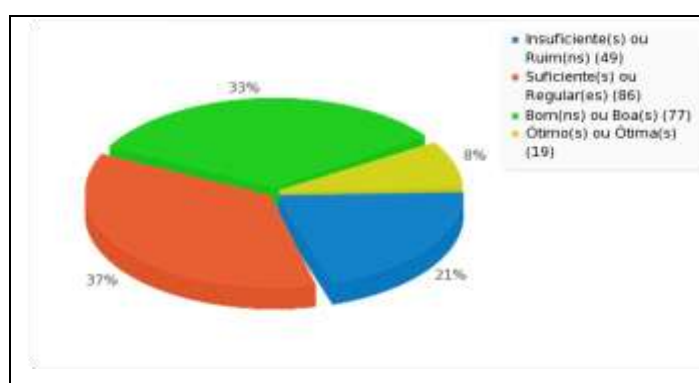
Os dois gráficos apresentados ilustram um comportamento semelhante, onde a resposta mais votada corresponde a uma avaliação do quesito como suficiente. Observa-se que, sob o

⁹ Projeto Pedagógico Institucional. In: http://blog.cefet-rj.br/ppi/wp-content/uploads/2010/12/PPI-final-03_12_2010-1.pdf

ponto de vista dos professores, em um universo de 231 respondentes, apenas 23% e 21% consideram insuficientes a participação dos docentes na elaboração do PDI e as condições técnicas e operacionais para que a avaliação institucional ocorra, respectivamente. O restante avalia como sendo efetiva a forma como o processo é desenvolvido.

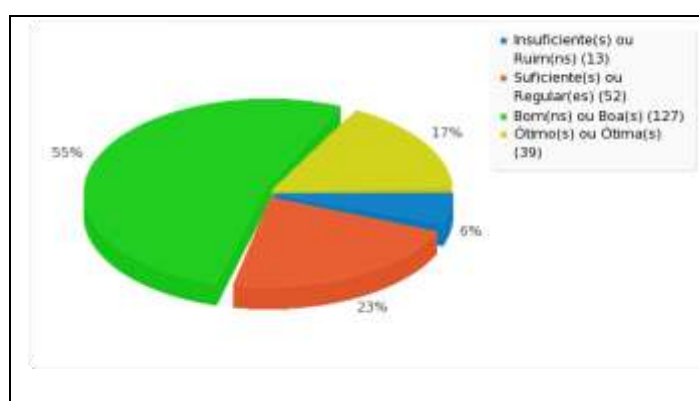
Em 2010, as respostas mais votadas para a avaliação da participação dos docentes no PPI e para as condições técnicas e operacionais para a avaliação institucional também correspondiam a uma avaliação de tais quesitos como suficientes a boas.

➡ O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve ser discutido e sistematizado de forma efetiva. Isso ocorre de maneira...



A partir das informações do gráfico, observa-se que somente 21% dos professores avaliam que a discussão e a sistematização efetiva do PPC ocorram de forma insuficiente. A maioria dos docentes concentra-se nos critérios bom, suficiente e ótimo, que somados, perfazem um total de cerca de 79% dos professores pesquisados.

➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



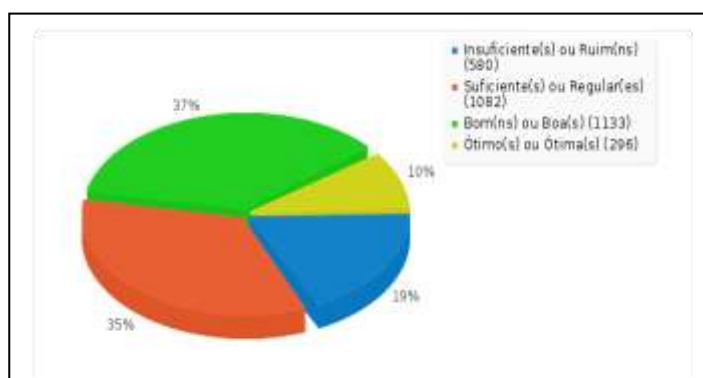
Quanto a esta questão, 23% dos docentes responderam ser suficiente, outros 17% afirmaram ser ótima e 55% dos respondentes caracterizaram a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo e a adequação ao perfil profissional para o formando como sendo boas.

Em 2010, a resposta mais votada para estes dois quesitos correspondia a uma avaliação boa, ou seja, a opinião da maior parcela dos professores foi mantida apenas em relação à adequação da matriz curricular dos cursos ao perfil profissional desejado.

Questões específicas aos alunos:

☛ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

Alunos-Graduação

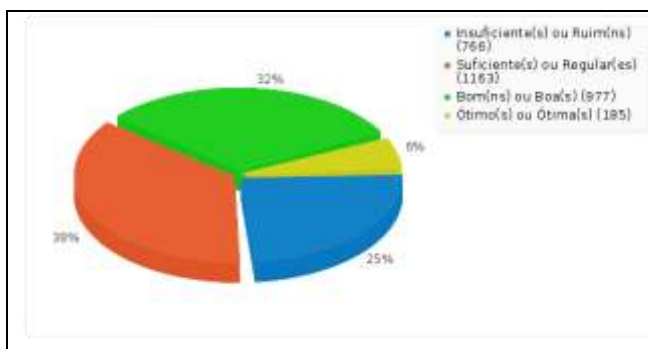


Considerando o universo dos respondentes, o gráfico mostra que 37% dos estudantes de graduação consideram que a participação dos alunos em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica e extensão é boa. A parcela seguinte, correspondente a 35%, avaliou como suficiente. O restante ficou distribuído entre insuficiente, com 19%, e ótima, com 10%.

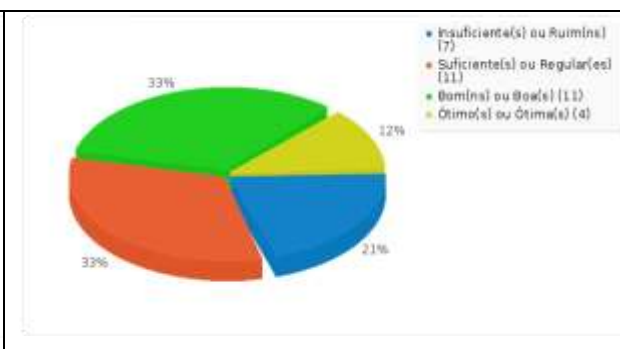
Na avaliação realizada em 2010, o comportamento dos respondentes fora similar, porém com a parcela insuficiente correspondente a 26%, o que mostra que há uma maior satisfação com este quesito atualmente. Um dos fatores que podem ter contribuído para este fato é o retorno do Programa de Monitoria, cujo início ocorreu no final de 2011.

☞ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós

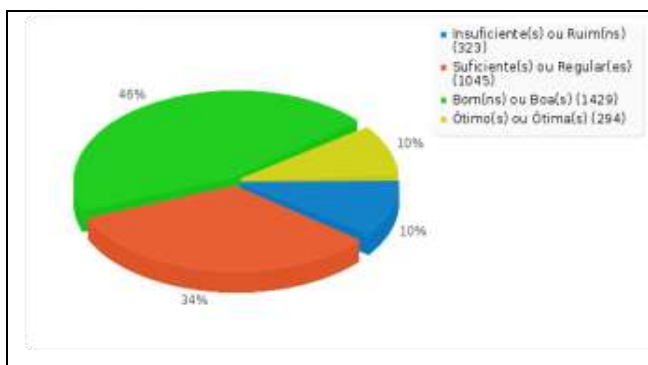


Considerando o universo dos respondentes, 38% dos estudantes de graduação consideram suficiente a participação dos alunos em projetos com docentes. A avaliação da maioria dos alunos da pós ficou entre os critérios bom e suficiente, ambos com 33%.

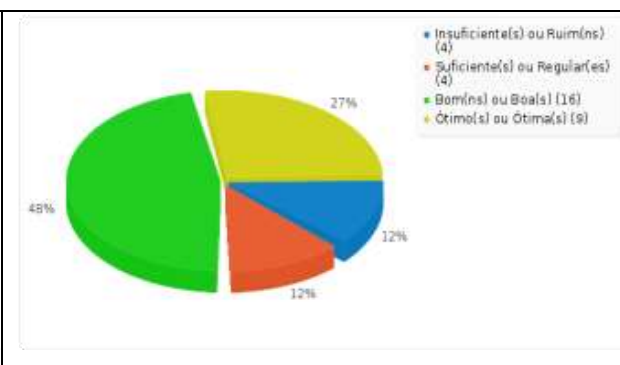
Com relação aos alunos da graduação, a avaliação de 2010 permite observar que houve a manutenção da satisfação nessa resposta. Mas para alcançarmos índices ainda melhores é necessário fortalecer as políticas de incentivo à participação dos estudantes nos projetos dos professores. A avaliação da maioria dos alunos da pós, na ocasião, ficou entre os critérios bom (38%) e insuficiente (23%).

☞ De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de forma...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós



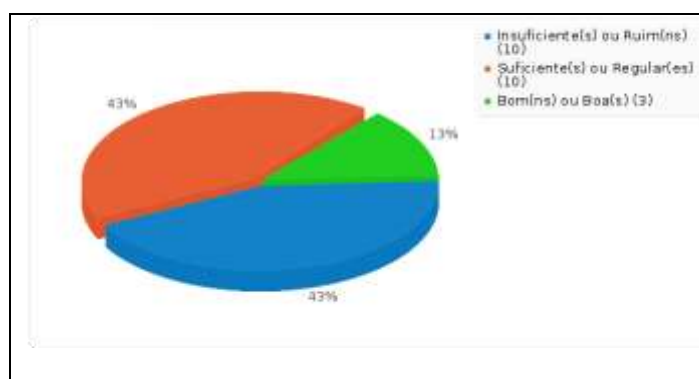
Considerando o universo dos respondentes, os gráficos mostram que apenas 10% dos estudantes de graduação e 12% dos estudantes de pós consideram insuficiente o planejamento/organização das aulas pelos professores. O restante dos respondentes considera suficiente, bom e ótimo. Diante desse universo, pode-se dizer que a maior parte dos estudantes respondentes estão satisfeitos com o planejamento e a organização das aulas ministradas pelos professores.

Em 2010, a escala mais votada para avaliar tal quesito também indicou que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorria de forma boa.

Questão específica aos técnico-administrativos

Vejamos, a seguir, as percepções destes participantes em relação aos resultados da coleta de dados. Vale observar, que houve pouca participação dos técnicos nas respostas ao questionário utilizado pela CPA, como um dos instrumentos para coleta de dados. Apenas 23 técnicos responderam ao questionário, em um universo de aproximadamente 402 técnicos.

☞ A Instituição viabiliza a integração entre os técnicos administrativos e os demais departamentos e setores. Isso ocorre de maneira...



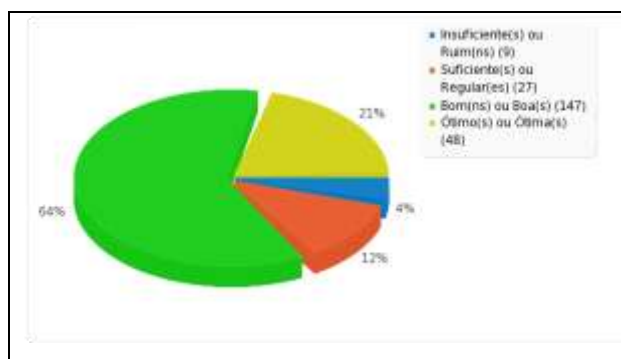
Considerando o universo dos respondentes, 43% dos técnicos consideram insuficientes e a mesma parcela julga suficientes os mecanismos de integração utilizados pela Instituição para inseri-los aos demais departamentos e setores. O restante dos respondentes (13%) considera bons esses mecanismos.

Em 2010, a escala mais votada para avaliar tal quesito também indicou uma grande insatisfação, com 50% dos técnicos indicando que tal integração ocorria de forma ruim.

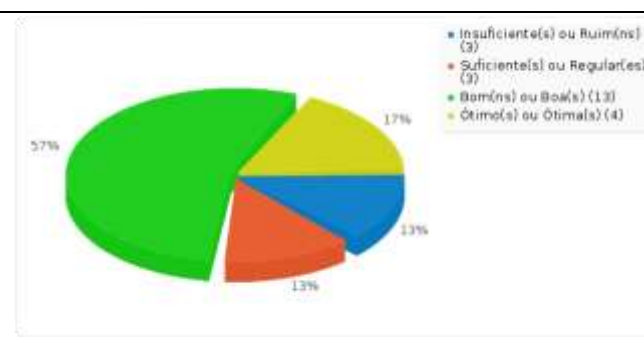
Questão comum aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

➡ O desempenho de sua função acontece de maneira...

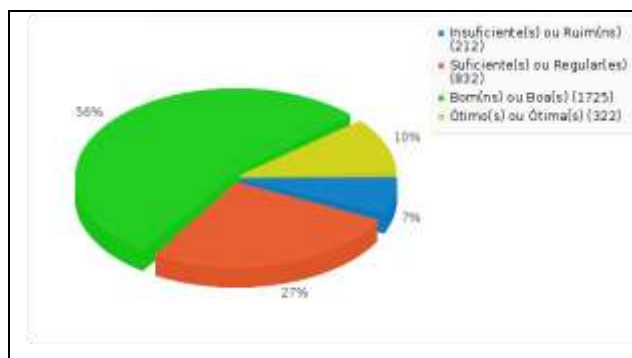
Docentes



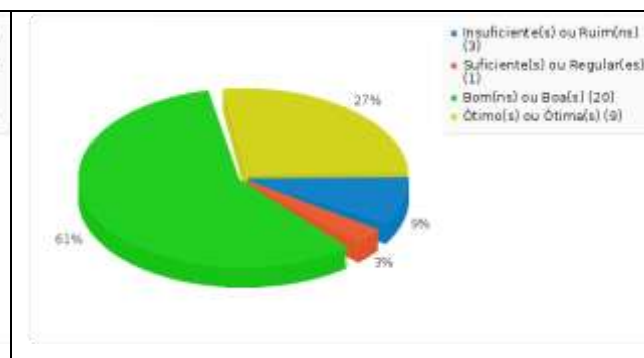
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Considerando o universo dos respondentes, os gráficos mostram que apenas 4% dos professores, 13% dos técnicos, 7% dos alunos de graduação e 9% dos alunos de pós consideram insuficiente o desempenho de suas funções. O restante dos respondentes optou pelos conceitos bom, ótimo e suficiente. Percebe-se que há um alto índice de satisfação em relação ao desempenho de suas funções entre todos os segmentos da comunidade. A avaliação realizada em 2010 ocorreu de forma semelhante, apresentando altos índices de satisfação.

O empenho da Instituição em reunir a comunidade para discutir o planejamento institucional, expresso em seus diferentes campos: PDI, PPI e PPC, demonstra maturidade no que diz respeito aos procedimentos avaliativos das atividades educativas. A avaliação passou a fazer parte da pauta Institucional. Pode-se dizer que atualmente há maior sensibilidade, por parte da comunidade, no que diz respeito às práticas avaliativas, que envolve todo o processo educativo (ambiente, meios, professor e sua prática pedagógica, aluno e seu compromisso com a aprendizagem). Algumas ações podem ser citadas:

- A concretização do Portal CEFET (<http://portal.cefet-rj.br/>), que reúne informações a respeito da Instituição e possibilita o acompanhamento das atividades educativas.

- A finalização do Projeto Pedagógico Institucional de acordo com uma perspectiva coletiva e construtivista. Para tanto, foi criado um Blog no portal CEFET (http://blog.cefet-rj.br/ppi/?page_id=21), no qual a comunidade podia colaborar com a elaboração do documento;

- A atuação da CPA no que tange o processo da avaliação institucional;

- As reuniões promovidas pelo Departamento de Educação Superior (DEPES) com o objetivo de discutir os Projetos Pedagógicos de Cursos.

- A elaboração do PDI para o período de 2010-2014 e a metodologia utilizada, que partia do princípio da participação da comunidade, em reuniões convocadas pela referida comissão e pelo endereço <http://portal.cefet-rj.br/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-2010-2014.html> e e-mail pdi.sugestoes@cefet-rj.br.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

A Instituição vem implementando a avaliação institucional por meio da equipe que compõe a CPA, que contou com a participação da comunidade nas respostas aos questionários e em outros eventos, como a disponibilidades dos setores em fornecer dados e informações. Pode-se dizer que atualmente há maior mobilização em torno da proposta. Isso pode ser percebido quando comparamos o primeiro relatório com o atual, que avançou em seus resultados.

O uso da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais vem se destacando de forma positiva, como, por exemplo, o e-mail, como alternativa de colaboração à elaboração do PDI (2010-2014), e o Blog para a construção/finalização do PPI. O reconhecimento dessas tecnologias, como meios de interação e comunicação, constituem-se em suporte de mobilização e participação da comunidade e configuram-se como potencialidades no processo avaliativo.

b.2) Fragilidades

A cultura da avaliação e da autoavaliação ainda precisa ser mais internalizada na Instituição. A pouca participação dos servidores nas reuniões, que tem como objetivo debater acerca do planejamento (PDI, PPI, PPC) demonstra uma fragilidade a ser superada. A avaliação deve ser entendida como melhoria dos serviços institucionais. Essa concepção foi muito bem expressa por Gadotti (2000, p. 195)¹⁰ no seguinte texto:

A avaliação institucional não mais é vista apenas como um instrumento de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização. Mesmo assim, ela encontra resistências e não se constitui numa prática constante. Por isso, deve ser mais instituída até tornar-se uma demanda explícita das escolas.

Os estudiosos desse tema recomendam que o processo de avaliação institucional se inicie com a autoavaliação, um caminho importante para cada Instituição se situar perante a sociedade. Essa tomada de consciência possibilita aos envolvidos no processo uma visão geral da Instituição, o conhecimento das condições com as quais trabalham e os resultados obtidos nas diferentes ações. Assim, o processo de avaliação deve compreender sempre a avaliação conduzida pela própria Instituição e se fortalecer nessa perspectiva.

b.3) Sugestões

Dar continuidade ao processo de mobilização da comunidade para a reflexão acerca do

¹⁰ GADOTTI, Moacir. *Perspectivas Atuais da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

planejamento, avaliação e autoavaliação. Necessidade de se estabelecer uma filosofia que sirva de base para orientar o processo de avaliação, com a intenção de que seu êxito seja garantido e que esse processo não se transforme em uma atividade meramente burocrática.

Sugere-se que a finalidade da avaliação se traduza pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa qualidade, no entendimento de Gadotti (op.cit) é, ao mesmo tempo, técnica, quando demonstra que há melhoria na eficiência e produtividade e pedagógica quando há melhoria nas relações de ensino-aprendizagem.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.

A admissão nos cursos de graduação do CEFET/RJ pode ser feita de quatro formas distintas:

1) Através do Sisu:

O ingresso para os cursos oferecidos na Instituição, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o CEFET/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando o novo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação de suas diferentes Unidades de Ensino para o ano de 2010.

2) Por transferência Externa ou Interna:

A transferência externa ocorre através de um processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de ensino superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo limitado às vagas existentes. O processo de transferência interna corresponde ao remanejamento interno de aluno regularmente matriculado em curso de graduação do CEFET/RJ (da Sede ou de suas Unidades). O remanejamento interno é a mudança de um aluno da graduação da Unidade Sede do CEFET/RJ ou das Unidades descentralizadas, de um curso para outro ou para o mesmo curso.

3) Mediante convênio:

O aluno-convênio é aquele encaminhado ao CEFET/RJ pelos órgãos governamentais competentes, e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo cultural, conforme

as normas da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT). O CEFET/RJ mantém diversos convênios com instituições estrangeiras, as quais, periodicamente, promovem ações de intercâmbio de alunos, dentro de critérios específicos.

4) Mediante Reingresso (para Portadores de Diploma):

Processo seletivo no qual, mediante a concordância dos Departamentos Acadêmicos dos Cursos e, havendo disponibilidade de vagas, o aluno formado em Instituição de Ensino Superior pode concorrer a vaga de acordo com os critérios que são estabelecidos via edital. O aluno que ingressar por esta forma e que tiver sua matrícula cancelada pelo CEFET/RJ, ou vier a cancelá-la, não mais poderá utilizar esta forma de ingresso. O processo é realizado a qualquer momento antes do período letivo para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas em edital disponível no *site* da Instituição.

Apesar do CEFET/RJ ser uma Instituição pública e gratuita, para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado ao CEFET/RJ, alimentação, compra de alguns livros, reprodução xerográfica de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. A experiência tem mostrado que um aluno com escassez de recursos financeiros, sobretudo para o traslado residência-Instituição de ensino-residência, é um candidato a aumentar o índice de evasão da Instituição, causando prejuízos pessoais, institucionais e também governamentais. Cabe ressaltar que, a exemplo do que acontece para os alunos regularmente matriculados nas redes públicas de educação básica, os alunos de cursos superiores das redes públicas não dispõem de vale-transporte escolar. Considerando a presença dos alunos que se enquadram na situação mencionada, ou seja, possuem carências de recursos financeiros, a política de atendimento aos discentes do CEFET/RJ está fundada em dois programas de bolsa, que são anualmente consignados em orçamento da União reservado ao CEFET/RJ especificamente para este fim, a saber:

1) Programa de Bolsas Alimentação (PBA), destinado aos estudantes com renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos (base nacional), num quantitativo de cerca 200 bolsas, sem que haja necessidade contrapartida por parte dos mesmos, a não ser a de que se mantenham no curso e se esforcem por manter um bom rendimento escolar;

2) Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT), destinado aos estudantes que possuam renda per capita familiar superior a 1,5 salários mínimos (base nacional), com o objetivo de auxiliá-los na manutenção na Instituição, com a contrapartida de dedicarem-se a tarefas referentes a realizações de eventos extensionistas e ações acadêmicas que o auxiliem e favoreçam suas formações.

A Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), através da Coordenadoria de Estágio e Emprego (COEMP), possui cerca de 3812 empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, de programas de trainee e também de empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ, uma vez que a Instituição é também uma agência governamental de estágio-emprego, conforme o Relatório ano base 2011 -DIREX. Essa parceria visa a facilitar o contacto inicial dos estudantes em fase final de aprendizado acadêmico e os recém-formados com o mercado de trabalho. Deste relacionamento proveitoso com o mundo produtivo resultou o projeto FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, que em novembro de 2011 estava em sua 6ª edição anual. Tal evento é gratuito e tem possibilitado maior interação com o mercado de trabalho. Durante a realização do evento, presidentes de empresas nacionais e multinacionais e seus diretores de recursos humanos palestram sobre as tendências de mercado imediatas e mediatas, com as consequentes exigências profissionais e as possibilidades concretas de inserção em determinado ramo de atividade.

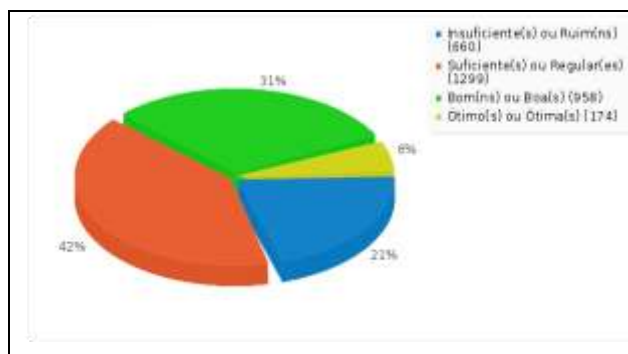
Há espaços de convivência que permitem a integração de todo público da Instituição. Para atender às atividades esportivas existem, em boas condições, quadras (coberta e descobertas) e piscinas, além de uma academia de ginástica recém-construída na Unidade Sede. Maiores detalhes referentes a tais espaços podem ser encontrados na Dimensão 7, infraestrutura.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir. Tais questões apresentaram comportamentos de resposta muito semelhantes e em virtude desse fato será feita uma análise conjunta.

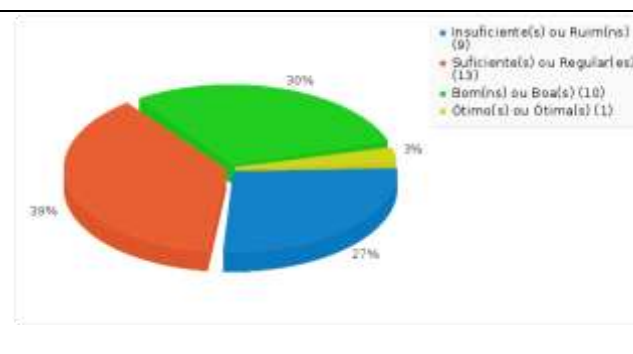
Questões específicas aos alunos:

⇒ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação

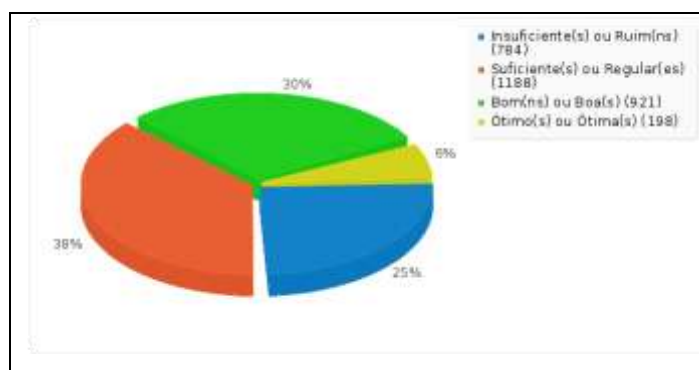


Alunos-Pós



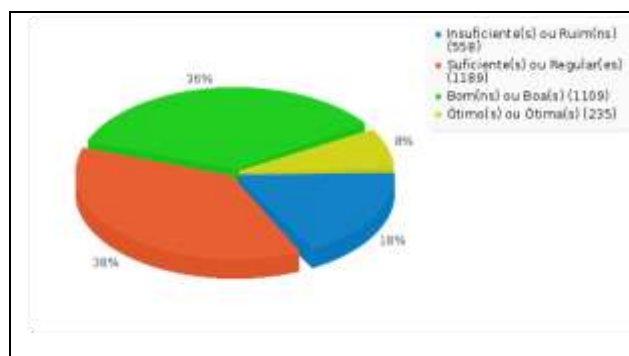
⇒ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação

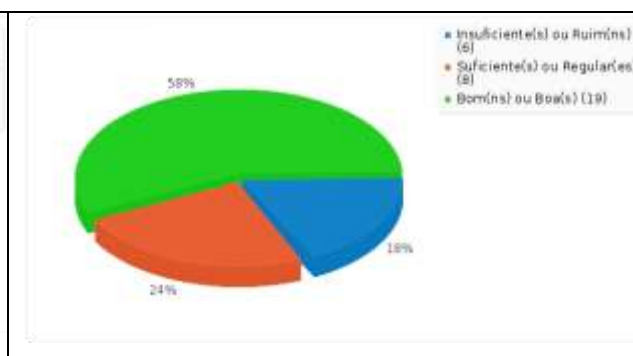


⇒ O acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes pode ser avaliado como...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós



Considerando os três quesitos avaliados, observa-se que a maior parte dos alunos de

graduação, correspondente a 42%, 38% e 38%, optou pela escala "suficiente(s) ou regular(es)" para avaliar os quesitos política de assistência estudantil, número de bolsas oferecidas para os alunos com dificuldades sociais e acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes, respectivamente. Os dois quesitos apreciados pelos alunos de pós, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, obtiveram, respectivamente, uma avaliação suficiente (39%) e uma avaliação boa (58%) pela maior parte dos respondentes. Este último resultado é muito positivo.

Em 2010, a maior parcela dos alunos de graduação respondentes também avaliou os três quesitos como suficientes (38%, 38% e 35%, respectivamente). Os mesmos quesitos foram melhor avaliados pela pós, na ocasião. A maior parcela destes avaliou os três quesitos como bons (36%, 38% e 44%, respectivamente).

a.2) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

Conforme mencionado de forma mais detalhada na Dimensão 2, referente ao Ensino, as práticas pedagógicas e atividades acadêmicas da Instituição buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos, como a iniciação científica (PIBIC), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e a realização de disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. Além disso, a Instituição incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Maiores detalhes sobre o envolvimento dos alunos em atividades de Extensão podem ser encontrados também na Dimensão 2.

Atualmente o CEFET/RJ dispõe de um total de 80 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) 23 bolsas para o PIBIT (Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica). O ingresso nos programas PIBIC se dá mediante edital, sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento.

No final de 2011 foi lançado o Edital 2011 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ. A monitoria não estava sendo implementada há algum tempo e o seu retorno foi extremamente enriquecedor para a Instituição. No Edital 2011, foram oferecidas 60 bolsas para o ensino superior e 100 bolsas para o ensino médio/técnico.

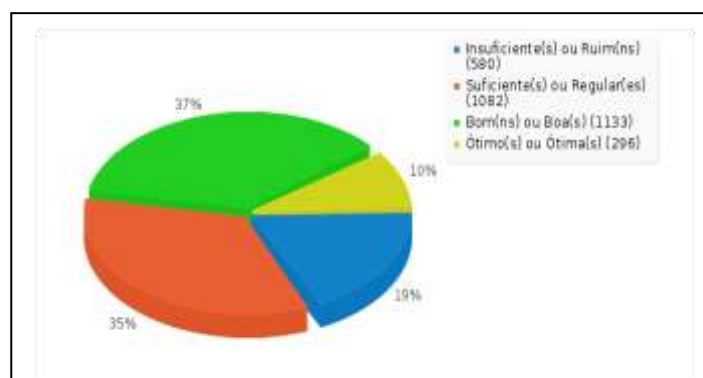
No que toca a avaliação institucional feita pelos alunos, a CPA, aplica anualmente um questionário no qual os alunos podem se manifestar avaliando a Instituição, seus cursos e seus professores. Tal questionário fica disponibilizado a partir do final do segundo período e uma vez respondido, as respostas são coletadas pelo DTINF e processadas. A CPA analisa os dados processados e apresenta os resultados à comunidade acadêmica.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir.

Questões específicas aos alunos:

☛ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

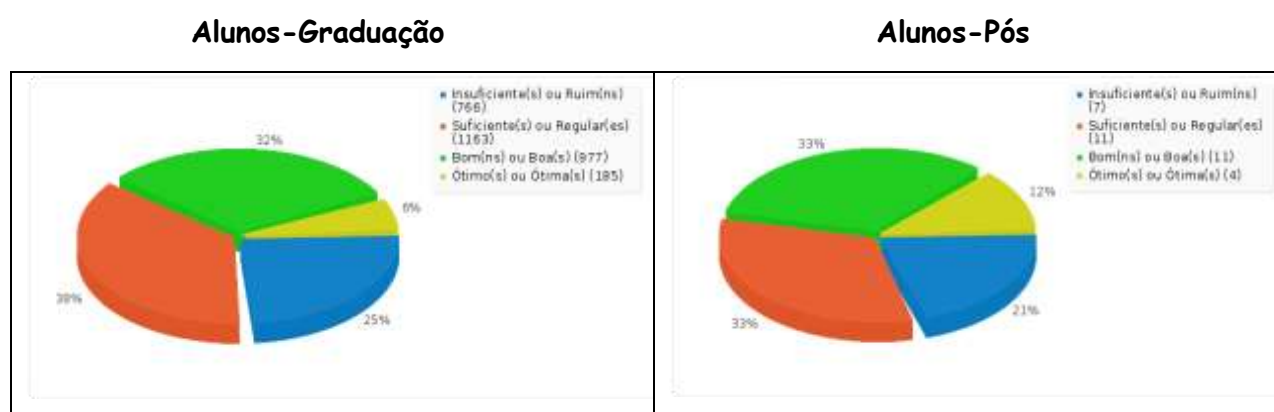
Alunos-Graduação



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 37% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 35% que consideram suficiente, 19% que consideram tal política insuficiente e 10% ótima.

Em 2010, dos alunos de graduação respondentes, 34% indicavam que estavam bastante satisfeitos com tal quesito, apontando o conceito bom, seguidos de 32% que consideravam a política de participação dos estudantes em tais atividades como suficiente, 26% que consideravam tal política como insuficiente e 9% como ótima.

⇒ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 38% indicaram que tal política pode ser considerada suficiente, seguidos de 32% que consideram boa, 25% que consideram insuficiente e 6% ótima. Com relação aos estudantes de pós, a avaliação foi também positiva, 33% indicaram que tal política pode ser considerada boa e a mesma parcela considera suficiente. Outros 21% consideram tal política insuficiente e 12% ótima.

Em 2010, este quesito apresentou comportamento similar no que se refere às avaliações de alunos de graduação, com a maior parcela (36%) indicando que o quesito ocorria de forma suficiente ou regular. Na ocasião, a parcela de insatisfação correspondia a 29%. A avaliação da maioria dos alunos da pós, na época, ficou entre os critérios bom (38%) e insuficiente (23%). A redução do índice de insatisfação de ambos segmentos, de 2010 para 2011, foi um ponto muito positivo, no entanto, este quesito ainda merece atenção.

a.3) Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

O DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos) possui todos os registros relativos aos alunos, tais como dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, entre outros. Tais dados são registrados por período em um simulador SIG, para cada curso da Instituição, conforme ilustração a seguir:

Quantidade de inscritos por:	Período
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Vagas Ofertadas por:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Ingressos por meio de:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Matrículas:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Por Regime de Matrícula:	
Concomitância Interna:	
Concomitância Externa:	
Quantidade de Concluintes:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que integralizaram a	
Carga Horária letiva do Curso:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	

RESULTADO	
Quantidade de Alunos que não concluíram a etapa:	
Matrículas Trancadas:	
Transferências Cedidas:	
Perdas ou Evasão:	
Matrículas Canceladas	
Quantidade de Reprovados:	
Reprovados:	
Quantidade de Matrículas Reativadas:	
Matrículas Reativadas:	
Quantidade de Professores por Regime Trabalho:	
20 Horas:	
40 Horas:	
DE (Dedicação Exclusiva):	
Quantidade de Professores por Titulação:	
Pós-Doutorado:	
Doutorado:	
Mestrado:	
Especialização:	
Aperfeiçoamento:	
Graduação:	
RESULTADO	

De posse de tais dados a Instituição pode analisar tendências e tomar decisões específicas para cada curso em virtude da análise processada.

a.4) Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Após a conclusão do estágio, os egressos são registrados pela Coordenadoria de Estágio e Emprego (COEMP). Desde 2008, tais alunos passaram a preencher um formulário obrigatório. De posse desses dados, a Instituição estabelece um vínculo com o egresso. A ideia é estabelecer um sistema informatizado na internet, de forma a estreitar o vínculo e reconhecer no mercado a inserção dos alunos da Instituição. Além disso, vale observar a existência de uma Associação de Ex-alunos do CEFET/RJ, que promove encontros de confraternização com bastante frequência.

Quanto aos cursos de atualização profissional e formação continuada a DIEMP através da Coordenadoria de Educação Continuada - CEDUC coordena o desenvolvimento de vários

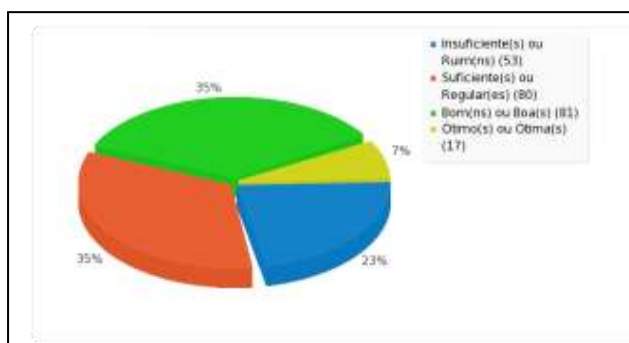
curso, tais como: Programa Escola de Fábrica do Ministério da Educação, Plano Nacional de Qualificação Profissional - PNQP do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP vinculado ao Ministério de Minas e Energia, Plano Setorial de Qualificação para a Indústria Naval - PLANSEQ NAVAL, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros, beneficiando mais de 5000 pessoas.

Com relação a esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e alunos, apresentada a seguir.

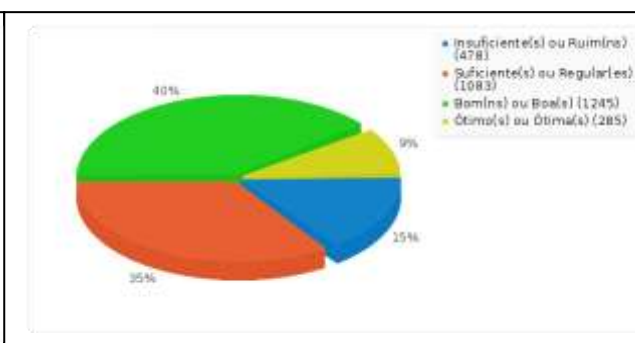
Questão comum aos docentes e alunos:

⇒ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

Docentes



Alunos-Graduação



De forma geral a comunidade se encontra satisfeita com este quesito. Tanto os professores quanto os alunos avaliaram tal quesito de forma boa em sua maioria, correspondente a 35% dos professores e 40% dos alunos.

Na avaliação realizada em 2010, professores e alunos avaliaram tal quesito de forma semelhante, com a maioria de cada segmento, 35% dos professores e 38% dos alunos, avaliando de forma boa.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

O fato da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), através da Coordenadoria de Estágio e Emprego (COEMP), possuir cerca de 3812 empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, de programas de trainee e de empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ se destaca como uma potencialidade da Instituição. Cabe citar também a FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, que em novembro de 2011 estava em sua 6ª edição anual, em virtude do alcance social que tal evento proporciona aos estudantes.

Deve-se citar ainda o incentivo da Instituição com relação à interação com outras culturas, através de programas tais como Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos.

b.2) Fragilidades

Na pesquisa realizada com o questionário, o maior índice de insatisfação apresentado pelos alunos de graduação, no caso 25%, foi com relação à política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes e com relação ao número de bolsas para os estudantes com dificuldades sociais. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tais quesitos como suficientes, no caso 38% para ambos.

Com relação aos alunos de pós, o maior índice de insatisfação, no caso 27%, foi com relação a política de assistência estudantil. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tal quesito como suficiente, no caso 39%. Porém, em virtude do baixo número de estudantes respondentes, deve-se investigar melhor este item.

b.3) Sugestões

Continuação do incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes.

3.10 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

a.2) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Com a lei nº 6545, de 30/06/78, a Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca" foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFETCSF), autarquia de regime especial, nos termos do Artigo 4º da Lei 5.540 de 28/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Portanto, o CEFET não possui sistema de captação de recursos como mensalidades e alternativas econômicas, toda a dotação orçamentária é proveniente do Ministério da Educação.

A Instituição recebe, anualmente, um orçamento do Governo Federal para prover, dentro das possibilidades e limites governamentais, a demanda social da região em que se encontra suas instalações físicas, tendo como referência o ensino, a pesquisa e a extensão.

O CEFET atende as necessidades sociais por meio de um orçamento pré-estabelecido pelo Ministério da Educação baseado em Metas, Ações e Programas bem definidos e acompanhados no sistema SIMEC (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças), SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) e SIDOR (Sistema Integrado de Dados Orçamentários), todos sistemas de governo. Esses recursos são alocados anualmente através de uma proposta orçamentária e fixados por meio de receitas (orçamento federal destacado para o CEFET) e despesas (despesas correntes, de capital e pessoal) realizadas para atingir as Metas físicas pactuadas

nas Ações e Programas discriminados nestes sistemas. Quem aprova essas Metas, Programas e Ações é o Congresso Nacional por meio de seus parlamentares, após passar pelas comissões.

A compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da Instituição e o orçamento previsto é realizada com atendimento dessas metas aprovadas no Congresso Nacional e auditadas pela Corregedoria Geral da União. Para cada programa governamental existe um perfil de despesa correspondente ao orçamento já pré-estabelecido nos programas como benefícios, aquisição de equipamentos, manutenção de bens e instalações, pagamento de pessoal, pesquisa, novas Unidades, ensino superior, pós-graduação, etc.

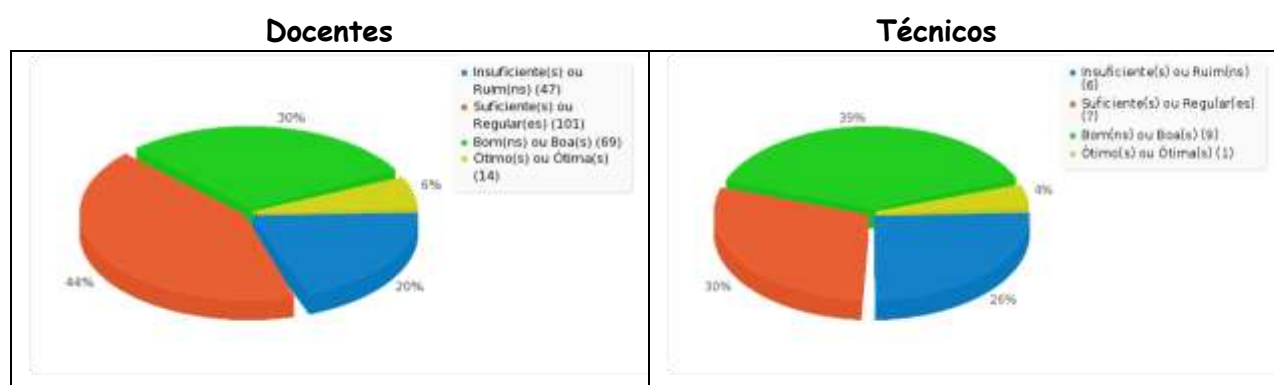
Essas políticas de aplicação de recursos nos programas de ensino, pesquisa e extensão visam agregar a verticalização do ensino estabelecidas nas particularidades organizacional do CEFET, como a utilização comum de laboratórios pelos diversos níveis de ensino e a agregação do capital humano entre docentes pelos diversos níveis de carreira.

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e as conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento a fim de atender as demandas sociais de sua região.

Considerando esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e alunos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

☞ A gestão dos recursos orçamentários da Instituição pode ser avaliada como...



Com relação aos professores, a maioria, correspondente a 44% dos professores, considera que a gestão dos recursos orçamentários é suficiente, seguida de 30% dos professores que consideram tal gestão boa, 20% que consideram insuficiente e 6% que consideram como ótima. Os técnico-administrativos demonstraram uma grande satisfação com relação a tal quesito, 39% consideraram a gestão dos recursos orçamentários como boa, seguidos de outros 30% que avaliaram como suficiente, 26% que avaliaram como insuficiente, e por fim, 4% que avaliaram como ótima.

Em 2010, a maioria dos professores, correspondente a 38%, também considerou que a gestão dos recursos orçamentários era suficiente, seguida de 37% que consideraram tal gestão boa, 19% que consideraram insuficiente e 6% que consideraram como ótima. Os técnico-administrativos, na ocasião, também demonstraram satisfação com relação a tal quesito, 50% consideraram a gestão dos recursos orçamentários como boa, seguidos de 36% que avaliaram como suficiente, 11% que avaliaram como insuficiente, e por fim, 4% que avaliaram como ótima.

b) Resultados Alcançados

b.1) Potencialidades

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e as conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento a fim de atender as demandas sociais de sua região.

b.3) Sugestões

Continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca para graduação e pós, aos laboratórios, a aquisição de novos computadores e softwares educacionais e a reforma das salas.

4. Considerações Finais

A Comissão Própria de Avaliação, após a análise das informações coletadas e processadas relativas às dez dimensões previstas por lei, elaborou esse relatório, encaminhado à diretoria e ao INEP, que identifica fragilidades e potencialidades da Instituição, assim como apresenta análises, críticas e sugestões. Tais informações merecem ser cuidadosamente examinadas e consideradas nas tomadas de decisão, sempre que pertinentes. Os resultados obtidos também serão divulgados na forma de seminários e colocados no *site* da Instituição.

O processo de avaliação interna ou autoavaliação, iniciado com a CPA instituída em 2004 e continuado com o empenho da CPA atual, busca contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade por parte da Instituição. Tal processo forneceu uma visão ampla e também detalhada do desempenho do CEFET/RJ no cumprimento de suas funções enquanto Instituição pública na oferta da Educação Superior. Esse retrato da Instituição é fundamental e oferece elementos que podem orientar nas tomadas de decisão. Neste contexto, é essencial o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para validar o processo. Vale observar também que a avaliação não deve ser considerada completa nem definitiva, pois o processo de avaliação interna é um processo cíclico. A continuidade do processo é fundamental para aprofundar os aspectos revelados e verificar a evolução institucional.

Rio de Janeiro, março de 2013.

Comissão Própria de Avaliação

5. Bibliografia Consultada

- AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL - CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL - SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL - SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2009** -Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/files/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2009.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2010** -Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/files/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2010.pdf>
- CEFET/RJ - **CEFET/RJ em números**. In: <http://portal.cefet-rj.br/a-instituicao/cefetrj-em-numeros.html>
- CEFET/RJ - **Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2010**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010.
- CEFET/RJ - **Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2011**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011.
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação**. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/plano_pcctae.pdf. Acessado em 29/07/2010.
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI 2005-2009. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2005. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/pdi_2005_2009.pdf

CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI 2010-2014. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/2010_2014/pdi_edicaoPublicada.pdf

CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2011 (DIRAP)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2012.

CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** - PPI 2010. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://blog.cefet-rj.br/ppi/wp-content/uploads/2010/12/PPI-final-03_12_2010-1.pdf

CEFET/RJ - **Regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes do CEFET/RJ**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/docentes/cppd/rad_regulamento_cepe.pdf

CEFET/RJ - **Quarto Relatório Trimestral de Atividades 2010 da Coordenadoria de Estágio e Emprego -(COEMP)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011.

CEFET/RJ - **Relatório de Gestão (DIPPG) - 2007-2011**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Avaliação institucional na universidade Pública**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v. 2, nº 3, set, 1997.

CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

DURAM, E. R. e SCHUARTZMAN, S. (Org.) **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 1992.

FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 6ª. ed., Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.

IANNONE, L. R. **Avaliação institucional**: relato de uma experiência. In: CAPELLETTI, Isabel (Org.). *Avaliação educacional: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.

JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades**. Florianópolis, Papa-Livro, 1996.

LEITE, D., TUTIKIAN, J, .HOLZ, N. **Avaliação e Compromisso**. Construção e Prática da Avaliação Institucional em uma Universidade Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

MEC/INEP/SINAES/DAES - **Manual dos Indicadores de Qualidade 2011**. DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2011.

MEC/INEP/DAES - **Nota Técnica Nº029 de 15/10/2012**. DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2012.

MOREIRA, D. A. (Org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2000.

NEY, A. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

PICCOLI, C.P, SOUZA, R., DALBON, A.C.S. (Org.) **Autoavaliação Institucional**. Rio Grande: FURG, 2007.

RAPHAEL, H.S., CARRARA, K. **Avaliação sob Exame**. Campinas: Ed. Autores Associados & FAPESP, 2002.

Anexo A

- Questionário aplicado aos alunos
- Questionário aplicado aos docentes
- Questionário aplicado aos técnico-administrativos